UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque

“A Cavalado dado não se olham os dentes”: O Bolivian Syndicate e a questão do Acre na
imprensa (1890 a 1909)

São Paulo
2015

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque

“A Cavalo dado não se olham os dentes”: O Bolivian Syndicate e a questão do Acre na imprensa (1890 a 1909)

Tese apresentada à Banca Examinadora, junto ao Programa de Doutorado História Social da FFLCH/USP para obtenção do título de Doutora.

Área de Concentração em História Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo.

São Paulo
2015

© ALBUQUERQUE, N. B. M. DE, 2015.

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. **A cavalo dado não se olham os dentes**: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890 a 1909). São Paulo: USP, 2015. 207f.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC.

A345t Albuquerque, Nedy Bianca Medeiros de, 1977 -

A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na Imprensa (1890-1909) / Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque --- São Paulo : USP, 2015.

207f : il. ; 30cm.

Tese (Doutorado em História Social) Apresentada junto ao Curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em História Social da Universidade de São Paulo/Universidade Federal do Acre.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Ana Maria de Almeida Camargo.

Marcelino G. M. Monteiro – CRB/11 - 258

Dedicatória

Ao meu marido Carlos que vislumbrou quando me faltou fé e me acompanhou pelo caminho. Ao Beto que mais do que amigo é irmão que a vida me presenteou e por isso tantas e generosas vezes leu, ouviu e aconselhou. À minha sobrinha Laís Maria por ser tão parecida comigo, me fazendo lembrar quem eu fui e sou. Aos avôs e pais da Laís Maria por existirem. Ao Juan Carlos, que queria o fim da escrita da Tese para ganhar um irmãzinho ou irmãzinha. E em memória à Laura Barcellos.

AGRADECIMENTOS

O nascimento de uma tese é processo demorado, fruto de extenso trabalho de pesquisa, do amadurecimento intelectual, espiritual e emocional ao longo de quatro anos, posto que ao se doutorar a vida não fica estanque. Desta feita, transcorrem chegadas, partidas, casamentos, enfermidades e outras lides cotidianas em concomitância à integralização de créditos, qualificação e defesa. Em função disto é imensa a lista de agradecimentos:

Agradecidíssima a Deus, aos nossos guias e protetores espirituais, assim como aos seus assistentes terrenos (meus familiares consanguíneos, de fé e de coração) pelo apoio para superar esta jornada.

A D. Nedy pelas orações, comidinhas e carinho: Muito obrigada!

Graças aos céus por Carlos estar sempre presente!

Muito obrigada a Deus por ter me dado o Beto, irmão do coração, que nunca me perdeu de vista e sempre foi um leitor e crítico, mesmo em momentos muito difíceis!!!

Obrigada ao meu irmão Diego Manoel por ser um bom pai, inclusive do nosso próprio...

Grata pelas guaridas gentilmente ofertadas por tia Neide, Hileane, Ecilda e meus cunhados Antônio José e Pierre.

Muito obrigada ao saudoso Pedro Martinello, que um dia em suas aulas despertou o meu interesse quanto às relações e bastidores da anexação do Acre ao Brasil. Apesar da vicissitude de sua partida, suas palavras ainda reverberam e guiam os seus “abençoados”...

Agradecimentos a CAPES, aos docentes e técnicos administrativos tanto da UFAC, quanto da USP, que colaboraram para realização do DINTER em História Social.

Imensa gratidão a minha orientadora Professora Doutora Ana Maria Camargo de Almeida por sua sabedoria, paciência e gentileza. E muito obrigada pelo carinho do nosso amigo Mosquito!

Congratulações pelas palavras de incentivo aos professores Carlos Zeron, Neusah Cerveira, Marcos Silva e Sávio Maia. Em especial aos dois últimos por suas atuações como coordenadores do Curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em História Social da USP/UFAC.

Agradecida aos meus colegas “copevianos” que compreendiam minhas leituras dentro do olho do furacão!

Grata ao convívio harmônico com a turma do Curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em História Social da USP/UFAC. Com exclusivos agradecimentos aos colegas Helio Moreira e Valmir Freitas pelo encorajamento constante; ao Eduardo Carneiro pela cópia digital de sua tese e outros textos; à Elisandra Lira por dividir leituras de História e Meio Ambiente; assim como ao Daniel Klein pelas transcrições de parte dos artigos do jornal *A Província do Pará*.

Reconhecimentos aos acadêmicos de Licenciatura e Bacharelado – na figura da Lauane Laura - em História na UFAC, que compreenderam e apoiaram-nos (seus professores) durante este período.

Agraciada com os apontamentos feitos pelos membros da banca de defesa da Tese, principalmente ao Professor Doutor Marcos Fábio Freire Montysuma e Professora Doutora Tereza Almeida Cruz, posto que ao longo das últimas duas décadas tiveram trajetórias que se cruzam com os meus.

Igualmente agradecida a Professora Ariádina Almeida por ter possibilitado acesso a cópia digital de textos de Maria Luiza Pinheiro Ugarte, bem como a própria autora por tê-la cedido. Em igual teor, grata a Rosa Helena Benedetti Zanini Antibas pela cópia de sua tese. Muitíssimo obrigada ao Marcelino Monteiro, bibliotecário lotado na Biblioteca Central da UFAC, pela gentil colaboração com as normas da ABNT. Agradecida aos servidores da Biblioteca Nacional.

E por fim, feliz de Chico e a Isadora se demorarem comigo, o que me faz menos triste ao olhar para o céu e ver Bijou brilhar...

*Solução pro nosso povo
Eu vou dá
Negócio bom assim
Ninguém nunca viu
Tá tudo pronto aqui
É só vim pegar
A solução é alugar o Brasil![...]
Vamo embora
Dá lugar pros gringo entrar
Esse imóvel tá prá alugar
Ah! Ah! Ah! Ah! Ah! Ah!...*

*Os estrangeiros
Eu sei que eles vão gostar
Tem o Atlântico
Tem vista pro mar
A Amazônia
É o jardim do quintal
E o dólar dele
Paga o nosso mingau...
(Aluga-se / Raul Seixas e Cláudio Roberto)*

RESUMO

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. **A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890 a 1909).** São Paulo: USP, 2015. 207f

A partir do exame de jornais publicados entre 1890 e 1909, o trabalho pretende discutir a Questão do Acre, isto é, o processo de anexação do território ao Brasil, tendo por foco o Bolivian Syndicate. O contrato de arrendamento dessas terras a grupo de investidores internacionais estimulou a produção de vários textos jornalísticos, cuja leitura permite esclarecer qual era a posição do governo federal acerca da região boliviana então ocupada por brasileiros, caracterizar a fronteira entre as duas nações e reconhecer as matrizes das versões que a historiografia acriana incorporou a propósito do tema.

Palavras-chave: Bolivian Syndicate, Questão do Acre, Historiografia, Imprensa.

ABSTRACT

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. **A cavalo dado não se olham os dentes**: The Bolivian Syndicate and the question of Acre in the press (1890 - 1909). São Paulo: USP, 2015. 207f

From examination of newspapers published between 1890 and 1909, the work has use to a discussion about the Question of Acre, that is the process of annexation of the territory in the Brazil, having as theme the Bolivian Syndicate. The contract to lease of these lands at the international investor group stimulated the production of several journalistic texts, whose reading allows to specify what was the position of the federal Government on the Bolivian region, then occupied by Brazilians, characterizing the borders between the two Nations and recognize what versions the historiography of the Acre has taken on the theme.

Keywords: Bolivian Syndicate, Question of Acre, Historiography, Press.

RÉSUMÉ

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. **A cavalo dado não se olham os dentes**: Le Bolivian Syndicate et la question de l'Acre dans la presse (1890 - 1909). São Paulo: USP, 2015. 207f

A partir de l'examen des journaux publiés entre 1890 et 1909, le travail a l'intention de faire une discussion à propôs de la question de l'Acre, c'est-à-dire le processus d'annexion du territoire au Brésil, ayant comme thème le Bolivian Syndicate. Le contract d'amodiation de ces terres au groupe d'investisseurs internationaux a stimulé la production de plusieurs textes journalistiques, dont la lecture permet de préciser quelle était la position du gouvernement fédéral sur la région bolivienne, alors occupée par les Brésiliens, caractériser la frontière entre les deux Nations et reconnaître quelles versions l'historiographie de l'Acre a pris concernant le thème.

Mots-clés: Bolivian Syndicate, Question de l'Acre, Historiographie, Presse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O ACRE ANTES DO BRASIL: da suposta aquisição do território em troca de um cavalo e da indefinição de fronteiras	17
1.1. De cavalos, jornais e disputas entre “vizinhos”	17
1.2. Linhas e desalinhos do Acre de outrora	23
CAPÍTULO 2 – DOS JORNAIS ENTRE 1890 A 1909	31
2.1. Os horizontes, delimitações, acessos e tratos das fontes	31
2.2. Caracterização dos jornais	36
2.3. Dirigentes, jornalistas e “leitores”	47
CAPÍTULO 3 – O BOLIVIAN SYNDICATE: em diferentes fontes	54
3.1. Para se entender a aplicação da nomenclatura “historiografia acriana”	54
3.2. O <i>Bolivian Syndicate</i> em livros didáticos	55
3.3. O <i>Bolivian Syndicate</i> em outras fontes: <i>chartered company</i> e seus (des)usos	62
CAPÍTULO 4 – O <i>BOLIVIAN SYNDICATE</i> E O ACRE: nos jornais de Belém	90
4.1. As singularidades dos jornais de Belém	90
4.2. O Acre de traslado, fardos, gentes e limites	101
4.3. O Acre do <i>Bolivian Syndicate</i> nos diários paraenses	113
CAPÍTULO 5 – THE BOLIVIAN SYNDICATE: nas fontes hemerográficas do “Acre brasileiro”	125
5.1. Especificidades dos jornais manauaras	125
5.2. Galvez, o <i>Bolivian Syndicate</i> e Questão do Acre no <i>Diario Oficial do Amazonas</i>	137
5.3. Do “Acre brasileiro”: de reclames de viagem, passagens, cargas nos jornais privados do Amazonas à imprensa oficial dos departamentos acrianos	143
5.4. . O <i>Bolivian Syndicate</i> em <i>O Cruzeiro do Sul</i>	162
5.5. O <i>Bolivian Syndicate</i> em <i>O Alto Purús</i>	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

INTRODUÇÃO

Em 1980, durante o regime militar no Brasil, o cantor Raul Seixas em parceria com Cláudio Roberto lançou seu álbum “Abre-te Sésamo”, pela gravadora CBS. O disco, que foi produzido pelo próprio Raul Seixas e Mauro Motta marcou o retorno do cantor aquele selo, embora não tenha sido um grande sucesso de vendas. Mas, dentre as canções daquele exemplar destacaram-se “Rock das Aranhas” pela conotação sexual de sua letra e “Aluga-se” por criticar a relação do Brasil com os Estados Unidos, ao sugerir como solução para o país fazer sua locação aos “gringos”.

No entanto, se naquela época, a ironia musical propunha-o aos “estrangeiros”, o cantor ou não recordava, ou simplesmente omitiu que no início do séc. XX já havia sido refutada a aplicabilidade desta alternativa. Igualmente não se menciona na música que, no alvorecer do XX, a suposta “solução” havia ocasionado conflitos armados entre forças não militares compostas por brasileiros e o exército regular boliviano, assim como havia pautado negociações diplomáticas, além de movimentar os recursos financeiros da União e do estado do Amazonas para evitar o arrendamento daquilo que era ocupado por naturais do Brasil, mas, que oficialmente pertencia a Bolívia.

Todavia, apesar de seu escárnio, o mérito da canção foi apontar dois aspectos também constavam na tentativa feita no início do XX, que eram a Amazônia como objeto e o dólar como capital a ser investido no projeto. Contudo, diferem-se nos episódios os quantitativos de terras envolvidas, já que no começo do século passado apenas o Acre era objeto da disputa, ou seja, somente uma parte do atual território amazônico brasileiro esteve passível de locação.

Para se compreender o caráter “exclusivo” do arrendamento do Acre face à irônica locação da Amazônia brasileira, há que se recordar que desde os idos Coloniais, passando pelo Período Imperial e chegando a chamada “República Velha”, legalmente as terras acrianas não eram reconhecidas como parte do Brasil, visto que haviam sido juridicamente integrante das propriedades espanholas no Novo Mundo (em conformidade com os Tratados de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso) e depois, pertenceram à Bolívia (graças ao Tratado de Ayacucho¹).

¹ Em 27 de março de 1867 do Tratado de Ayacucho, também denominado de Tratado Munhoz Neto ou Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação - entre o Império do Brasil e a

Porém, o reconhecimento da propriedade boliviana sobre o Acre não foi óbice ao crescente ingresso de brasileiros à região a partir do último quarto do século XIX. A chegada e a permanência de populações advindas do Brasil no território acreano motivaram-se tanto pelo crescimento rápido e constante de demanda pela borracha como matéria prima industrial, quanto por problemas fundiários brasileiros de diferentes origens (fossem relacionados às secas do nordeste, dificuldade de acesso a terras cultiváveis sem dono e a absorção de mão de obra nativa livre).

Essas migrações e a constância destes brasileiros com a formação e progressivo aumento de unidades extratoras de goma elástica no Acre, tiveram como consequência a apropriação dessas terras amazônicas em disputa nacionais e internacionais e sua redução significativa da população de indígenas. Outra resultante deste processo foi suscitar o interesse da Bolívia por seu negligenciado território, sem nunca dele tomar posse de fato. Diante da exploração por brasileiros dos recursos naturais bolivianos, o governo da nação andina buscou malfadadamente taxar tais usos mediante a instalação de representação administrativa e fiscal nas terras do Acre.

Malogrados tais intentos, os governantes bolivianos se voltaram para as modalidades de gestões territoriais chamadas *chartered companies*², em uso na África no princípio do século XX, ou seja, companhias de colonizações com autonomia fiscal, militar e política sobre áreas coloniais, que se instituíam com contratos de locação destas áreas por períodos decenais.

E embora existam divergências sobre o caso acreano enquadrar-se ou não como *chartered companies*, criou-se o *Bolivian Syndicate*³, que seria a organização de um sindicato de investidores de diferentes nacionalidades, com sede em Nova Iorque, a quem se alugaria o território boliviano do Acre, ainda que estivesse tomado por brasileiros. Mas, a divulgação de notícias sobre o *Bolivian Syndicate* em jornais brasileiros e norte-americanos, teve desdobramentos que transpuseram as esferas de

República da Bolívia, no qual se fazia o reconhecimento do Acre como pertencente à nação adjacente. Esta declaração dentro de um expediente da diplomacia de Pedro II visava à defesa dos interesses do Império Brasileiro, em um contexto internacional de transformações decorrentes da expansão da Revolução Industrial e a ascensão política de ideias burguesas republicanas e parlamentaristas.

² Sobre a definição de *chartered companies* ler TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Prefácio Senador Tião Viana. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 vol. p. 47-59.

³ Eduardo Carneiro contesta a caracterização do Bolivian Syndicate como *chartered company*, divergindo de Leandro Tocantins. Para melhor compreender esta contestação ver CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “A fundação do Acre”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

confrontos bélicos e diplomáticos, tornando-se peleja de noticiários sobre os eventos associados ao Acre e seu arrendamento.

Movida por esta “batalha de jornais” pelo Acre é que se desenvolve a presente Tese em História Social no Programa de Doutorado Interinstitucional USP/UFAC, tendo como foco a análise de acervo armazenado na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional a respeito do *Bolivian Syndicate*, reunido a partir da leitura dos periódicos paraenses *Folha do Norte*, *O Pará*, *Correio Paraense* e a *Província do Pará*, amazonense *Diário Oficial do Amazonas*, acrianos *O Cruzeiro do Sul* e *O Alto Purus*, acrescidos de informações obtidas junto aos cariocas *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, e o norte americano *The New York Times*. Importante é salientar que por questões de tempo e metodologia foram empregados os exemplares destes jornais que tiveram circulação entre as décadas de 1890 a 1899, 1900 a 1909 e se encontravam disponibilizados em bancos de dados digitais de acesso franqueado⁴ na internet.

De tal modo que, se caracterizam como fontes primárias os materiais coletados nos periódicos elencados. Ao passo que, as secundárias são artigos científicos em meio digital ou impresso, livros e romances sobre o processo de incorporação territorial e política do Acre ao Brasil; bem como os textos relativos ao contexto nacional e internacional que conduziram a este processo de anexação. Igualmente se incluem ao rol dos aportes auxiliares as obras que abordam às discussões teóricas e metodológicas do trato com fontes e seus lugares de produção, somando-se material sobre *corpus* documental, história da imprensa, história e meio ambiental, história digital, história pública, dentro de uma perspectiva transdisciplinar conforme aponta Edgard Morin.⁵

A opção de trabalho com jornais que circulavam entre o Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira decorre de seu envolvimento com a Questão do Acre e o *Bolivian Syndicate*, aduzido de uma perspectiva de método de trabalho. Isso porque, no Rio de Janeiro estava sediado o governo federal durante esse período cronológico, sendo assim o local em que surgiam as diretrizes de política externa. Ao passo que Belém e Manaus eram as capitais dos estados brasileiros que mais se beneficiaram do comércio de borracha. Enquanto que Cruzeiro do Sul e Sena Madureira eram as sedes de dois, dos três, departamentos do Território Federal do Acre. Por sua

⁴ Exceção à regra do acesso livre em bancos de dados digitais foi o jornal *A Província do Pará*, conforme será explicitado no capítulo quatro desta tese.

⁵ MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

vez, concernente a metodologia, o critério do uso das fontes hemerográficas (digitalizadas e disponíveis em bancos de dados de acesso franqueado na Internet) possibilitou consorciar o maior quantitativo de informações a respeito do *Bolivian Syndicate* e a aquisição do Acre, a partir dos diálogos com periódicos privados e oficiais que circularam nestas cidades.

A inspiração para composição desta Tese se constituiu a partir da obra *No Calor da Hora: a guerra de Canudos nos Jornais* de Walnice Nogueira Galvão⁶, bem como da possibilidade de realizar abordagem diferenciada sobre o tema, acrescido do interesse pelas discussões acerca da construção do caráter brasileiro do Acre a partir do desenrolar de sua anexação ao Brasil, notadamente da apresentação do *Bolivian Syndicate* em fontes hemerográficas e por meio da revisão bibliográfica sobre este.⁷

Da leitura do livro de Galvão⁸ - que a própria autora definiu como “tentativa de estabelecimento de *corpus* das reportagens sobre a Guerra de Canudos” - despontou à expectativa de estudar o *Bolivian Syndicate* em escritos de jornais. Posto que aquele trabalho motivou-me a compreender como antes, durante e depois da disputa pelo Acre eram reportados os entremeios disto nas cidades do Rio de Janeiro, Belém, Manaus e dentro das cidades acrianas de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira.

Ante esta inspiração, no primeiro capítulo se faz a apresentação da questão de propriedade do Acre anteriormente a sua incorporação oficial ao Brasil. Já no seguinte se tem os caracteres comuns e incomuns dos jornais no período de 1890 a 1909, aduzidos de como se deu o acesso e trato com estas fontes. No terceiro são expostas e analisadas as definições e abordagens dadas ao *Bolivian Syndicate* de acordo com a historiografia “acriana”, esclarecendo que a qualificação dentro deste segmento apresenta algumas especificidades para além do critério de produção feita por nativos ou dentro das terras “acrianas” para daí então, se apresentar diretamente o Acre e o

⁶ Na obra em comento, a autora constituía e analisava corpus documental acerca as notícias publicadas nos jornais cariocas, paulistas e baianos sobre Canudos. Ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

⁷ O interesse pela construção e apresentação do caráter brasileiro do Acre desperta meu interesse desde os tempos de graduação em História, de modo tal que motivou a escrita de monografia sobre a construção diplomática da feitura do Acre como ente brasileiro. Ao passo que a dissertação, tendo em vista esta perspectiva, focou na formação da Reserva Extrativista Chico Mendes como alternativa aos moldes extrativistas existentes até a década de 1980 no Acre, a este respeito ver ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. *As dimensões do fazer-se da Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre (1975-2001)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002, 171 p.

⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 11.

Bolivian Syndicate nas fontes hemerográficas no quarto e quinto capítulos, tendo como referencial as publicações de Belém, Manaus, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira.

Desta feita, no penúltimo capítulo se delineiam os traços dos jornais de Belém e os enfoques dispensados ao Acre antes e durante o seu arrendamento. Ao passo que no quinto e último capítulo abordam-se os periódicos do “Acre brasileiro”, caracterizando-se as fontes hemerográficas manauaras, cruzeirense e sena-madureirenses. A isto, se acrescenta a análise quanto às formas de trato à Questão do Acre e ao *Bolivian Syndicate* na Imprensa Oficial Amazonense (intercalado com as publicações do Partido Republicano e dentre os comerciantes do Amazonas) na virada do XIX ao XX.

Por questões metodológicas, no decorrer deste quinteto, encontram-se distribuídos os dados pesquisados nos periódicos do Rio de Janeiro, também do *The New York Times*, aduzidos dos manauaras *A Federação: órgão do partido republicano* e *Commercio do Amazonas* com a finalidade de melhor entender como se articulavam os “campos de ação da imprensa”⁹ e os usos destes veículos de comunicação para abordagem sobre o *Bolivian Syndicate*.

⁹ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História: História e Imprensa, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 3 set. 2013.

CAPÍTULO 1- O ACRE ANTES DO BRASIL: da suposta aquisição do território em troca de um cavalo e da indefinição de fronteiras

1.1. De cavalos e disputas entre “vizinhos”

Diz um ditado brasileiro que “a cavalo dado não se olham os dentes”¹⁰, o que quer dizer da pouca ou da nenhuma exigência quanto à coisa oriunda de donativo. Em outros idiomas o provérbio adquire novas formas, tal qual “beggars can't be chooser”, mas seu significado sempre é associado ao fato de que a dádiva pouco se deve questionar. Todavia, a expressão em comento é utilizada aqui com o fito de reportar às notícias divulgadas na imprensa a respeito do *Bolivian Syndicate* e anexação do Acre ao Brasil no início do século XX, que é temática deste estudo.

Para tanto, deve-se inicialmente recordar que a tratativa diplomática entre Bolívia e Brasil, da qual resultou a aquisição do Acre por este, envolveu o pagamento de cento e dez mil libras esterlinas ao sindicato de arrendatários das terras acrianas, ou seja, aos integrantes do *Bolivian Syndicate*.

Outra imprescindível recordação é de que a aquisição do Acre fez-se mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas a Bolívia, aduzido da cessão de terras na Amazônia brasileiras aos bolivianos e a permissão de livre navegação em águas nacionais, acrescido do compromisso de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

De tal maneira que, a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, não se deu sem ônus aos cofres brasileiros, conforme se lê sobre o pagamento pela “permuta territorial” no seu terceiro artigo, tal como se verifica no sétimo artigo e a obrigação de criar a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

Artigo III

Por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados entre as duas nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indenização de £ 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a República da Bolívia aceita com o propósito de a aplicar

¹⁰ Embora mais usual seja “a cavalo dado não se olha dente”, também é possível “a cavalo dado não se olham os dentes”, conforme diz MACHADO. Josué R. S. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/09/brasil/21.html>> , .Acesso em: 25 jan. 2015.

principalmente na construção de caminhos de férreo ou em outras obras tendentes a melhorar as comunicações e desenvolver o comércio entre os dois países. O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira dentro do prazo de três meses, contando da troca das ratificações do presente Tratado, e a segunda em 31 de março de 1905. [...]

Artigo VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antonio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou outro ponto próximo (Estado do Mato Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquezas e tarifas.¹¹

Assim, embora os termos e a forma de condução do Tratado de Petrópolis tenham sido criticados em âmbito interno brasileiro¹², fato é que o acordo estabelecia a permuta territorial entre Bolívia e Brasil mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas deste àquela, além de instituir a obrigação da construção de ferrovia Madeira-Mamoré¹³ a fim de melhorar o acesso e deslocamento de produtos bolivianos para águas do Atlântico. Ademais, o Tratado de Petrópolis também estabelecia em seu oitavo artigo que as tratativas a respeito das fronteiras com o Peru, concernentes a região da nascente do Javari até o paralelo de 11º, seriam feitas de modo amistoso e sem prejuízo algum a Bolívia.¹⁴

¹¹ O TRATADO DE PETRÓPOLIS E O CONGRESSO NACIONAL. Brasília: Gráfica do Senado Federal. Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2003. (Coleção Documentos para a História do Acre).

¹² ANDRADE, José H. Fischel de; Limoeiro, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: Considerações sobre a Questão acriana e o Tratado de Petrópolis (1903). Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 46, n.1, junho de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292003000100005&lng=en&nrm=i>. Acesso em 03 abr. 2013.

¹³ Acerca disto ler SINGER, Paul. O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris [et.al.]. Brasil republicano, estruturas de poder e economia. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 378-428. (História Geral da Civilização Brasileira; t.3.; v.8), p. 417-429.

¹⁴ Sobre os prejuízos territoriais sofridos pela Bolívia no decorrer do século XIX e início do XX, há que se considerar: GARAY VERA, Cristián. El Acre y los asuntos del Pacífico: Bolivia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909. Historia (Santiago), Santiago, v. 41, n. 2, dic. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717- GARAY VERA, Cristián. El Acre y los asuntos del Pacífico: Bolivia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909. Historia (Santiago), Santiago, v. 41, n. 2, dic. 2008>. Acesso em: 03 abr. 2013.

Logo, a incorporação do Acre ao Brasil não decorreu de doação, expropriação ou mesmo de permuta territorial por um cavalo¹⁵, conforme a imprensa brasileira noticiou que teria sido afirmado por Evo Morales, presidente da Bolívia, em discurso proferido em 2006, na Cúpula América Latina-União Europeia ocorrida em Viena, na Áustria. Na ocasião, a polêmica foi empregada como combustível ao debate em torno das refinarias da Petrobrás existentes na Bolívia. E tanto a ação, quanto as justificativas presidenciais causaram comoção nos veículos de comunicação brasileiros, fossem os com maior ou menor repercussão nacional, estivessem circulando na internet, impressos ou em rádio e TV, conforme exemplifica o texto abaixo exposto e publicado então na *ISTOÉ dinheiro*:

No fim de 1903, um certo Kent¹⁶ começou a assinar misteriosos artigos no **Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, em defesa da compra de um território longínquo e desconhecido por grande parte da elite da capital**. O Acre, no extremo Oeste brasileiro, havia sido adquirido da Bolívia pela espantosa cifra de 2 milhões de libras esterlinas, após a assinatura do Tratado de Petrópolis. O responsável pela decisão foi o chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, que entrou para a história com o título de Barão do Rio Branco e como símbolo da boa diplomacia brasileira. O Barão, porém, era alvo de ataques impiedosos na imprensa fluminense, em especial no Correio da Manhã. Isso porque, além da fortuna paga aos bolivianos, o governo brasileiro se comprometera a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que integraria as economias do Brasil e da Bolívia. Por tudo isso, o Barão era acusado do crime de lesa-pátria. Os jornalistas do Correio, por sua vez, diziam que o tratado era uma “mancha negra” na história do País e argumentavam que a ferrovia cairia no abandono – neste segundo ponto, estavam certos, pois a Madeira-Mamoré ficou conhecida como “ferrovia do diabo” e nela morreram 6 mil operários. Tempos depois, descobriu-se que Kent era ninguém menos que o próprio Barão do Rio Branco, usando a pena em defesa dos atos da chancelaria. “O Acre até pouco tempo era a região mais maravilhosamente rica da América do Sul”, escreveu o Barão, num dos artigos. “Aquele solo fertilíssimo foram cidadãos brasileiros que o trabalharam”.

Um século e três anos depois desse embate jornalístico, Evo Morales, o troglodita boliviano que se apossou das refinarias da Petrobras, decidiu atropelar a própria história e desferir mais um ataque ao Brasil. Num discurso na Cúpula América Latina-União Européia, em Viena, na Áustria, Morales disse que o “Acre foi trocado por um cavalo”. Depois, afirmou que a Petrobras estaria agindo ilegalmente em seu país e contrabandeando gás.

Portanto, não haveria razão para indenizar a estatal brasileira, que já investiu mais de US\$ 1 bilhão na Bolívia.¹⁷

As declarações de Morales causaram problemas de ordem diplomática e financeira, além de suscitaram o levante de um debate jornalístico em torno da História do Brasil e de sua relação com os países vizinhos da América do Sul. Esta discussão, a

¹⁵ A este respeito ver “Quanto vale o Acre: Em nova provocação, Evo Morales diz que o Estado foi comprado da Bolívia por um cavalo e prova que desconhece até a própria história”, escrito por Leonardo Attuch, publicado na edição de número 452, de 17 de maio de 2006, da revista ISTO É dinheiro. Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br/noticias/5014_QUANTO+VALE+O+ACRE>, Acesso em: 08 jan. 2014.

¹⁶ Kent era um dos pseudônimos utilizados por José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido por seu título de Barão do Rio Branco.

¹⁷ Parte do texto “Quanto vale o Acre: Em nova provocação, Evo Morales diz que o Estado foi comprado da Bolívia por um cavalo e prova que desconhece até a própria história”, de Leonardo Attuch, publicado na edição de número 452, de 17 de maio de 2006, da revista ISTO É dinheiro. Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br/noticias/5014_QUANTO+VALE+O+ACRE>, Acessado em: 08 jan. 2014.

época, pode ser constatada inclusive nos jornais brasileiros de locais mais distantes das terras acrianas e de menor repercussão nacional, como em *Paraná On Line*, de onde foi extraído parte do texto abaixo, no qual se verifica uma defesa intensa da Petrobrás e do Acre, fazendo uso de dados históricos como o pagamento de indenização tanto a Bolívia e Peru, quanto ao consórcio de investidores denominado *Bolivian Syndicate*:

[...] Outro que tinha uma privilegiada visão do continente era o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil que na época teria trocado o território do Estado do Acre, que pertenceu à Bolívia e ao Peru até 1913, por um cavalo - segundo Evo Morales.

O errático Evo Morales foi democraticamente eleito, reflete a opinião de seus eleitores e pode até estatizar o fluido de isqueiro para acender o charuto de Fidel Castro. Mas pelos ruídos da cavalgadura, a diplomacia boliviana deve ter aprendido a se movimentar com o cavalo de Simon Bolívar.

Tratando o Brasil como um jumento, Morales também acusou a Petrobras de contrabando, sonegação e de agir ilegalmente na Bolívia. A entrevista de Morales aconteceu na Suíça e as declarações do boliviano pareciam ter vindo de um estadista formado nos alpes suíços.

Na outra ponta da mesa, o presidente Lula restou com um gosto acre na boca, compenetrado na leitura do livro Como fazer amigos e influenciar pessoas.

Muy amigo, Lula está precisando consultar a história do Brasil: o território do Acre foi ocupado por seringueiros no final do século 19 e acabou sendo comprado pelo Brasil, em 1903, por dois milhões de libras esterlinas, pagos aos governos boliviano e peruano, além do pagamento de uma indenização de 110 mil libras esterlinas ao arrendatário da área, *The Bolivian Syndicate*. [...]

A versão de Morales de que o Acre teria sido trocado por um cavalo lembra outra história mal contada: em 1623, a Holanda teria comprado a Ilha de Manhattan pela bagatela de 24 dólares. Ou seja, calculando-se que naquela época um cavalo custava bem menos que um dólar, com 24 dólares se podia comprar a Bolívia com o Acre anexo.

A história de Nova York revista no livro *A ilha no centro do mundo*, de Russel Shorto, desmontou a versão da compra por 24 dólares. Na verdade, os holandeses compraram a própria paz e proteção na ilha dos nativos moicanos. Como os indígenas não conheciam dinheiro, havia um pagamento regular em quinquilharias para evitar os seguidos massacres de colonos. Colares, machadinhas, serrinhas, no valor de 60 guilders (moeda holandesa), que depois alenda transformou em 24 dólares.

No entrevero com a Bolívia, alguém bebeu demais. De fato, a história tem pinguço no meio: consta que José Manuel Pando Solares, que presidiu a Bolívia entre 1889 e 1904, vivia bêbado e, num dos porres, trocou o Acre por um cavalo de raça que levou para sua própria fazenda.

Relembrando Jorge Luis Borges, essa pendência histórica do Brasil com a Bolívia deve ser resolvida com diplomacia: devolvam o cavalo a Evo Morales e não se fala mais nisso.¹⁸

Muito embora, no artigo se incorram em equívocos como a exposição de dados imprecisos sobre a data de resolução final da aquisição do território acriano, perpassando os supostos excessos do presidente Pando e sem poupar a postura do presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva quanto ao caso da Petrobrás. E estas manifestações não se limitaram à imprensa, foram igualmente externadas nos meios políticos, haja vistas ao pronunciamento do então governador acriano:

¹⁸ “Devolvam o cavalo”, escrito por Dante Mendonça, em 14 de maio de 2006 e publicado em *Paraná On line* – Paranaense como você. Disponível em: <www.parana-online.com.br/colunistas/67/35960/?postagem=DEVOLVAM+O+CAVALO>, Acesso em: 08 jan. 2014.

Nesta sexta-feira, em Rio Branco, o governador do Acre criticou as declarações do presidente da Bolívia, Evo Morales. “Está passando de certa forma dos limites, e está na hora do Brasil dizer que respeito é bom e que os brasileiros gostam”, afirmou o governador Jorge Viana.¹⁹

Já não bastasse à polêmica Brasil *versus* Bolívia face à Petrobrás e ao Acre, Diogo Mainardi em 14 de maio de 2006, no programa Manhattan Connection, do canal GNT teria feito um pronunciamento afirmando que o território não equivaleria nem mesmo a um equino.

A esses os episódios seguiram-se alvoroços em solo acriano, no entanto, com distintos resultados. Enquanto o Morales causou indignação, Mainardi conduziu a litígios judiciais, conforme noticiavam os periódicos acrianos. Segundo o *Página 20*, alguns habitantes do Acre ingressaram com processos contra o comentarista do GNT Juizado Especial Cível²⁰. E em meio às bravatas jurídicas e à controvérsia equestre territorial, o historiador Marcus Vinicius Neve publicou em blog de jornalista acriano uma explicação denominada “O Acre por um cavalo branco”:

É normal para os brasileiros, que estudam ou trabalham na Bolívia, ouvirem [...] que o Acre foi trocado com o Brasil por um cavalo branco. [...] Dizem os bolivianos que, /.../infelizmente para eles, tiveram /.../durante um período de sua história um presidente louco chamado Mariano Melgarejo. Coube a esse Presidente, /.../ ridicularizado por seu próprio povo, negociar com o Brasil a questão de limites entre os dois países no período da Guerra do Paraguai. Isso era importante para o Brasil (sic) porque interessava ao governo brasileiro neutralizar qualquer possibilidade da (sic) Bolívia se unir ao Paraguai /.../ na guerra que estava sendo travada entre esse país e a coalizão formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Por isso, sob pressão, o governo brasileiro se propôs a rever o Tratado de Madri (1750), que até então (sic) definia a fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Entretanto, o consul brasileiro na Bolívia, Regino Correa, conhecendo a paixão do presidente Melgarejo por cavalos, antes mesmo de iniciar as negociações, o condecorou com uma medalha e lhe deu de presente um casal de lindos cavalos brancos de raça. Contam que o Presidente boliviano ficou tão feliz com o presente recebido que na hora da negociação deu de presente para o Brasil dois dedos de terra marcados no mapa, uma vez que se tratava de terras despovoadas. Com isso, a linha divisória, que a partir de 1750 era reta, passou a ser oblíqua, dando origem à linha imaginária conhecida hoje como Linha Cunha Gomes. Entretanto, essas terras ao norte da linha oblíqua Cunha Gomes, não pertencem ao Acre, mas hoje fazem parte do território do Estado do Amazonas. Sendo que as terras ao sul da linha Cunha Gomes foram conquistadas pela luta dos brasileiros do Acre durante a Revolução Acriana e legalmente anexadas ao Brasil através do Tratado de

¹⁹ A este respeito ver “Evo diz que o Acre foi trocado por um cavalo - O Tratado de Petrópolis, no qual o barão do Rio Branco garantiu o Estado do Acre, para o Brasil, foi assinado há 103 anos.”, publicado na página do Jornal Hoje, no portal de notícias G1, em 12 de maio de 2006. Disponível em: <g1.globo.com/jornalhoje/0..MRP1151983-16022.00.html>. Acessado em: 08 jan 2014.

²⁰ “Mainardi não comparece a audiência - Colunista da revista Veja alega preocupação com sua integridade física. Justiça pode julgá-lo à revelia”, artigo publicado em 28 de setembro de 2006, escrito por Whilley Araújo. Disponível em: <pagina20.uol.com.br/28092006/p_0928092006.htm>. Acesso em: 08 jan. 2014.

Petrópolis (1903), assinado com a Bolívia, e do Tratado do Rio de Janeiro (1909), assinado com o Peru. [...] ²¹ (sic)

Passado mais de um século do início da solução dos limites entre Brasil, Bolívia e Peru em torno da Questão do Acre, eis que ressurge o corcel e as batalhas jornalísticas, embora não fossem exclusivamente impressos, mas veiculados em meios digitais e áudios-visuais que nos recordavam o ditado “a cavalo dado, não se olham os dentes”. Contudo, a alteração e o dito popular remetem ao exame da “dentição”, ou melhor, aos jornais do período da demanda pelas terras do Acre, com fins de compreender como tais veículos de comunicação colaboraram para a escrita da História.

Para tanto, fez-se necessário recorrer a *corpus* documental com fontes hemerográficas publicadas entre 1890 a 1909 e que reúnem jornais de Manaus, Belém, Rio de Janeiro, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira disponibilizados com acesso franqueado em meio digital na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, cujas análises se deram a partir do confronto com bibliografia relacionada à temática e elencada ao final deste trabalho.

A opção por estes marcos espacial teve por motivação serem as duas primeiras cidades os locais de partidas e chegadas para navegação, comércio e difusão de informações do Acre, por conseguinte, também as “urbes” diretamente tocadas pelo aparato em torno da produção e comercialização da borracha. Ao passo que o Rio de Janeiro era a capital do governo brasileiro e das diretrizes diplomáticas tomadas a respeito das terras acrianas. Enquanto que Cruzeiro do Sul e Sena Madureira eram as sedes dos Departamentos do Alto Juruá e Alto Purus.

A escolha do período entre 1890 a 1909 para análise das fontes primárias leva em conta que os reclames de mercadorias correlacionados ao Acre e os avisos marítimos povoavam os classificados no decorrer da década de 1890, concomitantemente com as ações das comissões mistas de demarcação de terras entre Brasil e Bolívia que se desenrolaram a partir de 1896. Estudar os jornais até 1909, postergando o referencial de tempo para além do Tratado de Petrópolis, expõe como se construiu a memória em torno do *Bolivian Syndicate* e da Questão Acriana na imprensa e historiografia do Acre.

O debate comentado nesta etapa inicial do primeiro capítulo aponta como elementos norteadores: a suposta permuta de terras por animal *versus* a compra do

²¹ Escrito pelo historiador Marcos Vinicius Neves, ex-professor substituto da Universidade Federal do Acre e a época presidente da Fundação de Cultura do município de Rio Branco, capital do Acre, denominada Fundação Garibaldi Brasil. Disponível em: < www.altinomachado.com.br/2006/05/o-acre-por-um-cavalo-branco.html >, Acesso em: 20 jan 2014.

território acriano; o contexto sócio-histórico e político dos limites territoriais acrianos; os antecedentes que convergiram para a criação do “*Bolivian Syndicate*”; o papel da imprensa escrita no início do XX inserido na oficialização das fronteiras trinacionais. Superada à querela equestre, esboços e estímulos para definição do mapa do Acre anteriores ao Tratado de Petrópolis.

1.2. Linhas e desalinhos do Acre de outrora

A Questão do Acre e a sua “dança” de limites regionais, não foi uma exclusividade do início da República do Brasil, nem uma decorrência de limites fluídos do Império Brasileiro, que somente se solucionariam perante a adaptação da “conquista do oeste” ou do “fardo do homem branco” ao cenário sul americano nos primeiros anos do século XX. Contudo, somente foi pacificado o “bailado das fronteiras” nos primórdios da República Brasileira, graças à alteração nas linhas de atuação da diplomacia brasileira durante a permanência do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, que consolidou a identidade territorial nacional demarcada e solucionada em acordos internacionais.

Apesar da resolução da propriedade e da fixação fronteiras internacionais do Acre datarem de pouco mais de um século, os litígios em torno de suas terras e recursos naturais foram herdados do período colonial. Isto porque, tanto no momento posterior aos “Descobrimentos”, quanto na fase de colonização, o território acriano era propriedade espanhola. E assim estava definido desde a época da partilha das terras do Novo Mundo por Espanha e Portugal com a Bula Inter Coetera (1493), tendo sido confirmado nas reformulações de limites com o Tratado de Tordesilhas (1494).

Na Bula Papal denominada de Inter Coetera, se estabeleceu a existência de um meridiano a 100 léguas de Cabo Verde, pelo qual se determinava que as terras a oeste deste fossem da Espanha, ao passo que as situadas a leste se considerassem como propriedade de Portugal. De tal forma que, em 1493 nenhuma parte do Brasil seria português. A revisão da Bula Inter Coetera, por meio do Tratado de Tordesilhas, se estendeu a linha divisória territorial de 100 para 360 léguas de Cabo Verde, ficando então em 1494, apenas metade das atuais terras brasileiras sob o domínio luso. Com a União Ibérica (1580 a 1640) e o ingresso dos colonos portugueses para além dos limites

de Tordesilhas, fez-se necessário reordenar as divisas. Ao longo do século XVIII vários foram os conflitos e as alterações no tracejado das demarcações coloniais de Portugal e Espanha, em que se modificaram os mapas dos territórios coloniais – tanto no Novo Mundo, quanto na Ásia.

Note-se que mesmo no Tratado de Madri (1750), se consagraram as divisas territoriais por meio de acidentes naturais e a posse como norte para regulação do direito, conforme a adoção do princípio do Direito Privado Romano do *uti possidetis, ita possideatis*: “quem de fato possui, deve possuir de direito”. E em que pese tanto o Tratado de Madri, quanto El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777) terem por finalidade o estabelecimento da paz entre as colônias portuguesas e espanholas devido às disputas territoriais fronteiriças, seu objeto de discussão não versava especificamente sobre o atual território acriano, mas teve sempre como foco a região dos Sete Povos das Missões. Assim sendo, desde o período dos ditos descobrimentos, perpassando toda a fase colonial, o Acre efetivamente constava como região não pertencente aos portugueses.

No decorrer do século XIX, a compreensão de que o Acre não havia sido portugueses manteve-se e foi respeitada oficialmente com a formulação de novas fronteiras durante a criação dos estados independentes de Brasil e da Bolívia. Entretanto, tal entendimento, apesar de juridicamente aceito, não foi pacífico, como demonstram os Tratados de Ayacucho (1867), Medina-Carvalho (1894) e o protocolo da Linha Cunha Gomes (1898).

No século XIX, em lugar de uma discussão sobre demandas limítrofes entre colônias latino-americanas pertencentes a longínquos países europeus, os embates lindes se davam no contexto de formação e instalação de alicerces de novas nações. A delimitação de territórios ultrapassava a mera questão cartográfica e a materialização de política colonial das antigas metrópoles europeias, sendo composta pela concepção de identidades nacionais de países neófitos e suas posições políticas.

Tendo em vista isto, recorde-se as avaliações de Cervo e Bueno, ao afirmarem que durante o Segundo Império do Brasil, embora ocorresse a alternância ministerial entre conservadores e liberais, também se deu o fortalecimento das instituições políticas e coesão na política externa, determinando os “desígnios do Estado” no plano exterior, de tal forma que as diretrizes nesta esfera ficaram estabelecidas em:

[...] a) resistir às pressões inglesas e às provocações imperialistas; b) suprimir o tráfico e estimular a imigração; c) assegurar um controle do Prata, em benefício da segurança

interna e da livre navegação; d) garantir as posses territoriais e a paz das fronteiras por acordos bilaterais.²²

Logo, depreende-se pela assertiva acima, que embora os autores exponham o Brasil dos tempos de Pedro II como um país vitimado pelo imperialismo e com uma política de limites a partir de ajustes entre as partes, não o descaracterizaram em sua atuação imperialista frente ao continente sul-americano. E assinalaram que no período - entre 1844 a 1889 – efetivou-se a fase de “reação e consolidação” da política externa face à vizinhança de seu entorno, uma vez que no Império Brasileiro de D. Pedro II as finalidades seriam “econômicas e estratégicas, ou seja, manter a livre navegação dos rios e o mapa geopolítico. Sua política, mesmo quando intervencionista e até mesmo imperialista, jamais inclui a anexação territorial [...]”²³

Desta feita, o Brasil adentrou em uma etapa de ingerência sobre a região do Rio da Prata que resultou anos mais tarde no ingresso em conflito direto entre a Aliança Tríplice²⁴. Em função do conflito na região da bacia Platina²⁵, temendo que bolivianos e paraguaios²⁶ estabelecessem um pacto que resultasse em posterior ataque ao Mato Grosso, o Império do Brasil firmou com a Bolívia o já citado Tratado de Ayacucho. Por este documento se regulavam as fronteiras entre ambos os países - mediante ações futuras de demarcação -, além de permitir a navegação e tráfego de embarcações bolivianas em águas brasileiras que levassem ao Atlântico.

Mas, não obstante a polêmica desta delimitação de terras vinculada aos trabalhos ulteriores de comissões mistas, ou da controversa permissão de acesso aos caminhos fluviais, igualmente questionável foi o aceite do princípio do *uti possidetis*, gerando contestações entre “os formadores de opinião” dos países signatários e os do Peru, conforme explica Xavier:

O Tratado teve como base o princípio do *uti possidetis*. Traçava uma linha divisória pormenorizada, em que os limites lineares eram divididos em três trechos distintos: o norte, o sul e o intermediário.

²² A respeito das relações exteriores brasileiras e suas diretrizes ver: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. A política externa brasileira 1822-1985. São Paulo: Ática, 1986. p. 20.

²³ Denota-se a preocupação dos autores em categorizar a política externa de Pedro II como não imperialista. A este respeito ler: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. A política externa brasileira 1822-1985. São Paulo: Ática, 1986. p. 28.

²⁴ Tangente a Guerra do Paraguai, tornou-se referência na historiografia CHIAVENATO, Júlio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979.

²⁵ Ainda acerca da Guerra do Paraguai ler também comentários a Chiavenato em QUEIRÓZ, Silvana. História e Historiografia: revisando a obra “Genocídio Americano: a guerra do Paraguai”, J. J. Chiavenato. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

²⁶ Quanto aos temores e desdobramentos na corte brasileira da Guerra do Paraguai ler DEL PRIORE, Mary. O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

No norte, a falta de conhecimento preciso de vários pontos geográficos, como as nascentes dos rios, demandaria um trabalho posterior, que caberia a várias Comissões importantes no conhecimento geográfico da Amazônia, como a chefiada pelo Dr. Luiz Cruls, Diretor do Observatório do Rio de Janeiro, em 1901, que determinou a nascente do Alto Jaquirana, e a Comissão chefiada por Euclides da Cunha, em 1904, que determinou a nascente do rio Purus.

O ponto mais crítico, segundo analistas hispano-americanos, foi na área sul da região fronteira, pois resguardou para o Brasil estabelecimentos bolivianos, como San Mathias. O argumento era de que o Brasil passava a tomar posse de terras anteriormente pertencentes à Espanha, pelo Tratado de Santo Ildefonso. De fato, o Mato Grosso incorporava uma faixa de terra a oeste da linha definida nos tratados coloniais.

No Brasil, esse trecho, também, foi criticado, posteriormente, durante os problemas acrianos. Alguns julgavam que os negociadores do Império, em função da ocupação do rio Madeira e de outros afluentes da margem do Amazonas, "... poderiam ter levado os limites muito mais ao sul para incluir ao território nacional, as áreas dos formadores dos rios Purus e Juruá."

No trecho intermediário foi confirmado o tradicional limite do rio Guaporé, estabelecido pelo Tratado de Madri, "... o único, aliás, das fronteiras amazônicas sobre o qual nenhuma dúvida houve no século XIX." A crítica a este tratado, refere-se a política brasileira do *uti possidetis*. Os círculos políticos peruanos reforçaram esta posição, apesar do Peru ter sido o primeiro a aceitar o *uti possidetis*, combatia este princípio por julgar-se com direito sobre terras reconhecidas pelo Brasil, como bolivianas.

No Brasil, permaneceu como um discurso consagrado em alguns formadores de opinião, a ideia de que o governo poderia ter obtido mais vantagens territoriais. Para Sampaio Góes, se não fosse a intranquilidade do momento o Império poderia ter conseguido mais, porque, o acesso e a ocupação dessas regiões eram muito mais viáveis pelo Brasil do que pela Bolívia.

Para estes formadores de opinião, as concessões a Bolívia só foram feitas porque foram negociada no momento em que o Brasil estava em guerra. Fato que determinava a necessidade de se tornar mais simpático a América Hispânica, e a urgência em resolver suas incertezas fronteiriças com a Bolívia, principalmente pelo papel estratégico dessa área.²⁷

Afora solucionar temporariamente as marcas fronteiriças, o Tratado de Ayacucho também representou a preocupação da Bolívia acerca da circulação de suas embarcações e mercadorias ao Atlântico. Enquanto que para o Brasil significou a tomada de posição relativa ao interior de sua área oeste, levando ao confronto com os interesses de países vizinhos – tal qual o caso do Acre boliviano.

Igualmente, o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação - como também ficou conhecido o Tratado de Ayacucho – tornou evidentes os cuidados de ambas as nações em torno das relações internacionais na América do Sul, vez que, conforme assegura Da Silva Fernandes:

[...] a Bolívia que priorizou a demarcação de seus limites territoriais (Bacia Platina e/ou Amazônica), tinha como prioridade à abertura dos rios à livre navegação. Essa questão foi importante porque ao vislumbrar a navegação nos rios amazônicos, almejava também uma expansão para a porção de leste de seu "território", ou seja, em direção ao eixo platino e principalmente a Província do Mato Grosso.²⁸

²⁷ Há que se recordar divergências entre o Império Brasileiro e as repúblicas vizinhas a respeito do princípio do *Uti Possidetis*, neste sentido, elucidativa é a leitura de XAVIER, Lídia de Oliveira. Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. 2006. p. 118-119.

²⁸ DA SILVA FERNANDES, Roberto Mauro. Uma breve historia do relacionamento entre Brasil e Bolívia e de seu vínculo com Corumbá/MS (uma cidade fronteira): dos projetos geopolíticos às

Outra peculiaridade, suscitada ainda nesta análise do Tratado de Ayacucho, é o interesse do capital internacional para exploração do interior da área amazônica e da bacia do Pantanal, ou seja, a dita “abertura dos rios à livre navegação”. O que possibilita a conexão com a conjuntura mundial do século XIX, quando a busca de novos mercados consumidores e fornecedores de recursos naturais desemboca no neocolonialismo e imperialismo, nas contendas pela “partilha” de áreas territoriais e de influência em solo africano, asiático e americano e seus mecanismos de exploração – tais quais as companhias de colonização denominadas *chartered companies*.

Ligação esta com contexto internacional, que, sobretudo, no “Novo Mundo” se relacionava com os princípios norteadores dados pela Doutrina Monroe, o Destino Manifesto, o “fardo do homem branco” e a conquista do Oeste. Mas, que não se limitou apenas à expansão dos Estados Unidos dentro da América do Norte, tendo se estendido ao Mar do Caribe com a participação no processo de Independência de Cuba²⁹ e na formação do Panamá. Atuação que encontrava estímulos nas circunstâncias internas norte-americanas e que eram comparáveis ao movimento neocolonialista que se alastrava na África e Ásia:

A compra dos territórios franceses da Louisiana e a aquisição da Flórida tinham sido apenas os primeiros passos nos avanços territoriais.

Posturas e concepções presentes nos movimentos religiosos, como a ideia de que existem povos escolhidos e abençoados por Deus, passariam a povoar o imaginário coletivo da nação que se acreditava eleita para um destino glorioso. A fé nas instituições livres e democráticas também se intensificava.

A partir disso, desenvolveu-se a ideia de “destino manifesto”: seria uma missão espalhar a concepção da sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda.

Argumento semelhante de superioridade étnica estava sendo utilizado pelos europeus no movimento neocolonialista na Ásia e na África do século XIX: o homem branco seria responsável por levar a civilização e o progresso às outras nações “selvagens” e “atrasadas”.

Entre os norte-americanos, no discurso que justificava o imperialismo, junto de “civilização e progresso”, lia-se “democracia e liberdade”.³⁰

Assim, se momentaneamente o Tratado de 1867 ordenou uma situação fronteiriça de Brasil e Bolívia que era debatida desde a independência, também coadunou a configuração sul americana ao contexto neocolonial e imperialista que grassava o

interações de fronteira. En Contribuciones a las Ciencias Sociales, abril 2013. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/24/projetos-geopoliticos-brasil-bolivia.html> Acesso em: 01 jan de 2014.

²⁹ Ver SCHILLING, Voltaire. EUA x América Latina: as etapas da dominação. Porto Alegre: L&PM, 1991.

³⁰ KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 125.

mundo no XIX, embora os episódios posteriores entre brasileiros e bolivianos tenham demonstrado o caráter inconcluso desta amarração.

E ainda que se destaque o fato dos acontecimentos regionais impulsionarem a assinatura de acordos legais paliativos sobre fronteiras, as crescentes influências dos Estados Unidos sobre as demandas internas do continente americano também se faziam notar. Isto porque, na resolução da questão acriana, ocorreram intensas articulações diplomáticas junto aos EUA e “copiou-se” a ideia de aquisição de terras, bem como a criação do ente federativo do território – que não era previsto na primeira constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, vigente de 1892 até 1934.

Por outro lado, em plano interno à América Meridional o Tratado de Ayacucho estimulou a formação das chamadas comissões demarcatórias de fronteiras, compostas por brasileiros e boliviano. Contudo, é interessante perceber que os trabalhos, da tríade destes grupos mistos para resolução dos limites entre Brasil e Bolívia, tenham se dado vinte e oito anos após assinatura do Tratado de Ayacucho. Mais emblemático é observarmos que era uma república então “recentemente proclamada” tentando concretizar acordo firmado antes de sua existência e anterior mesmo a presença de Rio Branco, como recorda Vergara:

[...] três expedições à Amazônia Ocidental que tiveram por missão demarcar o limite entre Brasil e Bolívia durante a Primeira República brasileira, em um período anterior à ‘era Barão do Rio Branco’. Estas comissões foram chefiadas, respectivamente, por Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1895), Augusto Cunha Gomes (1897) e Luiz Cruls (1901). A última é referida na historiografia da ciência como sendo a que contribuiu para o famoso Tratado de Petrópolis.³¹

E é ainda na mesma autora que fica latente como nas ações destes comitês mesclados se destacavam as divergências sobre os referenciais empregados para o trabalho de demarcação:

O chefe da primeira comissão brasileira no período republicano foi o Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, nome sempre lembrado nos episódios que se seguiram por ter contestado a interpretação ministerial do Tratado de 1867 e por ter manifestado o seu desacordo na imprensa.³²

Essas desarmonias conduziram à publicação de artigos de Thaumaturgo de Azevedo na imprensa, nos quais polemizava sobre os referenciais da demarcação

³¹ VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198181222010000200009&lng=pt&nrm=i> Acesso em: 30 mai. 2012.

³² Ibidem, p. 350.

territorial e atacava a ineficaz atuação do governo brasileiro em defesa dos cidadãos que habitavam a região:

Em uma série de artigos publicados na imprensa entre os anos 1900 e 1901, Thaumaturgo de Azevedo expressou seu ponto de vista em desacordo com o ministro Dyonísio Cerqueira, atribuindo a esta ignorância da parte técnica concernente aos trabalhos de delimitação, como, por exemplo, o emprego do azimute para a determinação da latitude e as equações do raio equatorial, elementos fundamentais para os cálculos geodésicos (Azevedo, 1901). Contudo, a tônica de seus artigos residia na ênfase nos aspectos políticos e na denúncia da inoperância do governo do Brasil em defender os interesses de seus compatriotas naquela região.³³

E embora os artigos tenham sido publicados em período ulterior a participação de Thaumaturgo de Azevedo na comissão mista, assevera Vergara que tais discordâncias acerca da marca do Rio Javari, para a medição dos limites entre Brasil-Bolívia, acrescido das vicissitudes de acesso, de obtenção de mão de obra e de víveres foram os elementos que motivaram o pedido de desligamento do Coronel. No entanto, Thaumaturgo de Azevedo teria usado como pretexto para uma viagem a Manaus a regulação dos cronômetros, seguindo dali depois para Belém³⁴, de onde teria enviado seu pedido de exoneração junto a esta primeira missão, sem ter se quer redigido relatório de viagem.

Para substituí-lo foi designado Augusto Cunha Gomes, que elaborou o “Reexploração do Javari”, considerado o relatório final da expedição. Cunha Gomes deu até então as maiores contribuições sobre o povoamento dos rios da região, as condições de vida das populações existentes naquelas áreas, assim como da flora, fauna e geologia. Além disto, atribuiu-se a Cunha Gomes as correções feitas às coordenadas do Barão de Tefé, que haviam sido questionadas por Thaumaturgo de Azevedo.

Tendo ocorrido a última das expedições dos comitês mistos de demarcação – chefiada por Luiz Cruls - apenas em 1901. No entanto, outros incidentes de ordem política e social ocorriam paralelamente aos trabalhos das comissões, de modo tal que a solução da contenda fronteiriça entre Brasil e Bolívia se agravava e só seria finalizada com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903. Isso porque, as alterações nas coordenadas feitas não foram aceitas pelos emissários bolivianos.

Os dilemas limítrofes acirraram-se com a permissão dada pelo governo brasileiro 1898 para a abertura de aduana no Acre, pois, consideravam ainda a região como pertencente à Bolívia. Entretanto, a alfândega e os representantes da Bolívia sofreram

³³ Ibidem. p. 351.

³⁴ Acerca dos incidentes e da repercussão jornalística do desligamento do Cel. Thaumaturgo de Azevedo ver o quarto capítulo desta tese, onde serão abordados os impactos destes feitos nos jornais belenenses.

rechaço. Levando a propositura pelos gestores bolivianos do chamado *Bolivian Syndicate*, que resultou em protestos brasileiros em jornais e em movimentos armados, desaguando na criação do Estado Independente do Acre e motivando o conflito denominado “Revolução Acriana”, que ocorreu entre 1902 a 1903.

Assim, tanto no Tratado de Ayacucho, quanto nas comissões demarcatórias, no *Bolivian Syndicate*, na dita “Revolução Acriana” ou mesmo um século depois disto, ainda somos reportados A Questão do Acre em folhas jornalísticas e admoestados com o caráter político, crítico e onírico da escrita. O que remete à existência centenária da batalha de letras feita em torno da aquisição territorial do extremo oeste brasileiro, pois como bem recorda Mia Couto:

[...] Obviamente, quando eu quero fazer política, eu faço de várias maneiras. **Mas a escrita é uma forma em que a política aparece porque está distraída.** Já abandonei a política partidária, e acho que a política é essa intervenção para despertar a consciência, o espírito crítico, tornar vivo esse sonho de que é possível mudar o mundo, de que é possível sonhar.³⁵ **(grifos nossos)**

Partindo de tal premissa, ainda que de forma absorta, não há como descolar a escrita da intencionalidade, sobretudo nos jornais que ansiavam influenciar a formação de juízos em reportagens ou em editoriais de folhetins que estimulam os quais o se estimulavam os devaneios ambicionando ser a “voz” e o “rosto” do público em cartas e telegramas, além de venderem mercadorias e sustentarem as rodagens das gazetas com seus anúncios.

Ao se observar neste capítulo os antecedentes que convergiram para a criação do “*Bolivian Syndicate*”, é-se conduzido a pensar no próximo segmento sobre o papel da imprensa escrita no início do século XX dentro da oficialização das fronteiras trinacionais, bem como nos tipos de pessoas que criavam, no público leitor dos textos colacionados e expostos ao longo deste trabalho.

³⁵ Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/mia-couto>.p.58 Acesso em: 20 fev 2014.

CAPÍTULO 2 – DOS JORNAIS ENTRE 1890 a 1909

2.1. Os horizontes, delimitações, os acessos e tratos das fontes

A princípio propor pesquisar sobre textos jornalísticos veiculados em jornais brasileiros durante o período de 1890 a 1909, cuja temática foi a Questão do Acre e de modo mais específico o *Bolivian Syndicate*, esbarrou nos estigmas relacionados ao uso dos jornais como fontes históricas, no analfabetismo da maior parte das populações do quadrilátero do levantamento hemerográfico para esta pesquisa, assim como nas dificuldades para identificar o lugar de produção dos periódicos.

A nódoa pelo trato com os jornais enquanto fontes era advento da mitológica discussão sobre a intencionalidade dos documentos e por consequência, sobre sua viabilidade como manancial de pesquisa. Igualmente incômodo era considerar que na virada do XIX para o XX a maior parte da população brasileira – tanto na capital federal, quanto nos rincões amazônicos – era analfabeta e desta feita, nos parecia uma incógnita a possibilidade de pensar e empregar os textos jornalísticos como elementos de repercussão dos debates sobre o Acre dentro destes grupamentos sociais. Acrescia-se a isto, a obstrução do desenvolvimento do estudo por conta da caracterização acerca do que eram os jornais, os jornalistas, os donos da imprensa escrita e os seus públicos.

Todavia, ao longo da investigação para elaboração da tese, as respostas a estes questionamentos e óbices foram surgindo e fortalecendo o objeto de estudo que é o *Bolivian Syndicate*. Isso porque, os temores relativos aos usos das fontes hemerográficas foram superados ao serem desenvolvidas leituras sobre “a função social da imprensa”, que dentre outros aspectos remetiam a “imprensa periódica na perspectiva da História Social como uma prática social que constitui memórias e viveres urbanos”³⁶.

Por outro lado, grande estímulo foi encontrar argumentação que atestava o uso de artifícios para contornar a ausência do domínio das letras, em que se identificava a criação e utilização de estratégias de acesso ao conteúdo das gazetas, tal como afirma Del Priore ao falar sobre a divulgação do conteúdo dos jornais na capital brasileira no século XIX:

³⁶ MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

[...] Em 1871, apenas 29 por cento da população era alfabetizada. Porém, as notícias circulavam por toda a cidade. Tanto entre a elite como entre as classes mais baixas, livres ou cativas, por meio de conversas informais. Nas ruas e praças, zungus e botequins, cafés e teatros, tudo se sabia. As sessões de “a pedidos” escoavam também críticas. Podiam ser expressas opiniões ousadas, pois tais cartas eram anônimas.³⁷

Apesar do fato de que, no último quarto do século XIX, menos de 30% da população brasileira era alfabetizada, tanto em Del Priore, quanto em outros autores é possível verificar que “os excluídos também são leitores”³⁸. As estratégias de enfrentamento aos problemas de letramento se davam por meio das leituras coletivas feita em praças, parques, nas entradas dos prédios onde funcionavam as sedes dos diários ou como recordou Barbosa:

Em torno dos ambientes de trabalho, nas horas vagas do dia, leitores anônimos leem, em voz alta, “a fúria informativa” dos periódicos. [...] Às vezes, a leitura no trabalho traz transtornos, à medida que rouba o trabalhador da sua atividade profissional ou porque o jornal é visto com reservas.³⁹

É a própria Barbosa, que ao escrever sobre a História da Imprensa no Brasil, igualmente se manifestou, reportando-se a Morel e Barros⁴⁰, para lembrar como ocorriam as práticas de leitura no Brasil escravocrata do século XIX, cujas condições sociais, políticas e econômicas obstavam a alfabetização dos habitantes de terras brasileiras:

Mesmo os letrados brancos realizam suas leituras em voz alta e em ambientes públicos. O compartilhamento dos jornais por um único leitor é também prática corriqueira. Os jornais são vendidos nas tipografias e nas livrarias que passam a ser frequentadas por redatores e leitores, tornando-se pontos de venda dos impressos, lugares de prática de leituras coletivas e dos comentários delas decorrentes. Cartazes e papéis passam a circular pelas ruas de maneira intensiva, incorporando-se ao cotidiano da população (Morel, 2003, p.45). Naquelas cidades, o manuscrito, o oral e o impresso divulgam fatos e informações. Mas há, sobretudo, a prevalência da oralidade, que faz com que as práticas de leitura se caracterizem também pelas misturas dos modos orais e letrados, em função de um mundo profundamente diferente do nosso.

³⁷ DEL PRIORE, Mary. O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'EU. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. P.167

³⁸ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 217.

³⁹ Ibidem, p. 217.

⁴⁰ MOREL, Marco; BARROS, Mariana G. M. de. Palavras, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 apud BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Ainda a respeito dos estratagemas de contato com a informação escrita nos diários e semanários, há de se rememorar as leituras coletivas e o “compartilhamento dos jornais” não como ações exclusivas dos brasileiros, visto que ocorriam em outros países durante o século XIX, a exemplo dos apontamentos feitos por Raymond Williams ao escrever sobre imprensa e cultura popular na Inglaterra:

Desde o início do século [...] os jornais dominicais tinham circulação muito acima dos diários – um fator constante de expansão da imprensa até os nossos dias atuais. Seu público leitor era também mais amplo, em termos sociais, do que a imprensa diária. Eles eram comprados e trazidos não somente para clubes e cafeterias, mas também para barbearias, onde a visita dominical do trabalhador poderia significar sua única oportunidade de ler um jornal, ou ouvi-lo sendo lido.⁴¹

E concernente às possíveis críticas e desconfiâncias em torno dos periódicos como fontes históricas, eles motivam a perspectiva de diversificação de temáticas do trabalho do historiador:

Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.⁴²

Para transpor os jornais como “monumentos”, o caminho encontrado neste trabalho foi o confronto dos dados ali obtidos ante outros materiais, que igualmente possibilitaram checar informações, bem como conhecer os produtores e as sociedades em que eram e para as quais eram produzidas. Isso porque, os pontos cruciais desses melindres são as limitações de orientação no trato com estas fontes, assim como refletir sobre a “historicidade da Imprensa”, pois:

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.⁴³

⁴¹ WILLIAMS, Raymond; B. JANNUZZI, Ricardo (Tradução); CRUZ, Heloisa de Faria (Revisão técnica). A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. Projeto História: História e Imprensa, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2202/1308>> Acesso em: 3 set. 2013.

⁴² CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História: História e Imprensa, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 3 set. 2013.

⁴³ Ibidem.

Entendendo a imprensa como “força ativa da história do capitalismo” a abordagem sobre o *Bolivian Syndicate*, tendo como base os jornais impressos entre 1890 a 1909 no Brasil impunha mais que a reunião de um *corpus* documental – com fontes primárias (jornais) e secundárias (bibliográficas) –, demandava a análise dessas informações sem desconsiderar seus lugares de produção.

Em igual medida, para concretização da pesquisa, também despontaram as distâncias físicas, materiais e temporais. Porque, neste país de dimensões continentais, a extensão e o custo de deslocamento também se impuseram. Assim como a idade centenária das fontes primárias obstruía o contato direto com elas impedindo o manuseio das folhas impressas e restringindo a relação ao material microfilmado e digitalizado.

As barreiras impostas forçaram, para a realização desta pesquisa, a utilização da internet como ferramenta de trabalho, encurtando distâncias e tempo despendido para acessar as fontes, afora solucionar a disponibilidade à leitura e cópia dos periódicos, graças aos bancos de dados da Hemeroteca Digital Brasileira e do Projeto Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira⁴⁴. Logo, empregar na pesquisa como limites territoriais as urbes amazônicas se justificou por Manaus e Belém terem sido entrepostos de recebimento da borracha oriunda dos seringais acrianos, locais de trânsito para pessoa que se deslocava ou regressa do Acre. Ademais a capital amazonense e a paraense sediavam as casas de comércio e aviamento que forneciam capitais e víveres para àquelas unidades produtivas de látex. Enquanto a investigação em jornais cariocas motivou-se por se tratar da capital do governo federal do Brasil.

De tal maneira que, os empecilhos viabilizam transformaram a pesquisa, além de criar uma relação mais célere e eficaz com as fontes primárias, confirmando as palavras de Emmanuel Le Roy Ladurie⁴⁵ sobre o uso do computador pelo historiador:

[...] na história, como em outros campos, o que conta não é a máquina, mas sim o problema. A máquina só é interessante na medida em que permite abordar questões novas, originais no que diz respeito aos métodos e conteúdos e, sobretudo, no que concerne à sua amplitude.

Uma vez admitido esse ponto, muitas direções fecundas se abrem para os historiadores em suas pesquisas auxiliadas pela informática. Uma das orientações mais claras é a análise de vastos *corpus* de documentos, cujos dados eram capitais, mas cujas dimensões vinham, até então, desafiando os esforços dos pesquisadores.

⁴⁴ Realizado pela Biblioteca Nacional em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

⁴⁵ LE ROY LADURIE, Emmanuel. O Historiador e o computador. In.: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri. Nova História em perspectiva. São Paulo: Cosacnaify, 2011. p. 207.

Mais que a ampla reunião de documentos, o emprego da “informática” permite ao historiador não apenas a análise quantitativa, a confrontação de dados, mas também a obtenção de informações que outrora seriam obstadas pelo custo, condições de conservação, distância espacial e temporal. Por conseguinte, as novas tecnologias, no caso específico da pesquisa que resulta na presente tese, corroboram a formação de modos de trabalho como as fontes. E neste caso determinam inclusive quais jornais utilizar foram utilizados, ou seja, os disponíveis em meio digital. Além de propiciarem mecanismos de triagem, pelo critério de busca as palavras e expressões chaves, que a princípio foram *Bolivian Syndicate*, Acre, Luiz Galvez, Barão do Rio Branco, Questão do Acre e Plácido de Castro. No entanto, diante do abundante e diversificado universo de resultados, em etapa ulterior, foi refinada a pesquisa em torno de *Bolivian Syndicate*, Questão do Acre e Luiz Galvez.

Antes de passar à caracterização dos jornais pesquisados é importante comentar duas peculiaridades relativas às expressões de busca e aos bancos de dados hemerográficos: Uma relativa à existência de inserções em jornais estadunidenses quanto ao objeto de pesquisa. E outra concernente aos usos para a palavra Acre.

Em relação às inquirições ao esquadrinhar jornais não brasileiros no *Newspaper archive*, destaca-se que inserir nos mecanismos de busca dos acervos digitais as palavras chaves “Acre”, “*Bolivian Syndicate*”, “Barão do Rio Branco” e “Plácido de Castro” foram encontrados pouco menos de meia centena de artigos, distribuídos em dezessete gazetas, publicados em uma década (1900-1910), perpassando unidades federativas da costa leste, do norte e do oeste dos Estados Unidos. Contudo, ao repetir-se a busca, alongando a baliza cronológica, ou seja, de 1899 a 1920, tendo como foco exclusivo a cidade de Nova Iorque e *The New York Times*, localizou-se trinta e sete ocorrências. Então, considerando que a cidade de Nova Iorque foi sede do *Bolivian Syndicate*, embora não seja foco deste estudo o aprofundamento de diálogo com estas fontes, serão apresentadas algumas das matérias expostas ali sobre o objeto deste estudo.

Nas incursões pela Hemeroteca Digital, há de se mencionar a associação da expressão “Acre” à crença, terra, cheiro e paladar. Porque, ao utilizá-la como palavra de busca, verificou-se que no período de 1890 a 1909 eram abundantes as derivações do verbo “acreditar”, tal qual o seu uso para medida de terra e para reconhecer a qualidade

odorífica ou de sabor. Constatou-se também, vista a constância da grafia de “acredita-se” e “acreditava-se”, o caráter especulativo que os jornais na passagem do século XIX para o XX, ante a ausência de possibilidade ou dificuldades de confirmação dos fatos e eventos noticiados.

Feitas estas observações, antes de passar o subitem seguinte, é preciso ainda dizer que corroboraram para a apreciação a consulta aos jornais de suportes teóricos metodológicos correlatos à História da América, História do Brasil, História do Acre, História da Imprensa, História Pública⁴⁶ e História Ambiental. Além de textos relativos ao Direito Internacional e ao trato com as fontes. No entanto, só isso não é suficiente para a crítica das fontes primárias aqui estudadas, foram estudados os atributos comuns e as especificidades dos jornais. Neste sentido se fará a seguir a apresentação de suas semelhanças, para adentrar suas particularidades para expor a forma como apareciam o Acre e o *Bolivian Syndicate* em suas páginas.

2.2. Caracterização dos jornais

Walnice Nogueira Galvão, em 1972, escreveu, ao fazer o que chamou de “um estudo em forma de colagem ou montagem comentada” sobre a Guerra de Canudos em jornais da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo:

A ausência de fotografias é o traço que mais torna a aparência do jornal de então diferente, para o leitor de hoje. Habitados a que o jornal seja um veículo misto, para recepção de imagem e leitura ao mesmo tempo, e tendo a imagem a importância informativa que tem em nossos dias, no tempo do cinema e da televisão para a comunicação de massa, logo nos espanta termos diante dos olhos um jornal sem fotografias. As ilustrações, que raramente ocorrem, são reservadas para mortos ilustres, mapas de batalhas, anúncios de remédios que mostram o antes e o depois, modas femininas, e expressam-se todas em horrendos desenhos.

Tendo em mente que a escrita parte sempre dos referenciais do pesquisador ao debruçar-se sobre seu tema, deve-se considerar que Galvão começa apresentando o que eram os periódicos escritos em 1897 que circulavam nas capitais da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro e os compara com os diários que circulavam em 1972. No entanto, propondo-se um rápido exercício de imaginação, no qual em lugar da década de 1970, a autora estivesse redigindo seu estudo em 2014, obviamente outras seriam as modalidades de estranhamentos. Distinções decorrentes não apenas pela diferença entre

⁴⁶ A este respeito ver ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia de (Org.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

as características físicas, editoriais, de circulação e distribuição dos jornais publicados em 1897 e os do tempo presente, mas também graças à rapidez de obtenção e divulgação do noticiário.

Posto que em 1897, com o fito de difundir rapidamente as notícias se usavam os telégrafos e as agências de notícias⁴⁷, que possibilitassem a exposição de fatos recentes ocorridos poucos minutos antes do fechamento e impressão da edição matutina, vespertina ou noturna. Os diários na virada do século XIX para o XX para se manterem atualizados empregavam o artifício das edições em diferentes turnos do dia, porém, hoje nas gazetas em meio físico, a notícia nova se desliga do exclusivismo da página impressa, já que pode ser exposta e disponibilizada no chamado “tempo real” em seus espaços virtuais na rede mundial de computadores.

Nos jornais de 1890 a 1909, a mais atual informação nova tinha circulação associada às edições em múltiplos horários e mesmo em distintos dias. Assim, em alguns periódicos a opção de várias edições em distintos turnos foi adotada tal qual no *Jornal do Brasil*, que a partir de 1901 passou a ter circulação matutina e vespertina. Entretanto, a exemplo do *Jornal do Brasil*, em geral a versão que já havia circulado no primeiro período, era reduzida com a seleção e reimpressão dos eventos considerados mais significativos, e ao resultado síntese se acrescentavam outros dados e fatos para compor a nova impressão. Importante é ressaltar que nos casos de jornais com duas edições diárias, não havia a obrigatoriedade de uma tiragem em mesma quantidade nos diferentes turnos de circulação.

Outro motivo de estranheza seria pensar nas formas de leitura e difusão de um jornal escrito e impresso para uma população massivamente analfabeta no início da república, a exemplo da capital federal, visto que:

O fato de existirem em 1890, na cidade, 40,2% de analfabetos numa população de 522.651 habitantes, ou de apenas 59,8% de alfabetizados numa população de 818.113 habitantes, em 1906, não faz supor, por antecipação, o pouco poder de difusão e penetração desses periódicos. [...] As tiragens dos jornais revelam a sua importância, ainda mais quando se sabe que essas mensagens se multiplicam pelas práticas da oralidade.⁴⁸

⁴⁷ Para melhor compreender as influências do telégrafo e das agências de notícias ver MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880 /1920. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d’Água, 2005.

⁴⁸ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 219.

O público dos jornais daquele período, assim como em boa parte do século XX, não era formalmente alfabetizado e o meio utilizado para se receber informações estava vinculado às leituras do jornal impresso (fossem próprias ou de terceiros), explicando também a demanda por um texto visual, em imagens de caricaturas e fotografias. Todavia, no século XXI as taxas oficiais de alfabetizados superaram o quantitativo de analfabetos, ao passo que a leitura de jornais é feita cada vez menos em texto impresso, em prol de sua versão digitalizada com o uso computadores de mesa e equipamentos portáteis (seja em netbooks, notebooks, ultrabooks, tablets ou celulares), no entanto, as leituras de textos curtos e imagens permanecem como forte apelo para fixar atenção dos públicos.

Igual distinção é o trato com a imagem em jornais de 1897 e atuais, nos primeiros elas quase não ocorrem, e quando ocorrem, são desenhos nem sempre bem acabados. No presente a fotografia ou o vídeo tornaram-se banais e disponíveis a todos (quer por potentes câmeras profissionais ou por equipamentos baratos e multifuncionais como os celulares). Justificando-se que, não obstante a maior quantidade de alfabetizados com “melhor” nível de alfabetização no país, a imagem tenha cada vez maior e melhor qualidade de resolução, ocupando por vezes espaços mais amplos que os destinados aos textos escritos, ou mesmo funcionando como meio de interlocução entre os leitores e os periódicos.⁴⁹

Ainda descrevendo o formato dos jornais no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo no ano de 1897, Galvão diz:

O modelo do jornal é um só. Estreitas colunas (nem sempre, mas via de regra, em número de oito) que obrigam o leitor de um artigo mais longo a iniciar a leitura lá em cima, logo abaixo do cabeçalho, percorrer quase um metro de papel até o pé da coluna, e procurar a continuação na coluna contígua novamente lá em cima. Se o artigo ocupa várias colunas, o movimento da leitura se repete várias vezes; cada artigo, uma vez começado vai até o fim sem interrupção. O tamanho grande da página, a estreiteza das colunas, os tipos miúdos, realmente dificultam a leitura. E hoje, que os jornais se encontram encadernados, nos arquivos e bibliotecas, o pesquisador é obrigado a lê-los de pé, com o volume aberto sobre a mesa, única maneira de se conseguir enxergar a porção superior da página.

A canhestra paginação admite às vezes alguns recursos. Um ou outro jornal mantém um rodapé permanente, seja ou não para edição de folhetins, o que corta a página e permite que as colunas sejam mais curtas. Alguns traços verticais e horizontais mais espessos, cercando áreas, bem como a utilização esporádica de tipos diferentes, quebram um pouco a monotonia visual⁵⁰.

⁴⁹ Tal qual ocorre com o Estado de S. Paulo e seu “perfil” na rede social Instagram, com o chamado “Olhar Estadão” em que se expõe contribuições de fotos digitais feitas por “seguidores” do jornal.

⁵⁰ GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora: a guerra de canudos nos jornais. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994. p.17-8

Por meio das leituras dos jornais brasileiros arrolados para esta pesquisa percebe-se quão adequada é sua diagramação. Destaca-se que nos periódicos do Pará e Amazonas inicialmente quase não se visualizam ilustrações, situação que se altera no Pará do início do XX, tal qual ocorre nos cariocas. O uso de fotografias é identificado na imprensa acriana brasileira já em 1906, a exemplo de *O Cruzeiro do Sul*. No entanto, não nos é possível fazer análise no *The New York Times*, posto o modo como estão disponibilizadas as notícias em seu banco de dados digitais, ou seja, em lugar de uma exposição total da página, tem-se apenas seu recorte. Aliás, o contato com o jornais para este estudo se deu de modo distinto como relata Galvão, visto que não ter sido possível o contato direto com os jornais em encadernações, mas tão somente o acesso ao material digitalizado.

Igual admiração se daria, ao comparar o total de páginas dos periódicos do início do século XX e com o das primeiras décadas do século XXI; bem como ao analisar os conteúdos e as formas de distribuí-los dentro dos jornais editados no Brasil. No que tange ao total de páginas, em regra, os jornais da capital federal tinham entre seis a doze, enquanto os jornais de Belém, Manaus e Acre apresentavam de quatro a oito.

E se atualmente há divisões claras entre sessões de política, economia, esporte, cotidiano e classificado, constata-se que entre 1890 a 1909 não estavam ordenadas na forma tal qual hoje se conhece. Era um momento inicial de demarcação dos espaços destinados a esses temas, visto que ainda não existiam os cadernos permanentes e específicos destinados a cada uma das áreas. Logo, para além das observações feitas com a inquirição das fontes primárias, também o diagnóstico feito por Marialva Barbosa⁵¹ que- em seus estudos culturais sobre a História da Imprensa –confirmam tais caracteres as acima comentadas características dos jornais cariocas concernentes aos seus editoriais e à quantidade de páginas.

Segundo Barbosa, de 1900 a 1908, o *Jornal do Brasil* teve em média de quatro a seis páginas em cada uma de suas edições – matutina e vespertina – com charges, ilustrações, fotos, folhetins, crônicas, poesias, bem como o diálogo com o leitor feito em forma de cartas e denúncias publicadas nas “queixas do povo” ou com a figura do “Zé Povo”. *O Paiz* se tinha de seis a doze folhas, com ilustrações, fotografias, folhetins,

⁵¹ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

crônicas, queixas e reclamações, afora a seção “O Paiz nos subúrbios”⁵². De tal modo que as colunas literárias, as ilustrações, bem como os diálogos com os leitores buscavam atrair o público para informar e distrair:

[...] O jornal passa a ser, do ponto de vista editorial, um meio informativo e, ao mesmo tempo, de entretenimento. Essa característica de mesclar a informação com as colunas leves ou literárias dilui ainda mais a opinião. E para criar o hábito de leitura entre um público de maioria analfabeta, é preciso vestir os periódicos com a roupagem da ilustração. [...] ⁵³

De modo semelhante, se verificou a existência média de quatro a seis páginas nas edições da *Província do Pará*, enquanto que os demais periódicos paraenses analisados para este estudo apresentam em geral quatro páginas. Característica compatível com os jornais amazonenses e acrianos.

No entanto, o período da baliza cronológica estipulada para esta pesquisa, ou seja, a transição do século XIX para o XX, não foi marcada apenas pela passagem abrupta de um regime político a outro, mas também pela mudança nas relações de trabalho, emprego e renda, afetando de forma intensa a sociedade brasileira. Assim, o período estudado corresponde às transformações no jornalismo brasileiro, daquilo que denominou Nelson Werneck Sodré de o “jornal como empreendimento individual” para o jornal “empresa capitalista”:

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, [...] Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução no número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas. [...] ⁵⁴

A virada do século XIX para o XX fez sentir nos jornais, em seus donos e trabalhadores, no seu público e no seu conteúdo as mudanças que ocorriam na sociedade

⁵² BARBOSA Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p.126

⁵³ Ibidem, p. 26-27.

⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 315.

brasileira. De tal modo que, tanto os equipamentos defasados⁵⁵, quanto o modelo de “jornal como empreendimento individual” são relegados às regiões interioranas.

Todavia, embora Sodré e Barbosa concordem quanto aos jornais serem empresas e ressonância das alterações sociais, divergem no que concerne ao conteúdo, às transformações técnicas e de formato dos jornais. Pois a segunda estabelece melhor caracterização dos jornais fluminenses, descreve melhor os jornais de Belém e Manaus, ainda que nestas localidades se identifique o jornal nos anos anteriores ao período analisado neste trabalho como o “empreendimento individual” a exemplo de *A Província do Pará*, que posteriormente se enquadra no sistema empresarial.

Barbosa enfatiza a inserção do uso de ilustrações, caricaturas e fotografias como uma modalidade de texto sem palavras no *Jornal do Brasil* e em *O Paiz*, com intuito de possibilitar a comunicação visual com o público analfabeto. Por consequência, isso demandava modificações na diagramação e adequações nos locais destinados aos conteúdos dos textos escritos para o encaixe das imagens. Anúncios e ilustrações nos jornais paraenses também crescem em número e importância na passagem do XIX para o XX, graças às alterações em seu parque gráfico e as transformações nos hábitos e modos de vida em Belém e sua urbanização no intento de ser a “Paris das Selvas”⁵⁶. No entanto, em Manaus o uso de desenhos e fotografias nos periódicos é mais retraído se comparado com os exemplares paraenses e cariocas.

Em contraponto a Barbosa, bem como às observações feitas nos jornais paraenses, lê-se em Sodré que nos espaços das folhas jornalísticas se difundiram poucas alterações, já que o estilo da escrita permanecia pomposo, identificando mudanças no formato dos anúncios que iam da composição de versos a testemunhos de consumo:

Os anúncios evoluíram também. [...] Na segunda metade do século XIX, eram já elaborados; para os fins do século, contam com a qualidade literária emprestada por alguns escritores. Bilac receberia cem mil réis por uma quadrinha proclamando a qualidade de determinada marca de fósforos. No século XX e na fase inicial de que tratamos, Emílio de Menezes redigia anúncios em versos para determinada marca de cerveja; Hermes Fontes forjou soneto destinado a uma marca de xarope para a tosse; proliferava o *testimonial*, [...]

⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 321.

⁵⁶ SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. *Publicidade belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912*. 2010. 268 f. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp151335.pdf>>. Acessado em: 01 ago. 2014.

Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas. Começa, geralmente pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas rigorosamente vazio de opinião; espécie de *puzzle* de flôres de retórica, [...]

Sodré é mais incisivo ao analisar a diagramação e o teor do que preenchia as folhas dos jornais, sobretudo ao criticar a seção “a pedidos”, que para ele era espaço de reprimendas públicas e ataques aos adversários. E afirmou ainda que a paginação era pouco ágil, sem conhecimento das manchetes, com notícias redigidas por “literatos” que adotavam forma esnobe na escrita:

Paginação sem movimento ou graça. Colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. [...] Desconhecimento das *manchetes* e outros processos jornalísticos, que já são, entanto, conhecidos nas imprensas adiantas do norte da Europa.[...] O noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais – aniversários, casamentos, festas – aparecem em linguagem melosa e misturam-se com a correspondência de namorados, doestos e desafetos pessoais e a torva catilinária dos *a pedidos*.⁵⁷

Aliás, Barbosa se coaduna a Sodré no que tange aos “homens de letras”⁵⁸ que escreviam em jornais a procura de renome e numerário, visto que fossem como redatores, jornalistas ou escritores de folhetins, o trabalho lhes propiciava remuneração e rendia conhecimento entre um público mais vasto. Em muitas vezes, mais que “homens de letras”, os espaços das folhas jornalísticas comportavam aventureiros poetas e políticos, a exemplo de Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Euclides da Cunha e Luiz Galvez.

José Maria Paranhos, o Barão do Rio Branco participou da diretoria que criou o *Jornal do Brasil* em 1891, tendo posteriormente contribuído com artigos sem assinatura ou com pseudônimo para este e outros jornais. Especialmente em análise sobre as interfaces entre Rio Branco e os periódicos cariocas, Barbosa destaca:

Reveladora também dessas relações dos jornais com o poder público é a extensa correspondência entre o barão do Rio Branco e José Carlos Rodrigues, cobrindo o período 1895-1902. Nas cartas, telegramas, bilhetes e cartões, Rio Branco pede favores pessoais, solicita a intermediação de José Carlos junto ao presidente da República, instiga a publicação de artigos, seja para desfazer mal-entendidos, seja para divulgar fatos que considera relevantes, seja para sua promoção pessoal.[...] A ingerência de Rio Branco era de tal ordem que chega a reproduzir nessas correspondências os tópicos frasais que deveriam ser repetidos na notícia. Quando no Brasil, o barão costumava pessoalmente redigir os artigos sobre questões polêmicas

⁵⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 322-3.

⁵⁸ Ibidem, p.334.

publicados ora no jornal de José Carlos Rodrigues, ora no Paiz, como corre, por exemplo, durante “A Questão do Acre”.⁵⁹

Joaquim Nabuco foi diretor fundador do *Jornal do Brasil* e atuou como correspondente na Inglaterra; e Rui Barbosa foi diretor do *Jornal do Brasil* durante parte do período florianista, tendo sido, ao longo de toda sua vida, colaborador de diversas gazetas como *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias*, chegando mesmo a possuir um periódico denominado de *A Imprensa*. Quintino Bocaiúva, dentre as facetas no universo de jornais privados cariocas, também foi redator do Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil e depois do Diário Oficial⁶⁰; Euclides da Cunha foi “repórter de guerra”⁶¹, cobrindo a quarta expedição rumo a Canudos, para *O Estado de S. Paulo*⁶².

Contudo, dentre todas essas personalidades que alimentaram os jornais com seus textos e atos, sobre a perspectiva da temática aqui estudada, destaca-se como a mais controversa a de Luiz Galvez. Sua vida nos periódicos nem sempre é compatível com o descrito na historiografia especificamente acriana e na brasileira sobre o Acre. Durante as pesquisas foram obtidos dados que atestam controvérsias, vez que nos jornais brasileiros encontrou-se material no qual se demarca a estadia de Luiz Galvez no Brasil desde 1893 até 1902, contradizendo a versão de Leandro Tocantins⁶³, a mais aceita sobre o espanhol, na qual se assevera que seu ingresso em terras brasileiras seria datado de 1897, com rápida passagem pela capital federal, rumando em seguida para Manaus e depois para Belém⁶⁴.

Em conformidade com os textos dos periódicos cariocas, lê-se que no período entre 1893 a 1897, Galvez teria se fixado no Rio de Janeiro, onde teria exercido funções de secretário de “club” desportivo e sido apresentado em anúncios como proprietário de empresas de diversão nas folhas do *Jornal do Brasil*, conforme ilustram as duas notas a seguir:

⁵⁹ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 186-187.

⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 296.

⁶¹ PILAGALLO, Oscar. História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 52.

⁶² A este respeito análise mais aprofundada ver GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora: a guerra de canudos nos jornais. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

⁶³ TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2v.

⁶⁴ Ibidem, Vol. I, p. 316.

SPORT

Frontão Brasileiro

Como estava anunciada procedeu-se hontem a eleição para nova directoria do *Club* Frontão Brasileiro que ficou assim constituída:

Presidente, major Carlos Nunes de Aguiar; vice-presidente, dr. José Luiz de Almeida Nogueira; secretario, Luiz Galvez; thesoureiro, Alfredo Vianna Bandeira.

Conselho fiscal – Deputado Francisco de Mattos, Victorino Vieira e dr. J. Carvalho Leite. Suplentes – José de Castro Vianna, Dr. Joaquim Lemos e J. de Magalhães.⁶⁵

FRONTÃO BRASILEIRO**EMPRESA – LUIZ GALVEZ**

AMANHÃ AMANHÃ

Domingo 6 de outubro de 1895

AO MEIO DIA EM PONTO

Grandes Quinielas

Disputadas pelos applaudidos pelotaris desta empreza

Estréia dos celebres artistas Estudante, Tucuman, Tito, Esuaola, Ipanaguirre e Luiz, esperados hoje a bordo do << Perseo >>.⁶⁶

Já em 1898, tal qual assegura Tocantins⁶⁷, Galvez, com apadrinhamento de Eduardo Ribeiro, então governador do Estado do Amazonas, teria recebido nomeação na Secretaria do Legislativo Estadual para o cargo de taquígrafo, quando fez parte do corpo redacional do jornal *Commercio do Amazonas*:

NOSSO JORNAL

Assumiu as funções de chefe do serviço de reportagem do nosso jornal o Sr. Luiz Galvez, que por muito tempo moureijou na imprensa fluminense.⁶⁸

Entretanto, em outubro de 1900, Galvez resurge nos periódicos cariocas, a exemplo de *O Paiz* que o associava às apostas na cidade do Rio de Janeiro em torno do jogo de pelotas, enfatizando sua responsabilidade como introdutor e explorador de tais práticas, que somente teria abandonado em prol de seu empreendimento no Estado Independente do Acre:

[...]Essa outra palavra – frontão – nos traz no bico da Penna o famoso nome de Luiz Galvez, ex-presidente da República do Acre.

- Que tem Judas com as almas dos pobres? perguntará o leitor, e nós respondemos que, segundo informações fidedignas, foi Galvez quem introduziu o jogo da pelota nesta infeliz capital, onde péga de galho, cria raízes, floresce e frutifica tudo quanto é mão.

Depois de incompatibilizado com todos os seus parceiros de jogatina, Galvez partiu para o Amazonas – a terra da promessa –, e de lá subiu até o Acre, onde pretendeu fundar um estado livre.⁶⁹

⁶⁵ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 14 jun. 1893, nº 165, p. 2

⁶⁶ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05 out. 1895, nº 278, p. 4

⁶⁷ TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001. Volume I, p. 316.

⁶⁸ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 10 set. 1898, nº 278, p.1.

Outra passagem não comentada pela historiografia acriana é o indeferimento de pedido de *habeas-corpus*, publicado na secção forense do *Jornal do Brasil*, de 11 de julho de 1902, no qual se lia:

Secção Forense

Rio, 10 de julho de 1902.

Tribunal Civil e Criminal – SECÇÃO DO CONSELHO – Presidente o sr. Dr. Thomé Torres, subprocurador do descrito, o sr. dr. Gabriel Ferreira; secretario sr. dr. Ramos Moncorvo.

Compareceram os juizes sr. dr. Viveiros de Castro e Montenegro.

Julgamentos. – Recurso de despacho de concessão de *habeas-corpus*. Rec. e juízo ex-officio. Rec. Luiz Galvez Rodrigues Arias. Negou-se provimento. Interveiu neste julgamento o sr. dr. Enéas Galvão, por ser impedido o sr. dr. Montenegro. Rec. o juízo, Rec. Luiz Martins Tosta. Negou-se provimento.⁷⁰

Como se pode ver, mais uma vez se identificam inconsistências relativas ao que se expõe como sacralizado na historiografia acriana, que acata os escritos de Leandro Tocantins⁷¹ como “monumento”. Isso se deve porque, no autor em comento, se afirma que após a rendição, Galvez segue para Manaus, a bordo do navio Tocantins. Depois, nesta mesma embarcação, parte para Belém de onde deveria “continuar a longa viagem de exílio”⁷², passando temporada ainda em Recife e dali prosseguindo viagem à Europa.

No entanto, o *Jornal do Brasil* coloca em xeque essa versão ao expor o julgamento de pedido de *habeas corpus* em julho de 1902, pois ao se considerar que o remédio jurídico em comento destina-se a assegurar o ir, vir e permanecer aos indivíduos que sintam esses direitos ameaçados. Partindo disso, surgem três perguntas: 1) Por que impetrar um *habeas corpus* para Luiz Galvez Rodrigues Arias, que após o término de sua participação nos incidentes da República do Acre teria se retirado para a Europa? 2) A quem interessava impetrar *habeas corpus* em nome de Luiz Galvez Rodrigues Arias? 3) Por que Leandro Tocantins e outros autores da História do Acre não abordam este pedido de *habeas corpus*, se o seu resultado é publicado no *Jornal do Brasil* (na edição matutina de número 192, em 11 de julho de 1902), periódico empregado pelo próprio escritor como fonte (tal qual demonstra a ilustração sobre a

⁶⁹ O PAIZ, Rio de Janeiro, 14 out. 1900, nº 5851, p. 1.

⁷⁰ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1902, nº 192, Edição da Manhã, p. 3.

⁷¹ TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 v.

⁷² Ibidem, Volume I, p. 442.

chegada de Galvez⁷³ ao forte de São Joaquim, obtida no periódico carioca no dia 28 de dezembro de 1902)?

Ante a essas circunstâncias, é cabível pensar que *habeas corpus* em essência é remédio jurídico pertinente à pessoa com restrições de idas, vindas e permanências. E isto nos faz especular se efetivamente teria ocorrido o exílio europeu de Galvez, ou ainda a indagar se estaria no Brasil ou planejava retornar? A omissão do indeferimento do pedido, parece fruto de vontade de Tocantins, cujo objeto em sua obra era a Formação Histórica do Acre. De maneira que, aparentemente, silenciar sobre as ações vinculadas a Galvez, posteriormente a 1900 e sua partida das terras acrianas, calharam melhor ao autor e sua “escritura” da História, em que se valorizavam as figuras heroicas, tal qual a do “cavaleiro-andante”⁷⁴, conforme se lê na passagem a seguir:

É certo, ninguém ainda lhe conhece bem os antecedentes. Como todo homem de aventura, Galvez ostenta um passado romântico, no qual é difícil separar a verdade da fantasia. Retalhos de vida unidos a floreio imaginativos incorporavam-se à sua saga, dando motivo à divulgação de histórias rocambolescas. O seu perfil cosmopolita, já em si marcado pela herança do quixotismo, sobressai com um toque singular de mistério.⁷⁵

Embora Tocantins apresente as versões de Álvaro de Las Casas, Rodríguez Lira e do *El Diario* de Buenos Aires, optou por acompanhar-lhe apenas em “retalhos de vida” durante sua participação na Questão do Acre. Desta forma, apesar das críticas, também o autor incorreu na construção de um personagem com características redentoras, não fugindo do “quixotismo”⁷⁶. E Tocantins tem sido repetido largamente nos textos de História do Acre.

Assim, percebe-se com o uso da figura de Galvez (mediante os silenciamentos de conduta desabonadora) que por vezes, os periodistas e colaboradores além de produzirem os textos para os diários que serviram de fonte a este estudo, também foram pautas destes veículos de comunicação. Posto isso, é inevitável ir ao *locus* de produção para as seguintes interrogações: Quem eram as pessoas que produziam os eventos relatados nas páginas dos jornais? Quem eram os sujeitos que redigiam estas folhas? Por que o faziam? Para qual público eram destinadas as notícias? De tal modo que no

⁷³ TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2v. Volume I, p. 422.

⁷⁴ Ibidem, V. I, p. 315.

⁷⁵ Ibidem, V. I, p. 316.

⁷⁶ Ibidem, V. I, p. 316.

próximo item são traças as feições comuns aos donos de jornais, jornalistas, colaboradores e seus leitores.

2.3. Dirigentes, jornalistas e “leitores”

Para se compreender quem eram os dirigentes dos jornais entre 1890 a 1909, há de se considerar a transição entre o jornal como empreendimento pessoal para empresa, por consequência as alterações no contexto social e político brasileiro. Os diretores de jornais são em geral vinculados aos latifundiários do Império e República, aos seus quadros políticos e as altas burocracias estatais de ambos os períodos.

No Rio de Janeiro quase sempre a formação acadêmica desses homens é a de bacharel em Direito ou em Medicina, com exceção de João de Souza Lage, de *O Paiz*, que possuía apenas o ensino secundário⁷⁷. De tal modo que ser bacharel, assim como os elos consanguíneos e as relações pessoais, possibilitavam a construção de caminhos que lhes guiavam ao comando da imprensa escrita, ao mesmo tempo em que, embora, fossem antagonistas passavam a ter um discurso coeso:

O jornalismo se apresenta para o estudante de Direito como espécie de lugar natural para o exercício da prática profissional, uma vez que é cada vez mais identificado com a imparcialidade e neutralidade. [...] Tal como o detentor do poder de fixar normas e leis, o jornalista-advogado possui a inegável missão – também restrita aos eleitos – de disseminar noções e valores e privilegiar informações.

Essa trajetória da profissão explica, sob certo aspecto, as marcas distintivas do discurso jurídico que passam a se fazer presentes, a partir de então, no próprio discurso jornalístico.⁷⁸

O Direito não era o único cabedal para a possibilidade de controle sobre os jornais, mas era parte do percurso, tido então, como caminho natural para tanto. Contudo, era etapa que antecedia a participação direta na vida política do Brasil. Após o título de bacharel seguia-se o ingresso na carreira política, fosse com a ocupação de cargos por nomeação ou eleição, ou mesmo posições de influência junto ao poder (que em regra favoreciam a realização de negociações vantajosas).

Referencial de subserviência e das barganhas entre o poder e a imprensa foi *O Paiz*, denominado por José Murilo de Carvalho de “jornal quase oficial dos governos

⁷⁷ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p.146-147.

⁷⁸ Ibidem. p.150-151.

após a proclamação da República.”⁷⁹ E por conta destas associações entre imprensa e os homens de poder, os proprietários e dirigentes de jornais, além do *status* que possuíam, exerciam grande força sobre a sociedade:

Como donos de jornais são poderosos. O jornal é capaz de derrubar ministros, promover campanhas, influenciar as elites e disseminar conceitos e formas de pensar entre o restante da população. Se trabalhar num jornal fornece um status peculiar, ser dirigente produz poder inigualável.⁸⁰

Isso posto, compreende-se a perenidade de diários como o *Jornal do Brasil*, que foi fundado nos anos iniciais da República (em 1891), mas, possuía dentre seus diretores e colaboradores grande número de monarquistas. Longevidade, influência e ascensões políticas dos dirigentes do *Jornal do Brasil* podem ser verificadas com o exemplo de Rodolfo Dantas, que após gerir o periódico foi eleito deputado e senador da república, embora tivesse sido ministro do Império. Ou ainda do redator-chefe do *Jornal do Brasil*, Fernando Mendes de Almeida, que se elegeu senador em 1910. Poder referenciado e homenageado mesmo em caráter póstumo, com seus nomes dados às ruas do bairro carioca de Copacabana. Outro exponencial da autoridade dos donos e diretores de jornais pode ser ilustrado ainda com as eleições de Alves de Souza e João Maximiniano de Figueiredo, de *O Paiz*, aos postos de deputados federais.

No que tange aos jornais amazônicos e acrianos, há de se considerar que no decênio referenciado neste estudo nem sempre foi possível identificar corpo técnico e editorial dos periódicos. O que em geral existe são os nomes do proprietário no alto da primeira página ou da sociedade proprietária, juntamente com a localização do jornal ou de sua redação e/ou de sua oficina, conforme se pode observar, sobretudo, no caso dos jornais manauaras.

Posto que em *A Federação*, constava apenas um subtítulo qualificando como “*orgam do partido republicano*”, sem número telefônico, tendo ainda (incutido no cabeçalho da primeira página) os valores das assinaturas anuais e semestrais, de custos distintos se destinados ao público da capital ou do interior amazonense, acrescidos ainda do informe sobre o preço dos números avulsos e atrasados. No cabeçalho encontrava-se

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de. Irineu Marinho: imprensa e cidade. São Paulo: Globo, 2012. p.9.

⁸⁰ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p.154.

o endereço do escritório e das oficinas (situados na Rua Joaquim Sarmento), sem denominação dos integrantes de seus quadros.

O *Commercio do Amazonas* assemelhava-se na inexistência de número telefônico, mas diferenciava de *A Federação* por se apresentar como órgão especial do comércio, tendo expostos na seguinte ordem os nomes de seu redator-chefe – Dr. Gaspar Guimarães, Diretor e proprietário – Rocha dos Santos, Gerente – Armando Giovaninni, com localização de redação, administração e oficinas a Rua Henrique Martins.

No *Diário Oficial do Amazonas*, tal qual em *A Federação*, também não apresentava ficha técnica e os nomes do quadro jornalístico, mas tão somente o valor das assinaturas de 12 a 3 meses, que diferenciavam de acordo com a localidade a ser entregue (se no Amazonas, interior da República e no estrangeiro), além do custo do exemplar do dia e de atrasados. Outro elemento que distingue o *Diário Oficial do Amazonas* dos outros dois periódicos mencionados anteriormente é que seu conteúdo versava sobre atos do poder executivo e da intendência municipal, ao que se acresciam as apresentações de dados do Observatório Meteorológico de Manaus, o rol de gêneros sujeitos a tributação na semana em curso, secção livre, editais, demarcações de terras, sentenças e anúncios.

Por sua vez, as gazetas de Belém, igualmente apresentam valores de assinaturas e exemplares do dia ou atrasados abaixo do seu cabeçalho, acompanhado de subtítulos, nome do proprietário e/ou redator como no caso do *Correio Paraense* – de Bento Aranha – e de *A Província do Pará* – fundado por Joaquim José de Assis em 1876. Tendo sido este último vinculado ao partido republicano e posteriormente vendido a Antonio José Lemos, também ligado a mesma sigla partidária (e responsável pelo processo de urbanização de Belém). Ou então, publicava-se apenas o endereço de redação, administração, oficinas e telefone a exemplo de *O Pará: diário da tarde* e a *Folha do Norte*. Embora tivessem estas distinções, ponto de convergência entre os periódicos de Belém e Manaus eram as relações políticas evidenciadas ou pela criação direta de jornais ligados a partidos políticos, ou a pessoas vinculadas a siglas partidárias.

Nos jornais acrianos, as características comuns, eram as identificações como órgãos oficiais dos seus respectivos departamentos e o valor da assinatura, assim como a omissão de endereço e nomes (do corpo técnico e equipe redacional), tão pouco de contato telefônico. Ressalta-se que no caso do periódico *O Cruzeiro do Sul*, embora não

expusesse ficha técnica, se identificava Craveiro Costa como membro da equipe, além de partícipe do Partido Autonomista e fundador do órgão de imprensa escrita daquela agremiação, sendo estes caracteres os motivadores da seleção de sua obra para ser estudada no capítulo seguinte.

Desta maneira, ao se pensar nos dirigentes e donos de jornais em âmbito nacional recorda-se da assertiva de Sodré, quanto às subvenções estatais ou político-partidárias aos periódicos durante os primeiros anos da República do Brasil. Visto que, segundo esse autor, notadamente a partir da presidência de Campos Sales tornou-se “mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.”⁸¹

Relativos aos periodistas considere-se a não formação específica em jornalismo durante os anos de 1890 a 1909 (a criação desta graduação ocorre somente em 1947, na Cásper Líbero, em São Paulo, com a primeira turma da Faculdade de Jornalismo do Brasil)⁸², o que propões a pergunta sobre quem eram os jornalistas de então.

Sobre isso, nos responde Barbosa ao traçar o perfil de 58 profissionais da imprensa carioca entre 1880 a 1908, identificando 53 com curso superior, sendo 29 bacharéis em Direito, 12 graduados em Medicina, 04 engenheiros, 05 com formação superior em seminário católico e outros 02 indeterminados, ao passo que apenas 05 não possuíam formação de terceiro grau.⁸³ Se na capital federal a formação de nível superior era característica majoritária, pelo reduzido número de instituições de ensino superior no Brasil durante o período aqui em estudo é possível crer que não acontecesse no Pará, Amazonas e Acre do mesmo modo. Entretanto, pelo teor dos jornais analisados, pode-se concordar que os periódicos eram exponenciais de debates e alicerces de carreiras políticas.

Seguindo na análise de Barbosa sobre as origens dos jornalistas percebe-se que a maior parte deles na capital federal tinha como local de origem outras cidades e estados distintos do Rio de Janeiro, estando em segundo lugar o quantitativo dos que eram fluminenses e contabilizando uma minoria de procedência estrangeira. Tangente às

⁸¹ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 315.

⁸² PILAGALLO, Oscar. História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p.328.

⁸³ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 157.

condições profissionais paternas destes jornalistas, em sua maioria tinham situações abastadas decorrentes do comércio, indústria ou atividade rural; seguido por um grupo menor de descendentes da alta burocracia estatal e por diminuto número de jornalistas e profissionais liberais.⁸⁴

Completando a interpretação sobre os periodistas da capital federal, diz Barbosa que a faixa etária média dos jornalistas dos periódicos fluminenses era de 16 a 35 anos. E que recorrentemente acumulavam o trabalho em mais de um jornal, ou a complementação de renda com um cargo burocrático. Do mesmo modo que, era corriqueira a rotatividade de “repórteres, redatores e secretários de redação” em diferentes gazetas.⁸⁵

Concernente às tarefas internas nos diários de notícias fluminenses Barbosa identifica fragmentação a começar do setor de reportagens, entre as informações telegráficas e locais. Por sua vez, as funções de jornalista se segmentavam entre os repórteres (cabendo aos mais célebres as coberturas políticas e aos outros as demais matérias, inclusive a oitiva das queixas e informações fornecidas pela população); secretários de redação (a quem competia à responsabilidade de ordenar as reportagens); os chefes de paginação e os redatores-chefes. A este quadro de profissionais, se deve acrescentar os colaboradores, que são as pessoas que eventualmente escreve e publicam textos nos jornais.

Todavia, curioso é notar que não há nas pesquisas feitas sobre as imprensas belenense, amazonense e acriana estudos semelhantes acerca da naturalidade, faixa etária, formação profissional e familiar dos jornalistas. E apesar de nos jornais belenenses e amazonenses se identificar os usos de telégrafos, bem como a experiência de colaboradores e chefes de redação, observa-se nas fontes consultadas que não foram encontradas análises sobre a divisão das funções e tarefas internas aos periódicos estudados.

Em que pesem as peculiaridades da imprensa de Belém apontadas no parágrafo anterior, se detectaram - a partir dos estudos sobre aqueles periódicos - designações quanto ao conteúdo das publicações em literários, políticos, críticos, noticiosos,

⁸⁴ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 158.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 158-159.

científicos, artísticos, recreativos ou comerciais, tal qual fez Sales⁸⁶ dentre outros autores. Ao passo, que acerca dos manauaras, Faria e Souza⁸⁷ fez listagem sobre propriedade e tempo de funcionamento.

Relativo ao público, consenso entre o aporte teórico é de que se tratava de um universo de maioria analfabeta, mas que se apropriava dos textos em leituras coletivas feitas nos espaços privados e públicos – praças, locais de trabalho, bondes, hospitais e cadeias –, com o fito de se instruírem e se distraírem. Na busca de individualizar o leitor das gazetas cariocas, Barbosa por análise das “colunas de diálogo com o leitor durante meses de 1901”⁸⁸, constatou que *O Paiz* atingia um maior número de mulheres, ao passo que *Jornal do Brasil* tinha maior repercussão entre os trabalhadores. E a predileção do *Jornal do Brasil* sobre o “Zé Povo” repercutiu como mecanismo de aumento de tiragem, repetido anos mais tarde por Irineu Marinho quando da criação de *A Noite*, pois:

Para ser lucrativa, a folha precisava de leitores e anunciantes. Para aumentar a tiragem, o novo jornal, a exemplo do que fizera o *Jornal do Brasil* no início da República, foi em busca do leitor comum, adaptou a ele sua linguagem e temática, ampliou a presença de reportagens. [...] O jornal dava resultados do jogo do bicho, ou dos bichos, como se dizia, na primeira página, caprichava no noticiário policial, envolvia-se em problemas da cidade, promovia concursos de beleza.⁸⁹

Mais que a distinção entre os tipos de público, a opção e as brigas pelo leitor tomavam estratégias extremas, vez que *O Paiz* possuía apenas uma edição diária, mas estampava abaixo de seu título a frase em que se lia “O PAIZ é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”. E para tentar fortalecer as vendas centrava sua atenção na periferia e nas crianças, com a criação de sessões como “O Paiz no subúrbio” e “O Paiz das Crianças” e de concursos por vezes macabros, tal qual o pagamento gratuito de seguro de vida àqueles que provassem que quando da ocorrência do sinistro as vítimas portavam um exemplar de *O Paiz*.⁹⁰

⁸⁶ SALES, Germana Maria Araújo Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. In: Entrelaces, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras-Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Ano I, nº 01, Agosto 2007. Issn: 1980-4571. P.44-56.

⁸⁷ FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. A imprensa no Amazonas, 1851-1908. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

⁸⁸ Ibidem, p. 221.

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende. Irineu Marinho: imprensa e cidade. São Paulo: Globo, 2012. p. 11.

⁹⁰ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 218.

Relativo aos leitores amazônidas, por uma questão metodológica, a abordagem é concomitantemente à análise sobre os contextos sociais, políticos e econômicos dos jornais de Belém, do Amazonas e dos Departamentos do Alto Purus e Alto Juruá expostas nas próximas etapas desta tese.

Assim, ante as ponderações sobre as fontes, o (seu) trato com elas (delas) e com as conjunturas em que foram produzidas, passemos então o exame será das apresentações que eram dadas à Questão do Acre e de modo mais específico ao *Bolivian Syndicate*. De tal forma que, nos capítulos seguintes o interesse é a conceituação do *Bolivian Syndicate* feita pela historiografia acriana e sua confrontação com os textos dos periódicos aqui estudados.

Capítulo 03 – O BOLIVIAN SYNDICATE: em diferentes fontes.

3.1. Para se entender a aplicação da nomenclatura “historiografia acriana”

Considerando que o pesquisador analisa o objeto de estudo a partir de seu referencial e experiências, propõe-se neste capítulo a análise do *Bolivian Syndicate* a partir do tempo presente em direção ao nosso marco temporal, com o fito de colaborar a compreensão de como nosso tema tem sido definido e tratado na historiografia “acriana”.

Para tanto, é necessário elucidar que neste texto a nomenclatura “historiografia acriana” transpõe a limitação dos textos escritos por historiadores e exclusivamente destinados a discutir a História. E com este fim, refere-se a toda aquela obra cuja temática tenha como cerne as terras, sujeitos sociais, movimentos ou demais elementos concernentes ao Acre, independente de ter sido produzida no local em comento, ou mesmo por autores que tenham nascido ou vivido em terras “acrianas”.

De tal modo que a expressão “historiografia acriana” aqui abrange também obras que são referenciais como fontes ou focos de debates sobre o Acre, a exemplo dos escritos de Leandro Tocantins, Márcio Souza, Mary Allegretti e José da Silva Paranhos Júnior (doravante somente chamado por seu título de nobreza, ou seja, Barão do Rio Branco), sem terem sido produzidas por acrianos ou em terras acrianas.

Feito isto, podemos prosseguir afirmando que a incorporação territorial acriana ao Brasil é assunto já explorado por diferentes autores, contudo, não é possível fazer a mesma alegação em torno do *Bolivian Syndicate*. A este, em regra, se dedicam apenas poucas linhas, ou alguns parágrafos, para classificá-lo como contrato de arrendamento do Acre, pela Bolívia, a grupo de investidores estrangeiros.

No entanto, o presente trabalho resulta do descontentamento com este enfoque exíguo acerca do *Bolivian Syndicate*, e em prol de uma abordagem que melhor o concatene ao contexto mundial na passagem do Século XIX ao XX. Ao que se acresce à ideia de confrontar a versão sacralizada sobre este assunto, para não nos limitarmos ao exclusivo e repetido discurso da denúncia (feita por uma figura “heroica” e

romantizada) sobre locação territorial do Acre, então pertencente à Bolívia, levando a insatisfação de brasileiros que o habitavam.

Neste sentido, aqui se visa caracterizar dentro da historiografia acriana o *Bolivian Syndicate*, advindo da leitura de referências mais recorrentes no Acre em torno desta temática, que constam como índice empregado nos espaços acadêmicos. Logo, na etapa seguinte deste capítulo passaremos ao *Bolivian Syndicate* em livros didáticos, para depois visualizá-lo em outros gêneros literários e então adentrarmos nas abordagens ao tema nos jornais acriano.

3.2. O *Bolivian Syndicate* em livros didáticos

Com o intuito de situar o *Bolivian Syndicate* na historiografia acriana em obras publicadas, com origens e finalidades distintas, mas sem pretensões a esgotar em apenas uma segmentação de capítulo tal empreendimento, foram selecionados para análise os livros didáticos de História do Acre elaborados por docentes da Universidade Federal do Acre⁹¹.

Inicialmente, tendo como fito o material lido nos bancos escolares de ensino fundamental e médio, desde a década de 1980⁹² até janeiro de 2014, foram produzidos três livros didáticos de História do Acre por professores desta Instituição Federal de Ensino Superior: “*Acre: uma história em construção*”, “*História do Acre*” e “*História do Acre: novos temas, novas abordagens*”.

O primeiro, “*Acre: uma história em construção*” de autoria dos Professores Doutores Valdir de Oliveira Calixto, José Dourado de Souza e do Professor Especialista Josué Fernandes de Souza. Sua publicação ocorreu em 1985, sob a edição da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre e extinta Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre⁹³ e em que obtive

⁹¹ A Universidade Federal do Acre foi a primeira instituição de ensino superior a ter o curso de graduação de licenciatura e bacharelado em História. Mas, no decorrer da década de 2000 as instituições privadas de ensino superior no Acre passaram a oferecer a licenciatura em História.

⁹² Quando da reabertura democrática e da ascensão do outrora curso de Estudos Sociais (criado na década de 1970) a categoria de graduação em História, na Universidade Federal do Acre.

⁹³ CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985. P. 118

meus primeiros rudimentos da História do Acre, posto sua utilização nas escolas acrianas até a década de 1990.

Ao passo que o segundo foi “*História do Acre*”, cujo público alvo era o “primeiro grau” conforme consta em seu subtítulo e teve como responsável pela edição o livreiro M. M. Paim, que o publicou em parceria com o autor, Professor Doutor Carlos Alberto Alves de Souza, em 1992⁹⁴. Entretanto, boa parte da primeira edição da obra foi recolhida por ordem judicial, tendo em vista a assertiva de seu escritor, que apresentou o Coronel Mâncio Lima como mandante de “correrias”, ou seja, de ataques para aprisionamento e extermínio da população indígena, ocorrido no município homônimo, durante o ano de 1913⁹⁵. Em meio à batalha judicial movida pelos descendentes do referido coronel contra o editor e o autor desta obra, a alternativa a sua circulação foi encontrada mediante a supressão do nome de Mâncio Lima. Contudo, atualmente, encerrada a lide, é possível comprar os exemplares apreendidos e ainda com a afirmação que levou a peleja jurídica, ao módico valor de R\$ 10,00 (dez reais).

Litígios judiciais a parte, o terceiro livro didático é a revisão, atualização e ampliação da obra contenciosa. No entanto, com a substituição do nome de Mâncio Lima por “Coronel Correrinha”, tendo autoria do mesmo professor Carlos Alberto Alves de Souza, mas, sob sua única e exclusiva responsabilidade de edição, com o título de “*História do Acre: novos temas, novas abordagens*”, cuja primeira edição data de 2002⁹⁶ e já teve várias reimpressões, continuando em ampla circulação.

Adentrando especificamente na abordagem feita na obra “*Acre: uma história em construção*” verifica-se que o espaço destinado ao *Bolivian Syndicate* é de apenas um elemento dentro de uma das dez unidades da obra. Item este que ocupa pouco mais de uma página, embora existam ainda breves menções em outras passagens do texto.

E neste único ponto, na referida obra, em sua página 118, lê-se no sétimo item “O capital monopolista internacional aperta o cerco: o *Bolivian Syndicate*”. Abaixo dele, surge a assertiva de que a propositura de arrendamento do Acre ao sindicato teria sido uma ideia do embaixador Felix Aramayo, representante diplomático da Bolívia em

⁹⁴ SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre*. M.M. Paim Representação e Comércio: Rio Branco, 1992.

⁹⁵ Ibidem, p. 38.

⁹⁶ SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, novas abordagens*. Rio Branco, 2002.

Londres, que a apresentou a Pando, presidente boliviano a época, obtendo sua aquiescência. Alegaram os autores que, com antecipada negociação entre Aramayo e os investidores, coube ao Congresso Boliviano à aprovação em dezembro de 1901 de um contrato previamente estabelecido entre as partes. Igualmente afirmam que:

[...] Grandes banqueiros faziam parte do negócio, inclusive Emilin Roosevelt, primo do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt. Consta que até o Departamento de Estado do governo norte-americano influenciou diretamente na negociata.⁹⁷

Em seguida Calixto, Fernandes de Souza e Dourado de Souza fizeram o destaque do que consideraram como pontos mais importantes do *Bolivian Syndicate*, informando que a sede seria em “Nova Iorque”, cabendo ao sindicato a “administração fiscal no Território do Acre”, tendo como capital inicial 500 mil libras esterlinas, com remessa de 40% dos lucros aos investidores internacionais e a outra parte ao governo boliviano, além da obrigatoriedade de desenvolver estudos para ligar por ferrovia ou canal os rios Acre, Orton e Madre de Dios.

Estes escritores asseveraram também que os embaixadores de Peru e Brasil externaram junto aos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Unidos e da Inglaterra, o descontentamento de brasileiros e peruanos quanto ao acordo. E encerraram o ponto de modo rápido, afirmando que assim estavam constituídas as circunstâncias indicativas de quem venceria o conflito, partindo então para arrazoado em torno da luta de classes e dos conflitos de interesse entre investidores, corpos diplomáticos, seringueiros e praças bolivianos, conforme se pode ler na transcrição do último parágrafo do mencionado item:

Estavam criadas as condições indicadoras sobre quem venceria essa disputa. Cabe, daqui para frente, avaliar o desfecho da questão. As manobras, as conspirações, as contradições do capitalismo, ardiladas e montadas pela usura do lucro, acabariam levando ao confronto sangrento aqueles que, pelo papel que exerciam na produção, nada tinham a ver com os interesses de uma classe antagônica à sua: seringueiros e soldados bolivianos. Sim, porque foram essas duas categorias sócio-profissionais que pagaram com suas vidas as ambições, arbitrariedades e frivolidades de mercenários, banqueiros e diplomatas que se compraziam com as tradicionais trocas de brindes dos gabinetes.⁹⁸

De tal forma que, em sete parágrafos e pouco mais de trinta linhas, há comentários rápidos sobre o *Bolivian Syndicate*, sem ao menos analisar ou incorrer na qualificação

⁹⁷ CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. Acre: uma história em construção. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985. P. 118

⁹⁸ Ibidem. p. 119.

deste como *chartered company*, ignorando a classificação atribuída por Tocantins ao sindicato⁹⁹.

No entanto, mais curioso é notar que, não obstante a análise de fundo marxista aqui exposto, o espaço dedicado à biografia e aos feitos de Luiz Galvez Rodrigues de Aria – tanto como responsável pela criação do Estado Independente do Acre, quanto como denunciante das negociações para o arrendamento das terras acrianas - é bem mais amplo do que o dedicado ao nosso objeto de estudo.

Na obra de Calixto, Fernandes de Souza e Dourado de Souza pitoresca é a maneira como se descreve a personalidade de Galvez, a quem se destinou todo o quarto item do capítulo em comento, denominado de “Galvez: o homem certo para fomentar insurreições”, colaborando para a construção da figura de herói romântico e referenciando Tocantins como base para obtenção deste perfil:

No processo de acirramento das contradições entre as classes dominantes, a contra-espionagem de uma das partes desvendou o sigiloso plano. E aí que aparece mais um personagem da História do Acre: Luiz Galvez Rodrigues de Aria, espanhol nascido em Cádis. Leandro Tocantins menciona Galvez como filho de pais pertencentes à antiga nobreza espanhola. Com formação superior na área de Direito, atingira o posto de diplomata em Roma e Buenos Aires. Em meio à evolução dos acontecimentos, aportou em Manaus esse culto cidadão ibérico. Seu preparo intelectual assegurou-lhe os empregos de redator do Jornal do Amazonas, assim como o de taquígrafo do Legislativo amazonense e do Consulado boliviano. Estabelecida essa “abertura”, Galvez cuidou de pôr-se a par da realidade que o cercava, ação que não lhe foi difícil devido ao exercício do ofício de jornalista.¹⁰⁰

De maneira que somos levados a crer na ausência de desconhecimento dos autores sobre a classificação de Tocantins ao *Bolivian Syndicate* como *chartered company*, o que chama atenção à escolha pelo conteúdo a ser enfatizado e a opção por aquele que deveria ser silenciado. Logo, vê-se a predileção pela personalidade do herói.

Mais emblemático se tornam os silêncios e, mesmo, o que foi escrito na obra “Acre: uma história em construção”, ao recordarmos que a tríade autoral – Valdir de Oliveira Calixto, Josué Fernandes de Souza, José Dourado de Souza – compunha-se por membros do quadro docentes da Universidade Federal do Acre¹⁰¹.

⁹⁹ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. V. 2. p.47

¹⁰⁰ CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985. p. 113.

¹⁰¹ Embora o professor especialista Josué Fernandes de Souza já tenha ido a óbito, quando de seu falecimento ainda integrava formalmente os quadros efetivos da UFAC. O Professor Doutor Valdir de

Neste sentido, impossível não identificar reduzida problematização e diálogo sobre o *Bolivian Syndicate*, ainda que a luz de um discurso de orientação marxista, em que se inseriam de modo muito incipiente a perspectiva da luta de classes no ensino de História do Acre nas escolas de primeiro e segundo graus acriano ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Por sua vez, em “*História do Acre*”, primeiro dos dois livros didáticos produzidos por Carlos Alberto Alves de Souza e lançado em 1992, o *Bolivian Syndicate* ocupa um item específico, distribuído em vinte e quatro parágrafos, no espaço de duas laudas.

Em Alves de Souza o *Bolivian Syndicate* é introduzido como decorrência da “derrota da expedição dos poetas”, acrescido da suposta conclusão do “embaixador boliviano na Inglaterra, Félix Aramayo” quanto às dificuldades de gestão das terras acrianas devido falta de recursos financeiros e militares, o que o teria levado a apresentar o “arrendamento do Acre a empresários ingleses e norte-americanos”, conforme se lê:

A ideia de arrendar o Acre foi aceita pelo presidente boliviano José Manuel Pando. Formou-se um grupo de grandes empresários da Inglaterra e dos Estados Unidos, a fim de fecharem negócio com a Bolívia a respeito do arrendamento do Acre. Esse grupo de empresários chamava-se Bolivian Syndicate, podendo vir a ser o novo dono das riquezas acrianas.

O contrato de arrendamento do Acre foi assinado entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate, no dia 11 de julho de 1901. As assinaturas foram do Embaixador Félix Aramayo, da Bolívia, e de Frederick Wilinfred Whitride, da empresa Car Whitrig, dos Estados Unidos.¹⁰²

A narrativa da criação do *Bolivian Syndicate* feita por Alves de Souza seguia-se a enumeração dos aspectos mais relevantes (a seu ver) do empreendimento, com ênfase no local em que se constituía sua sede e o território a ser administrado fiscalmente, acrescido do quantitativo e da composição inicial do capital, bem como dos poderes que lhe foram atribuídos e do prazo de duração do contrato, além das permissões de livre navegação nos rios acrianos e da organização de navios de guerra para defesa da região.

Alves de Souza prosseguia discorrendo sobre os protestos externados pelos governos brasileiro e peruano, embora o Brasil reconhecesse o direito de propriedade boliviano sobre o Acre. Asseverava o autor de que o interesse brasileiro sobre o Acre

Oliveira Calixto atualmente é aposentado. Ao passo que Carlos Alberto Alves de Souza e José Dourado de Souza continuam em atividades docentes na IFES.

¹⁰² SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. M.M. Paim Representação e Comércio: Rio Branco, 1992. p. 73.

motivava-se pelas rendas auferidas com a borracha e porque “suas fronteiras ficariam ameaçadas por grandes potências como Estados Unidos e Inglaterra.”¹⁰³

O historiador apontou ainda sobre o *Bolivian Syndicate* o distrato, mediante a convocatória para a aquisição do Acre feita pelo governo brasileiro ao boliviano, aduzido da negatória dos Estados Unidos da América de participação no contrato e a suposta pressão do “Tio Sam” para o encerramento deste:

Os Estados Unidos querendo o apoio do Brasil em suas intervenções armadas nos países da América Central convenceu a Bolívia a desfazer o contrato assinado com o *Bolivian Syndicate*.

A Bolívia desfez o contrato, mas quem pagou a indenização foi o Brasil. Antes de desfazer o contrato de arrendamento do Acre com o *Bolivian Syndicate*, o governo boliviano enviou para o Acre um novo delegado, conhecido pelo nome de D. Lino Romero, chegando na região acriana a 2 de abril de 1902, no sentido de preparar a região a ser entregue ao *Bolivian Syndicate*. [...] ¹⁰⁴

Carlos Alberto Alves de Souza lançou “*História do Acre*: novos temas, nova abordagem” dez anos depois do seu primeiro livro didático, apresentando na capa do segundo um informativo caracterizando-o como “revisado, atualizado e ampliado”. No entanto, a destinação tinha se alterado, em lugar de ter como público o “primeiro grau” destinava-se aos acadêmicos de História, perpassando o ensino médio e o fundamental.

Apesar destes aspectos, bem como da apresentação gráfica de melhor elaboração e com maior volume de páginas, concernente aos conteúdos do *Bolivian Syndicate* se repete o mesmo texto, com idêntica grafia e quantidade de parágrafos nos exemplares de 1992 a 2002. As duas únicas alterações entre o livro de 1992 e 2002 tangentes ao *Bolivian Syndicate* ocorrem na supressão da parte final de pedaços do terceiro parágrafo e no décimo quarto, logo após a menção das oito características importantes do contrato. Para melhor compreensão, abaixo são reproduzidos os dois parágrafos com destaque em negrito das parcelas “recortadas”:

A ideia de arrendar o Acre foi aceita pelo presidente boliviano José Manuel Pando. Formou-se um grupo de grandes empresários da Inglaterra e dos Estados Unidos, a fim de fecharem negócio com a Bolívia a respeito do arrendamento do Acre. Esse grupo de empresários chamava-se *Bolivian Syndicate*, **podendo vir a ser o novo dono das riquezas acrianas.**¹⁰⁵

Quando a notícia da assinatura do contrato espalhou-se pelo mundo, o Brasil e o Peru reagiram. O Peru, a partir deste momento, começou a mostrar interesse pelo Acre, principalmente pela região do Vale do Juruá, onde os seus “caucheiros” trabalhavam

¹⁰³ SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. M.M. Paim Representação e Comércio: Rio Branco, 1992, p.73.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 74.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 73.

na extração do leite do caucho. O Brasil reconhecia o direito boliviano de proprietário do Acre, mas não aceitava que a Bolívia fizesse tal acordo com o *Bolivian Syndicate*, pois grande parte das riquezas saídas do Acre não mais lhe pertenceria, **como os lucros obtidos dos impostos sobre a borracha**, e, suas fronteiras ficariam ameaçadas por grandes potências como Estados Unidos e Inglaterra.¹⁰⁶

Diante disto, verifica-se que no segundo livro didático de Alves de Souza, quanto ao *Bolivian Syndicate* não ocorreu “ampliação” de conteúdo. Ao contrário, aconteceu redução. A “revisão” foi feita unicamente com a eliminação de fragmentos do texto. A “nova abordagem” neste item específico se caracterizou pela retirada de interpretações do autor sobre o tema. Acrescenta-se a isto que, em nenhum momento das obras de 1992 ou de 2002 existam menções a classificação do *Bolivian Syndicate* como *chartered company*.

O não dito e os silenciamentos são simbólicos do lugar de produção de sua obra e das predileções temáticas de Alves de Souza, de forma tal que o *Bolivian Syndicate* é apresentado do ensino fundamental ao acadêmico como elemento abstrato, desconexo de um contexto internacional de neocolonialismo que marcou a passagem do XIX ao XX. Não há discussão acerca do pagamento do distrato do *Bolivian Syndicate*, ou concatenação disto com o teor da carta constitucional brasileira de 1891¹⁰⁷ e sua influência na geopolítica de então. Igualmente não se dialoga quanto à obtenção dos valores pagos na ruptura do contrato em forma de indenização aos empreendedores e aos mediadores disto.¹⁰⁸

Do mesmo modo, se verifica nas duas obras de Alves de Souza, que em passagens antecedentes ao item sobre o *Bolivian Syndicate*, há alusão às preocupações do governo amazonense pela não efetivação do empreendimento. Contudo, na abordagem do tema, fica marcado reconhecimento do Acre como propriedade boliviana pelo governo republicano brasileiro, mas, oposição ao arrendamento. Conduzindo ao entendimento de

¹⁰⁶ SOUZA, SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. M.M. Paim Representação e Comércio: Rio Branco, 1992. p. 73.

¹⁰⁷ ANDRADE, José H. Fischel de; LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: Considerações sobre a Questão acriana e o Tratado de Petrópolis (1903). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n.1, junho de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 abr. 2013.

¹⁰⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e “A Questão do Acre”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2013.

que os interesses dos governos brasileiros e do estado do Amazonas se coadunavam de forma pacífica...

Porém, nem nos livros didáticos de Alves de Souza ou no escrito de Calixto, Dourado de Souza e Fernandes de Souza se menciona o processo movido pelo Amazonas face ao governo federal, em que se solicitou o ressarcimento dos gastos com a Questão do Acre. Esta lide judicial foi motivada porque o Acre após sua anexação passou a ser administrado diretamente pela União (que por consequência auferia renda oriunda da tributação sobre a área)¹⁰⁹. Outra aproximação entre as obras de Alves de Souza e “*Acre: uma história em construção*” é a ausência de diálogos sobre *chartered company*.

Recordando que a elaboração de material didático decorre de pesquisas em distintas fontes, inclusive de leituras de teses¹¹⁰ e dissertações, ponto de intersecção mais curioso entre as obras de Alves de Souza e “*Acre: uma história em construção*”, centra-se no fato de que nenhuma delas resultou de trabalho de mestrado ou doutorado, apesar dos autores terem carreiras nas graduações de licenciatura e bacharelado do curso de História da Universidade Federal do Acre. Feitas estas ponderações, passemos ao *Bolivian Syndicate* fora dos muros da UFAC e além dos bancos escolares acrianos.

3.3. *Bolivian Syndicate* em outras fontes: *chartered company* e os seus (des)usos...

O *Bolivian Syndicate* não foi pauta exclusiva dos livros didáticos de História do Acre, também foi abordado em textos que constituíram fontes para a elaboração destes, a exemplo da “Exposição de Motivos sobre o Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903 entre Brasil e Bolívia” e do próprio acordo diplomático de responsabilidade de Rio Branco, bem como os escritos de Craveiro Costa, Tocantins e Márcio Souza que se tornaram referências frequentes nos estudos relacionados à anexação do Acre ao Brasil.

No intuito de compreendermos como o *Bolivian Syndicate* tem despertado interesses na obra destes autores, devemos inicialmente nos reportar a José Maria da

¹⁰⁹ FERREIRA REIS, Arthur Cezar. *A Questão do Acre*. Manaus: Typographia Phenix, 1937.

¹¹⁰ Tal qual atesta o próprio Carlos Alberto Alves de Souza em seus dois livros didáticos ao arrolar nas referências bibliográficas sua tese, apresentada em 1996 na PUC/SP, denominada Varadouros da Liberdade: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre.

Silva Paranhos Júnior que, embora fosse monarquista, realizou suas contribuições mais relevantes ao Brasil durante os primeiros anos da república, com a configuração e oficialização das fronteiras brasileiras atuais¹¹¹.

Rio Branco, antes mesmo de nomeado para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, já intervinha na Questão do Acre, como se pode notar pelo exemplo de suas advertências publicadas e repercutidas em 15 de junho de 1902 no *The New York Times*:

WARNING TO INVESTORS

Germans Are Urged to Let the Bolivian Syndicate Alone.

The Brazilian Minister in Berlin Points Out that Territory Concerned is Still in Dispute.

BERLIN, June 14. – The Brazilian Minister, Baron Rio Branco, has issued a warning to German investors against putting Money in the Bolivian Syndicate, because, he points out, the boundaries of the Province of Acre are uncertain. Brazil and Peru are claiming, and are still negotiating with Bolivia regarding the same.

Attempts last night to reach the gentlemen in this city Who are interested in the Bolivian Syndicate were not successful, most of them being out of town. Arthur S. Fairchild of Vermilye & Co. was the only one of them who could be seen.

Mr. Fairchild Said, when the Berlin dispatch was read to him, that he had heard nothing about the statement made in it, and could give no information as to the correctness of the report or its bearing on the future of the Bolivian Syndicate.

As announced in a dispatch from Berlin June 4, F. W. Whitridge of New York left Berlin that Day for England after having arranged with the Deutscher Bank and other financial houses of Berlin to take shares in the Bolivian Syndicate of New York.

The object of getting German capital for this syndicate does not appear to have been because outside money was needed, but because August Belmont & Co., Vermilye & Co., Brown Brothers & Co., Frederic P. Olcott, President of the Central Trust Company, and others composing the syndicate desired to

¹¹¹ Para entender a importância da atuação de Rio Branco na Questão do Acre, é necessário recordar sua filiação e formação cultural. José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu em 1845, no Rio de Janeiro, filho do Visconde do Rio Branco, que foi diplomata e ministro. Estudou no Colégio Pedro II. Cursou Direito no Largo do São Francisco em São Paulo, mas formou-se no Recife. Após a graduação, trabalhou no Colégio Pedro II na cadeira de Corografia e História do Brasil, foi designado promotor em Nova Friburgo e também exerceu o cargo de Deputado Federal por Mato Grosso. E em 1869, participou da Missão Especial ao Uruguai e Prata, como secretário do Visconde de Rio Branco. Em seu retorno fundou junto com Gusmão Lobo o jornal A Nação, que deixou em 1876 para mudar-se a Liverpool, onde seria cônsul geral e permaneceu até 1893. A partir daquele ano passou a atuar na defesa dos interesses brasileiros nas disputas com a Argentina sobre a região das Missões. Mais tarde, em 1898 foi encarregado de resolver a Questão do Amapá. Em virtude desses sucessos recebeu nomeação como Ministro Plenipotenciário em Berlim, regressando ao Brasil em 1902 para assumir o Itamaraty. Escreveu textos como geógrafo e historiador, tendo integrado o Instituto Histórico Geográfico do Brasil desde 1867. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras. LINS, Álvaro. **Rio Branco** (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História Política. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

broaden the international basis of the enterprise and thus obtain additional diplomatic support in the negotiations now pending between the syndicate and Brazil. It is through Brazilian territory that the Bolivian Syndicate must find an outlet for intercourse with the world. It is likely that the syndicate will also obtain some Belgian capital.

The Bolivian Syndicate has been authorized to administer fiscally, to police, and to govern 80.000 square miles of rubber forests in Bolivia, and the output of this country will have to be transported on Rivers which cross the Brazilian frontier. It will also pay an export duty to certain Brazilian States and chiefly to the State of Amazonas.

The apprehension of the Brazilian Government arising from the fact that Americans are obtaining fiscal rights in and police control over so vast a territory in Bolivia, a strip of which territory is claimed by Brazil, has created a difficulty which has made international partition and ownership desirable. American interests, however, will predominate.

While Mr. Whitridge has been dealing with the financial interests of the syndicate Sir William Martin Conway, the explorer, who negotiated the syndicate's concession from Bolivia, has been in Berlin and has explained to the German Foreign Office the objects of the enterprise. It is understood that the Foreign Office will probably forward the aims of the Bolivian Syndicate, in which both American and German capital is now interested.

Brazil has obtained of Argentina the right to navigate certain Rivers which cross the boundaries of the two countries, and has long contended that Venezuela should concede similar rights with regard to the Orinoco River. It is consequently thought probable that Brazil will yield to the request that Bolivian and Brazilian streams be opened to international navigation.¹¹²

Em livre tradução do texto, publicado no *The New York Times* na cidade homônima, datado de 15 de junho de 1902, o Barão do Rio Branco, então ainda Ministro do Brasil na Alemanha, avisava aos potenciais investidores estrangeiros que o Acre era alvo de litígio entre Brasil, Peru e Bolívia. Desta feita, alertava que aplicar recurso na área seria temeroso. E continuava o artigo reportando que o Barão teria tentado contato com os interessados, sem sucesso. Que o único dos investidores visto em Belim era Sr. Arthur S. Fairchild da Vermilye & Co. Contudo, que quando naquela cidade não pode dar informações com exatidão da influência disto no futuro do *Bolivian Syndicate*. E que no dia 4 de junho, quando a notícia chegou a Berlim o Sr. Fairchild já havia deixado a cidade, após ter organizado com o Banco Deutscher e outras casas financeiras de Berlim para tomar ações no *Bolivian Syndicate of New York*.

O artigo prosseguia alegando que a busca de investidores alemães não se motivada pela obtenção de recursos financeiros, mas sim, porque August Belmont & Co., Vermilye & Co., Brown Brothers & Co., Frederic P. Olcott, President of the Central Trust Company e outros membros do sindicato buscavam aumentar a base

¹¹² THE NEW YORK TIMES. June 15, 1902. (sem identificação de página, seção ou coluna)

internacional, para obtenção de apoio diplomático adicional nas pendências entre o sindicato e o Brasil. Pois para relação do sindicato com o mundo seria necessário transitar em águas brasileiras. Ao que se aduzia uma provável busca de capital belga pelos integrantes do sindicato¹¹³.

Continuava o texto explicando que o *Bolivian Syndicate* tinha permissão para administração fiscal e política de gerir “80 mil quilômetros quadrados de florestas de borracha na Bolívia”, cuja saída de transporte perpassavam rios que cruzavam as fronteiras brasileiras. Ao que se acrescentava, implicaria em pagar taxas de exportação a estados brasileiros, sobretudo o Amazonas. Entretanto, o governo brasileiro demonstrava apreensão por conta dos americanos terem a obtenção de direitos fiscais e “policiais” sobre amplo território boliviano, que era reclamado pelo Brasil. Visto que assim prejudicariam uma divisão (mediação) internacional desejável, posto que deveria “como sempre” prevalecer os interesses norte-americanos.

No penúltimo parágrafo atribuíam-se ao Sr. Whitridge o trato com “interesses financeiros”, enquanto que a Sir William Martin Conway, alcunhado de “The Explorer” o papel de negociante da concessão do *Bolivian Syndicate*. Tendo cabido a este último, em visita a Berlim, esclarecer os objetivos do empreendimento ao Ministério das Relações Exteriores alemão. Especulava-se que ante a isto tal ministério “os encaminharia”, já que capital americano e germânico estavam interessados no *Bolivian Syndicate*. E se encerrava a matéria falando sobre as relações de navegação em águas vizinhas adotadas pelo Brasil em face da Argentina, Venezuela, bem como a Bolívia. Desta feita, fica marcado no artigo em comento, aquilo que Carneiro caracterizou como o papel de detratores do *Bolivian Syndicate* desempenhado por Rio Branco em parceria com Nabuco e Assis Brasil:

Os diplomatas brasileiros Joaquim Nabuco, Assis Brasil e Barão do Rio Branco foram os responsáveis por difamar o cartel perante os investidores europeus e norte-americanos. Afirmavam que o empreendimento era de alto risco, visto que se tratava de um território disputado por outros dois países. Por conta disso, os capitalistas belgas e alemães se recusaram a aderir à proposta.¹¹⁴

¹¹³ A respeito do capital e ação belga no Bolivian Syndicate ver: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na “era dos impérios”**: os belgas na fronteira oeste do Brasil. São Paulo: UNICAMP, 2005. (Tese em Doutorado em História Econômica).

¹¹⁴ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. P.344.

A este raciocínio de Carneiro sobre Rio Branco, corroboram os textos escritos por Kent – pseudônimo atribuído ao Barão – e publicados no *Jornal do Brasil* entre os anos de 1902 a 1903. No entanto a ação dele foi bem mais ampla do que o enfraquecimento do *Bolivian Syndicate* junto a investidores internacionais, resultou de uma reorientação da chancelaria brasileira em relação ao continente americano. De tal modo que, ao analisar esta mudança imposta por Rio Branco, diz Muñoz:

Como afirma Doratioto (2000), Rio Branco assumiu a Chancelaria quando o Brasil se encontrava isolado na América do Sul. No entanto, via o país em posição de destaque no subcontinente, em razão de sua dimensão territorial, condição econômica e situação geográfica. [...] Para tanto, como considera aquele autor, Rio Branco redirecionou a política externa brasileira da área de influência da Inglaterra para a dos Estados Unidos e aproveitou-se das contradições entre essas potências, que disputavam a preponderância sobre a região. O chanceler preocupava-se com a estabilidade da América do Sul, tendo por intuito transformá-la em um espaço geopolítico de liderança brasileira.¹¹⁵

A aproximação entre Brasil e Estados Unidos em detrimento da Inglaterra¹¹⁶, deve ser entendida a luz do conflito de interesses destas potências sobre o continente americano, que foi utilizado por Rio Branco para formular uma linha de condução da *Questão do Acre* e a redefinição oficial do Itamaraty em relação à região. Neste sentido, Rio Branco ao tomar assento na chefia do Ministério das Relações Exteriores em dezembro de 1902 assumiu o interesse do Brasil em relação à área em litígio, diferentemente do que fazia seu antecessor.

Não obstante a ambição brasileira sobre o Acre, Rio Branco reconheceu a propriedade boliviana estabelecida em acordos bilaterais anteriores – notadamente Ayacucho (1867) - e apresentou proposta de aquisição da região junto à Bolívia, mas não obteve sucesso. Depois tentou fazer permuta de territórios conjuntamente com o oferecimento de outras compensações, no entanto, novamente sem resultado.

Paralelamente tabulou, por meio de diplomatas, diálogos com os representantes do *Bolivian Syndicate* a fim de fazê-los renunciar aos direitos obtidos com o

¹¹⁵ MUÑOZ, Luciano Rosa. A política externa de Rio Branco. **Caderno de Relações Internacionais**, v.2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13549/13549.PDF>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

¹¹⁶ Em que pese Carneiro afirmar o atrelamento do Brasil a Doutrina Monroe a partir da Questão do Acre, outros autores contestam a ideia, ponderando que a aproximação não se deu de modo constante e pleno, mas dentro de um contexto de reordenação das forças diplomáticas nas Américas. A este respeito ver também: CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Rev. Bras. Polit. Int.**, Brasília, v 41, n. 2, dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473291998000200004&lng=en&nrm=i>. Acesso em: 03 abr. 2013.

empreendimento, mediante o pagamento de indenização do governo brasileiro aos investidores do empreendimento. Além de tentar e conseguir o estabelecimento de um armistício entre as tropas acrianas e bolivianas, assegurando a vida e o patrimônio daqueles com o deslocamento do exército brasileiro ao Acre.¹¹⁷

Passado o distrato do *Bolivian Syndicate* e conseguido negociar com o país vizinho à aquisição do Acre, era necessário ainda submeter ao Congresso Brasileiro os termos do Tratado de Petrópolis bem como sua “exposição de motivos”. Neste instrumento, Rio Branco categorizou o *Bolivian Syndicate* como *chartered company* e o repetiu em várias passagens, embora afirme que caberia ao consórcio “direitos quase soberanos”:

Toda a vasta região acima mencionada, ao sul de uma linha geodésica traçada da nascente principal do Javari à confluência do Beni com o Mamoré, estava reconhecida como boliviana por numerosos atos e declarações dos governos que entre nós se sucederam desde 1867, isto é, durante o regime imperial e após a proclamação da República. Um Sindicato anglo-americano, com a denominação de *Bolivian Syndicate*, armado de direitos quase soberanos, que lhe haviam sido conferidos pelo Governo da Bolívia para a administração, defesa e utilização do Acre, trabalhava, felizmente sem sucesso, por interessar algumas potências comerciais da Europa e os Estados Unidos da América nessa empresa, primeira tentativa de introdução no nosso continente do sistema africano e asiático das *chartered companies*. [...] ¹¹⁸

[...] Foi preciso que a própria segurança deste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador das Chartered Companies, e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos, com a nação boliviana, enquanto existisse sob sua soberania um território exclusivamente habitado por brasileiros que lhe eram hostis, para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos. ¹¹⁹

Assim, dentro do documento justificador do Tratado de Petrópolis sagrou-se o argumento da ameaça ao Brasil com a instalação de *chartered company* em sua fronteira, ao mesmo tempo em que se nega a plena soberania do Sindicato. Dentro deste contexto, se fortaleceu o discurso do risco a soberania face ao *Bolivian Syndicate*, que passou a ser repetido posteriormente por Leandro Tocantins e outros autores. No entanto, maior vazão a esta interpretação se pode observar em textos assinados com distintos pseudônimos no *Jornal do Brasil* – como Kent, mencionado no primeiro

¹¹⁷ Ver sobre as ações de Rio Branco sua biografia: LINS, Álvaro. **Rio Branco** (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História Política. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

¹¹⁸ Exposição de motivos sobre o Tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia. In: O TRATADO DE PETRÓPOLIS E O CONGRESSO NACIONAL. Brasília: Gráfica do Senado Federal. Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2003. (Coleção Documentos para a História do Acre). p. 55.

¹¹⁹ Ibidem, p. 57.

capítulo desta tese - ou mesmo, em editoriais dos periódicos cariocas que foram influenciados pelas ideias do chefe do Itamaraty.

Durante uma década Rio Branco comandou a política externa brasileira e conseguiu estabelecer oficialmente as fronteiras brasileiras como se conhece até os nossos dias. Com o seu falecimento em 1912 inúmeras foram às homenagens póstumas, que ocorreram em diferentes regiões do país, inclusive em ato cívico no Departamento do Alto Juruá que contou com a participação de Craveiro Costa¹²⁰, conforme descreveu *O Cruzeiro do Sul*, diário oficial daquela unidade administrativa do território.

No referido periódico, a ser estudado no capítulo seguinte desta tese, Craveiro Costa é um dos colaboradores e referências constantes de *O Cruzeiro do Sul*, onde atuou como redator. Por conta desta experiência como jornalista, acrescido a sua participação no movimento de autonomia do Alto Juruá, Craveiro Costa fundou *O Estado*, periódico que era órgão oficial do Partido Autonomista Acriano. E após seu regresso à Alagoas, Craveiro Costa publicou na imprensa alagoana uma série de artigos denominada *A conquista do deserto ocidental*, que foram reunidos em obra homônima. Neste livro, as menções ao *Bolivian Syndicate* são muito breves, restringindo-se a poucas linhas nas quais se lê que:

O domínio pleno e efetivo da Bolívia já ia por dois anos. Estava a findar o primeiro semestre de 1902, quando aos seringais chegou a notícia de que a Bolívia arrendara tudo aqui a uma empresa estrangeira, o *Bolivian Syndicate*. A ninguém passou despercebido o perigo. A aliança que vinha de fazer o invasor, colocando a seu lado, na disputa do território, talvez os Estados Unidos, donde saíam os capitais para a exploração comercial que se pretendia e à frente de cuja organização estava um filho do então presidente Roosevelt, afigurou-se, não sem fundamento, nítida é alarmante, como que a desintegração da pátria, com o abandono pelo Brasil da grandiosa obra de civilização e vitalidade industrial que o nortista, “largado de Deus e dos homens”, realizara no seio imenso daquelas florestas.¹²¹

O texto de Craveiro Costa, donde se extraiu a passagem acima, é igualmente referenciado nos livros didáticos acrianos. Sua inserção aqui se justifica para além das

¹²⁰ Craveiro Costa nasceu em Alagoas, em tempos de transição do Império a República, sobre os auspícios do fim da Guerra do Paraguai. De origem pobre, ficou órfão de pai muito cedo, tendo sido obrigado a abandonar os estudos e procurado colocação profissional para auxiliar no sustento materno. Ocupou empregos como caixeiro-servente em casa de comércio na capital alagoana, tendo ascendido a outros postos graças ao seu empenho e estudo – de conformidade com seu biógrafo. Tendo então passado a escrever em jornais daquela cidade. Mudou-se para São Paulo e Rio de Janeiro retornando às Alagoas, para depois estabelecer moradia em Manaus, donde mais tarde partiu para Cruzeiro do Sul. Na sede do Departamento do Alto Juruá além das experiências como periodista, também exerceu funções na educação do Departamento e de Secretario Geral do Governo. Sobre a biografia de Craveiro Costa ver: SILVEIRA, Paulo de Castro. **Craveiro Costa**. Maceió: Sergasa, 1983.

¹²¹ CRAVEIRO COSTA, João. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre. 1998.

menções em obras de História do Acre, visto a participação do autor na vida pública do Departamento do Alto Juruá a partir da década de 1910.

Dentro da obra em comento, merece destaque a perspectiva de Craveiro Costa sobre o controle da Bolívia em relação ao Acre, que se estendia de 1900 a 1902 de modo “pleno e efetivo”, quando só então se tomou conhecimento do arrendamento nos seringais acrianos. De tal modo que, para Craveiro Costa a autoridade boliviana se constituía integralmente e de maneira eficaz, em face disto, não se pode atribuir que a criação do *Bolivian Syndicate* decorreu da incapacidade de controle da Bolívia sobre o Acre, a despeito do que afirmam todos os livros didáticos de História do Acre e dos argumentos Tocantins, Allegretti e Carneiro.

Outras características significativas do escrito de Craveiro Costa são as ideias de civilização e soberania relacionadas ao conflito territorial. Desta feita, o *Bolivian Syndicate* se associava a fragmentação da pátria à ameaça da soberania brasileira pelo “abandono”. De onde se depreende a negação da propriedade boliviana sobre o Acre, face à posse efetiva dos brasileiros “nortistas”.

Percebe-se um discurso eivado de contradições, já que desconsiderava os acordos diplomáticos entre Brasil e Bolívia, por conseguinte a própria autoridade brasileira ao firmar tais tratados, ao mesmo tempo em que recorria à unicidade territorial ante as especulações acerca das ingerências estadunidenses, bem como a empatia e apologia da epopeia nortista e o potencial desamparo que sofriam.

Em parágrafo seguido ao citado acima, continuava Craveiro Costa fazendo menção ao *Bolivian Syndicate* para introduzir as ações de Plácido de Castro, como elogio a sua “alma patriota” e seu papel de sensibilizador quanto ao esbulho dos seringais:

Foi então que surgiu a figura empolgante de Plácido de Castro. Vivia no Acre, na faina profissional, demarcando seringais. A presença das autoridades bolivianas, ali instadas com o consentimento prévio do governo brasileiro e pela força das armas impondo-se à população, afigurava-se uma afronta à nação, um atentado inominável à integridade da pátria. Os acontecimentos que se vinham desenrolando ensombravam-lhe a alma de patriota, clamando uma reparação. Por fim, o arrendamento apresentou-se-lhe como um grande perigo à ordem política continental e à própria integridade do Brasil. [...]

Viu Plácido claríssima a situação que se ia criar na Amazônia se vingasse o imprudente arrendamento feito ao *Bolivian Syndicate*. [...]

Por onde passava, Plácido procurava reanimar aquela gente, sugestionando-a com a sua palavra ardente e o poder de sua fé, transmitindo-lhe o entusiasmo de suas convicções, pondo-lhe diante dos olhos o quadro negro do desmembramento da pátria, com a espoliação dos seringais, não mais para a Bolívia, - para os Estados Unidos.

As palavras de Craveiro Costa não abordam os termos do contrato que constitui o *Bolivian Syndicate*, apenas apresentam sua face motivadora do levante denominado de “Revolução Acriana”, ante “à integridade da pátria”. Reduzia-se o empreendimento a ofensa da completude e da soberania brasileira sobre terras alheias. A nacionalidade do capital e dos sócios do empreendimento é limitada a norte-americana, empregada como elemento de desarranjo continental.

Assim, a colaboração de Craveiro Costa enquanto redator no jornal *O Cruzeiro do Sul* (a partir da fixação de residência no Departamento do Alto Juruá em 1910), tal qual sua atuação como criador do periódico oficial do Partido Autonomista daquele Departamento devem ser compreendidas como produtos do seu tempo, de realidade vivenciada nos anos iniciais da construção do Acre brasileiro, em que se buscava o enaltecimento de heróis em figuras como Plácido de Castro e na atuação dos nacionais “nortistas”.

Acerca disto, Carneiro enfatiza que Plácido de Castro foi escolhido como a personalidade envolvida na anexação do Acre a ser louvado pelos autonomistas, enquanto que para o governo republicano a figura escolhida foi Rio Branco, de modo a diminuir a influência dos coronéis locais e do governo amazonense.¹²²

Tanto a análise do texto de Craveiro Costa, quanto a observância aos escritos de Carneiro sobre o papel da construção das memórias em torno da anexação do Acre ao Brasil e do próprio *Bolivian Syndicate*, nos levam a enfatizar que ocorreu uma seleção de versões a serem contadas. Neste sentido, Carneiro apresenta as tensões nas relações entre Plácido de Castro e as administrações departamentais a serviço do governo federal, que perpassam desde os incidentes da ofensiva do General Olympio da Silveira ante o “exército revolucionário acriano” em 1903¹²³ até mesmo as suspeitas de omissão do governo departamental acerca do assassinato do militar gaúcho.

¹²² CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. p. 97.

¹²³ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014, p.99.

Todavia, é o próprio Carneiro, com base na análise da obra de Craveiro Costa em formato de livro e seus artigos, que alega a apropriação de Plácido de Castro como personagem heroica em desfavor da personalidade diplomática de Rio Branco e por consequência, do *Bolivian Syndicate*, visto que:

[...] Não há dúvida de que para a causa autonomista seria mais vantajoso heroificar Plácido de Castro, que defendia a autonomia, do que o Barão do Rio Branco, um dos responsáveis pelo rebaixamento do Acre à categoria de território.¹²⁴

Assim, se por um lado disputava-se a elaboração de um herói da Questão do Acre, também se identificava o conflito de interesses na construção da memória em torno do *Bolivian Syndicate* e de Galvez (primeiro denunciante do empreendimento na imprensa brasileira). Na disputa de versões entre as elites que habitavam terras acrianas e as lideranças políticas de Manaus e do Rio de Janeiro, a opção por uma perspectiva cujo realce era a dita “fase militar” da anexação do Acre ao Brasil se motivava pela busca de autonomia política do território. De tal modo que, Galvez era convenientemente esquecido por estar associado às ingerências do governo amazonense sobre o Acre, ao passo que o *Bolivian Syndicate* e Rio Branco remetiam ao ponto de vista da administração departamental que era contestada pelos autonomistas. Assim, a escolha por Plácido de Castro como herói do Acre era útil à causa dos autonomistas.

Se por um lado se identifica o discurso autonomista impregnado na obra de Craveiro Costa, em Leandro Tocantins se fez a reabilitação romântica de Galvez e a retomada das discussões acerca do *Bolivian Syndicate*. Tocantins dedicou-se ao definir o empreendimento e consagrá-lo como *chartered company*. Usando para tanto argumentos atribuídos ao próprio Felix Aramayo por ocasião de explicar o *Bolivian Syndicate* aos congressistas bolivianos em 1901:

Quando justificava a constituição do *Bolivian Syndicate*, no Congresso boliviano, Feliz Aramayo declarou que se havia inspirado em contratos de sociedades análogas, tais como a Companhia do Sul da África e outras, e nas consultas feitas a homens de larga experiência nessa classe de negócios.¹²⁵

Entretanto, também fazendo uso de escritos de Aramayo, Carneiro – conforme se verá nas próximas laudas - contesta a ideia de que o *Bolivian Syndicate* fosse uma

¹²⁴ Ibidem, p. 99.

¹²⁵ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.V. 2, p. 47.

chartered company, posto que o governo boliviano tivesse mantido a autonomia política sobre o território do Acre. Curiosamente, embora Tocantins faça referências à mesma obra de Aramayo que fundamenta a contestação de Carneiro, não há consonância entre os autores sobre o *Bolivian Syndicate* ser ou não uma *chartered company*.

A respeito desta modalidade de iniciativa diferenciada de comércio e colonização, também denominada de “sociedade de carta”, explica Tocantins que não se desvinculava do contexto de neocolonialismo, partilha da África entre nações europeias, “conquista do Oeste” norte-americano e por consequência, do Imperialismo corrente no último quarto do século XIX, visto que:

Nessa hora, acharam os ingleses oportuno surgir o antigo sistema de companhias de comércio privilegiadas, as *Chartered Companies*, ou, como dizem os franceses, *les compagnies à charte*, que tiveram saliente papel na Europa e na Ásia, durante os séculos XVI e XVII, e assim ditas por causa da carta outorgada pelo rei, na qual se estabeleciam direitos e obrigações recíprocos.

A mais importante delas, a famosa Companhia das Índias Orientais, fundada em 1599 pela rainha Elisabeth, foi o germe do imperialismo inglês na Ásia, pois terminou por conquistar a Índia para a coroa britânica. [...] ¹²⁶

Assevera Tocantins que desde a Companhia das Índias Orientais, criada com a rainha Elisabeth em 1599, perpassando por outros soberanos da Inglaterra foram mantidas as outorgas monárquicas e as benesses alfandegárias aos comerciantes ingleses, representados pela Associação dos Comerciantes de Londres.

Aduz o autor em comento que em lugar de supressão, outras companhias de comércio foram criadas no século XIX, sob o reinado da rainha Vitória, tal qual *Royal Niger Company Chartered and Limited* (em 1886) que dois anos mais tarde foi denominada de *Africa Company* (1888), ou ainda as *British East Africa Company*, *British South Africa Company* e *North Africa Company*. ¹²⁷

E ainda sobre este tipo de instrumento de neocolonialismo, nos informa o próprio Tocantins, que não foi de uso exclusivo de Inglaterra, já que apresenta também a discussão em torno de “*les compagnies à charte*” a partir do texto de Bonnassieux ¹²⁸ sobre o Projeto de Lei apresentado ao Senado Francês em 16 de julho de 1891. E a partir destas digressões as define da seguinte forma:

¹²⁶ Ibidem, p. 49.

¹²⁷ Ibidem, p. 50.

¹²⁸ Tocantins faz inferências ao longo do capítulo XLVII, denominado de As ‘*chartered companies*’ sobre os debates no Senado da França a partir das referências a obra *Les Grandes Compagnies de Commerce* de Pierre Bonnassieux. BONNASSIEUX, Pierre. *Les Grandes Compagnies de Commerce*. Paris, 1892.

As *chartered companies* eram, assim organismos com delegações de direitos políticos e administrativos bastante amplos, muito semelhantes aos outorgados pela coroa britânica às antigas companhias. Como já ficou dito, a diferença assinalável entre elas residia no monopólio geral e exclusivo do comércio que não foi concedido nas novas sociedades em nenhuma carta, o que, entretanto, não as tornou menos poderosas, nem menor a sua ação. [...] ¹²⁹

Não obstante a negação dos monopólios gerais e exclusivos, completa Tocantins, que as *chartered companies* despertavam interesses da Alemanha de Bismarck, Bélgica, Portugal e Holanda. ¹³⁰ Ilustrou tal assertiva a enumerar no caso alemão Sociedade Alemã da África Oriental, Sociedade Colonial da África do Sul Ocidental e a Companhia da Nova Guiné. Ao passo que entre os belgas, Tocantins menciona a Associação Africana Internacional (1876) que se transformou depois em Companhia do Congo. Enquanto que os portugueses formaram em 1888 uma “sociedade de carta” chamada de Companhia de Moçambique. E observando este quadro internacional, concluiu Tocantins que o *Bolivian Syndicate* representava para o continente sul americano o caráter inaugural da “experiência do regime asiático e africano das companhias de carta”, a exemplo do que Rio Branco asseverou na exposição de motivos do Tratado de Petrópolis. Complementando tal raciocínio, Tocantins afirmou que:

O exame do ambiente social e político que determinou o aparecimento das novas companhias privilegiadas na Europa, pondo em relevo sua constituição jurídica, seus efeitos e consequências, é útil para avaliar as particularidades que cercaram a criação do Bolivian Syndicate. Descerrando o véu que encobria os propósitos das empresas em que o Ministro Felix Aramayo se inspirara, pode-se julgar, com clareza, que o Sindicato seria no Acre o *screen* de grupos da finança internacional, amparados pelos governos de poderosas nações. Uma penetração política e econômica em região de sobejos recursos naturais.[...]

Logo após a criação do Bolivian Syndicate, já os agentes de outras nações, animados pelo precedente, achavam-se com direito de reivindicar igual oportunidade para a exploração colonial da Amazônia. O conceito “a América para os americanos” não devia ser aplicado à Amazônia. [...]

Se assim fora com a Inglaterra e a América do Norte, porque não seria o mesmo com outros países é lógico deduzir das palavras do viajante francês. O Sindicato Boliviano, sem ter ainda se apossado do Acre, já criara uma atmosfera de certo perigo para a sobrevivência política da Amazônia nos quadros nacionais. ¹³¹

Embora Tocantins faça aprofundamento acerca do significado do *Bolivian Syndicate* para além de sua categorização como *chartered company*, problematizando as disputas de interesses a respeito dos “sobejos recursos naturais”, às ameaças as soberanias das nações integrantes das terras amazônicas, sobretudo ao Brasil, acrescida

¹²⁹ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, V.2., p. 51 -52.

¹³⁰ Ibidem, p. 53.

¹³¹ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, V. 2, p. 57.

da eventual invalidação ou reinterpretação da Doutrina Monroe sobre a Amazônia, curiosamente nos salta aos olhos como os autores da tríade de livros didáticos de História do Acre se relacionam com esta abordagem.

Isto porque nas três obras didáticas de História do Acre ocorreu uma apropriação incompleta da análise de Tocantins acerca do *Bolivian Syndicate*, visto que as intersecções entre estes se caracterizam pelo uso de interpretação fragmentada, desconectando ou negando a profundidade de análise sobre o empreendimento. Leitura centrada na qualificação deste como contrato de arrendamento do Acre a investidores internacionais, tal qual se pode constatar nestes textos, conduzindo a sacralização de uma perspectiva historiográfica restritiva do tema em comento.

Já em Mary Allegratti, no segundo capítulo de sua tese *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*, dedicado ao “contexto histórico dos conflitos” ocorridos no Acre, tem-se exame do *Bolivian Syndicate* a partir do movimento de autonomia comandado pelos donos de seringais acrianos e apoiado pelo governo do Amazonas, que se sentiam prejudicados com a tentativa de controle fiscal boliviano. Neste quadro de insatisfações, a insurreição era motivada face à passividade do Brasil que assentia na tributação estrangeira sobre produção e trabalho brasileiros, visto que validava tratados sobre fronteiras instituídos em período imperial (pelos quais se assegurava a propriedade do Acre à Bolívia):

O Brasil reconhecia os tratados internacionais vigentes e autorizou a Bolívia a instalar um posto de arrecadação de impostos sobre a comercialização da borracha que ali era produzida por brasileiros. Interessada na manutenção dos benefícios fiscais oriundos do controle comercial que exercia sobre a região, a administração provincial do Amazonas decidiu apoiar um movimento de autonomia liderado pelos seringalistas acrianos. Durante sete meses, o Estado Independente do Acre, presidido por Luiz Galvez, editou leis, criou instituições e procurou organizar as atividades econômicas e a vida social na região.

Enquanto eram realizadas missões de reconhecimento do traçado das nascentes do rio Javari, que definiria as fronteiras entre os dois países, a Bolívia tomou a iniciativa de organizar um sindicato anglo-americano, o *Bolivian Syndicate*, visando o arrendamento do território em questão, como um meio de fortalecer sua capacidade de controle sobre a região. A decisão do governo boliviano de ocupar militarmente o território, associada à indiferença do poder central no Brasil, em relação ao que ocorria na região do Acre, adicionou os elementos que faltavam para deflagrar um confronto armado.

Assim, a constituição da sociedade acriana deu-se em um contexto de conflitos pela conquista de um território, em oposição a três forças sociais e políticas simultaneamente: as populações indígenas, interesses econômicos bolivianos, e o governo federal. Um conflito étnico, econômico e político.¹³²

¹³² ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002. p.61.

Desta leitura depreende-se que as relações de posse, propriedade, usos e desusos das terras do Acre associam-se às maneiras de dispor da natureza, o que justifica pensar a História do Acre a luz dos apontamentos de Donald Worster sobre a História e Ambiental, já que esta:

[...] rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. [...] Seu objetivo principal' se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.¹³³

Semelhante compreensão deste convívio tem Costa ao analisar a “dialética das relações homem-natureza”, visto que “o homem não pode ser concebido como algo alheio à natureza, apesar da discussão filosófica sobre o antropocentrismo”, explicando que o ser humano “depende de inter-relações com seu meio”¹³⁴.

Contributo a pensarmos a anexação do Acre ao Brasil não apenas enquanto uma construção de agentes sociais, mas como decorrente do envolvimento dos seres humanos e o meio é recordar a afirmação de Edgar Morin que “a dependência-independência ecológica do homem se encontra em dois níveis superpostos e de mesmo inter dependentes: o ecossistema social e o ecossistema natural”¹³⁵

Então considerando o estudo da história dentro da perspectiva de observância das alterações e interações produzidas entre homem e ambiente, entende-se que a leitura de Allegretti sobre o *Bolivian Syndicate* como componente de um contexto mais amplo, em que se inter cruzavam as demandas dos seringalistas no Acre com os interesses do estado do Amazonas, confrontando-os aos dos governos brasileiro e boliviano.

Neste sentido, Allegretti se coaduna a Tocantins, ao mencionar que o Acre tinha importância às duas nações e especialmente ao governo amazonense. Mas não se verifica na autora a sacralização ou o exclusivismo de Tocantins como fonte para estudar o *Bolivian Syndicate*.

¹³³ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 4, dez. 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>.

¹³⁴ COSTA, Carlos A. Franco. **Racionalidade e exploração madeireira na Amazônia brasileira**, 389 p. Tese de Doutorado. Programa Multidisciplinar “El Medio Ambiente Natural y Humano em las Ciencias Sociales - Universidade de Salamanca, Espanha. Departamento de Sociologia, 2004, p. 9.

¹³⁵ MORIN, Edgar apud Pena-Vega, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 33-34

Em que pese à afirmação de que a divulgação do *Bolivian Syndicate* na imprensa brasileira somente tenha sido a partir de 1902, convergem Allegretti e Tocantins quanto à denúncia de Galvez e ao discurso da incapacidade do governo boliviano de gerir as situações “financeira, política e econômica do território acriano”, conduzindo ao arrendamento das terras daquela região. Assim como são harmoniosos no que concerne aos protestos externados e as sanções tomadas pelo governo brasileiro ao contrato, coincidem também sobre coações norte-americanas caso se efetivasse o empreendimento.

Todavia, divergem Allegretti e Tocantins ao atestarem a origem da proposição do *Bolivian Syndicate*. Isto porque, para Tocantins a “inspiração” do investimento foi atribuída a Aramayo (conforme demonstrada em citação apresentada anteriormente neste mesmo capítulo), ao passo que para Allegretti o *Bolivian Syndicate* foi proposta do cônsul norte-americano ao boliviano ministro Paravicini:

A ideia de propor para sindicatos dos Estados Unidos que adquirissem terras e empresas no Acre foi apresentada a Paravicini pelo cônsul norte-americano em Belém. O presidente boliviano, José Manuel Pando, adotou a proposta como uma forma de assegurar o controle sobre o Acre e as altas taxas de exportação sobre a borracha. Em março de 1900, Felix Avelino Aramayo, embaixador da Bolívia na Inglaterra, recebeu instruções detalhadas para a organização de uma companhia que ficaria responsável pela exploração, administração e colonização das regiões ao nordeste da Bolívia, entre o Javari e o Madeira.¹³⁶

Allegretti argumenta que o empreendimento já havia sido oferecido a ingleses, além de terem sido buscados investidores germânicos, todavia, a concretização se deu com britânicos e estadunidenses, tendo ficado a presidência para o filho do presidente norte-americano. Explica, sem mencionar diretamente Tocantins, que o documento de criação do negócio foi denominado de “Contrato Aramayo” o que justificaria a atribuição a Felix Aramayo de sua proposição. Afirma novamente que a notícia chegou à imprensa brasileira somente em 1902, embora em novembro de 1900 o governo brasileiro tivesse pedido informações sobre o “suposto arrendamento”:

A oferta inicial de arrendamento foi feita por Aramayo à Inglaterra, conforme carta do ministro americano George H. Bridgman ao Secretário de Estado John Hay, em 23 de julho de 1900: "The land is certainly of immense value, in rubber production alone, of very large area, has no flaw of title, and will be granted as "Freehold" property in perpetuity". Mas foi o entusiasmo em relação ao projeto, do ministro americano em La Paz, que levou os

¹³⁶ ALLEGRETTI, Mary. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002. p. 74.

capitalistas americanos a se interessar no projeto e a assumir papel dominante na organização do sindicato.

Não existe registro nos arquivos americanos que indique que a oferta foi considerada seriamente pelo Departamento de Estado, mas facilitou contratos privados com investidores americanos. Nenhuma palavra sobre esse convite chegou à imprensa brasileira até a assinatura oficial da concessão, quase dois anos depois. Em resposta a uma consulta do governo brasileiro, em novembro de 1900, as autoridades bolivianas afirmaram que não havia veracidade nas informações e que rejeitariam qualquer tipo de arrendamento. Não somente os detalhes dos termos do arrendamento colocavam uma ameaça aos brasileiros residentes no Acre e aos investimentos brasileiros na área, mas revelavam que a soberania boliviana estaria comprometida se uma nação forte aceitasse a oferta, porque o governo boliviano ofereceu o território, sem exigências, ao governo americano (Stokes op cit: 317).

A percepção de que a Bolívia conseguiria manter o controle sobre o território levou o Embaixador da Bolívia na Inglaterra, Félix Aramayo, a retomar, em 1901, a idéia de criação de um sindicato internacional para controlar o Acre. Justificava a iniciativa afirmando que, desde que não havia condições de a Bolívia realizar a exploração e ocupação total da região, seria conveniente formar um grupo de acionistas para esse fim, semelhante às companhias inglesas que atuavam na África.

A notícia se espalhou de Londres aos capitalistas do velho mundo, formando-se um grupo liderado por norte-americanos e ingleses, que ficou conhecido como *The Bolivian Syndicate of New York*, formado com capital de 500.000 libras. Faziam parte do Sindicato: os Vanderbilt, representados pelo seu advogado Willingfor Whitridge e os acionistas britânicos representados pelo geógrafo Sir Martin Conway. A fim de garantir o apoio oficial do governo Americano, a presidência do Sindicato foi entregue a um filho do presidente dos EUA, Theodoro Roosevelt.

O sindicato buscou associados na Alemanha, mas não obteve êxito, em função de comunicado publicado na imprensa, pelo Barão do Rio Branco, representante do Brasil naquele país "...fazendo advertência aos possíveis interessados, de que o território do Acre era reclamado pelo Brasil, Bolívia e Peru, e que os capitais lá investidos não teriam garantia alguma" (Cabral 1986:47).

Finalmente, depois de boatos e denúncias, e tendo como base o acordo tentado anteriormente, o projeto de arrendamento do Acre se concretizou no *Contracto Aramayo*, assinado em Londres em 11 de julho de 1901, mais de seis meses antes que a notícia se tornasse pública, [...] ¹³⁷

Ao observarmos os empregos dados aos textos de Tocantins pelos livros didáticos de História do Acre, se percebe que a versão “consagrada” para a publicidade em jornais brasileiros tem sido atribuída ao período de 1902, em compatibilidade a construção de uma intervenção militarista heroicizada representada na dita “Revolução Acriana”. Todavia, assim como Tocantins também Allegretti discorrem sobre a participação de Galvez como divulgador deste contrato por meio de *A Província do Pará* em 1899:

O espanhol Luiz Galvez Rodriguez de Arias desempenhou papel central nos episódios que ocorreram no Acre na passagem do século XIX para o XX. Criou o Estado

¹³⁷ ALLEGRETTI, Mary. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002. P. 75-76.

Independente do Acre em 14 de julho de 1899 e governou como seu presidente até 28 de dezembro de 1899, quando foi deposto. Novamente conduzido ao cargo em 30 de janeiro, nele permaneceu até 15 de março de 1900, totalizando um período de cerca de sete meses no poder.

Galvez era espanhol de Cádiz, filho de almirante, descendente de nobres e formado em ciências jurídicas na Europa. Foi membro do corpo diplomático da Espanha, servindo nas embaixadas de Roma e Buenos Aires. As informações não são precisas a respeito das razões pelas quais abandonou a capital Argentina e dirigiu-se ao Rio de Janeiro (Rancy 1992; Tocantins 1976; Costa 1974).

Em 1897, portando uma carta de apresentação do Ministro da Espanha no Brasil, apresentou-se em Manaus ao Vice-Cônsul Manoel Rodrigues Lira e passou a trabalhar como jornalista no "Comércio do Amazonas". Em 1899 foi para Belém onde trabalhou na Embaixada da Bolívia e, como repórter, no jornal "A Província do Pará". Neste contexto, descobriu e denunciou, ao Governador do Amazonas, publicando em seguida na imprensa, em 3 de junho de 1899, a existência de uma proposta de acordo secreto entre diplomatas da Bolívia e dos Estados Unidos, sendo negociada por José Paravicini, formalizando uma aliança entre os dois países que assegurava o auxílio dos Estados Unidos para a Bolívia conservar sua soberania nos territórios do Acre, Purus e Iaco, mediante concessões aduaneiras e territoriais. Tratava-se de uma proposta de arrendamento do Acre aos norte-americanos.¹³⁸

Face ao reconhecimento entre Tocantins e de Allegretti sobre as denúncias de Galvez em torno do *Bolivian Syndicate* no *A Província do Para* em 1899, ou seja, dois anos antes da assinatura do "Contrato Aramayo", assevera-se que este já era assunto de jornais desde aquele momento, justificando-se assim a nossa baliza cronológica.

Porém, de fato, o *Bolivian Syndicate* ganha recorrência nos jornais da capital federal a partir de 1902. Desta feita, corroboram aos argumentos de Allegretti sobre a divulgação tardia do empreendimento naquilo que Carneiro, ao reportar-se a Antibas, chamou de "fenômeno *Bolivian Syndicate*", posto que, agregou celebridade a Questão do Acre e testou a capacidade resolutive do Itamaraty:

Uma clara compreensão do fenômeno chamado *Bolivian Syndicate* é fundamental para qualquer estudioso do processo de anexação do Acre ao Brasil. Ele foi quem deu notoriedade nacional à Questão do Acre, fazendo o assunto figurar nas páginas dos principais jornais do país (Cf. ANTIBAS, 2002). Na Fase Militar, ele foi usado para mobilizar a opinião pública nacional em favor dos acrianos. E na Fase Diplomática, ele foi a "prova de fogo" pela qual o Itamaraty teve que passar para anexar de forma pacífica o Acre ao Brasil.¹³⁹

Não obstante à riqueza decorrente do confronto de Tocantins e Allegretti, há de se recordar que entre ambos, além da distância temporal de quarenta e dois anos, também

¹³⁸ ALLEGRETTI, Mary. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002. p.64.

¹³⁹ CARNEIRO. Eduardo de Araújo. **"A fundação do Acre": um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história**. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. P. 338.

existem as publicações Galvez, *O imperador do Acre* e *Breve História da Amazônia* de Márcio Souza, que abordam o *Bolivian Syndicate*.

E embora em Galvez, *O Imperador do Acre* seja obra ficcional, enquadrada no denominado “romance histórico nacional”, cuja primeira publicação datada 1976 a tornou referencial dentro de seu gênero literário, bem como na recriação da biografia de Galvez e por consequência, de parte dos episódios de divulgação do *Bolivian Syndicate*. Nesta obra, Márcio Souza dedica-se mais a uma narrativa sobre as façanhas atribuídas ao personagem, do que a análise de nosso objeto, atribuindo ao espanhol rápida passagem no belenense *A Província do Pará*.

E Márcio Souza também registra a chegada do espanhol a Belém em novembro de 1897. Assim, repetindo divergência do material encontrado nos recortes de jornais cariocas (expostos no capítulo anterior desta Tese). Todavia, há de se recordar ao autor a liberdade criativa concernente ao seu gênero literário. Dezoito anos após a primeira edição de Galvez, *O Imperador do Acre*, e antes mesmo da atual proliferação de brevíários sobre distintos temas, o autor lançou *Breve História da Amazônia*, em que dedicou somente um parágrafo ao *Bolivian Syndicate*:

Os bolivianos, impotentes para impedir a invasão brasileira, associam-se a grupos econômicos europeus e norte-americanos, fundando o *Bolivian Syndicate*, que se encarregaria de garantir o domínio boliviano no território e explorar os recursos naturais pelo prazo de dez anos. Os empresários brasileiros decidem enfrentar a ameaça apresentada por tão poderosa associação.¹⁴⁰

De forma rápida, Marcio Souza apresenta quatro elementos fundamentais que são o conceito de “invasão brasileira”, o empreendimento como intento para assegurar o “domínio boliviano no território”, cuja validade temporal do contrato foi reduzida para uma década apenas, bem como a perspectiva de enfrentamento ao arrendamento focada em ação de “empresários brasileiros”.

Embora Marcio Souza não problematize este comentário e as ideias nele enumeradas, nos parece importante enfatizar a interpretação do autor de que o Acre boliviano estava sendo “invadido” por brasileiros. Márcio Souza se nega ao romantismo da expressão “conquista” ou a ideia de vazio populacional com o termo “ocupação” e declara que ocorreu a “invasão”. Concordância ao termo “invasão” proposto pelo autor

¹⁴⁰ SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994. p.133.

em comento será verificada apenas na recente tese de Eduardo Carneiro¹⁴¹, que divide o processo de anexação do Acre ao Brasil em três fases, sendo uma delas a “invasiva”, conforme será exposto nas próximas páginas.

Ao mesmo tempo em que Marcio Souza atesta os motivos para a “invasão” do Acre como decorrência das ações e interesses de “empresários brasileiros”, se diferencia de Carlos Alberto Alves de Souza que atribui os interesses ao governo brasileiro na captação de tributos¹⁴², ou ao “capital monopolista internacional”¹⁴³ como fizeram Calixto, Dourado de Souza e Fernandes de Souza. E em certa medida, Marcio Souza também não seria reverberado em Allegretti, que afirmaria anos mais tarde ter sido o *Bolivian Syndicate* e a ação de Galvez partes das forças motrizes – incluindo os interesses do governo amazonense e da vontade dos brasileiros que habitavam a região - à criação do Estado Independente do Acre, pois:

Esta decisão foi, certamente, influenciada por Galvez e pelas notícias das ameaças do território vir a ser controlado por outros países. Além disso, tanto a Junta quanto Galvez estavam respaldados pelo apoio direto do governo do Amazonas que, por 15 anos, recebia uma renda segura das taxas de exportação sobre a borracha do Acre e não queria perder o controle econômico daquela área.

Mas a decisão era, também, a expressão política de uma situação de fato vivenciada pelos brasileiros na região: não queriam ser bolivianos, embora estivessem sendo colocados sob o domínio daquele país em decorrência da posição defendida pelo governo brasileiro de que aquele território pertencia à Bolívia. A frase - "já que não podemos ser brasileiros, resolvemos não ser bolivianos" - pronunciada pelos membros da Junta, resume a posição dos *revolucionários* e continua sendo repetida, até hoje, como a síntese das razões que deram origem à sociedade acriana.¹⁴⁴

Não obstante as contribuições de Rio Branco, Craveiro Costa, Tocantins, Allegretti e Marcio Souza sobre o nosso tema, dentro dos espaços da Universidade Federal do Acre não se identificam até agora trabalhos cujo foco central seja o *Bolivian Syndicate*. Em regra se encontram alusões aos fatos que sua divulgação desencadeou em terras acrianas. Mas não há um estudo que o tenha como foco principal.

¹⁴¹ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

¹⁴² SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. M.M. Paim Representação e Comércio: Rio Branco, 1992. P. 73.

¹⁴³ CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. P. 118

¹⁴⁴ ALLEGRETTI, Mary. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002. p. 65.

Dentro deste contexto do *Bolivian Syndicate* como temática secundária nas produções acadêmicas recentes, merece destaque já mencionada tese “ ‘A fundação do Acre’: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história” produzida por Eduardo de Araújo Carneiro e apresentada no DINTER USP/UFAC¹⁴⁵. Isto porque, ao discutir os significados e usos do “mito fundador do Acre” em festejos e solenidades nos últimos quinze anos concatenados a construção de um projeto político, o autor se propôs ao diálogo (até agora mais extenso desde Tocantins) acerca de nosso objeto de estudo. Para Carneiro, o *Bolivian Syndicate* surge em notícias divulgadas por Galvez em Belém e Manaus ainda sem sua devida denominação, todavia, já como:

[...] temor de o Acre sofrer uma intervenção norte-americana surgiu pela primeira vez quando o jornalista espanhol Luiz Galvez denunciou nos principais jornais de Manaus e Belém que o Acre estava sendo alvo de negociações entre a Bolívia e os Estados Unidos. A matéria foi publicada primeiro no jornal *A Província do Pará*, de Belém, em 03 de junho de 1899; depois em *Comércio do Amazonas*, de Manaus, em 09 do mesmo mês.¹⁴⁶

A ideia de denúncia inicial do arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate* em Carneiro não difere de Tocantins ou Allegretti. Todavia, se nesta última isto é etapa introdutória de um contexto para pensar políticas públicas associadas ao uso do meio ambiente, em Carneiro o *Bolivian Syndicate* é utilizado para tratar “os abusos da história e as comemorações cívicas no Acre durante os primeiros anos do século XXI” e serve a uma “breve revisão da história” acerca de sua anexação ao Brasil.

Neste sentido, o autor faz a crítica ao projeto político vigente em terras acrianas no qual o “mito fundador do Acre” é reinterpretado e utilizado em benefício próprio, pois segundo Carneiro os líderes políticos no atual governo acriano teriam adotado uma perspectiva de valorização de uma versão da História do Acre em que:

Dessa forma, a “revolução” de Galvez, de Guimard Santos e da Frente Popular, apesar de suas muitas diferenças sócio temporais, figuram em uma mesma narrativa, a da “Revolução Acriana”. É como se o mesmo “espírito revolucionário” inaugurador do Acre se manifestasse na história esporadicamente em ações “grandiosas” de seres ou grupos “iluminados”.¹⁴⁷

¹⁴⁵ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 338.

¹⁴⁷ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. p. 167.

No terceiro capítulo da tese, Carneiro abordou o que considera como práticas abusivas na alusão a história e aos festejos cívicos ocorridos nas primeiras décadas do XXI. E apontou incoerências no discurso oficial a respeito da baliza cronológica da “Revolução Acriana” entre 1899 e 1902, bem como acerca da atuação popular e de agentes históricos. Desta feita, afirmou que há valorização heroica dos atos de Plácido de Castro em detrimento de ações populares e mesmo de outros personagens contemporâneos à dita “Revolução”.

Carneiro no decorrer desta parte de sua tese observou a imputação oficial de um atrelamento da resolução diplomática exclusivo do Itamaraty, tal qual do conflito militar a liderança de Plácido de Castro. O autor pontuou seu texto com forte oposição à reinterpretação da “Revolução Acriana” e do *Bolivian Syndicate* feita pelas forças políticas vigentes no executivo estadual acriano¹⁴⁸. Carneiro criticou a afirmação feita por pessoas deste segmento político de que tais circunstâncias teriam colocado em a “cheque a geopolítica mundial”, ao passo que a revolução industrial teria colocado como cerne da economia mundial a floresta amazônica¹⁴⁹.

E ao final do capítulo em comento Carneiro retomou o diálogo com o *Bolivian Syndicate* tanto para introduzir a “breve revisão” sobre a História do Acre, quanto para desconstruir os méritos atribuídos às ações militares de Plácido de Castro na libertação do Vale do Acre. Nesta etapa do texto, incorreu no uso do empreendimento sem análise de seu significado como “*chartered company*”, mas tão somente como obstáculo a elaboração das memórias acerca da beligerância.

Porém, no quarto capítulo de sua tese, chamado “Da ‘gestão’ ao ‘nascimento’ ”, Carneiro apresenta seu revisionismo da história da anexação do Acre ao Brasil e propõe uma periodização em “fases invasiva, militar e diplomática”. Tal nomenclatura é explicada pelo autor por considerar o ingresso de brasileiros no Acre como invasão e desrespeito a posse dos indígenas sobre a região, bem como as contendas entre Bolívia e Peru pela sua propriedade. Depreende-se que a designação “militar” é consonância a leitura de Craveiro Costa. Enquanto nosso objeto de estudo se insere dentro da etapa “diplomática”, que teria se iniciado com a proclamação da independência de Brasil, Peru e Bolívia, antes mesmo da “invasão”, e se encerrado com o Tratado de Brasil-Peru.

¹⁴⁸ Desde 1999 o Acre é governado por uma coligação de partidos políticos de centro-esquerda, reunidos na Frente Popular, liderados pelo Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista do Brasil.

¹⁴⁹ Ibidem. p.190-192.

Defende o autor que as três fases diferem em periodização, “aspecto geográfico” e grau de importância¹⁵⁰, já que a “invasiva e diplomática” seriam mais significativas que a militar:

Com relação ao Acre, o Brasil não teve acréscimo de um palmo sequer de terras durante a fase militar. Os conflitos armados protagonizados por nordestinos resultaram, quando muito, em um Estado Independente e não na nacionalização do território. Apesar da importância do resultado advindo das trincheiras, a solução final não foi uma consequência dela, uma vez que a vitória obtida em Puerto Alonso por Plácido de Castro não significou o fim da Questão do Acre.

A nosso ver, o desfecho da Questão Acriana só iniciou quando a diplomacia brasileira obteve a neutralidade política dos EUA. Isso foi importante, porque o Brasil até então ainda estava muito aliado aos interesses europeus, principalmente os da Inglaterra. Via com reservas a Doutrina Monroe e ficou indiferente à Conferência Pan-americana de 1890.

A inclinação dos EUA pela Bolívia poderia servir como represália ao governo brasileiro que se negava ao alinhamento. A renúncia do *Bolivian Syndicate* em exigir seus direitos de explorar o Acre mediante indenização só foi obtida porque os EUA se manteve neutro durante as negociações. Sem tal renúncia, qualquer vitória militar em âmbito regional se tornaria um resultado meramente provisório.

Isso porque o Brasil não teria força bélica contra os EUA que, provavelmente, interviriam na questão. Além disso, a economia brasileira era dependente de financiamentos externos e constantemente contraia empréstimos em bancos estrangeiros. A oferta de crédito ao Brasil poderia ser afetada como represália aos prováveis prejuízos do *Bolivian Syndicate*.¹⁵¹

Carneiro apoiou parte da discussão do quarto capítulo sobre “A Questão do Acre e os EUA” na Tese de Domingos Sávio da Cunha Garcia¹⁵², de que o governo norte-americano apoiou de modo velado à criação do *Bolivian Syndicate*, assim como o distrato havia sido conveniente à nova orientação diplomática do Tio Sam acerca da América Latina. Isto porque, ao retirar o Brasil da influência diplomática britânica e aproximá-lo dos EUA, se configurava o alinhamento do vizinho do sul a Doutrina Monroe¹⁵³. E ao introduzir a análise da questão acriana sobre a perspectiva de ênfase diplomática, sobretudo a luz dos interesses norte-americanos, Carneiro recordou que:

Muitas foram às propostas de solução para a Questão do Acre. Uma era de o Brasil pleitear apenas o Acre Setentrional, já que o Meridional era incontestavelmente boliviano. Como já foi mencionado, inicialmente Rui Barbosa foi defensor do arbitramento. No entanto, o arbitramento além de atrasar o resultado da pendenga em pelo menos três anos, ainda tornaria o Brasil refém de um veredito incerto, mais propenso a Bolívia.

¹⁵⁰ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014, p.229.

¹⁵¹ Ibidem, p. 231.

¹⁵² GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na “era dos impérios”**: os belgas na fronteira oeste do Brasil. São Paulo: UNICAMP, 2005. (Tese em Doutorado em História Econômica).

¹⁵³ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. p. 332-334

O Itamarati precisou tomar quatro iniciativas para anexar o Acre definitivamente ao Brasil. Primeiro, alinhar a política externa do Brasil aos interesses norte-americanos. Segundo, subornar os financistas internacionais ligados ao *Bolivian Syndicate* a fim de que desistissem do empreendimento. Terceiro, forçar a Bolívia a negociar o Acre. Quarto, convencer o Peru a desistir de suas pretensões de exercer soberania sobre o Acre. E é isso que veremos na “fase diplomática”.¹⁵⁴

Em que pese Carneiro ter discorrido sobre nosso tema dentro da conjuntura de festejos cívicos e de enquadramento a geopolítica americana, há de ser ressaltado que também fez uso de fontes hemerográficas sobre o *Bolivian Syndicate*, representado em charges extraídas do periódico *O Malho*¹⁵⁵ e do *Jornal do Brasil*¹⁵⁶. Contudo, o autor não dialogou sobre o lugar de produção destas charges, tão pouco se deteve no posicionamento dos veículos de comunicação sobre a Questão do Acre.

Dentre todas as fontes bibliográficas aqui comentadas merecem destaque em Carneiro, assim como em Tocantins, a recordação de que o *Bolivian Syndicate* não foi o único empreendimento desta natureza no Acre antes de sua anexação ao Brasil, tendo em vista que:

Joaquim Cintra foi protagonista de um Sindicato brasileiro que defendia a soberania boliviana no Acre. A história oficial é muito crítica com o *Bolivian Syndicate*, um Sindicato anglo-americano; porém, pouco analisa a iniciativa brasileira que tinha objetivos similares. A decisão de Cintra foi influenciada por Alberto Moreira Júnior, um jornalista português naturalizado brasileiro que apoiara Galvez no início do Estado Independente do Acre. Ele havia sido redator-chefe do jornal *O Commercio*, de Manaus, em 1899, quando Galvez obteve o emprego de repórter no periódico. Também foi um dos principais organizadores da expedição que levou Galvez ao Acre.¹⁵⁷

A proposta seduziu o capitalista. Se a renda líquida do posto aduaneiro, no rio Acre, em três meses e vinte e três dias da administração Paravicini, ascendera à fortuna de 2.824:053\$000, quem resistiria ao atrativo desta cifra. O Ministro Plenipotenciário da Bolívia, D. Salinas Vega, percebeu na proposta um meio hábil de pacificar o território acriano por intermédio dos próprios brasileiros. O seu raciocínio era conclusivo: onde fala o ouro cala a razão.¹⁵⁸

Contudo, o contrato teve seu prazo vencido e não foi executado, a este respeito Carneiro especulou que poderia ter sido encenação para que a parte boliviana ganhasse tempo. Porém, significativas contribuições do autor são feitas a discussão em torno do arrendamento do Acre no que se referem à obtenção de investidores e aos detratores do *Bolivian Syndicate*:

¹⁵⁴ Ibidem, p.331.

¹⁵⁵ Ibidem, p.330.

¹⁵⁶ Ibidem, p.334-335.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 341.

¹⁵⁸ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, Vol. I, p. 449.

Em 15 de março de 1900, Aramayo conseguiu a autorização do presidente da Bolívia para a formação de uma Sociedade Anônima em vários países: Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha e no próprio Brasil. Almejavam tornar os mais prósperos capitalistas brasileiros favoráveis à causa boliviana. Mas a estratégia não deu certo e por causa da questão das fronteiras, poucos quiseram investir em algo com retorno duvidoso. [...]

Após a autorização, o ministro boliviano viajou por vários países em busca de acionistas. Os diplomatas brasileiros Joaquim Nabuco, Assis Brasil e Barão do Rio Branco foram os responsáveis por difamar o cartel perante os investidores europeus e norte-americanos. Afirmavam que o empreendimento era de alto risco, visto que se tratava de um território disputado por outros dois países. Por conta disso, os capitalistas belgas e alemães se recusaram a aderir à proposta.¹⁵⁹

Isto porque, após a autorização dada a Aramayo pelo governo boliviano para captação de partícipes no empreendimento, buscou obter simpatia brasileira através de investidores desta nacionalidade. Desta forma, o autor desconstituiu a interpretação de soberania e cidadania vinculada pelos demais estudiosos do assunto.

E embora preferencialmente Carneiro seja algoz da mitificação de Plácido de Castro, outra descaracterização do estigma de heróis feita pelo autor se concentra em Assis Brasil, Rio Branco e Joaquim Nabuco, visto que afirma ter lhes cabido desacreditar o *Bolivian Syndicate*.

Entrementes, a maior valoração da obra de Carneiro é a denegatória do discurso sacralizado por Rio Branco e Tocantins quanto ao *Bolivian Syndicate* como *chartered company*. Carneiro apoiado em texto de Aramayo¹⁶⁰ alegou que com a revisão contratual feita pelo presidente boliviano aos vinte dias de dezembro de 1901, manteve-se a soberania andina sobre a área e se limitou os poderes do empreendimento a administração fiscal.

[...] É bom que se diga que após a revisão, o *Bolivian Syndicate* não mais figurava como uma *chartered company*. Não se tratava mais de arrendamento do Acre, pois a soberania andina na região ficou preservada. Não se tratava de um governo civil paralelo, o sindicato teria apenas o direito à administração fiscal e à exploração econômica e à colonização territorial, além de outras vantagens.

Em conformidade com Carneiro o empreendimento como “sociedade de carta” foi desqualificado, mas, a omissão da autonomia política andina no *Bolivian Syndicate* teria sido importante para a elaboração dos discursos brasileiros e criação de memórias

¹⁵⁹ CARNEIRO. Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. p. 344.

¹⁶⁰ ARAMAYO, Félix Avelino. **La Cuestión del Acre La Legación de Bolivia en Londres**. Londres: Imp. Wertheimer, Lea y Cía., 1903.

acerca da Questão do Acre. Por isso, segundo o autor, a classificação incorreta do *Bolivian Syndicate* como *chartered company* permanece:

Mesmo assim, muitos autores brasileiros reproduziram, propositalmente ou não, a ideia. A estratégia contribuía para justificar a Questão do Acre (Cf. TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 59) e tornar o pleito nas primeiras páginas dos principais jornais brasileiro durante meses (Cf. ANTIBAS, 2002). Assis Brasil chegou a dizer que "o Congresso boliviano entendeu reformar o contrato primitivo feito em Londres, mas só o fez para mudar algumas palavras, a essência permanece a mesma" (*apud* TOCANTINS, 2001, Vol. II, p. 81). Essa opinião foi criticada pelos bolivianos.¹⁶¹

A análise de Carneiro sobre os usos do *Bolivian Syndicate* como *chartered company* é válida aduzir que Tocantins, em seu segundo volume de *Formação Histórica do Acre*, fez referências ao texto de Aramayo¹⁶². Tal qual o próprio Rio Branco na exposição de motivos do Tratado de Petrópolis alegava que o *Bolivian Syndicate* tinha sido "armado de direitos quase soberanos"¹⁶³. Assim, a nosso ver, devemos concordar com Carneiro que identificou predileção de Rio Branco e Tocantins por fomentar a versão de *chartered company*, apesar de terem conhecimento da negação de Aramayo. Esta inclinação ou "estratégia" foi aceita e repetida em outros autores que empregaram Rio Branco e Tocantins como referências, circunstância percebida em bibliografia comentada aqui, na qual ocorre a associação do *Bolivian Syndicate* a *chartered company*, ou como elemento de ameaça a soberania nacional, apesar de ser preocupação sobre terra oficialmente não brasileira.

Igualmente concordamos com Carneiro que o *Bolivian Syndicate* também foi discutido em trabalhos acadêmicos para além dos muros da Universidade Federal do Acre, a exemplo de "O Tratado de Petrópolis: interiorização do conflito de fronteiras" escrito em especialização por Flávia Lima e Alves¹⁶⁴. Assim como em parte da dissertação "*Flibusteiros, não. Brasileiros. Uma visão interna da Questão do Acre*" de

¹⁶¹ CARNEIRO, Eduardo de Araújo. "**A fundação do Acre**": um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014. p.346-7.

¹⁶² TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, Vol. II, p 34.

¹⁶³ Exposição de motivos sobre o Tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia. In: O TRATADO DE PETRÓPOLIS E O CONGRESSO NACIONAL. Brasília: Gráfica do Senado Federal. Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2003. (Coleção Documentos para a História do Acre). p. 55.

¹⁶⁴ LIMA E ALVES, Flávia. **O Tratado de Petrópolis: interiorização do conflito de fronteiras**. UNILEGIS: UFMS: Brasília, 2004.

Rosa Helena Benedetti Zanini Antibas¹⁶⁵. E nas teses “*Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*” de Lídia de O. Xavier¹⁶⁶; “*Territórios e negócios na ‘era dos impérios’*: os belgas na fronteira oeste do Brasil” de Domingos Sávio da Cunha Garcia.

Fora das fronteiras nacionais, o *Bolivian Syndicate* foi mencionado no escrito de Charles Eugene Strokes Jr., denominado *The Acre Revolutions, 1899-1903: a study of brazilian expansionism*.¹⁶⁷ Mas, não obstante este rol de textos acadêmicos que registram apontamentos ou explanações sobre o *Bolivian Syndicate* o enfoque em geral é marcado por associá-lo aos ditos movimentos revolucionários acrianos, como é o caso de Strokes, ou as disputas fronteiriças como em Antibas, Xavier, Lima e Alves, conforme citamos nas laudas anteriores neste capítulo.

Percepção distinta foi a de Allegretti, que partiu da interpretação do “contexto histórico dos conflitos” agrários e ambientais no Acre a fim de pensar “*A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*” em sua tese de doutoramento em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental na Universidade de Brasília e que tem sido aporte frequente nos debates em torno da sustentabilidade e das ações estatais em vigor no Acre.

Assim como Allegretti, a historiografia acriana recente tem apresentado outras interpretações ao fazer-se do Acre brasileiro. Neste sentido e face às elaborações de versões da incorporação territorial pautada em personalidades heroicas ao gosto da causa, narrador e público, nos cabe ainda recordar Francisco Bento da Silva, que rompe com os comentários assentados nos aspectos diplomáticos, militares ou apologéticos, ao equipar o Acre a “Sibéria Tropical”, graças aos desterrados entre os anos de 1904 e 1910.

Apesar de Silva não se ocupar propriamente do período de passagem do Acre boliviano ao Brasil, dedicou sua análise aquilo que seguiu a este processo, ao discorrer sobre a composição da sociedade acriana para além dos migrantes voluntários que ansiavam pela fuga a seca ou a riqueza da borracha. Silva desconstruiu a ideia de que a

¹⁶⁵ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. **Flibusteiros, não. Brasileiros**. Uma visão interna da Questão do Acre. 2002. 132 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

¹⁶⁶ A este respeito ver XAVIER, Lídia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. 2006.

¹⁶⁷ STOKES, Charles Eugene, Jr., **The Acre Revolutions, 1899-1903: a study of brazilian expansionism**. Tulane University, Ph.D., 1974.

migração ao Acre após o Tratado de Petrópolis fosse exclusivamente espontânea, visto que para lá também foram destinados os elementos “indesejados” pelo governo da capital federal.

Em seu texto, fazendo estudos a respeito dos malquistos (sobretudo da Revolta da Vacina e da Revolta da Chibata) advindos do Rio de Janeiro, dedicou-se a criticar a perspectiva de plena integração destes indivíduos a sociedade acriana que então se constituía, bem como a justificativa do degredo destes sujeitos em vista de suprir a falta de braços para a seringa, posto que:

[...] embora expressiva por si só, a quantidade de desterrados para o Acre representava uma parcela muito pequena quando comparada com a população migrante e adventícia que foi chegando e se estabelecendo a partir de meados do XIX. Isso me permite dizer que a decisão do governo de desterrá-los apenas pela ótica do povoamento é uma tese que não se sustenta em bases sólidas e tampouco legítima tais medidas. Não foi visando o povoamento ou à colonização, pois as autoridades locais em nenhum momento demonstraram querer ou ter absorvido tais pessoas como talhadas para tais objetivos em seus relatórios oficiais.

Além do mais, a mão de obra na empresa extrativista era suficientemente significativa e continuamente reposta por pessoas oriundas em grande medida do nordeste brasileiro e inseridas dentro de uma fechada rede de arregimentação que envolvia casas aviadoras; seringalistas; agenciadores no nordeste; estruturas de transporte e hospedagens até Belém e Manaus, de onde seguiam depois para os altos rios do interior amazônico. [...] ¹⁶⁸

Silva assegura que os exilados enviados ao Acre não eram elementos imprescindíveis ao “povoamento ou à colonização”, tão pouco ansiados pelos gestores e elites da capital federal ou do Território, conforme afirmava o autor:

Diante disso, considero que os indesejados desterrados do Rio de Janeiro para a Amazônia foram expurgados, antes de tudo, para que desaparecessem das ruas e do cotidiano daquela cidade. [...] Pode-se dizer que de certa forma todos tiveram decretada a morte civil ao serem escondidos e esquecidos na Amazônia, medida semelhante ao “morrer por isso” do antigo Código colonial português. O significado do termo “ir para o Acre” expressava e muito isso em um imaginário que denotava ser bastante sedimentado na capital do país. [...] ¹⁶⁹

Contudo, inegável há mais de um século é que o *Bolivian Syndicate* continua sendo ponto de discussão sobre as estratégias e justificativas da construção brasileira do Acre. Face às assertivas de Francisco Bento da Silva somos encaminhados a pensar que embora o *Bolivian Syndicate* tivesse motivado discussões sobre a soberania nacional, levou a construção de grupamentos sociais nos três departamentos em que as determinações federais nem sempre era recebidas de bom grado, ou integradas

¹⁶⁸ SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical**: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 208-209.

¹⁶⁹ SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical**: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 209.

completamente ao convívio cotidiano, tais quais as remessas de proscritos. Então, quando o Acre tornou-se Território passou a ser mais do que espaço de seringais, mas também destino de degredo. A relação entre homens e natureza transpôs a apropriação de recurso desta por aqueles, também era elemento punitivo, constituindo prisão sem grades.

Nem todos no Acre eram patriotas imbuídos de contraposição e combate às potenciais ameaças à soberania nacional apresentada pelo capital estrangeiro reunido no *Bolivian Syndicate*. Desta feita, depreende-se da leitura de Silva que os jornais do Acre não eram apenas para aqueles que “lutaram para a região ser brasileira”. Os periódicos acrianos também tinham como destinatários os que não tinham escolhido morar no Acre, mas que ali estavam por coação e imposição da vontade de afastá-los da sede do governo federal. Os expatriados existiam e também eram os públicos a que se destinavam os diários oficiais departamentais estudados no capítulo seguinte...

CAPÍTULO 4 – O *BOLIVIAN SYNDICATE* E ACRE NOS JORNAIS DE BELÉM

4.1. As singularidades (dos jornais) de Belém

Inicialmente o trabalho com as fontes hemerográficas estava circunscrito aos textos vinculados nos jornais da capital federal brasileira *O Paiz e Jornal do Brasil* relacionando-os a publicações feitas no periódico norte-americano *The New York Times*. Todavia, com o desenvolvimento das investigações, surgiram apontamentos que direcionaram de modo a expandi-las, resultando na inserção de materiais disponibilizados nos jornais de Belém e Manaus. Isto porque, estas cidades não eram apenas portos de ingresso ao Acre, além do traslado de passageiros, borracha, capital e mercadorias, eram também locais de determinação de ações estatais e particulares em relação aos seringais acrianos, tornando imprescindível inquirir as gazetas ali publicadas.

No entanto, o estudo dos jornais de Belém e Manaus não pode partir da pressuposição de homogeneidade destas duas cidades e suas elites, que apresentavam distinções em suas condições sociais, econômicas e políticas. Para compreendê-las deve-se recordar que dentro de nossa baliza cronológica, ou seja, no período entre 1899 a 1909, Pará e Amazonas já constituíam entes federativos dos Estados Unidos do Brasil. Contudo, na época em comento, a autonomia do Amazonas era relativamente recente, vez que até 1850 a Comarca do Alto Amazonas, era vinculada a Província do Pará. E somente com a Lei nº 582 de 5 de setembro de 1850 foi criada a Província do Amazonas¹⁷⁰, que tinha como capital a cidade de Barra do Rio Negro, denominada em 1851 de Manaus.

O acesso ao Pará durante todo o período monárquico e nos primórdios da república se dava por náutica, tanto pelas distâncias, quanto pelas dificuldades de trânsito por vias terrestres. Ao passo que o contato com o interior paraense decorria de transporte fluvial. Todavia, não obstante às restrições de livre navegação do Império, o âmago do Pará era navegado em viagens correntes desde 1852, quando foi dada concessão ao Barão de Mauá sobre o monopólio de cabotagem a vapor no Rio Amazonas, que ocasionou a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas, corroborando para reduzir distâncias e interligar as terras e gentes paraenses

¹⁷⁰ GREGORIO, Vitor Marcos. O Progresso um vapor: Navegação e Desenvolvimento na Amazônia do Século XIX. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 19, nº 1, abril de 2009. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512009000100008&lng=en&nrm=i>. Acesso em 21 de junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100008>.

e amazonenses. Porém, conforme afirma Daou¹⁷¹ as interações entre estas regiões e seus grupamentos sociais não foram rápidas, desprovidas de conflito de interesses e sem intermitências, posto que:

A aproximação entre as sociedades paraense e amazonense não é imediata. Além da significativa distância geográfica, temporalidades diferenciadas as circunscrevem. Assim, no Amazonas, a elite se esforçou em anular os 1.600km que separavam a capital, Manaus, do porto do Atlântico, Belém, porta de entrada para o grande vale amazônico. A rivalidade, acirrada no período de maior dinamismo da economia gomífera, bem se expressa nas medidas de caráter fiscal que, em 1900, tornaram obrigatório o embarque da borracha pelo porto de Manaus, para que ali permanecessem os impostos sobre a exportação.

Além disso, há descontinuidade entre o Pará e o Amazonas do ponto de vista das origens sociais dos membros da elite e de sua composição. No Pará, a elite tradicional era composta por comerciantes, sobretudo de origem portuguesa, de quem também descendiam muito dos funcionários públicos e cuja permanência no Grão-Pará remontava ao século XVIII. No Amazonas, inexistiam famílias tradicionalmente ligadas à terra, pois se tratava de uma elite de formação recente, predominando os segmentos urbanos, de comerciantes e profissionais liberais.

Há, no entanto, pontos de aproximação que nos permitem falar de uma belle époque amazônica, uma área que inclui todo o Pará e avança até o território do atual estado do Acre.

Tendo em vista tais irregularidades e antagonismo é que se pode melhor perceber o tratamento dispensado a Questão do Acre, e mais especificamente ao *Bolivian Syndicate* nos jornais do Pará e do Amazonas. Nos periódicos paraenses encontram-se desde as origens de denúncias do arrendamento do Acre, ácidas críticas a “República do Acre” e a Galvez, indo a relações tarifárias sobre a produção de borracha e ao seu comércio adjacente. Enquanto nos segundos a região era abordada como extensão amazonense e por isso alvo das intervenções do Governo do Amazonas. Desta feita justificando-se as investigações expostas neste capítulo - sobre *A Província do Pará*, *Correio Paraense*, *O Pará* e *a Folha do Norte* – e no seguinte em jornais manauaras.

Contudo, o redirecionamento aos periódicos paraenses nos fez depararmos com o vanguardismo destes na imprensa brasileira no que concerne ao início de suas atividades, seu quantitativo e porte de publicações. Posto que em 1821, apenas treze anos depois a criação do *Correio Braziliense*¹⁷² circulou *A Gazeta do Pará*, primeiro periódico do norte brasileiro, distando apenas vinte e nove anos da criação de *A Província do Amazonas* que foi jornal inaugural do Amazonas em 1850.

¹⁷¹ DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil).3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,2000. pp.7-8.

¹⁷² Considerado por Werneck Sodré como o primeiro jornal brasileiro independente, embora sua confecção tenha sido em Londres. Ver: SÓDRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Brasília: Civilização Brasileira, 1966.

Se expandirmos tal comparação temporal ao Acre, verificamos que gazetas ali apareceram na virada do XIX ao XX. Enquanto que em Rondônia os primeiros jornais dataram do século XX e eram inicialmente escritos em língua inglesa¹⁷³, pois o público a quem se destinavam era composto de ingleses, norte-americanos e barbadianos estabelecidos na região em função da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré¹⁷⁴.

Ainda relativo ao caráter fundador da imprensa do norte do Brasil, outro comparativo pode e deve ser estabelecido, já que *A Gazeta do Pará*, a exemplo do que ocorreu com o *Correio Braziliense*, também teve sua elaboração e impressão feita em terras de além mar. O conteúdo de *A Gazeta do Pará*, segundo Ferreira¹⁷⁵ focava nas notícias da Corte Portuguesa. E *A Gazeta do Pará* teve curto período de existência.

Mas, passada a experimentação, importaram-se tecnologia e conceitos, empregados em *O Paraense*, que resultaram na edição e publicação em maio de 1822 do primeiro jornal em solo amazônico, sob a propriedade de Felipe Alberto Patroni Mantins Maciel Parente, Domingos Simões da Cunha, José Batista da Silva e Daniel Garção de Melo. Entretanto, Ferreira¹⁷⁶ ao analisar o teor da publicação, afirma que de Lisboa os donos de *O Paraense* trouxeram mais do que um prelo, já que:

[...] As ideias dos filósofos iluministas ocupam as páginas dos jornais da época. E a linguagem da publicação refletia a cultura erudita de seu principal redator, um conteúdo, portanto, bem elitista, mas que refletia a visão que a classe dominante tinha do papel do jornal [...]

As primeiras experiências seguiram outros periódicos em meio às disputas políticas de liberais, conservadores e republicanos durante o período imperial. Porém, os equipamentos e textos se modificaram no decorrer do século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade, em decorrência da ascensão da borracha como principal produto amazônico, posto que:

¹⁷³ FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Disponível em <<http://www.redealcar.com.br/>>, 2005^a, Acesso em: 08 jun. 2014.

¹⁷⁴ A respeito da Madeira-Mamoré e de seu principal investidor, Percival Farquhar, ver SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris [et.al.]. **Brasil republicano, estruturas de poder e economia**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.378-429. (História geral da civilização brasileira; t.3.; v.8). p. 417 a 429

¹⁷⁵ FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Disponível em <<http://www.redealcar.com.br/>>, 2005^a, Acesso em: 08 jun. 2014.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 2.

De 1850 em diante a goma elástica passou a ser o principal produto de exportação do Vale do Amazonas, desaparecendo as produções de café, tabaco, algodão, salsa, cravo e diminuindo mesmo a do cacau.

Até 1845, o Pará possuía, além da indústria extrativa, a manufatureira produzindo sapatos, mochilas impermeabilizadas etc., só exportando a borracha manufaturada. Em 1850, ainda foram exportados 138.873 pares de sapatos. Dessa data em diante, começou a ser mandada para fora apenas a borracha bruta e pouco manufaturada.

Até os primeiros anos do século XX, não existiam no país fabricas de artefatos de borracha. Uma tentativa, a única talvez, depois de 1853, feita na Capital da República em 1900, não foi avante por falta de capitais.

Na medida em que o mercado internacional solicitou a utilização da borracha como matéria-prima industrial, o Brasil aumentou sua produção. A partir de 1853, a exportação da borracha cresceu sempre, afora alguns anos excepcionais. Se nesse ano a produção era de 1.632 toneladas, em 1875, de 7.729.987 toneladas, em 1900 atingia 24.301.456 toneladas.¹⁷⁷

O aumento da borracha amazônica e de sua importância como produto de exportação na economia brasileira, se devia a demanda internacional, que proporcionou em Belém transformações urbanas, decorrentes de seu papel como corredor de escoamento, praça de casas aviadoras responsáveis pelo financiamento dos seringalistas e comercialização gomífera.

Mas, tais alterações no perfil da cidade e o incremento na produção de borracha foram indissociáveis ao crescimento dos fluxos migratórios oriundos do nordeste ao norte do Brasil. Os deslocamentos populacionais, em que pesem divergências ao quantitativo de pessoas envolvidas nestas movimentações¹⁷⁸ foram explicados na “transumância amazônica” de Furtado¹⁷⁹ e ocorreram por conta de intempéries como a seca no nordeste brasileiro de 1877 a 1880, acrescidas dos desequilíbrios na agricultura de subsistência nordestina decorrente da decadência da economia açucareira em finais do XVIII, que teriam gerado o aumento da produção de algodão no XIX¹⁸⁰.

Estes trânsitos de nordestinos ao norte e suas motivações, também eram perceptíveis nos periódicos paraenses pouco antes de nossa baliza cronológica, visto os formatos, teores e anúncios que passaram a vincular, como demonstra as transcrições a seguir exposta dos “Avisos Marítimos” divulgados no *Correio Paraense*, na edição 260, datada de 17 de 1893, estampados em sua terceira folha:

¹⁷⁷ SINGER, Paul. A Borracha na Economia Brasileira da primeira república. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris [et.al.]. **Brasil republicano, estruturas de poder e economia**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.314-336. (História geral da civilização brasileira; t.3.; v.8). p.326.

¹⁷⁸ A respeito da contestação do cálculo de pessoas que se deslocaram ao norte em função da exploração gomífera na virada do XIX ao XX, ver: KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no Ciclo da Borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. In: **Revista Estudos Amazônicos**. Vol VIII, nº 02, 2012, p. 180.

¹⁷⁹ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 23 ed. São Paulo: Nacional, 1989. p. 129.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 133.

AVISOS MARÍTIMOS
Amazon Steam N. Company, Limited

VIAGEM EXTR. AO RIO PURÚS

O vapor << Içá >> segue viagem para o alto Rio Purús, entrando no Acre até o Riozinho, no dia 21 do corrente, às 6 horas da tarde.

Recebe carga até o dia 20 de manhã; encomendas e passageiros até às 3 horas da tarde do dia da partida.

Belém, 15 de março de 1893.

-

Para conhecimento do commercio e do publico em geral, aviza-se que d'esta data em diante serão cobrados nas viagens extraordinárias: em frete 30% e em passagem 25% sobre as tabelas em vigor.

Belém, 15 de março de 1893.

E ainda observando *Correio Paraense*, edição nº 261, no dia 18 de março de 1893, em sua terceira folha, encontra-se (embaixo da repetição do anúncio da viagem extraordinária ao Acre feita pela *Amazon Steam N. Company, Limited*) outro aviso de partida para as águas acrianas, marcada para dia 23 daquele mês, no vapor Apurianã, sob a responsabilidade da Companhia de Navegação a Vapor Pará e Amazonas:

Comp^a de N. a Vapor Pará e Amazonas

VIAGEM AO RIO ACRE

O vapor << Apurianã >>, segue para o rio Acre, até a bocca do piosinhos, em á noite de 23 do corrente.

Recebe carga, até o dia 21, encomendas e passageiros até o dia da sahida.¹⁸¹

Tais reclames integravam a secção chamada o *Commercio* do *Correio Paraense*, na edição nº 261, de 18 de março de 1893 e dividiam espaço na mesma página com a divulgação das cotações cambiais da borracha no London Bank, anúncios de leilões de bote, casas e terrenos, móveis, joias, de ações de bancos e companhias. Demonstrando a condição e importância da extração de látex e suas correlações para os modos de vida dos habitantes do Pará.

Ao recordarmos que os anúncios ora comentados eram divulgados em um periódico cujo proprietário – Bento Tenreiro Aranha II - seguia uma linha de contraponto aos grupos de elites dominantes paraenses, visto a oposição aos partidários de Lauro Sodré, entende-se o grau de importância que a produção de borracha tinha naquela cidade e que, portanto, este era o tipo de reclame que vendia jornais. No entanto, apesar dos anúncios colaborarem ao sustento daquela folha, as orientações políticas de seu dono e as reprimendas advindas do novo regime de governo federal

¹⁸¹ CORREIO PARAENSE, Belém, 18 mar. 1893, nº 261, p. 3.

levaram a curta existência do *Correio Paraense*, pois a exemplo de outros jornais paraenses, foi vítima da repressão e divergências entre o Partido Republicano Paraense e Partido Republicano Democrático, conforme nos diz Veloso:

Correio Paraense, do socialista Bento Tenreiro Aranha, também foi alvo da censura republicana. O jornal foi empastelado em março de 1894 e seus redatores, violentamente agredidos e presos. *O Correio* voltou a funcionar sete dias depois, mas em junho do mesmo ano fecharia as portas. Antes, em 1º de maio, ainda publicaria manifesto em que atacava os atos da polícia paraense contra os trabalhadores.¹⁸²

E embora o *Correio Paraense* tenha sido uma publicação breve, destacam-se em seus reclames, características que por vezes o assemelham *A Província do Pará* quanto a forma de interpretação do Acre e a política local. Isto porque, tanto Bento Aranha, assim como Antonio Lemos, proprietário d' *A Província do Pará*, foram redatores-chefes de suas publicações, nas quais apresentavam o Acre antes de 1899 em “Avisos Marítimos” de chegadas e partidas, em notícias sobre viagens aos rios e terras acrianas, bem como em notas associadas ao comércio de borracha. Mas, aproximavam-se por contestarem aos ditames políticos de Lauro Sodré, que governou o Pará de 1891 a 1897¹⁸³.

Entretanto diferiam as trajetórias dos jornais e biografia de seus proprietários. Visto que, as origens de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha II remontavam a família tradicional do Grão-Pará (com avô e pai vinculados à história daquela província)¹⁸⁴, tendo recebido formação educacional no Rio de Janeiro, onde iniciou, mas não concluiu os estudos no curso de matemática da Escola Central. Sua experiência como jornalista começou em 1860 no Rio de Janeiro, onde atuou como colaborador em jornalismo político para o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio*. Regressou em 1863 a Belém, mas ganhou maior visibilidade sobre seus escritos com as críticas publicadas no *Diário do Pará* contra recrutamento “voluntário” à Guerra do Paraguai, enquanto concomitantemente escrevia em prol da república. Todavia, após 1889 tornou-se

¹⁸² VELOSO, Maria do Socorro F. **A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense.** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1503-1.pdf>>. [2011]. Acesso em: 10 mai. 2014.

¹⁸³ Em que pesem os antagonismos entre Lauro Sodré e Antonio Lemos, há de se recordar que as manifestações jornalísticas de Sodré em defesa do positivismo tiveram início a partir de *A Província do Pará* em 1881. A este respeito ver COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré.** 2006.116 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2006. p. 46.

¹⁸⁴ O avô de Bento Tenreiro Aranha é considerado o primeiro poeta e teatrólogo da Amazônia e seu pai – João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha – como deputado provincial paraense foi o proponente da passagem da Comarca do Alto Amazonas a categoria de província. SALLES, Vicente Juarimbu. **Bento Aranha** (História de um jornalista revolucionário). Brasília: micro-edição do autor.1994. 48p.

ferrenho crítico dos políticos republicanos e assumiu em *Correio Paraense* postura favorável à causa dos trabalhadores.

Por sua vez, Antonio José de Lemos, nascido no Maranhão teria se mudado para o Pará em função do seu emprego como criado de bordo em embarcações náuticas. Ao chegar a Belém ingressou no jornalismo junto ao jornal *A Província do Pará*, no qual inicialmente acumulava funções de redator e gerente¹⁸⁵, conforme constava no cabeçalho dos primeiros exemplares do diário.

Nesta etapa inicial, aberta com a edição nº 01, em 25 de março de 1876, o modelo editorial de *A Província do Pará* era favorável ao Partido Liberal e a abolição da escravatura, haja vista divulgar listas com nomes de escravos libertos voluntariamente por seus senhores. Posteriormente o jornal adquiriu uma “linha independente e se estruturou como empresa.”¹⁸⁶ Quando de sua fundação o diário tinha como proprietário Joaquim José de Assis, que também exercia a função de redator, a tipografia aos cuidados de Francisco de Souza Cerqueira.

Todavia, com a morte de Joaquim José de Assis, Antonio Lemos tornou-se proprietário de *A Província do Pará*. Foi então, que o periódico passou a adotar orientação editorial a margem de “intrigas locais”, pois assegura Veloso que Antonio Lemos, para debater com os adversários “recorria a outros jornais”¹⁸⁷. Corroborando a esta assertiva o fato de que no triênio de 1897 a 1900, dentre os periódicos a que Lemos fazia uso ressalta-se *O Pará*, que foi fundado no início de sua atuação como intendente de Belém.

O Pará destaca-se dentre as demais fontes paraenses por seu caráter de “órgão político” vinculado a programa do Partido Republicano Paraense e seu tom mordaz, pertencente àquela associação e fundado por Fulgencio Simões e Ovídio Filho¹⁸⁸. Neste sentido, sendo explicitamente veículo de divulgação de ideais daquela agremiação.

¹⁸⁵ SOUZA, Letícia Paula de. Os mercados municipais e a intendência. In: **Revista Outros Tempos – Pesquisa em foco**, publicação da UEMA. Dossiê: IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, * A 11 de outubro de 2007.

¹⁸⁶ FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Imprensa. Disponível em <<http://www.redealcar.com.br/>>, 2005^a, acesso em 08 de jun 2014. p. 7.

¹⁸⁷ VELOSO, Maria do Socorro F. **A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1503-1.pdf>>. [2011]. Acesso em: 10 mai. 2014. p.12

¹⁸⁸ Identificação de fundadores disponível em SALES, Germana Maria Araújo. **Folhetins: uma prática de leitura no século XIX**. In: Entrelaces, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras-Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Ano I, nº01, Agosto 2007. Issn: 1980-4571. P.44-56.

Assim, *O Pará* partilha esta qualidade com *A Federação*, fonte a ser analisada no capítulo seguinte, que também se identificava como “órgão oficial” vinculado a partido político.

E não obstante os usos atribuídos a *O Pará*, é necessário entender que embora o discurso adotado n’*A Província do Pará*, fosse o de imparcialidade depreende-se das leituras dos seus textos e de análises como a de Moura e Farias¹⁸⁹ que a isenção era relativa, visto a exaltação do regime republicano aos moldes das propostas do Partido Republicano Paraense. Postura que assim se manteve até 1912, quando então *A Província do Pará* foi diretamente vinculada aos interesses políticos de seu dono, contudo, gerando prejuízos, já que:

[...] o posicionamento político do jornal custou caro aos seus dirigentes, em 1912 a sede do diário, localizada na praça da República, no centro de Belém, foi incendiada pelos inimigos de Antônio Lemos, uma das lideranças políticas do Pará [...] ¹⁹⁰

Junto com o incidente do ataque *A Província do Pará* ocorreu atentado à residência de Lemos, que foi invadida, pilhada e incendiada. Restando a Lemos um “exílio voluntário” no Rio de Janeiro, que no prazo de um ano o levou a óbito. Ao encerrar a carreira política em 1913, Lemos tinha ocupado os cargos de “Vogal” da cidade de Belém (o equivalente nos dias atuais a função de vereador), Deputado Estadual na Assembleia do Pará, Secretário do Governo Paraense e de Intendente de Belém (o que corresponderia ao posto de prefeito da capital paraense).

Foi durante a atuação de Lemos como intendente que se deu a reestruturação da cidade de Belém no intuito de torná-la a “Paris nos trópicos”, implicando em mudanças no traçado da urbe e nos costumes de seus habitantes¹⁹¹. Junto com a ascensão política de Lemos, seguiam-se as transformações em *A Província do Pará*, cuja primeira rotativa e a impressora Marinoni foram adquiridas entre 1889 a 1897. Comparando em termos de equipamento *A Província do Pará* e jornais do sudeste, é interessante notar que maquinário semelhante só seria comprado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* uma

¹⁸⁹ MOURA, Daniella de Almeida; FARIAS, William Gaia; Invenção Republicana do Pará: entre datas, ruas e festas. **Revista Estudos Amazônicos**, Vol. IV, nº 02, 2009, p. 95-112. P. 107.

¹⁹⁰ FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Imprensa. Disponível em <<http://www.redealcar.com.br/>>, 2005^a, acesso em 08 de jun 2014. p.7.

¹⁹¹ FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Comunicação e História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. **Revista Brasileira de História da Mídia**, V. 01, p. 33-40, 2012.

década depois¹⁹², embora os dois periódicos tenham sido fundados em datas próximas, com intervalo de apenas quatorze meses (já que o paulista foi criado em 4 de janeiro de 1875, sob o nome de *A Província de S. Paulo*).

Todavia, a trajetória política de Lemos não foi limitante do tempo de existência de *A Província do Pará*, que apenas cerrou definitivamente as portas em 2001. Antes de findar suas atividades, *A Província do Pará* teve vários donos, já que em 1947 integrou os Diários Associados de Assis Chateaubriand¹⁹³ e em 1997 havia sido adquirido pelo grupo proprietário da Editora Cejup. Curiosamente, apesar da longevidade, *A Província do Pará* não teve seus exemplares digitalizados, restando aos pesquisadores o seu acesso por microfilmes disponibilizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Ainda quanto aos paralelos entre *A Província do Pará* de Lemos e o *Correio Paraense*, além da linha editorial, outros aspectos os distinguem, já que o período de circulação deste corresponde a menos de dez por cento do tempo de existência daquele. Isto porque, o *Correio Paraense* de Bento Aranha circulou nos primeiros dias de maio de 1892 até meados de 1894. Porém, se *A Província do Pará* está disponível apenas em microfilme na Hemeroteca Digital Brasileira, a coleção digitalizada do *Correio Paraense* encontra-se incompleta, tendo exemplares para consulta apenas a partir de sua nona edição, datada de 11 de maio de 1892.

Na primeira página do referido nº 09 do *Correio Paraense*, logo abaixo do nome do periódico, como subtítulo, está escrito que se trata de “Diario noticioso, commercial e litterario”, cuja “redacção e officina” estavam situadas na Rua da Trindade n.4. Em seguida identifica-se Bento Aranha como “proprietario e redactor principal”. E na parte inicial da primeira coluna da segunda página, embaixo da manchete “EXPEDIENTE” vê-se uma nota que se denominava “Viver as claras”, na qual se explicava a propriedade de *Correio Paraense*. Nesta notificação, Bento Aranha declarava ter comprado em abril de 1892 o prelo, os tipos e a tipografia que eram utilizados para impressão do “Diario do Gram-Pará”, tendo feito declaração disto junto à municipalidade, conforme demandava a legislação vigente, para somente então por em circulação o seu jornal. Ao término do breve texto, afirmava fazê-lo para “evitar dúvidas futuras”. Durante vários

¹⁹² FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Disponível em <<http://www.redealcar.com.br/>>, 2005^a, acesso em 08 de jun 2014. P. 7.

¹⁹³ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

dias seguidos fez publicá-la em idêntico local e página, sendo ainda possível lê-la na trigésima terceira edição (de 09 de junho de 1892).

Por sua vez *A Folha do Norte*, fundada apenas quatro anos após *Correio Paraense* e duas décadas depois do primeiro exemplar de *A Província do Pará*, também emergia com orientações políticas marcadas pelas disputas entre as diferentes segmentações republicanas daquele estado, diferenciando-se dos seus antecessores por tomar posição de apoio ao Partido Republicano Federal e antagonismo a Lemos e ao Partido Republicano do Pará. Fernandes e Seixas caracterizaram as atividades de *A Folha do Norte* da seguinte forma:

Em 1º de janeiro de 1896 foi publicada a primeira edição do jornal diário *Folha do Norte*, fundado por Enéas Martins e Cipriano Santos. De acordo com a proposta editorial da *Folha*, tinha-se o objetivo de “lutar pelo desenvolvimento político-social da região combatendo a política de Antônio Lemos”. O jornal defendia o Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e, depois, por Paes de Carvalho. Em 1917, Paulo Maranhão assumiu a direção do periódico, até a sua morte, em 17 de abril de 1974. Então, com quase 80 anos de existência, o segundo jornal mais antigo a circular no Estado do Pará foi vendido a Rômulo Maiorana, que após editá-lo por mais um ano, encerrou sua atividade jornalística.¹⁹⁴

Apesar das divergências políticas, *A Província do Pará* e *A Folha do Norte* assemelhavam-se por em seus primeiros anos terem pertencido a políticos paraenses. Isto porque, além de jornalista, Enéas Martins foi Ministro Interino das Relações Exteriores a época do óbito de Rio Branco (entre 10 a 14 de fevereiro de 1912, durante a gestão Hermes da Fonseca) e atuou como Governador do Pará entre fevereiro de 1913 a fevereiro de 1917. Enquanto que, Cipriano Santos, de formação acadêmica em medicina e filho de jornalista, após romper politicamente com seu sócio Enéas Martins, foi eleito Senador Estadual (nosso equivalente a Deputado Estadual) e Intendente de Belém. Do racha entre Martins e Santos, ascendeu ao cargo de redator chefe, o então revisor de provas do jornal, Paulo Maranhão.¹⁹⁵

Ao analisar a imprensa paraense em nossa baliza cronológica, destaca-se a configuração do periódico como instrumento de disputas políticas, veículo de ascensão

¹⁹⁴ FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Entre jornais e um repórter: a imprensa de Belém nas décadas de 1910 e 1920. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34. 2011, Recife. São Paulo: INTERCOM, 2011. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1283-1.pdf>. > Acesso em: 19 abril 2013.

¹⁹⁵ Sobre o papel político de Martins e Santos, ver também: LACERDA, Franciane Gama, **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)** – Tese de Pós-Graduação em História Social. USP. 2006.

social e de negócios conforme Barbosa¹⁹⁶ caracterizou ao traçar o perfil dos repórteres, dirigentes e donos de jornais na virada do século XIX para o XX. Neste sentido, compreendem-se as rivalidades entre os periódicos paraenses a serviço de diferentes modelos republicanos, aqui ressaltados nos embates entre *A Província do Pará* e *O Pará* em face da *Folha do Norte*.

Logo, há que se fazer aparte, para recordarmos que as estruturas político partidárias, bem como o próprio sistema eleitoral no período inicial da república diferem muito do atual. E tais circunstâncias vão para além do voto feminino ou mesmo da urna eletrônica. Igualmente, é necessário lembrar que, não havia num primeiro momento da república brasileira a obrigatoriedade da agremiação partidária de caráter nacional para o concurso de cargos municipais e estaduais, bastando apenas a representação dentro dos Estados. O que de certo modo explica que na última década do XIX e alvorecer do XX conflitavam na esfera política do Pará o Partido Republicano Paraense (PRP) e Partido Republicano Democrático (PRD).

Assim, ao afirmarmos sobre a postura de inserção velada de *A Província do Pará*, até 1912, em meio aos antagonismos entre partidários de Antonio Lemos e Lauro Sodré, não negamos sua participação nos confrontos. Entretanto, enfatizamos que os embates no contexto de nossa pesquisa se configuraram com maior acidez nas páginas de *O Pará*, que era periódico oficial de defesa dos interesses partidários dos “Lemistas” e por consequência do PRP.

Dos jornais aqui analisados observa-se que todos eram publicações diárias, salvo *O Pará* que circulava de segunda a sábado. Aproximavam-se também por usarem colunas de notícias obtidas por sistema de telégrafo, assemelhavam-se ao omitirem nomes da equipe técnica, demais jornalistas e colaboradores, em geral expunham apenas diretor, secretário e redator chefe.

No entanto, diferiam quanto à linha editorial, já que o *Correio Paraense* vinculava material favorável à defesa dos trabalhadores¹⁹⁷, ao passo que *O Pará* assumia desde sua edição inaugural de dezembro de 1897, que era um “órgão político” vinculado ao programa político do Partido Republicano Paraense¹⁹⁸. Enquanto que *A Província do Pará* e *A Folha do Norte* foram caracterizadas como demonstrativos dos conflitos de

¹⁹⁶ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

¹⁹⁷ VELOSO, Maria do Socorro F. **A ferro e fogo**: conflitos no primeiro século da imprensa paraense. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1503-1.pdf>>. [2011]. Acesso em: 10 mai. 2014. p.11.

¹⁹⁸ O Pará, Belém, de 12 de dez. 1897, nº 01, p. 1.

interesses das elites do paraense, sobretudo nas disputas entre partidários de Antonio Lemos e Lauro Sodré.

Em linhas gerais, tangente à classificação¹⁹⁹ quanto ao grau de importância e ordem de conteúdos abordados (em seu subtítulo e nos artigos de apresentação dos periódicos) se enquadravam *Correio Paraense* e *a Folha do Norte* como “noticioso, político e literário”, já em *O Pará* alterava-se para “político, comercial, noticioso e literário”, mas em *A Província do Pará* a temática era variada e acrescida da publicação de folhetins.

Outro aspecto interessante concerne aos locais de rodagem de nossas fontes, visto que *O Pará* e *A Província do Pará* eram originadas na “Typographia da Província do Pará”, sendo o *Correio Paraense* advindo da “Typographia do Diário de Belém” e a *Folha do Norte* oriunda de tipografia homônima²⁰⁰.

Diante do exposto neste conjunto de singularidades, justifica-se a escolha não menos peculiar de pensar neste quarteto de periódicos como *corpus* documental a ser trabalhado aqui. Pois, não obstante as peculiaridades de *A Província do Pará* (que não está disponibilizada em mídias digitais) e do *Correio Paraense* (que tem período de publicação anterior a nossa baliza cronológica) analisá-los se motiva pelo intuito de compreender como se dava a retratação do Acre tal qual espaço de investimentos e relevância aos públicos dos jornais belenenses. Assim, após esta contextualização sobre “o lugar de produção”²⁰¹ dos diários em comento, passamos as formas de aparição do Acre em suas páginas...

4.2. O Acre de traslado, fardos, gentes e limites.

Na pesquisa empreendida em o *Correio Paraense*, *Folha do Norte* e *A Província do Pará* foram convergentes os elementos norteadores das busca nos materiais dispostos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Brasileira, visto que em essência a discussão deste trabalho é pautada na Questão do Acre a partir do *Bolivian Syndicate*. Neste

¹⁹⁹ Classificação sobre periodicidade e conteúdo de publicação feita em: SALES, Germana Maria Araújo **Folhetins: uma prática de leitura no século XIX.**In: Entrelaces, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras-Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Ano I, nº01, Agosto 2007. Issn: 1980-4571. P.44-56.

²⁰⁰ A identificação das tipografias foi feita a partir do cabeçalho de cada jornal em comento neste capítulo, mas igualmente a referenda o apanhado existente em SALES.

²⁰¹ Sobre lugar de produção ver: BARROS, José D’Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: **Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU**. V.25, N.2, jul./dez. 2012. pp. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2013.

sentido foram realizadas buscas sobre editoriais, artigos, classificados, telegramas e notas acerca do Acre, do sindicato e de Luiz Galvez. Contudo, divergências surgiram nas fontes quanto às formas de emprego da expressão Acre – medida agrária, adjetivo, raiz de verbo e localidade -, assim como ao “tratamento” dispensado a disputa territorial sobre aquela região.

Num primeiro momento, no *Correio Paraense* o Acre é ligado a traslado de cargas, encomendas e gentes ou medida agrária, depois surge associado a moléstias, para timidamente ser alçado à categoria de área de limites territoriais. Embora fosse um jornal que valorizasse a causa trabalhista, não há diálogos sobre as condições de vida e trabalho no Acre. As pessoas que o habitavam ou por lá passavam, somente existiam no *Correio Paraense* em anúncios de partidas de viagens ao Rio Acre e suas imediações, bem como em medicações preventivas ou profiláticas de doenças ali contraídas. Ao passo que *Galvez* e *Bolivian Syndicate* não são encontrados nas folhas do *Correio Paraense*, ausência justificada por anacronismo, já que a solução de arrendamento é formulada em momento posterior ao período de funcionamento daquele diário, ou seja, após 1892 a 1894.

Tais afirmações sobre a incidência destes temas no esquadrinhar do *Correio Paraense*, junto a Hemeroteca Digital Brasileira resultaram em cinquenta e oito ocorrências, sendo todas elas do termo “Acre”. Neste conjunto, as utilizações de “Acre” se aproximam de outros jornais do final do XIX para reportarem-se a dimensão de espaço agrícola, as variações do verbo “acreditar” e suas adjetivações, afora fazer alusão a odor ou sabor. Coincidem também com os periódicos manauaras quando empregavam “Acre” ao designar o rio homônimo e suas imediações. Usos idênticos da expressão “Acre” em regra também eram repetidos nos jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará*.

Concernente à inexistência da palavra “Galvez” em o *Correio Paraense*, devemos lembrar que apesar de terem sido verificadas incidências desde 1891 no *Jornal do Brasil*, seus usos eram relativos à denominação de cidades e a outros indivíduos que possuíam o mesmo sobrenome do espanhol que participou da divulgação do *Bolivian Syndicate*.

E ainda que a primeira notícia da presença de *Luiz Galvez* no Rio de Janeiro corresponda nas páginas do *Jornal do Brasil* a meados de maio de 1893, sua inocorrência no *Correio Paraense* entre 1892 a 1894 não pode ser interpretada como

confirmação dos apontamentos feitos por Tocantins²⁰² de que “o cavaleiro andante” tenha chegado ao Brasil em 1897. Isto porque, embora o próprio Tocantins²⁰³ tenha dito a respeito de Galvez que “é certo, ninguém ainda lhe conhece bem os antecedentes” alegou que o ingresso deste no Brasil, passando pelo Rio de Janeiro e depois se dirigindo a Manaus, tenha se dado somente em 1897, decorrente de questões afetivas de uma aventura ocorrida em Buenos Aires, quando ali servia ao corpo diplomático espanhol.

No entanto, em inquirição aos diários cariocas sobre *Luiz Galvez* apontam outra versão a este ingresso no Brasil - como mencionado em capítulo anterior desta tese -, posto a nota repetida no dia seguinte no mesmo periódico, na qual se apresentava convocação assinada por *Luiz Galvez* como “director presidente” da *Companhia Frontões Nacionaes*, para que os acionistas daquela se reunissem extraordinariamente, com fito de deliberarem sobre “propostas de reformas” em seus estatutos e “alterações no contrato” do *Club Frontão Brasileiro*²⁰⁴. Contudo, convergentes são os periódicos cariocas, belenenses e manauaras que as estadias noticiadas de *Galvez* em Belém e Manaus são posteriores a 1894.

Nas linhas do *Correio Paraense*, em contraposto a vacância deste personagem e do contrato de arrendamento, é abundante no primeiro ano do diário o “Acre” como verbo ou adjetivo (tal qual anúncios sobre “**acreditadissimo**” estabelecimento comercial), nos remetendo a especulação como forma recorrente e aceitável na linguagem dos textos jornalísticos na virada do XIX para o XX.

Contudo, a partir de 1893 no *Correio Paraense*, as conjugações, derivações e adjetivações dividem espaço com o Acre geográfico, como local de origem ou destino, conforme visto na edição nº 245, de terça-feira, 28 de fevereiro de 1893, na secção *Commercio*. Tal segmentação, que geralmente posicionava-se na terceira de quatro páginas, trazia em meio à sua primeira coluna e abaixo da manchete “*Manifestos*

²⁰² TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. Volume I, p. 316.

²⁰³ Ibidem, p.315.

²⁰⁴ A fundação do Frontão Brasileiro se deu em outubro de 1892, já então como espaço de praticas desportivas e apostas, conforme se pode constatar na segunda de quatro páginas, da edição de nº 291 do segundo ano do Jornal do Brasil, datada de 18 de outubro de 1892. Na referida edição, em meio à terceira coluna, na secção “Echos e noticias”, afirmava-se que no dia anterior haviam sido inauguradas as “diversões” da “sociedade athletica Frontão Brasileiro” e destacava-se que na sua abertura, prestigiada por pessoas como o Senador Ruy Barbosa, quando “jogaram-se partidas e quinielas”. In: Jornal do Brasil, 18 out. 1892, nº 291, p.2.

Importação”, informe sobre a chegada do Vapor Araguaya a Belém, com cargas de borracha e “sernamby²⁰⁵” oriundas dos rios Purús e Acre.

Ressurge o Acre na edição nº 260 de 17 de março de 1893, novamente na terceira de quatro folhas, movendo-se apenas para a terceira coluna, outra vez no meio da página, dentre a secção de *Commercio*. Porém, não mais como notícia de carga recebida, tratava-se então de “Aviso Marítimo” sobre o deslocamento do Vapor Içá, de propriedade da *Amazon Steam N. Company Limited* pelo Alto Rio Purús, entrando no Acre até o Riozinho, com partida prevista para 21 de março de 1893 em “viagem extraordinária” e por isso com valores diferenciados para embarque de pessoas, cargas e encomendas, além de informar datas e horários para o recebimento destes²⁰⁶.

Na edição seguinte, ou seja, nº 261 do *Correio Paraense*, datado de 18 de março de 1893, além da repetição do “Aviso Marítimo” sobre a viagem do Vapor Içá, imediatamente após, se expunha anúncio semelhante feito por empresa concorrente. Isto porque, a *Companhia de Navegação a Vapor Pará e Amazonas*, avisava que seu Vapor Aripuanã seguiria no dia 23 daquele mês para o rio Acre e adentraria a boca do “Riosinho”, ao que se acrescia rápida menção as datas de recebimento de carga, encomendas e pessoas²⁰⁷.

Em observação das edições de nº 261 a nº 265 se repetiram nos “Avisos Marítimos” os informes sobre a partida dos vapores Içá e Aripuanã. E em outros exemplares daquele mesmo ano, noticiaram-se saídas em viagem programadas e extraordinárias, de vapores a pacotes, para o rio Acre, ou ao rio Purús que adentrariam ao Acre.

E da edição nº 471 (07/12/1893) do *Correio Paraense*²⁰⁸, reiterando-se nas edições nº 474 (12/12/1893)²⁰⁹ a 476 (14/12/1893)²¹⁰ e depois até no nº 489 (31/12/1893)²¹¹ o Acre ascende no espaço interno do jornal da terceira para a segunda folha, numa forma diferente de anúncio e numa posição distinta. Isto porque o novo tipo de reclame pautava-se na narrativa de dois personagens, publicada na página dois, na secção “A Pedidos” sob o título de “Diálogo Interessante”:

²⁰⁵ Sernamby ou sernambi é a denominação atribuída à borracha de baixa qualidade.

²⁰⁶ CORREIO PARAENSE, Belém, 17 mar. 1893, nº 260, p. 3.

²⁰⁷ CORREIO PARAENSE, Belém, 18 mar. 1893, nº 261. p. 3.

²⁰⁸ CORREIO PARAENSE, Belém, 07 dez. 1893, nº 471. p. 2.

²⁰⁹ CORREIO PARAENSE, Belém, 12 dez. 1893, nº 474. p. 2

²¹⁰ CORREIO PARAENSE, Belém, 14 dez. 1893, nº 476. p. 2

²¹¹ CORREIO PARAENSE, Belém, 31 dez. 1893, nº 489. p. 2

Dialogo Interessante

Cheguei hontem do Acre

- Olá! Você já não parece o mesmo homem: vem gordo e corado... Onde tem estado? Em Manaus?...

- Não, cheguei hontem do Acre.

- Nos outros annos, porém, você voltava sempre anemico, amarello,inchado...

- E' verdade, mas agora só tem febres quem quer Appareceram há pouco umas Pilulas de um pharmaceutico de Coimbra que são, realmente, a ultima palavra em remedios contra febres. [...] ²¹²

Neste reclame em forma de depoimento, em parte transcrito acima, se expunha uma conversa entre dois personagens, em que se elogiava a aparência saudável de uma das partes e atribuindo-se isto a alguma viagem a Manaus. O interpelado por sua vez, respondia que tinha viajado, mas sua estadia havia sido no Acre. O que causava admiração ao personagem interpelante, pois todos os regressos anteriores do Acre feitos pelo outro lhe deram uma aparência anêmica, amarelada e com inchaços. Todavia, desta vez isto não ocorrera.

Ainda na réplica do outrora adoentado, dizia não ter contraído “febre” por ter consumido uma medicação recente, denominada de “pílulas de São Raymundo”, cuja produção era de farmacêutico de Coimbra, mas comercializadas em Belém na Casa B. A. Antunes e Cia. E se seguia, no pedaço omitido em nossa transcrição, com copiosos elogios ao produto e aos seus efeitos, em que o viajante atestava o caráter profilático do medicamento ao afirmar ter visto os bons resultados em pessoas que já estavam acometidas de doenças decorrentes da estadia no Acre.

Não obstante a reprodução em vários números da propaganda em comento, as pílulas de São Raymundo já apareciam no *Correio Paraense* desde a edição nº 204, de 06 de janeiro de 1893, como instrumento de “guerra a sezão”, mas, sua associação ao Acre somente se deu a partir de dezembro daquele ano.

Desta feita, dentro do contexto de caracteres atribuídos ao Acre se somava a insalubridade, que também servia para venda de mercadorias, conforme se verificam com este tipo de reclame em comento. A isto acrescia que a popularização do Acre, e por consequência de suas mazelas era de tão significativas, que levavam inclusive a publicação de notas de agradecimentos aos consumidores de medicações para as “febres”, tal qual se lia:

²¹² CORREIO PARAENSE, Belém, 07 dez. 1893, nº 471, p. 2.

HENRIQUE SANTOS

AOS CONSUMIDORES DAS
 Pilulas de São Raymundo
 365 vezes
 Boas festas e bons annos (sic)²¹³

Neste texto sucinto de Henrique Santos, exposto na segunda página da edição de nº 489, datada de 31 de dezembro de 1993, na primeira nota da “*A pedidos*”, o *Correio Paraense* o Acre da patogenia consolidava seu espaço. E assim, embora o Acre fosse construtor de clientela que consumia jornais e seus anúncios, por conseguinte, que configurava um público a quem se estimulava a venda de serviços de transportes e de produtos (a exemplo deste fármaco), permanecia a lacuna no *Correio Paraense* quanto aos debates sobre as condições de trabalho e vida naquela região.

Mas, na edição dominical de 29 de abril de 1894, no nº 580 do *Correio Paraense*, o Acre adquire novo significado. E assim passa a ser apresentado como foco de debate sobre as fronteiras oeste do Brasil. Sua elevação à condição faz com que dos espaços internos do jornal ocupados até então, ou seja, das alternâncias entre colunas da terceira e segunda lauda, “pule” para a primeira página. De modo que o Acre - como cerne de conferência apresentada em 1888 “*Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*” pelo Coronel A. Labre, feita a partir de “*Viagem exploradora do Rio Madre de Dios ao Acre*” - tomasse quase na totalidade a última coluna da primeira folha do exemplar em comento. Entretanto, na mesma página, em coluna anterior a desta publicação, lia-se a seguinte nota:

CORONEL LABRE

Vai inserto n'esta secção um bello trabalho do illustre e incansável coronel Labre, a conferencia d'esse intrepido explorador feita em 1888 na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, da qual é sócio correspondente, sobre a sua viagem exploradora do rio Madre de Dios ao Acre e sobre as vias de comunicação entre os rios Purús, Madeira e Beni; Acre e Madre de Dios; entre o Madeira e Guaporé pelo rio Jamary. É uma peça esta de grande valia e onde o leitor encontrará apreciáveis elucidações.²¹⁴

Considerando que a chamada acima exposta estava em área nobre na edição dominical, percebe-se o intuito de destacar publicação “elucidativa” acerca do acesso ao Acre, que era oriunda de uma palestra proferida seis anos antes da circulação daquele número do *Correio Paraense*.

²¹³ CORREIO PARAENSE, Belém, 31 dez. 1893, nº 489, p. 2.

²¹⁴ CORREIO PARAENSE, Belém, 29 abril 1894, nº 580.

Outro dado importante na análise daquela publicação era o fato de que, dada a sua extensão, era necessário fragmentá-la e apresentá-la em outra edição. O que só ocorreu três dias depois, na quarta-feira, 2 de maio de 1894, no número 582. Teria sido uma estratégia para assegurar que o leitor comprasse novas edições do jornal, a fim de ter a conclusão do texto? Ou era apenas a colocação de material passado como método de preencher a censura ou a falta de conteúdo?

No entanto, mais emblemática é a exposição da conferência naquele momento, posto que a edição de nº 581, feita no primeiro de maio de 1894, era comemorativa do ingresso do jornal em seu terceiro ano de existência.

Mas, a ascensão do Acre em o *Correio Paraense* foi interrompida em 21 de junho de 1894, na edição nº 619, já que no primeiro texto da coluna inicial da página um, notificava-se que aquele era o exemplar de encerramento do diário e em nota seguinte se justificava o fechamento pelo “exílio” de seu proprietário e redator Bento Aranha, acrescentando-se que de sua tipografia sairia novo periódico denominado *A Pátria Paraense*. Informava-se ainda que, embora *A Pátria Paraense* fosse assumir os compromissos de contrato e assinaturas do *Correio Paraense*, não existia comunhão de ideias e proprietários.

Concernente às afirmativas de linha editorial não nos foi possível confirmá-las, já que *A Pátria Paraense* não é fonte deste estudo. Entretanto, o que se pode constatar pelo acervo da Hemeroteca Digital é que a última edição ali disponibilizada é a de nº 85, de 07 de outubro de 1894, ao passo que o primeiro exemplar de *A Pátria Paraense* foi publicado em 24 de junho de 1894, no qual se manteve como subtítulo a classificação de “Diário Noticioso, Commercial e Litterario”, mas em lugar do nome de Bento Aranha como proprietário e redator apresentava a expressão “propriedade de uma associação anonyma”.

Passando a *Folha do Norte*, se verificou no levantamento de dados junto a Hemeroteca Digital Brasileira, que os materiais disponíveis são dos anos de 1896, 1897, 1898 e 1903. Embora o periódico tenha funcionado até o último quarto do século XX. Neste pequeno acervo foi feita utilização dos mesmos referenciais de busca, que igualmente não resultaram em menções a *Galvez* e ao *Bolivian Syndicate*. Porém, relativo ao Acre foram encontrada 114 incidências, de forma análoga ao resultado obtido junto ao *Correio Paraense*, já que foram ocorrências nas quais a palavra é relativa ao verbo ou aos adjetivos, a odor e sabor, a mensuração agrária, bem como a

localidade. Também as utilizações e secções em que surge Acre são parecidas ao verificado em *Correio Paraense*.

Contudo, distinções no trato ao Acre entre *Folha do Norte* e *Correio Paraense* são perceptíveis nos exemplares iniciais daquela, pois já na primeira semana de circulação apresentava-o como destino de pessoas, cargas e encomendas. E as modalidades de reclames enfatizavam maior diversidade de empresas para o serviço de transporte e contrastes na qualidade das acomodações, isto porque, na edição nº 06, de 06 de janeiro de 1896, despontava nos Avisos Marítimos anúncio da partida do paquete Rio Machados, de propriedade “A. Berneaud e Comp.”, no qual se destacava bons aposentos e iluminação elétrica, conforme se pode ver na transcrição abaixo:

AVISOS MARÍTIMOS

VAPORES DE A. BERNEAUD & COMP.

“Rio Machados”

Este magnífico paquete iluminado a luz electrica e com excellentes accomodações para passageiros, sahirá para os rios Purús e Acre no dia 11 do corrente, às 9 horas da manhã, recebendo carga tambem para Manáos ate o dia 9 no Trapiche Central, onde será dado o expediente; encommendas e passagens ate 5 horas (*palavra ilegível*) do dia 10, no escriptorio de A. Berneaud e C.²¹⁵

A esta propaganda de viagem, vinculada em edições posteriores do jornal, seguiram-se outras de embarcações de diferentes proprietários e empresas, em que se frisavam as boas condições das áreas destinadas aos passageiros e a luz elétrica a bordo. Neste sentido, o Acre como localidade passava a assinalar a existência de públicos com caracteres dispares entre si e por isso se acresciam melhorias na qualidade do traslado.

Diferencial da *Folha do Norte* em relação ao *Correio Paraense* é o fato de neste apenas se anunciavam as chegadas e partidas, apresentando as pessoas que iam ou regressavam do Acre como passageiros e eventuais doentes de malária, tal qual nas propagandas das “pílulas de São Raymundo”. Enquanto que a *Folha do Norte* em seu primeiro ano de circulação expõe os sujeitos que para lá se destinavam e ao próprio Acre sobre outras perspectivas, transpondo as meras circunstâncias de destino e origem de cargas e pessoas.

Assim, já nos meses iniciais de funcionamento a *Folha do Norte* colocava em suas páginas preocupações com as condições de viagens ao Acre e os tipos de sujeitos que as empreendiam, conforme demonstrado na edição nº 150, de sexta-feira, dia 29 de maio de 1896:

²¹⁵ FOLHA DO NORTE, Belém, de 06 de jan. 1896, nº 06, p. 3.

TÓPICOS DO DIA

Sou portador de uma reclamação aos meus amigos Dr. Ferreira Teixeira, Chefe de Segurança Pública e Capitão-Tenente Altino Corrêa Capitão, do Porto: aquelle dos dous a quem couber providenciar.

Justamente apprehensivo do futuro, o comamndande d'um dos vapores que navegam para o Amazonas e seus affluentes disse-me que constantemente conduz, como os seus collegas, trezentos a quatrocentos passageiros de ré e outro tanto de proa para o Acre, Purús, Jurúa, Madeira, Javary, etc. Esses homens todos embarcam armados de facas e rewolvers que o trazem comsigo ou occultam nas malas que teem á mão. Ora, toda gente sabe que de certo ponto da viagem por diante começa a escassear a carne verde e os commandantes veem-se obrigados a sustentar os passageiros a xarque e a outras comidas salgadas. Quase sempre apparecem os protestos, sendo que não poucas vezes os mais afoitos chegam a ameaçar o commandante que tem de desfazer-se em desculpas sob pena de ser desfeitoado á mão armada.

Sabe-se também como é desenfreada a jogatina a bordo dos navios fluviaes, havendo indivíduos que empregam-se exclusivamente em fazer a viagem redonda para durante Ella trapacearem com os seringueiros As consequências d'um *escroc* são quase sempre conflictos que os commandantes não podem reprimir, porque sua guarnição não representa sequer uma centésima parte dos passageiros,-e estes estão armados.

[...]

É de grande necessidade que a Policia, de accordo com a Capitania do Porto, façam os passageiros entregarem suas armas aos commandantes, que as arrecadarão e por ellas ficarão responsáveis ate ao porto em que desembarcar o passageiro.

[...] Por outro lado será uma tranquillidade aos passageiros pacatos, muitos dos quaes teem tido occasiões de viajarem com suas famílias. [...] (sic)²¹⁶

No artigo, assinado sob o pseudônimo de “Caliban”, divulgado nas colunas centrais da primeira página (das quatro do exemplar em comento), pediam-se atitudes ao chefe de segurança pública e ao capitão do porto de Belém para assegurar à integridade física dos indivíduos que iam para o Acre e suas redondezas. Tais solicitações tinham como motivações denúncias sobre os passageiros, que levavam facas e revolveres naquelas embarcações e os perigos de levantes destes em função da escassez de comida fresca, acrescidos das frequentes brigas geradas por jogatina intensa (já que segundo afirma o artigo alguns indivíduos faziam as viagens apenas para extorquirem dinheiro dos seringueiros em jogos de azar).

Entrementes a exposição das preocupações sobre a ordem interna naqueles barcos, sobretudo quanto a motins e apostas, não há discussão em torno das condições sanitárias destas expedições ou dos modos de vida destes indivíduos quando chegavam ao Acre. Outro silêncio que se identifica é tangente às análises sobre o deslocamento populacional massivo ao Acre, não há diálogo sobre os fatores que impulsionavam a migração ou acerca do que esperava estes migrantes. Contudo no artigo ora comentado, a *Folha do Norte* afirmava que as embarcações levavam por vezes de 300 a 400 pessoas, dentre as quais se encontravam famílias.

Ainda referente ao texto denúncia feito e assinado por “Caliban”, igual destaque merece por se tratar de matéria subscrita, numa espécie de “A Pedidos”, demonstrando

²¹⁶ FOLHA DO NORTE, Belém, edição 29 maio 1896, nº 150, p. 01.

não ser de responsabilidade editorial da *Folha do Norte*. E é importante perceber que o autor se esconde sob o “heterônimo” de personagem shakespeariano, caracterizando não tratar-se do texto de pessoa desprovida de erudição. Assim, se marcava a consonância a nota vinculada abaixo do cabeçalho da primeira folha, situada em meio aos preços de assinaturas, de que a *Folha do Norte* apesar de afirma-se imparcial, receberia e publicaria desde que “em termos convenientes” todo material que lhe fosse remetido.

E em que pesem na *Folha do Norte* os enfoques a partir das viagens, também não tardou para que o Acre aparecesse em suas páginas como área de fronteiras e por consequente, de delegações demarcatórias e alfândegas. No ano de fundação do periódico, em edições de nº 274 de 30/09/1896 e nº 346 de 11/12/1896 na secção chamada “Jornal dos Estados”, exposta a segunda lauda daquela gazeta, abordavam-se as ações da expedição do Coronel Thaumaturgo.

Na edição nº 274²¹⁷ seguiam-se os acompanhamentos àquela campanha, pois se liam fatos ocorridos no Amazonas e noticiava-se que a comissão boliviana, cujo deslocamento se dava por meio do vapor Sabia, estava na boca do Rio Acre aguardando a chegada da equipe chefiada por Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Por sua vez na edição nº 346 novamente em “Jornal dos Estados”, na primeira de quatro páginas, relatavam-se os progressos da equipe mista demarcatória, pelos quais teriam ficado determinando as fronteiras entre Brasil e Bolívia:

As comissões mixtas, boliviana e brasileira, determinaram os pontos de limites, entre as duas republicas, no Caquetá, dentro do rio Acre, affluente do Purús; depois seguiram ao Alto Purús e acharam os limites entre os lugares Itauba e Barcelona; entraram no affluente Yaco e acharam o ponto um pouco acima da foz do Caiaté”. [...] O Dr. Thaumaturgo talvez regresse na lancha da comissão.²¹⁸

Os debates acerca dos limites territoriais brasileiros com a nação vizinha eram heranças do período colonial, que, como mencionado durante o primeiro capítulo desta tese, teoricamente teriam sido apaziguadas com o Tratado de Ayacucho (1867). Por determinação deste acordo entre Brasil e Bolívia, deveriam ser estabelecidas as comissões demarcatórias mistas, mas a atuação delas só ocorreu a partir de 1895. Assim, a passagem acima transcrita abordava o adiantado das operações da primeira de três comissões demarcatórias.

E de fato, posteriormente, o Cel. Thaumaturgo de Azevedo regressou a Manaus, de lá a Belém e a capital federal, em função de divergências acerca do Javari e outras dificuldades de trabalho. Com o desligamento de Thaumaturgo da missão ocorreu sua

²¹⁷ FOLHA DO NORTE, Belém, 30 set. 1896, nº 274, p. 2.

²¹⁸ FOLHA DO NORTE, Belém, 11 dez. 1896, nº 346, p. 1.

substituição por Cunha Gomes. Este afastamento de Thaumaturgo e suas motivações também foram alvos de atenção da *Folha do Norte*, posto que na segunda página da edição de nº 415, de 19/02/1897, em parte denominada de “Nossos Telegrammas” se dizia:

Consta que será exonerado do cargo de chefe da comissão técnica de limites com a Bolívia, o dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, em virtude de acusações que lhe são feitas pelos seus companheiros de trabalho na dita comissão.²¹⁹

Na edição nº 416, de 20 de fevereiro de 1897, novos dados foram acrescentados por Thaumaturgo a contenda, pois a *Folha do Norte* afirmava ter recebido no dia 19/02/1897 sua visita movida pela divulgação de telegrama que informava o seu afastamento da missão demarcatória.

Resultante da estada de Thaumaturgo na *Folha do Norte* se seguiu nota, em que alegava ter pedido o desligamento das funções da delegação desde o início do ano de 1897. Ao que aduzia Thaumaturgo, de tê-lo feito por iniciativa própria, embora estivesse constando que sua apartação da equipe se dera por representação de membros do grupo.

Em virtude de tais circunstâncias, Thaumaturgo pedia informes sobre as supostas representações, para que então pudesse demonstrar o caráter inverídico. E iria a Manaus buscar documentação oficial a serviço do governo, depois se deslocaria ao Sul onde por ventura aguardaria para contestar as ditas representações.²²⁰

Os debates a respeito da saída do Cel. Thaumaturgo motivaram a divulgação de um desagravo publicado na terceira página na edição nº 423, datada de 27/02/1897, na secção “A Pedidos”²²¹.

E ainda que as notas sobre as polêmicas, quanto à exoneração, de Thaumaturgo não empreguem expressões referenciais para nossa pesquisa, nos parece importante mencioná-las, visto caracterizarem que as fronteiras do extremo oeste do Brasil já eram contestadas por representantes do governo brasileiro antes da divulgação do *Bolivian Syndicate*. Sobretudo, se considerarmos que o agente do governo boliviano na comissão demarcatória em questão era o Cel. José Manuel Pando Solares, que mais tarde comandou as investidas contra os membros da “Revolução Acriana” e exerceu entre os anos de 1899 a 1904 a presidência da Bolívia.

²¹⁹ FOLHA DO NORTE, Belém, 19 fev. 1897, nº 415, p. 2.

²²⁰ FOLHA DO NORTE, Belém, 20 fev. 1897, nº 416, p. 2.

²²¹ FOLHA DO NORTE, Belém, 27 fev. 1897, nº 423, p. 3.

Desta feita, denota-se mais uma vez que os interesses do governo brasileiro e de seus mandatários não foram súbitas alterações de vontade, mas a construção de uma estratégia diplomática, militar e social.

Neste sentido, vale lembrar a tentativa de revalidação da propriedade boliviana sobre o Acre, já que a própria *Folha do Norte* na edição nº 320, do dia 15/11/1896, concomitante ao desenrolar dos acontecimentos da primeira delegação mista demarcatória, escrevia na secção “Notícias do Estrangeiro” que de Sucre chegavam informações de brevemente se criariam Alfândegas nos rios Alto Acre e Madre de Dios:

Noticias do estrangeiro

-

Rio, 14 de novembro.

De Sucre dizem que o governo boliviano creará brevemente alfândegas nos rios Madre de Dios e alto Acre.²²²

E não obstante as alterações de limites, mais uma vez no início de março de 1897 a *Folha do Norte* chamava atenção “as gentes” que iam para o Acre, notadamente para os tripulantes das embarcações e as condições insalubres de seu trabalho. No artigo, assinado por Theobardo, sob o título de “*Intermittencias*” e publicado na primeira página da edição nº 426 de 02/03/1897, tendo como justificação os elevados índices de falecimentos a bordo de vapores que trafegavam nos rios Purús, Acre, Pauhinhy e Xapury, argumentava-se sobre a intervenção governamental para reduzir os níveis de mortandade. Acrescia-se que como não haveria de se instituir serviço médico a bordo, ao menos obrigassem as empresas de transportes fluviais a fornecerem medicamentos de combate para as febres que acometiam os navegantes.

Merece destaque que em a *Folha do Norte* denúncias sobre as questões de transporte para o Acre e adjacências tenham surgiam em material assinado com pseudônimos. Ao passo que os anúncios de viagens eram identificados pelo nome dos vapores e das empresas proprietárias destas embarcações. Enquanto que, as notícias de comissões de demarcação eram assumidas como texto dentro da linha editorial da *Folha do Norte*.

Referente ao ano de 1898 no acervo da Hemeroteca Digital se apresenta apenas o exemplar de nº 972, de 03 de setembro, da *Folha do Norte*, no qual não há menção as nossas referências de pesquisa.

Ao passo que, o material da *Folha do Norte* relativo ao ano de 1903 também é incompleto, visto que se limita a edição nº 2707, de 14 de junho, na qual há duas

²²² FOLHA DO NORTE, Belém, 15 nov.1896, nº 320, p. 2.

ocorrências do uso da palavra Acre, sendo uma nos “Avisos Marítimos” anunciando a partida no dia seguinte do vapor “Rio Acre” para a “Linha do Baquiá”, enquanto que a outra era a notificação de que “malas do correio” seriam embarcadas a partir das oito horas da manhã do dia 15, no referido vapor, em direção a Guarupará²²³.

Nestes textos de 1903 da *Folha do Norte* não são feitas referências a como se dava o convívio em terras acrianas durante o período do “*modus vivendi*”²²⁴ que antecedeu a assinatura do Tratado de Petrópolis.

4.3. O Acre do *Bolivian Syndicate* nos diários paraenses

O Acre referenciado como modalidade de verbos, adjetivos, localidade, espaço de doenças, local para transportes e gerador de públicos de consumidores distintos é referendado nos nossos quatro periódicos estudados. No entanto, dentro do *corpus* documental consultado, o encontramos como ponto de atenção entre os simpatizantes do Partido Republicano Democrático com a *Folha do Norte*, enquanto o vemos também no projeto do Partido Republicano Paraense em *O Pará*, sobretudo motivado por questões denunciadas em *A Província do Pará* relativas ao *Bolivian Syndicate*.

Isto porque, o Acre foi alçado ao debate político nas folhas paraenses notadamente com as denúncias publicadas n’ *A Província do Pará* a partir de 1899, a respeito da criação de um projeto de arrendamento daquelas terras a investidores estrangeiros. Então, se nos exemplares pesquisados da *Folha do Norte* não foram identificadas incidências de *Galvez* e do *Bolivian Syndicate*, enquanto que no *Correio Paraense* o anacronismo justifica a ausência, diferiram *O Pará* e *A Província do Pará*.

Nos acervo de exemplares de 1897 a 1900 de *O Pará*, disponíveis em formato digital na Hemeroteca, foram encontradas 155 ocorrências para *Acre*, com menções à medida agrária, odor, sabor, verbo, adjetivações, localidade de chegadas e partidas (de gentes, cargas e correios), ou como espaço de singularidades:

REVISTA DOS ESTADOS

-

AMAZONAS

Constava que no rio Xapury, affluente do rio Acre, fora vendido, em dias de janeiro findo, um boi pela insignificante quantia de 2:400\$!

Não fica somente aqui a celebridade do referido boi. Morto que foi, e retalhado, o kilo da preciosa carne d’esse desejado garrote custou aos consumidores 25\$ e os miúdos

²²³ FOLHA DO NORTE, Belém, 14 jun. 1903, nº 2707, p.3 e p.4.

²²⁴ O *modus vivendi* entre Brasil e Bolívia foi estabelecido em 21 de março de 1903, com fito de assegurar a permanência das condições sociais e econômicas no Acre, enquanto as duas nações mantinham as negociações para solucionar o litígio.

bem avarentamente aproveitados foram vendidos por 400\$! Decididamente esse boi valeu mais do que pezava!(sic)²²⁵

Nesta nota, que constava na coluna “Revista dos Estados”, na edição nº 67, datada de 18/02/1897, lia-se acerca do preço exorbitante cobrado por um boi vendido no rio Xapuri, afluente do Acre. E enquadrava-se a região como integrante do Amazonas. Demonstrando já no primeiro ano de funcionamento d’*O Pará*, que o Acre era pautado naquele jornal, de propriedade de associação vinculada ao Partido Republicano Paraense.

Interessante é constatar-se a forma de interpretação dada ao Acre naquele período, em que oficialmente o Brasil o reconhecia como boliviano e fronteira a ser legalmente delimitada, posto as comissões mistas de demarcação. No entanto, forças político partidárias do Pará deixavam transparecer na mídia que o Acre era brasileiro e pertencente ao território do Amazonas.

Em junho de 1899, quando as ocorrências em torno do Acre se avolumaram, o jornal *O Pará*, apresentava em seu subtítulo na primeira página - além de sua caracterização como Diário da Tarde que era “órgão político, noticioso, literário e comercial”, pertencente à Associação - a identificação do Redator Chefe como “Senador Fulgencio Simões”. E expunha sua clara vinculação ao Partido Republicano Paraense ao imprimir logo na parte inicial da primeira coluna de sua lauda exordial os seguintes dizeres:

Comissão Executiva

A comissão executiva do Partido Republicano acha-se installada no sobrado à Rua Conselheiro João Alfredo, canto da Travessa Campos Salles.

Ahi reunir-se diariamente a mesma comissão, das 9 às 11 horas do dia, afim de attender aos correligionários e a todos os serviços do partido.²²⁶

Dentro deste contexto, se compreende que a Questão do Acre apareça neste periódico em textos irônicos durante as ações de *Galvez*. Tal qual no exemplar nº 518, primeira edição a fazer menção a *Galvez* e a independência do Acre em que o tom adotado é de galhofa, posto inserir-se no segmento denominado de “Cacetadas”. Este título daí por diante aparecia sempre ironizando ao espanhol e sua atuação.

O primeiro texto da série comentada se situou na segunda folha do dia 24 de agosto de 1899, com identificação de autoria na assinatura CKT. Neste, afirmava que iria para a nova república independente, que propunha ser denominada de “República

²²⁵ O PARÁ, Belém, 18 fev. 1897, nº 67, p. 1.

²²⁶ O PARÁ, Belém, 25 ago. 1899, nº 519, p.1

d'Arias", onde esperava ocupar vários elevados cargos públicos e políticos, dentre eles o de "inspector de aduana", com fins de livrar-se da má sorte adquirida ao casar-se. A estas pilhérias outras se seguiram, a exemplo do dia seguinte, na edição nº 519, em que a primeira página se lia:

A Republica do Acre

-

Tem nos causado hilariedade a noticia da fundação do novo paiz do Acre, que adoptou a forma republicana e, por causa das duvidas, todas as leis brasileiras, inclusive as tarifas aduaneiras...

O presidente de tal republica também não esqueceu a língua portugueza, e a nossa moeda.

O mais engraçado de tudo é considerar como orgam official o Commercio do Amazonas que se publica em Manáus.

Como é desopilativa a republica do Acre!

Que pandego é o Galvez! Aquele sujeito esteve por aqui e sem duvida ouviu falar da republica de Cunany. Foi para o Acre, entendeu-se com uns seringueiros e eil-o presidente do Acre.

A capital e o seringal do sr. José.

O orgam official, por emquanto, um jornal de Manaús.

Tem espírito, o Galvez.²²⁷

E as criticas a "República do Acre" e a Galvez continuavam, visto o que constava na edição nº 521 de 28 de agosto de 1899, em que se reproduzia noticia divulgada em jornal amazonense sobre manifestações em praça pública de Manaus contrapondo-se ao "degradante golpe de audácia" praticado pelo "aventureiro hespanhol Luiz Galvez" (sic).

Mas, pouco demora a passagem da irônica critica e do desdém a posição aberta de algoz. Assim, *O Pará* em sua primeira página na edição nº 522 de 29/08/1899, abandona a zombaria e publica nota enviada de Manaus datada do dia 22 daquele mês e assinada por Arthunio Vieira, em que este denunciava abertamente a jogatina de Galvez, acusava de antipatriótico o *Commercio do Amazonas* na "República do Acre":

Para ser no todo fiel, rectifico em parte minha carta anterior: Luiz Galvez não é boliviano, como eu dissera: é hispanhol. Expulso do Rio como batoteiro, aqui assentou tendas abrindo uma casa de jogo, que a polícia acabou.

Dado o caso do Acre, no Commercio do Amazonas elle publicou artigos subversivos que só um jornal antipatriótico acceitaria; depois... foi encarregado da *missão especial* de ir proclamar a republica independente n'aquella região. [...]²²⁸

No entanto, *O Pará* adota novamente o formato zombeteiro ainda no mesmo mês de agosto de 1899 para admoestar os seus leitores sobre a "República do Acre", que permanecia vinculada às terras amazonenses, conforme se indicava ao apontar mais uma vez o periódico manaura *Commercio do Amazonas* como diário oficial do novo país. Na

²²⁷ O PARÁ, Belém, 25 ago. 1899, nº 519, p.1.

²²⁸ O PARÁ, Belém, 29 ago. 1899, nº 522, p. 1.

edição de número 524, de 31 de agosto de 1899, na série “Cacetadas” ressurgia a associação de Galvez a jogatina, fazendo alusão as suas experiências com os “frontões”:

O Arthunio conta-nos o que *aquillo é* – uma especulação sem nome, onde os sentimentos patrióticos estão em rotação como uma bola no circular de uma infamíssima rolêta e eu não sou Galvez, nunca andei em *Frontões* a jogar nos bichos.²²⁹

Os ataques à figura de Galvez e as suas experiências anteriores ao Acre, tornaram pontos empregados em *O Pará* e nos escritos de Arthunio Vieira para desqualificar suas ações junto ao Estado Independente. Desta feita, ridicularizar o líder do movimento era uma forma de afrontar as ações apoiadas pelo governo amazonense que estariam prejudicando os interesses das elites belenenses.

No exemplar de nº 531, de 08/09/1899, mais uma vez *O Pará* recorria a publicar artigo assinado por Arthunio Vieira. Nele, o autor com sua escrita voraz, expunha o andamento da situação do Acre. Mas, desta feita fazendo comentários não só do posicionamento do *Commercio do Amazonas*, mencionava *A Federação* além do próprio *Diário Oficial do Amazonas*²³⁰ e apresentava a ordem telegráfica de Olyntho de Magalhães, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de “inteira abstenção” posto não reconhecer a independência proclamada²³¹

Nas publicações de Arthunio Vieira se evidenciavam a ausência de homogeneidade mesmo em Manaus sobre a intervenção amazonense nos assuntos do Acre, além de ressaltar a participação de Ramalho Júnior nos incidentes. Nelas também se enfatizavam as divergências acerca da gestão das coisas do Acre e como isso tinha consequências no jogo de forças políticas no Amazonas, repercutindo na sucessão de Ramalho Júnior.

Igualmente, as detrações feitas em *O Pará* a “República do Acre”, a Galvez e seus apoiadores no Amazonas, explicitavam os conflitos entre as forças políticas e as imprensas da região norte do Brasil, sobretudo no que dizia respeito ao Acre, como se demarcavam nos escritos de Arthunio Vieira (publicado em Manaus a 15/06/1899), reproduzidos na gazeta em comento no exemplar nº 568 de 08/10/1899:

Vós, os jornalistas do Pará, estáes sendo apedrejado por uma certa imprensa d’aqui. *A Federação*, o *Commercio do Amazonas* e o *Diario de Noticias* estão indignados convosco... simplesmente porque tendes tido a dignidade de ser brasileiros, de não vos ligardes a elles na campanha contra a pátria.

²²⁹ O PARÁ, Belém, 31 ago. 1899, nº 524, p. 2.

²³⁰ Ver análise sobre COMMERCIO DO AMAZONAS, A FEDERAÇÃO e DIÁRIO OFFICIAL do Amazonas no próximo capítulo.

²³¹ O PARÁ, Belém, 08 set.1899, nº 531, p. 1.

A Federação de domingo, 10, ataca o nosso estremecido velho senador Lemos de um modo violento, por causa do telegramma que elle, dizendo a verdade, passou para *O Paiz*.²³²

Embora, que em pesquisa no acervo da Hemeroteca Digital não tenha sido possível localizar cópia do referido telegrama no jornal carioca *O Paiz*, entende-se que a desconstrução de projetos políticos envolvia também personalidades correlatas.

E ainda que n’*O Pará* não ocorra incidência *Bolivian Syndicate*, conforme atestaram nossas investigações nos bancos de dados digitais, curiosamente, na edição nº 565 de 18/10/1899²³³ Arthunio Vieira fazia-se alusão de que *Galvez* estaria no Acre a serviço de um sindicato:

No Acre, Galvez prosegue na obra do sindicato de que é representante. Já decretou a criação de um regimento compostos de dois de baiphões de infantes e um esquadrão de cavallaria; já decretou a criação de uma repartição de deposito publico; e não sei porque, não convocou ainda a constituinte. Aquillo, naturalmente, continua a ser uma feitoria da qual elle é o feitor...
Muito comico, realmente!²³⁴

E seguiam-se os acompanhamentos n’*O Pará* quanto ao Acre, até que em sua edição nº 620, de 28/12/1899, reproduzia texto publicado no dia 14 de dezembro de 1899 no *Amazonas Commercial* sobre o deslocamento da expedição com vice-cônsul brasileiro e cônsul boliviano, a bordo do “aviso de guerra Jutahy” com a missão de “reestabelecer a ordem” ao Acre. Contudo, *O Pará* em seu nº 632, de 13/01/1899, adentrava no diálogo sobre o prejuízo acarretado sobre as proezas de Galvez a duas cidades:

O ACRE

-

Galvez em scena

Noticias chegadas á ultima hora annunciam graves acontecimentos no Acre. O audaz arlequim Galvez, arvorado em presidente da divertida republica do Acre, tendo armado centenas de homens, tem feito depredações, tomando navios e mercadorias, havendo se apoderado da lancha Garantia da Amazonia, (cujo pessoal consta haver sido sacrificado), armando-a em guerra e d’essa forma aprisionando embarcações e apropriando-se de tudo. O commercio está alarmado com estas notícias, cuja gravidade é patente. Vão demoradas as providencias tomadas pelo governo, de maneira que o famigerado Galvez está causando verdadeira perturbação a duas praças commerciaes e a ordem publica. [...]

²³² O PARÁ, Belém, 21 out. 1899, nº 568, p. 1.

²³³ Na página inicial da referida edição de *O Pará*, consta como data 18 de outubro de 1896, o que é uma datação com erro de tipo, posto que a notícia comentava a atuação de Galvez a frente da “República do Acre” que caracteriza a ação em 1899. Ademais, outros indícios sobre a incorreção da data de 18 de outubro de 1896 são o fato de que constava no cabeçalho, que se tratava do Ano II do jornal, ou seja, 1899.

²³⁴ O PARÁ, Belém, 18 out. 1896(9?), nº 565, p. 1.

Em 24 de janeiro de 1900, na edição nº 641 d' *O Pará* comentava as incertezas geradas após a substituição de Luiz Galvez – a quem se imputava responsabilidade por “latrocínio contra a integridade nacional e a propriedade particular” - por Souza Braga, dizia o jornal que cada apito de embarcação que chegava causava alvoroço e ansiedade as famílias e ao comércio local, posto “as surpresas que os acontecimentos derramam”. Contudo, não há menções ao posterior retorno de Galvez ao controle da República do Acre.

O Pará muda o tom galhofeiro e crítico a figura de Galvez, no exemplar de nº 691, do dia 26 de março de 1900, ao valorizar que na rendição, preocupou-se com as garantias que seriam dadas a ele e seus companheiros. Ademais, *O Pará* também dizia que a comissão teria visitado Puerto Alonso – a época cidade que era capital do Acre– e elogiado que estaria “bem arranjado” com a “as diversas construções feitas por Galvez para as repartições públicas”. No mesmo texto afirmou-se ainda que constaria “que os bolivianos não tem mantido para com o Brazil a atitude que os tractados e a boa amizade exigem.”²³⁵

Importante é destacar que em *O Pará* a abordagem a Galvez e seus feitos a frente da “República do Acre” tomam maior enlevo face as interpretações de ameaças à soberania nacional que eram associadas por outros periódicos à Questão do Acre. Para confirmar isto, basta comparar o teor e a quantidade de publicações relacionadas às duas expressões de busca, posto que a *Galvez*, foram 17 incidências, ainda que também se associasse ao sobrenome de outros indivíduos.

Ao passo que a Questão do Acre em *O Pará* durante o período de 1897 a 1900 surge em sete edições, sendo somente uma de data anterior a 1899 e todas as demais daquele ano. Deste hepteto, as mais emblemáticas foram adventos de notas telegráficas ou sínteses de publicações de outros jornais, das quais se destacam as apresentadas nas edições nº 394, 399 e 539, ao passo que outras serviram a comentários de pequena monta na política paraense.

Assim, aos 22 dias de março de 1899, na edição nº 394, *O Pará* em sua “Secção Telegraphica” (destinada à reprodução de notas sobre material de outros estados brasileiros) reportava-se a artigo publicado naquele dia n' *O Paiz*, no qual se discorria sobre a quantidade de impostos e população tributada pelo ministro Paravicini, asseverando que ocorria “em prejuízo dos Estados do Pará e do Amazonas”²³⁶.

²³⁵ O PARÁ, Belém, 26 mar. 1900, nº 691, p. 2.

²³⁶ O PARÁ, Belém, 22 mar. 1899, nº 394, p. 2.

Enquanto que no exemplar de nº 399 de 28 de março de 1899, logo abaixo da tradicional nota sobre o horário e local de atendimento da “Comissão Executiva” do Partido Republicano, novamente na “Secção Telegraphica” - mas desta feita na primeira página - se comentava em breves três linhas que, naquele dia, no Rio de Janeiro “*O Paiz* publica importante artigo histórico sobre a momentosa questão do Acre”.

Por sua vez, na lauda inicial do nº 539 de *O Pará* novamente se tinha texto de Arthunio Vieira, datado de 11 de setembro daquele ano e que sob o título “Manaus” afirmava ir se “arrefecendo o calor pela questão do Acre” nos jornais que haviam se constituído arautos daquela republica. Sendo isto motivado pela divulgação de telegrama do governo federal solicitando informações acerca dos acontecimentos, no qual se determinava as forças locais abstenção nas coisas da área de litúgio²³⁷.

No entanto, dentro deste mesmo escrito, Vieira contestou a posição do governo federal, posto que noutro telegrama dir-se-ia ao capitão dos portos de Manaus para que aprisionasse “armamentos ou munições” destinados ao Acre. E a seu ver a abstinência, deveria ser representada inclusive por não intervir quanto ao que deveria ou não chegar ao Acre. Aduzindo que se “o governo federal deixar-se ficar quietinho, a coisa vae assim mesmo; os direitos da borracha do Acre, Alto Purús e Yaco, em lugar de entrarem pela recebedoria do Estado, entram...para as algibeiras dos traidores”(sic).²³⁸

Deste modo, ao compararmos n’*O Pará* o espaço dado a rechaçar *Luiz Galvez Rodrigues de Arrias* e a “República do Acre”, com o trato e uso da Questão do Acre, nos parece significativo que os textos tomem postura contrária ao movimento e enfatizem os temas associados a tributação e os desfavores disto sobretudo ao estado paraense.

Embora *O Pará* continuasse até a queda de Galvez com a campanha de detração, não ocorreu debate em torno do *Bolivian Syndicate*, seu uso se deu de forma a associá-los. Tão pouco se identificou suposto aspecto de “chartered company” do *Bolivian Syndicate*. E apesar de se encontrem de forma tão saliente tais características em *O Pará*, curioso é perceber que a denúncia sobre o arrendamento do Acre, denominada “AINDA A QUESTÃO DO ACRE CASO SENSACIONAL” que funcionou como justificativa para as ações de Galvez tenha sido noticiada por um periódico belenense pertencente à figura de liderança no Partido Republicano Paraense. No texto, *A Província do Pará* alertava a respeito do estabelecimento de contrato para obtenção de

²³⁷ O PARÁ, Belém, 18 set.1899, nº 539, p.1.

²³⁸ O PARÁ, Belém, 18 set.1899, nº 539, p.1.

intervenção diplomática (e possivelmente militar) de “nação amiga” mediante “importantes concessões” com implicação na venda internacional da produção gomífera e sobre área que o jornal afirmava ser parte integrante do “território brasileiro”:

AINDA A QUESTÃO DO ACRE

CASO SENSACIONAL

A serem exactas certas informações, de character reservado, que chegam ao nosso conhecimento, o papel do sr. José Paravicini, era reivindicação dos pretensos direitos do seu paiz, não se limitou aos actos ostensivos de pose, que chegaram á noticia do publico.

Secretamente o ministro da Bolivia, procurou entrar em negociações com o governo de uma nação amiga, para obter a intervenção diplomatica, e talvez armada, d’essa potencia em favor do seu paiz.

Por intermedio do respectivo consul se transmittiu ao dito governo a minuta de um accôrdo.

N’este se fazem importantes concessões, em materia de exportação de borracha, caso a pendencia se resolva pela via diplomatica, e se estabelecem bases para a partilha de uma parte do territorio brasileiro, havendo guerra.

Talvez possamos dar aos nossos leitores cópia d’este documento, que é, por todos os motivos interessantes, em uma das nossas primeiras edições.²³⁹

A Província do Pará se distinguia dos demais periódicos belenenses, posto que embora incorresse nos anúncios marítimos, bem como no Acre enquanto componente de verbos e adjetivos, desde abril de 1899 também era empregado dentro das preocupações com a questão “brasileiro-boliviana” emergente na esteira dos acontecimentos com a Guiana Inglesa, conforme se lia:

Nem sabemos porque, no momento actual, em que os interesses na Serra do Parima ou Guyana ingleza não se acham ameaçados de insólita e prepotente invasão, se prefere cuidar da solução d’esse litigio, quando na região do Acre superior, a republica da Bolívia invade o territorio amazonense e ostenta um poderio, aliás dispensavel, que a correspondência official já registrou!

- Aos que conhecem a geographia do Brazil e os tratados e convenções antiquários, não é dado ignorar o valor das pretensões e dos interesses que se agitam em uma e outra fronteira, quaesquer que sejam mesmo as afinidades das derivações ou coordenadas que se pretenda estabelecer, referentemente à Guyana Ingleza e à região superior do Acre ou rio Aquiry na Bolívia.

Mas o que se não pode admitir é que, em se tratanto dos mais vitais interesses do Estado do Amazonas, se confie à importancia reconhecida de um Joaquim Nabuco, verdadeira gloria nacional, a pendência do alto Rio Branco, ou de Parima, quando na região superior do Acre interesses de mais alta valia se debatem!!

Nas fronteiras da Guyana Ingleza, são as tribos indígenas dos Procotós, dos Macuchis, etc., que vagueiam d’ahi até o Orenoco; ao passo que, no Alto Acre, são os retirantes cearenses e piauienses, que se estabeleceram, desde epochas remotas e cultivam as suas propriedades na constancia das leis e sob a égide de direitos irrefragáveis de nossa Constituição política.²⁴⁰

Antes da criação do Estado Independente do Acre *A Província do Pará* já fazia admoestações sobre o Acre e os seus habitantes brasileiros. A estas acrescentaram ao longo dos meses de abril e maio as reproduções de telegramas e notícias de outros

²³⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 3 jun. 1899, nº. 7056, p. 1.

²⁴⁰ A PROVINCIA DO PARÁ, Belém, 8 abr. 1899, nº 7.000, p.2.

jornais sobre as movimentações de Paravicini e seus assessores, bem como as repercussões da criação de alfândega boliviana em Puerto Alonso.

Em tais artigos, geralmente apresentados sobre o título de “Brazil-Bolívia” iam se aumentando as tensões decorrentes das intervenções administrativas bolivianas sobre o território do Acre, que até então lhe pertencia. Ponto de destaque foi o incidente da canhoneira norte-americana *Wilmington*²⁴¹, que zarpu em 05 de abril de 1899, sem autorização do porto de Manaus para destino não notificado, gerando suposições de que iria ao Acre assegurar o recebimento de tributações bolivianas sobre a borracha²⁴². Em maio de 1899 *A Província do Pará* publica também entrevista com Paravicini em passagem por Belém acerca da alfândega boliviana em terras acrianas, além de textos que incitavam reflexões sobre o princípio do *uti possidetis* em relação ao Acre. A partir de junho as negociações acerca dos usos das terras acrianas se tornam mais frequentes e surgem inferências a um “syndicato”, todavia não se identificaram citações a *Galvez*, ao *Bolivian Syndicate* ou a “*chartered company*”.

No universo de exemplares pesquisados em *A Província do Pará*, as investigações nesta se restringiram a apenas o ano de 1899, posto sua condição que a distingue dos demais jornais belenenses comentados neste capítulo, ou seja, sua não digitalização. Dentro deste conjunto de exemplares foram encontradas 12 incidências para a expressão Questão do Acre, nenhuma referência a Galvez, tão pouco menção direta ao *Bolivian Syndicate*. No entanto, se encontram 02 vezes a palavra “syndicato” na edição nº 7179 de 06 de outubro de 1899, em que se lia na sétima coluna da primeira página que:

O ACRE

Continuam activamente as negociações entabuladas entre os agentes bolivianos e vários proprietarios brasileiros para a compra de serongaes situados no Territorio contestado do Acre.

Nossa activa reportagem conseguiu descobrir que o Capitão Leite, actualmente em Belém, o opulente proprietario do Seringal Humaythá, elevou o preço da venda do mesmo para 10.800:000\$; outro tanto fizeram os donos do Esperança, o qual já foi offerecido por 2.000:000\$.

Uma alta influencia commercial na Amazonia, que sabe do negocio, dizia hontem que o intuito da Bolivia, comprando esses seringaes é apossar-se de local apropriado a um porto alfandegário, em Territorio sem contestação.

²⁴¹ A respeito do episódio da *Wilmington* ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e “A Questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000200007&lng=en&nrm=i> Acesso em: 03 abr. 2013.

²⁴² A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 18 de Abril de 1899, n.º 7010,

Como o nosso repórter perguntasse a esse cavalheiro de onde vieram os capitães para a compra a effectuar-se, respondeu o illustre commerciante que uma vez a Bolívia de posse dos seringas, fácilmo ser-lhe-ia hypothecal-os a um syndicato. Mais uma vez apparece o celebre syndicato, já tantas vezes denunciado pel'A IMPRENSA e por outras folhas estrangeiras. Veremos o que sahirá do negocio, uma vez que há tido probabilidades de bom exito para os compradores.²⁴³

Assim, em meio às alusões feitas ao sindicato – ainda não denominado de Bolivian Syndicate -, *A Província do Pará* remetia as ocorrências no Acre e a sua repercussão em outros jornais – nacionais e internacionais -, sem, entretanto, adentrar na análise dos caracteres deste negócio.

De fato, os incidentes administrativos em face das tentativas de imposição da autoridade boliviana no Acre eram noticiados em *A Província do Pará* antes mesmo de julho de 1899. Sendo num primeiro momento inseridas dentro de artigos cujo título em geral estampava “questão brasileiro-boliviana”. Mas, a partir de 13 de maio de 1899, na edição nº 7035, o que era então tratado daquela forma adquire caráter de Questão do Acre, no texto assinado por J. Lucio d’Azevedo²⁴⁴.

Desta feita, o Acre que era parte da discussão sobre fronteiras (ou seja, objeto entre partes), adquiriu conotação especial ao ponto de não mais ser referenciada enquanto disputa de Brasil e Bolívia, mas como a Questão do Acre. Assim, ainda que o Acre e suas adversidades limítrofes já permeassem as palavras escritas nas linhas d’ *A Província do Pará*, foi sendo constituído um significado de notoriedade que não mais necessitava remeter diretamente a “questão brasileiro-boliviana”. Igualmente em maio de 1899 o jornal também rememorava que, apesar das alegações bolivianas quanto ao controle do Acre, os acessos à região eram feitos por navegação em rios brasileiros com a permissão de nosso governo federal. Portanto, a autoridade boliviana sobre o Acre não poderia resultar em atos ofensivos as embarcações e aos brasileiros que ali estivessem, já que corresponderiam a agressões ao Brasil²⁴⁵.

Contudo, maior significado tem a Questão do Acre em duas aparições, nas quais se denunciava o “Caso Sensacional” – já transcrito em páginas anteriores – e na continuidade destas, no exemplar do dia seguinte a isto, em 04 de junho de 1899, quando *A Província do Pará* expunha a cópia do documento:

²⁴³ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 6 out. 1899, nº 7179, p.1.

²⁴⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 13 maio 1899, nº 7035.

²⁴⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 23 maio 1899, nº 7045.

A QUESTÃO DO ACRE

A INTEGRIDADE DO TERRITORIO NACIONAL ANNEXADA

Conforme promettemos hontem, damos á estampa em seguida a proposta do accordo diplomatico, d'aqui submettida pelo ex-ministro da Bolivia, ao seu collega, representante de poderosa nação amiga do Brazil.

Sabemos com toda a segurança que esse plenipotenciario telegraphou da capital federal ACCEITANDO A PROPOSTA EM NOME DO SEU GOVERNO, e que a partida do sr. Paravicini para o sul tem relação com esse facto.

Os nossos leitores comprehenderão que, em materia de tanta gravidade, nos abstenhamos de nomear o paiz, que se dispõe a intervir por tal fôrma em opposição ao direito do Brazil; mas numerosos são os factos recentes, que já agora o designam aos menos perspicazes.

Convem mais fazer publico que a esta hora o governo federal se acha de tudo informado pelo benemerito Governador do Pará, ao conhecimento de quem chegavam as machinações do trefego diplomata boliviano.

Segue o documento, que não exige da nossa parte commentarios:

PROPOSTA PARA O ACCORDO ENTRE A REPUBLICA DO BRAZIL E A REPUBLICA DA BOLIVIA

1º- A..... gestionará (?) po via diplomatica da Republica do Brazil o reconhecimento dos direitos da Republica da Bolivia aos territorios do Acre, Purús e Yaco, hoje occupados de accôrdo com os limites estabelecidos pelo tratado 1867.

2º- A se compromette a facilitar á Republica da Bolivia o numerario e petrechos bellicos de que esta necessite em caso de guerra com o Brazil.

3º- A exigirá que o Brazil nomeie dentro do corrente anno uma comissão que de accôrdo com a Bolivia, deslinde as fronteiras definitivas entre o Juruá e o Javary.

4º- O Brazil deverá conceder a livre navegação dos affluentes do Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre transito pelas alfandegas do Pará e Manaus ás mercadorias destinadas aos portos bolivianos.

5º- Em recompensa aos seus bons officios, a Bolivia concederá a ... o abatimento de 50% dos direitos de importação sobre todas as mercadorias... e de 25% sobre os direitos da borracha que sair com destino para qualquer porto de dita nação, e este abatimento durará pelo prazo de 10 annos.

6º- No caso de ter que appellar para a guerra, a Bolivia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limitrophe da Bolivia a bôcca do Purús e Acre, e entregará os territorios restantes, isto é, a zona comprehendida entre a bôcca do Purús, Acre (aqui uma palavra inintelligivel) e o Crato, a ... em livre posse. Os gastos que occasionar uma guerra serão pagos pela, recebendo em hypotheca a renda das alfandegas bolivianas.

Sabemos que a renda cobrada pelas auctoridades bolivianas, no periodo de janeiro a abril, em impostos locais e direitos de exportação, attinge quantia superior a 3500 contos de réis. Mas d'esta só uma parte foi realizada, por falta de pagamento dos saques, passadas a favor da aduana pelos negociantes do Acre, contra seus correspondentes em Manaus e no Pará.²⁴⁶

Apesar de *A Província do Pará* fazer a denúncia sobre o potencial arrendamento, relevante é notar a omissão do nome do empreendimento e da “nação amiga” a quem seria atribuída o envio de auxilio militar e diplomático, isto porque, oficialmente o acordo comercial só seria referendado em 1901.

Todavia, a despeito do “contracto Aramayo” ser ulterior a 1899, tanto em *A Província do Pará*, quanto no próprio *O Pará* a Questão do Acre é abordada dentro de uma perspectiva em que as relações de comércio e tributação se sobrepunham sobre os demais aspectos. Consequentemente, as posturas favoráveis e contrárias a Questão do Acre se alternavam em conformidade com conveniências das elites de Belém, o que motivavam os ataques aos apoiadores manauaras de Galvez e da formação de um Estado Independente do Acre em contraponto aos intentos de dominação boliviana sobre a região. Ante o exposto, no capítulo seguinte serão apresentadas as análises acerca dos veículos de comunicação oficial do “Acre brasileiro”, para tanto serão analisados: *Diario Official do Amazonas*, *Commercio do Amazonas*, *A federação*, *O Cruzeiro do Sul* e o *Alto Purus*.

²⁴⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 04 jun. 1899.

CAPÍTULO 5 – THE BOLIVIAN SYNDICATE: nas fontes hemerográficas do “Acre brasileiro”

5.1. Especificidades dos jornais manauaras

A expressão “Acre brasileiro” aqui empregada faz alusão aos lugares de produção de jornais que, em períodos anteriores, concomitante e posteriores ao *Bolivian Syndicate*, declaravam o Acre como pertencente ao Brasil, ou seja, refere-se a Amazonas que assim o interpretava em momentos que precederam e sucederam a contenda com a Bolívia, bem como aos Departamentos Acrianos criados após a fundação do Território Federal.

Neste sentido, o capítulo se dedica a estudar como a Imprensa Oficial Amazonense e a Acriana trataram a Questão do Acre e parte dos elementos que a historiografia convencionou como elementos motrizes a incorporação do Acre ao Brasil. Assim sendo, na parte inicial desse capítulo analisam-se publicações que se antepuseram e intercorreram o *Bolivian Syndicate* e Galvez no *Diario Oficial do Amazonas*, bem como suas representações e usos no *Commercio do Amazonas* e de *A Federação*. Ao passo que na etapa final aprecia-se nosso objeto de estudos nos periódicos *O Cruzeiro do Sul* e *O Alto Purus*, ou seja, a chamada Imprensa Oficial do Território Federal do Acre nas suas modalidades de apresentação da Questão do Acre e mais especificamente do *Bolivian Syndicate*. Isto porque, no Estado do Amazonas antes mesmo do arrendamento do Acre, tal qual após a resolução da lide nos Departamentos do Alto Juruá e Alto Purus (que compunham o Território Federal do Acre) a Imprensa Oficial por diferentes motivações tomou parte dos debates em torno da temática.

No caso amazonense, as elites (em construção naquele então novo Estado) eram ávidas pelas receitas das tributações decorrentes da exploração e comercialização da borracha, ficando isto bem ilustrado no discurso estatal, posto que de completar um ano de circulação²⁴⁷ o *Diario Oficial do Amazonas* já apresentava o rio Acre e suas imediações como constitutivo do Estado do Amazonas, ao reproduzir notificações de

²⁴⁷ Há duas versões distintas sobre a data de circulação do primeiro exemplar do *Diario Oficial do Amazonas*, que serão apresentadas no corpo do texto deste capítulo. Por ora, nos resta informar que a data acima referenciada tem por base o que declara a própria Imprensa Oficial do Estado do Amazonas em sua página na rede mundial de computadores. A este respeito ver dados Disponíveis em: <<http://www.imprensaoficial.am.gov.br/a-imprensa-oficial/historia/>> Acesso em: 15 jan. 2014.

aquisições fundiárias naquela região em conformidade com o Regulamento do Registro de Terras do Estado do Amazonas.

E paralelamente ao *Diario Official do Amazonas* enquadrar na legislação daquele estado as terras que ainda careciam de demarcação entre Brasil e Bolívia, noticiava a construção de unidades administrativas amazonenses nas margens do rio Acre, conforme se verá no próximo subitem deste segmento. Tais manifestações do exercício de vontade do poder público externadas através da Imprensa Oficial foram provas cabais de que o Estado do Amazonas interpretava o Acre enquanto extensão de suas terras.

No entanto, um leitor desatento ao folhear os jornais manauaras das décadas de 1890 a 1900 não poderia ter tão clara percepção. Pois, o incauto ao fazer consulta rápida nas gazetas de Manaus afirmaria no que concerne ao Acre, que estas se assemelhariam as belenenses. Isto porque, nas páginas dos jornais da capital amazonense *A Federação* e o *Commercio do Amazonas*, a exemplo do que ocorria nos periódicos *A Província do Pará*, na *Folha do Norte*, *O Pará* e no *Correio Paraense* (publicados em Belém) o Acre era tanto palavra empregada para designar local de chegadas e partidas de pessoas, cargas (sobretudo de borracha), bem como ao referenciar odores e sabores (do mesmo modo como acontecia em periódicos cariocas).

Entretanto, apurando o olhar sobre os conteúdos relacionados ao Acre, se percebem distinções quanto às abordagens a respeito do *Bolivian Syndicate* e a anexação do Acre ao Brasil entre os jornais do Pará e do Amazonas, que denotam compreensões diferentes sobre a questão acreana e por consequência, permeações distintas de interesses políticos, sociais, econômicos e territoriais entre as elites manauaras e belenenses.

Para melhor compreender as singularidades, lacunas, silêncios e posturas distintas entre os periódicos das capitais do Amazonas e do Pará, há que se recordar que ambos estavam unidos até 1850 na Província do Grão-Pará. Não obstante que em 1755 (durante a gestão do Marquês de Pombal) tivesse sido criada a Capitania de São José do Rio Negro abrangendo os territórios dos atuais estados do Amazonas e Roraima. No entanto, esta unidade administrativa se vinculou ao Grão-Pará mesmo após a Independência. De tal modo que a proclamação do Império do Brasil levou tão somente a Capitania de São José do Rio Negro a ser transformada em Comarca, permanecendo submetida à influência da Província do Grão-Pará.

Porém, com a Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850, a Comarca do Alto Amazonas ascendeu à categoria de Província²⁴⁸, tendo como capital a cidade de Barra do Rio Negro, que posteriormente foi denominada de Manaus. Desta feita, a transição política também trouxe consigo o primeiro jornal da capital da Província do Amazonas, que começou a circular em 3 de maio de 1851 sob o título de o “Cinco de Setembro”.

E a respeito do aparecimento da imprensa escrita no Amazonas do século XIX, nos diz Leno José Barata Souza²⁴⁹ que nas décadas de 1860 e 1870 foram criados 38 novos jornais, sendo que destes, 26 não completaram o seu primeiro ano de vida. Dentro deste contexto em que os periódicos tinham duração efêmera, de acordo com João Batista Faria e Souza²⁵⁰ se originam o *Comércio do Amazonas* e o *Diário Oficial* que datam de 1869, enquanto nossa terceira fonte, *A Federação* surgiu apenas em 1895.

No mesmo Faria e Souza se destacam algumas peculiaridades acerca dos dados de edições, numerações, corpo redacional e técnico, bem como do lugar de produção dos jornais manauaras aqui estudados. Sendo a primeira singularidade relativa à própria publicação do texto de Faria e Souza, já que na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro²⁵¹ de 1908, no “Tomo Consagrado a Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica do Brazil”, conste somente o nome deste como organizador de catálogo de Jornais, Revistas e outras publicações periódicas ocorridas no Estado do Amazonas entre 1851 a 1908. Todavia, encontram-se apontamentos em Luciano Everton Costa Teles²⁵² sobre imprensa amazonense atestando a existência de obra de semelhante teor, que teria sido publicada pela Tipografia da Imprensa Oficial, também datada de 1908, assinada por Faria e Souza em conjunto com

²⁴⁸ GREGORIO, Vitor Marcos. O Progresso um vapor: Navegação e Desenvolvimento na Amazônia do Século XIX. *Nova econ*, Belo Horizonte, v. 19, nº 1, abril de 2009. Disponível a partir de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512009000100008&lng=en&nrm=i>. Acesso em 21 de junho de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100008>.

²⁴⁹ SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. In: *Tempo Histórico*, volume 14 • 2º semestre de 2010 • p. 106-133.

²⁵⁰ João Batista Faria e Souza em 1908, por ocasião das comemorações do centenário da imprensa no Brasil assinou o inventário sobre os periódicos impressos no Amazonas de 1851 a 1908, a serviço do Amazonas, para a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. A este respeito ver: FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. *A imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

²⁵¹ O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro doravante será grafado apenas em sua sigla IHGB.

²⁵² A exemplo disto, ver: TELES, Luciano Everton Costa. *A vida operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História.

Monteiro de Souza e Alcides Bahia²⁵³. Contudo, ainda que existam tais divergências, optou-se por abordar aqui a obra de Faria e Souza publicada na Revista do IHGB.

Novamente correlato às particularidades observadas no confronto entre as fontes sobre a imprensa amazonense, diz Faria e Souza que o *Diario Oficial do Amazonas* teria iniciado suas atividades em 1º de maio de 1869 e as suspendido em dezembro daquele ano, retomando as publicações no dia 15 de novembro 1893. Entretanto somente encontra-se no acervo da Hemeroteca Digital como primeira edição do *Diario Oficial do Amazonas* exemplar datado de 15 de novembro de 1893. Ao que se coaduna o site da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas²⁵⁴, no qual se atribui a sua criação pela Lei nº 01, de 31 de agosto de 1892, assinada no governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro. No entanto, na referida página eletrônica se lê que o primeiro número do *Diario Oficial do Amazonas* circulou mais de um ano após a Lei nº 01 de agosto de 1892²⁵⁵. Visto que, o exemplar inaugural da imprensa estatal do Amazonas foi publicado no dia em que a república completava quatro anos de existência, no qual foi impreso o Decreto nº 037 de 08 de novembro de 1893, que instituía e regulava a Repartição de Terras²⁵⁶.

Do comparativo entre fontes também emergem os silêncios, como se verifica tangente ao *Diario Oficial do Amazonas* no ementário de Faria e Souza, em que não há análise sobre o conteúdo das publicações expostas no jornal estatal (não caracterizando se seria exclusivamente informativo de atos públicos ou se mesclava textos de outra ordem), tão pouco há identificação das pessoas que nele trabalhavam ou qual a formação política, social e cultural do corpo técnico e redacional, ficando assim excluída a discussão acerca do que era aceitável ou não para compor a imprensa oficial do Amazonas²⁵⁷.

Todavia, faz-se necessário recordar que, as omissões de Faria e Souza se enquadram dentro de uma leitura da imprensa amazonense enquanto base, como ponto

²⁵³ FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. A imprensa no Amazonas, 1851-1908. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

²⁵⁴ História da Imprensa Oficial do Amazonas <<http://www.imprensaoficial.am.gov.br/a-imprensa-oficial/historia/>>. Acesso em: 15/02/2014.

²⁵⁵ A este respeito ver História, no site da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.am.gov.br/a-imprensa-oficial/historia/>>. Acesso em: 15/02/2014.

²⁵⁶ Legislação esta que, a nosso ver, explica o quantitativo de 28 informes sobre Galvez no DIARIO OFFICIAL do Amazonas, a ser comentado adiante.

²⁵⁷ Quanto à imprensa oficial carioca, recorda Sodré que no período monárquico por ela passaram figuras de relevo político e cultural, como o exemplo de Machado de Assis, que após desfeita a redação so Diário do Rio de Janeiro em 1867, ingressou no Diário Oficial do Rio de Janeiro, no qual se manteve até 1874. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.230.

focal dos estudos, que se correlaciona aos moldes dos Institutos Históricos e Geográficos (IHG) nos quais seus membros desenvolviam atos que:

[...] “consistiam na realização de levantamentos de jornais e abordagens descritivas sobre os mesmos. Deste modo, a imprensa era vista por uma perspectiva descritiva, factual e cronológica.”²⁵⁸

Quanto ao *Commércio do Amazonas* (que é referenciado em várias críticas mencionadas no capítulo anterior e também nos escritos de Leandro Tocantins), afirma Faria e Souza que sua edição inaugural teria sido publicada em 15 de agosto de 1869, em substituição de periódico denominado de o *Mercantil* pertencente a Gregório José de Moraes. Nesta fase inicial, o *Commércio do Amazonas* funcionara até julho de 1884, quando interrompeu sua rodagem. Tendo o *Commércio do Amazonas* retomado às atividades em novembro de 1884 com edição de nº 01 e a partir daí seguindo até 1897, com rápida pausa de publicações em março de 1886, bem como em 1892.

Destaca Faria e Souza que em 15 de agosto de 1897 “circulou um número extraordinário afim de interromper a prescrição de sua propriedade literária.”²⁵⁹ Todavia, no dia 14 de setembro de 1897, “em substituição a *O imparcial*”²⁶⁰ voltou a circular o *Commércio do Amazonas* e seguiram-se as publicações do até 30/12/1904, com nº 112, quando “desapareceu definitivamente.”²⁶¹ Entretanto, a assertiva de Faria e Souza diverge dos dados disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, já que naquele banco de dados encontram-se disponíveis periódicos com este mesmo nome e datações que vão de 1870 a 1912²⁶². Tais irregularidades de existência e numeração dos jornais manauaras nos reportam a observação sobre a perenidade feita por Leno José Barata Souza, de que entre 1880-1908 quase 64% não completava um ano de existência, pois:

Ao longo do período, os principais jornais da cidade, tradicionalmente referendados como “grande, ou boa imprensa”, se nunca chegaram a quantidades significativas, destacavam-se, porém, pela maior longevidade em seus trabalhos já que, em regra, eram de propriedade dos moradores mais abastados, podendo dispensar consideráveis somas para um melhor aparelhamento técnico e profissional de suas oficinas resultando em jornais diários de melhor qualidade, a um custo mais baixo, conquistando atenções e propagandas que por sua vez ajudavam na manutenção das folhas.²⁶³

²⁵⁸ TELES, Luciano Everton Costa. A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus: [s.n.], 2008, 159p.

²⁵⁹ FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. A imprensa no Amazonas, 1851-1908. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908., p. 12.

²⁶⁰ Ibidem, p. 12.

²⁶¹ Ibidem, p.13

²⁶² Conforme demonstra na pesquisa por período na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em:< <http://hemerotecadigital.bn.br/>>, acesso em 01 de agosto de 2014.

²⁶³ SOUZA, Leno José Barata. Cultura Impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. In: Tempo Histórico, volume 14 • 2º semestre de 2010 • p. 106-133, p.112.

Não obstante os problemas de duração e custos dos jornais manauaras, inegável é também a existência de imprensa voltada aos trabalhadores e por consequência a um público não inserido dentre das elites, tal qual demonstra a obra de Luciano Everton Costa Teles²⁶⁴ acerca do diálogo com os jornais operários e as relações de trabalho em Manaus.

Contudo, sem nos aprofundarmos nas descontinuidades dos periódicos amazonenses e contradições de Faria e Souza, recorda-se neste autor o relato de que o *Commércio do Amazonas* teria sido o exponencial de “imprensa neutra”, no qual diferentes temas eram tratados e em sua redação recebiam-se “colaboradores de todos os matizes”. Ao que aduziu ter sido o *Commércio do Amazonas* o jornal de maior circulação naquela época, além de responsável pela implantação da imprensa diária no Amazonas, bem como do uso do serviço de telégrafos e de ilustrações.

Concernente à imparcialidade e neutralidade diverge Narciso Júlio Freire Lobo²⁶⁵, ao afirmar que o *Commércio do Amazonas* conjuntamente com o jornal *Amazonas* foram responsáveis por uma cruzada pública que obstou as escalas no porto de Manaus pela Companhia Brasileira de Navegação.

Outro ponto diferencial entre os autores relaciona-se a propriedade do *Commércio do Amazonas*, visto que em Faria e Souza consta apenas o nome de Gregório José de Moraes²⁶⁶ como dono do periódico no momento de sua criação (1869), ao passo que em Lobo já se configura como pertencente a um terceiro, conforme podemos ler que:

No final do século XIX, expressando a força sobre uma elite alfabetizada, os jornais *Amazonas* e *Comércio do Amazonas*, este de Alberto Moreira Júnior, através de campanha pública, conseguiram suspender a escala da Companhia Brasileira de Navegação, no porto de Manaus, em momento de início de grande efervescência econômica devido ao Ciclo da Borracha, além de terem sido divulgadores de ideia de abolição da escravatura, que primeiro aconteceu no Amazonas e, somente em 1888, foi extinta, por ato do governo imperial, no resto do Brasil.

²⁶⁴ TELES, Luciano Everton Costa. **A vida operária em Manaus:** Imprensa e Mundos do Trabalho (1920). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus: [s.n.], 2008. 159p.

²⁶⁵ LOBO, Narciso Júlio Freire. **Entre as décadas de 1920-1930:** três momentos da imprensa no Amazonas com Redenção, Equador e A Selva. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/material%20congresso%202002/2002%20gt%20Estudos%20sobre%20Jornalismo%20Eduardo%20Medtisch.htm>>, Acesso em: 01 de agosto de 2014.

²⁶⁶ Em conformidade com Maria Luiza Ugarte Pinheiro, verifica-se que pelo menos até 1874 a propriedade do *Commércio do Amazonas* permanecia com Gregório José de Moraes. A este respeito ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Oralidade e letramento na Província do Amazonas (1850-1889). In: **Fronteiras do tempo:** Revista de Estudos Amazônicos, nº 4, 2013, p. 139-162.

Mas, não obstante a alegação de Lobo sobre a propriedade ser de Alberto Moreira Júnior no período de nossa baliza cronológica, se infere pela leitura do exemplar do *Commércio do Amazonas* que em 1º de janeiro de 1899, que se tratava de “redactor principal”, sem referenciá-lo como proprietário. Ao passo que em abril de 1899 já constava no cabeçalho da primeira página de cada exemplar que era “propriedade de Moreira & Rocha”. Enquanto que no ano de 1900 lia-se que “director propietario Joaquim Rocha dos Santos” (sic). Assim, nos fazendo crer que para além da numeração e publicação alternava-se também a propriedade do *Commércio do Amazonas* e desta feita, confirmando a participação e assinatura atribuída a Alberto Moreira Júnior em textos sobre a Questão do Acre.

Não é sem importância a propriedade, sociedade e posterior troca de donos do *Commércio do Amazonas* em 1899 para nossa temática, pois Tocantins relatou que dentre os vários debates sobre a questão do Acre na Assembleia Legislativa do Amazonas, teria sido o jornal apontado como “órgão oficial da República do Acre”²⁶⁷. Colaborando a afirmativas sobre a proximidade do *Commércio do Amazonas* nas ações de Galvez para divulgar e obstar a proposta de arrendamento do Acre e a este respeito Tocantins escreveu que:

No dia seguinte *A Província do Pará* divulgava o acordo, omitindo com reticências o nome da potência que seria a beneficiária dos direitos bolivianos no Acre. Cinco dias depois o *Comércio do Amazonas*, em Manaus, também reproduzira o documento, sem nenhuma omissão de nomes. É interessante notar que o texto publicado pela *Província* difere um pouco, na redação, com o reproduzido pelo *Comércio*, embora a matéria dos dois seja absolutamente igual, parecendo que houve duas traduções distintas.²⁶⁸

No entanto, diante deste contexto inevitável é indagar se seriam traduções distintas ou maior explicitação?

Ainda quanto aos vínculos de Galvez ao jornal *Commercio do Amazonas*, afirma Tocantins²⁶⁹ que o Deputado Miguel Ribas teria apresentado, em meados de agosto de 1899, na Assembleia Legislativa do Amazonas, um requerimento que encaminhara ao Governador daquele estado pedindo a apuração e providências para os que tivessem participação na proclamação do Estado Independente do Acre.

Em meio às polêmicas manifestações acerca dos indivíduos e casas comerciais situadas em Manaus que apoiaram as ações de Galvez, nos relata Tocantins que os

²⁶⁷ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. V 2, p.368.

²⁶⁸ Ibidem, p. 307.

²⁶⁹ Ibidem, p. 306.

ataques continuavam a se dirigir ao *Commercio do Amazonas*, porquanto teria sido este indicado “como órgão oficial da República do Acre” vez que “um decreto do governo acriano o considerava seu porta-voz.”²⁷⁰ Tendo cabido o desmentido disto, feito em plena Assembleia Legislativa Amazonense, a Rocha dos Santos, então deputado estadual e proprietário do *Commércio do Amazonas*. No sentido de desligar-se de Galvez, dizia Rocha dos Santos que, quando de sua ausência no jornal, em função de viagem a Europa, ocorrerá rapidamente a participação de Galvez na equipe redacional do *Commércio do Amazonas*. No entanto, Rocha dos Santos asseverava não compactuar com “movimento caricato e vergonhoso”.²⁷¹

Entre estas idas e vindas, apoios e reprovações aos revoltosos aconteciam os conflitos internos nas elites amazonenses, ao mesmo tempo em que o governador Ramalho Júnior e Luiz Galvez tentaram disfarçar as intencionalidades do executivo daquele estado na revolta ocorrida no Acre. Analisando a relação entre estes dois personagens, a República do Acre e as notícias divulgadas em jornais privados afirma Tocantins que:

Não importava, contudo, que se levantasse essa onda de publicidade a favor ou contra a República do Acre. Dois homens, Ramalho Junior e Luiz Galvez Rodríguez de Arias, sabiam, intimamente, que o efêmero e solitário Estado não sobreviveria além de um prazo que as próprias circunstâncias estavam encarregadas de prescrever. O golpe de 14 de julho destinara-se a excitar a opinião pública, a fazer o Governo Federal seguir novos rumos, menos tradicionais. O Estado Livre do Acre nada mais era do que uma terapêutica violenta do Governador Ramalho, que aplicara o método do tumor de fixação...²⁷²

Tocantins assentou esta linha de raciocínio, de que Ramalho Júnior teria constituído instrumentos de pressão e mídia ante a letargia do Governo Federal para a Questão do Acre, por conta de manuscritos de Galvez encontrados nos arquivos pessoais do antigo chefe do executivo amazonense, nos quais o espanhol instruía a Rodrigo de Carvalho e Diocleciano Coelho de Souza em viagens a serem realizadas para Manaus, Belém e Rio de Janeiro com fito de reportarem as razões do movimento:

[...] Nas notas íntimas que ele escreveu sob o título Lembranças para a Comissão que foi ao Rio de Janeiro, encontram-se revelações importantes. Em Manaus, por exemplo, Luiz Galvez recomenda à Comissão: “ Visitar as redações das folhas e fazê-las compreender a verdadeira luta que se sustenta no Acre, em prol dos interesses do Brasil. Não temos outro fim que anexar este território à nossa Pátria.”²⁷³

²⁷⁰ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. V.2, p.368,

²⁷¹ Ibidem, V. 2, p. 369.

²⁷² Ibidem, V. 2, p. 376.

²⁷³ Ibidem, V. 2, p. 376.

A luz desta documentação, a independência do Acre e o pedido de seu reconhecimento, com fins a posterior incorporação pelo Brasil não deve ou pode ser interpretada como mérito heroico de Galvez, mas como a repetição de instrumental que havia servido ao Texas para dissociar-se do México e integrar os EUA.

Dentro deste contexto de uso da imprensa para chamar atenção sobre a Questão do Acre o jornal *Comércio do Amazonas* alternou-se entre o debate político e as tradicionais apresentações da região em anúncios de cargas, chegadas e partidas, mas entremeou também matérias sobre a criação de alfândega boliviana na região, nos fazendo pensar sobre quem era o público leitor daquela folha.

Neste sentido, para além da mudança de proprietários do *Comércio do Amazonas*, a análise proferida por Narciso Júlio Freire Lobo²⁷⁴ apresenta aspectos relevantes sobre o público e o lugar de produção do periódico. Isto porque caracteriza o leitor alvo do *Comércio do Amazonas* como a “elite alfabetizada”, o que acrescido ao nome do jornal consolida o perfil das pessoas a quem se destinava como grupamento de controle social e econômico. Daí ter se sobressaído como instrumento de pressão sobre a “elite alfabetizada” amazonense em apoio à causa abolicionista, bem como na postura conservadora de obstar a parada de embarcações que transitavam para os seringais e traziam abordo os sujeitos indesejados.

Em que pese à valoração da assertiva sobre a “elite”, há que se considerar não se tratar de conjunto uníssono, mas de vários grupamentos sociais – compostos por comerciantes, seringalistas, políticos, dentre outros - e se entrecruzavam. Igualmente deve-se ponderar que ser alfabetizado no Amazonas em fins do século XIX era característica de uma minoria, que se concentrava entre os moradores de Manaus. Isto porque, conforme recorda Maria Luiza Ugarte Pinheiro dentro do computo geral de habitantes da província, somente pequena parcela da população tinha conhecimento da escrita e leitura. E nesta conjuntura elitista do letramento, recordou a autora que a educação funcionava como instrumento de aculturação e domínio dentre da população amazonense.²⁷⁵

²⁷⁴ LOBO, Narciso Júlio Freire. Entre as décadas de 1920-1930: três momentos da imprensa no Amazonas com Redenção, Equador e A Selva. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/material%20congresso%202002/2002%20gt%20Estudos%20sob%20Jornalismo%20Eduardo%20Medtisch.htm>>, Acesso em: 01 ago. 2014.

²⁷⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Oralidade e letramento na Província do Amazonas (1850-1889). In: Fronteiras do tempo: Revista de Estudos Amazônicos, nº 4, 2013, p. 139-162.

Retomando os apontamentos de Faria e Souza verifica-se que é atribuída a nossa terceira fonte hemerográfica manauara, ou seja, *A Federação*, data inicial de funcionamento em 27 de março de 1895 e de encerramento em 4 de junho de 1902. Sendo *A Federação* apresentada como substituta de *A República*, cuja transferência já se caracterizava pelo seu exemplar inaugural, que em vez de circular a partir da edição do exemplar nº 01, teria sido continuidade da numeração de sua antecessora e por isso publicado em 27 de março de 1895 com o nº 141.

Contudo, em Faria e Souza não há menção quanto ao subtítulo do jornal *A Federação*, ou seja, de um periódico que era “órgão do partido republicano federal”. Aliás, devemos recordar que o ato de criar jornais como veículos de divulgação de ideais políticos se confundem com a história da imprensa no Brasil. Todavia, Nelson Werneck Sodré afirma que os jornais de diferentes nomes, mas com o aposto “órgão do partido republicano” tiveram como marco referencial dezembro de 1870, com a publicação do primeiro exemplar de *A República*, que em suas edições iniciais circulava na corte se identificando de “propriedade do Clube Republicano”, para posteriormente se denominar “órgão do Partido Republicano Brasileiro”²⁷⁶, tendo então periodicidade de três edições semanais até 1871.

Sodré assevera que após *A República*, no biênio 1870 a 1872 foram abertas mais de duas dezenas de jornais republicanos, inclusive com alguns expoentes na Amazônia, a exemplo de *O Argos* no Amazonas e *O Futuro* no Pará. Em igual medida de referência, *A República*, também serviu de modelo para a omissão dos dados quanto aos redatores e financiadores, nos levando a compreender a repetição desta prática em outros jornais que se expunham como organismos partidários, mesmo após a mudança do regime imperial para o republicano.

Novamente nos reportando a relação feita por Faria e Souza, emblemático é constatar que em regra, salvo exceções como ao tratar do *Commércio do Amazonas*, não ocorrem alusões aos proprietários da imprensa escrita amazonense, nem aos conteúdos publicados ou aos equipamentos empregados para produção dos jornais. Do mesmo modo, o autor não identifica a quantidade de páginas e os prazos de publicações destes periódicos.

Igualmente, Faria e Souza negligenciou informações sobre se haveriam ou não aporte do serviço de agências de notícias e telégrafos nos jornais manauaras. Outrossim,

²⁷⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. P. 243-244.

Faria e Souza não indicava os locais em que os periódicos da capital amazonense tiveram suas redações e oficinas sediadas ou acerca da denominação do corpo técnico e redacional.

Assim sendo, identifica-se que Faria e Souza restringiu-se a catalogar os jornais manauaras, sem fazer análise da construção dos relatos inseridos naquelas folhas e suas interferências nos espaços urbanos, diferindo da atual concepção de “imprensa periódica na perspectiva da História Social como uma prática social que constitui memórias e viveres urbanos.”²⁷⁷ Contudo, para além do anacronismo, devemos como já afirmado anteriormente, considerar que os dados de Faria e Souza estavam em consonância com a proposição de inventário, feita pelo IHGB, para as comemorações do centenário da imprensa no Brasil²⁷⁸.

Todavia os espaços vagos de Faria e Souza concernente às agências de notícias por meio dos serviços telegráficos não podem ser atribuídos à inexistência destas no Brasil. Isto porque a introdução delas no Brasil se deu em 1874 com a Reuter-Havas, sendo o *Jornal do Comércio* (que era editado na capital federal) o primeiro a fazer uso deste recurso a partir de 1877²⁷⁹. E concomitantemente às agências de notícias, há que se falar do sistema telegráfico, que em conjunto com aquelas, possibilitaram alterações na organização gráfica e de conteúdo dos jornais brasileiros, inclusive com criação de páginas sobre assuntos internacionais e com a cotação do preço de mercadorias exportáveis assim como o café e a borracha.

Dentro deste quadro, o uso telegráfico na imprensa brasileira no final do século XIX fez com que a informação pudesse “ser produzida e disponibilizada, como qualquer outra mercadoria, em série e em ritmo industrial.”²⁸⁰ Todavia, o emprego do telégrafo não foi imediato em todo território nacional, visto que esta “intensificação da comunicação entre os Estados se fariam em etapas ao longo de mais de uma década”²⁸¹, já que ainda em meados de 1886 a capital federal estava ligada a Belém, embora as

²⁷⁷ MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

²⁷⁸ TELES, Luciano Everton Costa. A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus: [s.n.], 2008, 159p.

²⁷⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 247.

²⁸⁰ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: Muitas Memórias, outras Histórias. P.22.

²⁸¹ Ibidem, p. 23.

regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazonas somente tivessem cabos telegráficos nos tempos iniciais da república.

Não obstante as restrições e demoras para a expansão do sistema de telégrafos na região norte do Brasil dentro de nosso marco temporal, se compreende com a leitura de *A Federação* e do *Commércio do Amazonas* a existência de secções destinadas – em geral na segunda página – à transcrição de “telegrammas”. Ao passo que na primeira edição do *Diario Official do Amazonas* em 15/11/1893, lia-se na quinta de nove páginas a publicação dos “Telegrammas Officiaes” recebidos pelo governador do Amazonas entre os dias 31 de outubro a 07 de novembro de 1893²⁸².

Afora tais caracteres, outros elementos distintivos quanto aos jornais de Belém e Manaus se constituíram nas formas de abordagem acerca do Acre e de sua incorporação territorial ao Brasil. Isto porque, conforme demonstrado no capítulo anterior, os periódicos do Pará apresentavam o Acre – para além das adjetivações e composições de verbos -, como local para o qual se destinavam êxodos e também de adventos, de traslado de cargas, gentes e capitais, mas não o interpretavam como parte integrante daquele estado.

No entanto, nos diários belenenses ficou marcada a existência das incertezas quanto aos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, assim como se declarava abertamente o reconhecimento local do Acre como parte do Amazonas (haja vista a inserção das notas sobre as comissões demarcatórias mistas de fronteiras nas colunas sobre o estado vizinho). No entanto, a percepção do Acre como amazonense não era exclusiva da imprensa paraense, era prática repetida no Amazonas e consubstanciada em seus jornais (fossem particulares ou o próprio *Diario Official*).

Traçados os pontos de divergência e consonância dos periódicos manauaras em relação aos belenenses estudados, verificamos que em virtude do caráter neófito da Província do Amazonas (e quando de nossa baliza cronológica do, então recente, Estado do Amazonas) a construção da estrutura social, política, econômica e burocrática contrastavam com as engrenagens mais antigas e consolidadas do Pará.

Assim, não eram apenas a sociedade manauara e as suas elites que se constituíam, eram também projetos de dominação política que associavam interesses estatais e privados com aos aspectos que envolviam a Questão do Acre, o *Bolivian Syndicate*, bem como as dissonâncias e consonâncias aos atos de Luiz Galvez. Desta feita,

²⁸² DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 nov. 1893, nº 01, p.5.

passaremos à análise dos materiais encontrados no *Diario Oficial do Amazonas*, para depois adentrarmos nos jornais privados manauaras.

5.2. Galvez, o *Bolivian Syndicate* e Questão do Acre no *Diario Oficial do Amazonas*

Tomando como ponto de partida a confluência entre os exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o histórico encontrado no site da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas²⁸³, ou seja, pesquisando a partir dos números entre 1893 a 1900, ao se inserir as expressões de buscas “*Bolivian Syndicate*”, Questão do Acre, “Galvez” e “Acre” foram encontramos resultados surpreendentes.

Isto porque não ocorreram incidências para Questão do Acre tão pouco para “*Bolivian Syndicate*” ou mesmo para “sindicato boliviano”. Ao recordarmos que a assinatura do chamado Contrato Aramayo é posterior a 1900, entende-se a inexistência da nomenclatura que designava o empreendimento dentro da Imprensa Oficial Amazonense. No entanto, nos é curiosos constatar a ausência da Questão do Acre e o quantitativo de 1554 ocorrências da palavra “Acre” no *Diario Oficial do Amazonas*.

As incidências de Acre no periódico em comento tinham também associação às adjetivações de odores ou sabores como nos periódicos privados e vez por outra nos usos do verbo acreditar. Todavia, o Acre do *Diario Oficial Amazonense* como identificação de local referenciava a região de Bocca do Acre²⁸⁴, assim como ao rio homônimo e seus afluentes, por consequência às sub-prefeituras constituídas naquele curso de água, a exemplo do que se lia nas “Portarias” que foram assinadas no dia 05 de março de 1894 e publicadas na edição nº 107, de 1º de abril de 1894, impressas na passagem da página 01 a 02 na seção “Actos do Governo”, dentro do subitem em que se relatavam o “Expediente do Mez de Março” da “Administração do Exmo. Sr. Dr. Eduardo G. Ribeiro”:

O Governador do Estado do Amazonas, de accordo com a proposta do Chefe de Segurança Publica de 3 do corrente, resolve crear por conveniência do serviço publico, mais uma sub-prefeitura no rio Acre, com a denominação de sexta, a principiari do logar Amelia, exclusive, até a fronteira da Bolívia. – Cumpra-se e comunique-se. [sic]²⁸⁵

Embora seja uma publicação de período anterior a nossa baliza cronologia, dados importantes são obtidos da portaria acima, visto que o ato administrativo no rio Acre era

²⁸³ História, no site da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.am.gov.br/a-imprensa-oficial/historia/>. Acesso em: 15/02/2014.

²⁸⁴ Que apesar do nome é até hoje município do Estado do Amazonas.

²⁸⁵ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 01 abr. 1894, nº 107, p. 1-2.

de ordem do “Governador do Estado do Amazonas”, em conformidade com propositura feita pelo “Chefe de Segurança Pública”. Desta feita, denotando a compreensão e aceitação por parte do Poder Executivo do Amazonas de sua propriedade e autoridade sobre a região, afinal tratava-se então da “sexta sub-prefeitura”, atestando inclusive que outras já a antecederam. Também não há, até então, nos textos contestação da legitimidade do Governador do Amazonas para a criação desta estrutura administrativa.

Igualmente relevante na portaria em comento é a compreensão do domínio “até a fronteira da Bolívia”, perpassando a ideia de acatamento brasileiro aos direitos bolivianos sobre os espaços lindes. No entanto, se pensarmos que era território a ser demarcado, embora fosse reconhecido pelos Estados Unidos do Brasil como pertencente à Bolívia, não é tão pacífico ou pleno o reconhecimento sobre a administração daquele lugar.

Contudo, mais significativa se torna a portaria acima, se observarmos a data de publicação do documento, que era 1º de abril de 1894. Ora, ao recordarmos que era época anterior aos trabalhos das comissões mistas de demarcações, bem como a inexistência das notícias de conflitos entre brasileiros e bolivianos, compreende-se a necessidade de organizar os espaços do Acre ao mesmo tempo em que se deveria demonstrar – ainda que textualmente - consideração às fronteiras e direitos da nação vizinha.

Sem perdemos de vista data e o teor, a publicação analisada ganha maior importância se ponderarmos que, pouco menos de cinco meses antes dela, quando da circulação do primeiro exemplar do *Diário Oficial do Amazonas* foi transcrita parte do Regulamento do Registro de Terras, instituído pelo Decreto “Decreto nº 37 de 08 de novembro de 1893”. E de acordo com este instrumento legal (que em sua compilação no primeiro número da Imprensa Oficial do Amazonas ocupou três de oitos páginas daquele diário) instituía-se no seu art. 29, do Capítulo V, atribuição aos Juízes Municipais, prefeitos e sub-prefeitos e agentes de segurança pública o papel zelar pelas “terras publicas”, de modo a não permitir a apropriação destas sem a anuência legal²⁸⁶.

Para além de mero ato normativo, a criação de sub-prefeituras na região do rio Acre era a configuração de estrutura administrativa, política, fiscal e jurídica em terras oficialmente alheias ao Brasil, mas que na prática era submetidas aos representantes do Estado Brasileiro.

²⁸⁶ Decreto nº 37 de 08 de novembro de 1893, capítulo V, art. 29. In: DIÁRIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 nov.1893, nº 01, p.3.

Em bom português, naquele período se dizia em tratativas diplomáticas que o Acre era boliviano, porém suas terras eram ocupadas por nativos brasileiros e burocracia amazonense. Desta feita, por meios tortuosos se efetiva o brocado jurídico do *uti possidetis, ita possideatis*, ou seja, “como possuíeis, seguireis possuindo”, nada mais sendo que a representação do Principio de Direito Internacional pelo qual se prioriza a posição de quem detem posse de terras contestadas.

Então, entre palavras de deferência expandiam-se as áreas de seringais brasileiros na região em litígio e concomitantemente alimentavam-se publicações no *Diario Oficial do Amazonas* que versavam sobre terras acrianas, conforme se via em vários exemplares no decorrer do ano de 1894. Assim, se tornavam comuns nas folhas da Imprensa Oficial do Amazonas a solicitação de compra de lotes territoriais as margens do rio Acre, a exemplo do que se podia ver nº 202, datado de 1º de agosto de 1894. Nele, em sua terceira de oito páginas, dentro da seção destinada aos “Actos do Governo”, no subitem denominado “Repartição de Terras” se expunha parte do “expediente do mez de julho” e constava no expediente relativo ao “dia 30” que “Mileno Benevenuto Santiago, requerendo por compra dois terrenos no rio Acre. – Publique-se editaes nos termos do Reg. em vigor.”²⁸⁷

De textos como o transcrito no parágrafo anterior se infere a consolidação da posse sobre área discutida, bem como a obrigatoriedade de cumprir as determinações legais do Estado do Amazonas quanto as Repartições de Terras. Mas, curiosamente inexistiam detalhamentos quanto ao tamanho e local específico dos terrenos, tão pouco dados dos vendedores. A negociação das terras e a demanda para dar publicidade a isto se explicavam a partir da leitura do nº 01 do *Diario Oficial do Amazonas* de 15/11/1893, que conforme mencionado anteriormente neste capítulo, trazia o “Decreto nº 37 de 08 de novembro de 1893” pelo qual se promulgava o “Regulamento da Repartição de Terras”²⁸⁸.

No entanto, mais curiosa se faz a observação da notificação sobre a aquisição territorial feita por Mileno Benevenuto Santiago, ao confrontá-la com a determinação dos art. 1º do Capítulo I da norma em comento. Isto porque, ali ao abordar a “Repartição de Terras” se instituía que em caso de terras estatais para vendas,

²⁸⁷ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 01 ago.1894, nº 202, p. 3.

²⁸⁸ O texto advinha de ordem do chefe do poder executivo amazonense, a época Eduardo Gonçalves Ribeiro, que além de governador, era “Bacharel em Mathematica e Sciencias Physicas, Capitão do Estado Maior de 1ª classe” conforme constava no DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 nov. 1893, nº 01, p.1.

revalidações e legitimações caberiam tais atribuições a “repartição especial anexa á da Secretaria de Estado”²⁸⁹, que deveria ter dentre seus recursos humanos a chefia de um engenheiro assessorado por agrimensor e escreventes, no entanto, na nota não se encontram indicativos de marcação feita por estes profissionais.

Ao confrontarmos a nota com os arts. 14, 15 e 16 do Capítulo V daquele Regulamento de Repartição de Terras e verificarmos na parte relacionada às “terras publicas”, que as devolutas dentro dos limites amazonenses deveriam ser obtidas apenas mediante compra, nos deparamos com a caracterização destas, bem como se subentendem novas facetas do Estado do Amazonas ante a Questão do Acre.

Isto porque eram denominadas como terras devolutas àquelas que não tivessem algum emprego pela União, Estado ou Municípios, ou não fosse de uso privado assegurado por “título legítimo”, ou as que o caráter possessório não pudesse ser legitimado ou revalidado. Neste sentido, as terras do Acre enquadravam-se como devolutas. E de forma implícita, pela carência de dados do vendedor no texto em comento, somos conduzindo a entender que na aquisição feita pelo senhor Mileno Benevuto Santiago o “vendedor” era o Estado do Amazonas.

No ritual de aquisição “legal” fundiária do Acre ante o Estado do Amazonas, transcrito no *Diario Oficial do Amazonas*, em sua edição nº 02 de 17 de novembro de 1893, merece ainda destaque o Capítulo VI do Regulamento da Repartição de Terras²⁹⁰ em que se previa conforme a distância e o uso das terras públicas que estavam sendo adquiridas ocorreriam variações no preço e prazo de divulgação do negócio em termos resumidos a ser tornado público na imprensa oficial. Igual enlevo deve ser dado ao art. 79 do Capítulo VIII desta legislação²⁹¹, pois ali, ao abordar a “medição das terras publicas” se previa que a contratação de engenheiro ou agrimensor para trabalharem nestas deveriam ser feita mediante contrato com o demarcante, estabelecido perante o chefe da Repartição de Terras. Assim, além da burocracia amazonense demonstrar ter fôlego e amplidão maior que a boliviana, proporcionou também a introdução de novos elementos às terras acrianas, como foi o caso de Plácido de Castro que “vivía no Acre, na faina profissional, demarcando seringais.”²⁹²

²⁸⁹ Decreto nº 37 de 08 de novembro de 1893, capítulo V, art. 29. In: DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 nov. 1893, nº 01, p.1.

²⁹⁰ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 17 nov. 1893, nº 02, p. 1.

²⁹¹ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 17 nov. 1893, nº 02, p. 2.

²⁹² COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2.ed., 1974. p. 71.

Semelhante a esta notificação de compra de terras no rio Acre, inúmeras outras seguiram entre 1893 a 1900 no *Diario Oficial do Amazonas*, como se pode observar na edição de nº 1493, de 28 de janeiro de 1899, na quarta página em seção destinada a “Directoria de Terras”:

De ordem do sr. dr. Secretarios dos Negocios da Industria, faço publico que por Pio Freires & Irmão foi requerido por compra um lote de terras situado no município de Floriano Peixoto que limita-se pela parte de cima com Victorino Ferreira Maia, pelo lado de baixo com o logar S. Francisco, pela frente com o rio Acre, e pelos fundos com terras devolutas, medindo aproximadamente cinco mil metros de frente e dez mil ditos de fundo e destina se a industria extractivista. Convido, pois, a todos os interessados a apresentarem nesta Directoria dentro do praso de 60 dias, a contar desta data as reclamações que tiverem a oppor. E, para que não se allegue ingorancia será este publicado pela Imprensa Official e affixado na séde do respectivo município. Directoria de Terras, 28 de novembro de 1898. O official interino, *João Pereira do Nascimento Filho*. – Visto – 28 - 9 – 98 – *Faanciso Lopes Braga*. [sic]²⁹³

Com a leitura percebem-se diferenças de formas entre a notificação de aquisições fundiárias situadas as margens do rio Acre feitas por Mileno Benevenuto Santiago (em 1894) e a firma Pio Freires & Irmão (em 1899), posto que neste existissem características não identificadas naquele, tal qual a aproximação da metragem do terreno, bem como sua delimitação pelo nome dos proprietários e locais vizinhos, acrescido da finalidade do imóvel.

No entanto, permanecem os ritos de divulgação da aquisição fundiária instituídas pelo Regulamento da Repartição de Terras a exemplo da divulgação na Imprensa Oficial do Amazonas e do prazo para contestação. Entretanto, mantivera-se e até mesmo se tornavam mais apuradas da engrenagem burocrática sobre as fronteiras de terras alheias.

Em que pese o Acre como lugar referenciado nas aquisições fundiárias, sua constância no *Diario Oficial do Amazonas* também era motivada por outras ações, a exemplo da saída de vapores que para ali se destinavam, tal qual se lia no Movimento do Porto apresentado na terceira folha da edição nº 1553, de 15 de abril de 1899.

Mas, o Acre também sediou negócios que nem sempre eram bem sucedidos, conforme demonstrado na primeira página da mesma edição nº 1553, de 15 de abril de 1899, em parte destinada ao Interior do Amazonas no qual se reproduziam os despachos da Junta Comercial, que na Seção Ordinária datada de 13 de abril de 1899 noticiava a suspensão de atividades de firma comercial:

²⁹³ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 28 jan.1899, nº 1493,p. 4.

INTERIOR
Junta Commercial

Sessão Ordinária em 13 de abril de 1899 [...]

F. de Oliveira & C. ° comerciantes no rio Acre, pedindo arquivamento para seu contracto social com o capital de 40:000\$000. – Archive-se.²⁹⁴

Deste modo, o “Acre brasileiro” emergia também naquele jornal enquanto local de destino e origem de vapores, além de ser lugar da abertura de casas comerciais, como área de litígios e demandas jurídicas de brasileiros conforme se observa nas diferentes edições e passagens transcritas aqui.

Seguindo a linha de legitimação dos acessos, usos e desusos fundiários no *Diario Official do Amazonas*, encontramos Luiz Galvez entre os anos de 1898 a 1899 em 28 ocorrências, sendo 27 repetições de notificação sobre aquisição de terras no município de Tefé:

De ordem do sr. dr. Secretario dos Negócios da Industria, faço publico que por Luiz Galvez, foi requerido por compra um lote de terras situado no município de Tefé, que limita-se pelo lado de baixo com terras de Carlos Noberto, pelo lado de cima com terras devolutas, pela frente com o rio Mineruázinho e pelos fundos com terras devolutas, medindo approximadamente 5.000 metros de frente e 2.000 ditos de fundo e destina-se á industria extractiva. Convido, pois, a todos os interessados a apresentarem nesta Directoria dentro do praso de 60 dias a contar desta data as reclamações que tiverem a oppor. E, para que não se allegue ignorância, será este publicado pela Imprensa Official e affixado na sede do respectivo município. Directoria de Terras, 5 de novembro de 1898. – O official interino, *João Pereira do Nascimento Filho*. – Visto em – 5 – 11 – 98. – *Deocleciano C. de Souza*.²⁹⁵

Na descrição se caracterizava que Galvez estava adquirindo lote de terras, com definição exata da metragem de frente e fundos, bem como as delimitações com terras devolutas e um único vizinho, com a finalidade de “indústria extrativa”. E este anúncio foi repetido outras 26 vezes, perfazendo os 60 dias estipulados para contestação do negócio. Outra notícia de Galvez no *Diario Official do Amazonas* somente aparece a segunda folha do jornal em 25 de agosto de 1899, na edição de nº 1659.

O procedimento de divulgação da aquisição de área de terras feitas por Galvez de fato coaduna-se ao seu inegável perfil empreendedor, haja vista as notas acerca de suas diferentes iniciativas comerciais na capital federal encontradas no *Jornal do Brasil* e já apresentadas em capítulo anterior. Contudo, o retorno de Galvez as páginas do *Diario Official do Amazonas* em 25 de agosto de 1899 foi motivado pela noticia de sua

²⁹⁴ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 abr. 1899, nº 1553, p. 1.

²⁹⁵ DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 08 nov. 1898, nº 1425, p. 3.

participação e liderança no Estado Independente do Acre, que suscita o questionamento se as terras de Tefé teriam sido adquiridas em estratagema para identificá-lo como pertencente às elites de investidores e negociantes de borracha no Amazonas? E embora esta indagação ainda não possa ser respondida nesta tese, sua existência contribui assim como as notícias sobre o Acre retratadas no *Diario Oficial do Amazonas* e aqui analisadas, para compreendermos as práticas do poder executivo amazonense em busca de garantir a anexação daquela região e fazê-lo de *jus* brasileiro.

No entanto, melhor entendimento da construção nos jornais sobre o “Acre brasileiro” se faz com a observância do nosso objeto de estudo na imprensa privada manauara a época dos debates sobre o arrendamento, confrontando-os com os diários oficiais do Território do Acre em momento subsequente a sua vinculação legal ao Brasil.

5.3. Do “Acre brasileiro”: de reclames de viagem, passagens, cargas nos jornais privados do Amazonas à imprensa oficial dos departamentos acrianos

Se por um lado a interpretação do “Acre brasileiro” já era verificada no *Diario Oficial do Amazonas* antes mesmo da assinatura do Tratado de Petrópolis (em 17 de novembro de 1903), mediante as notificações de compras de terras e estabelecimentos de subprefeituras nas margens e imediações do Rio Acre, o mesmo não ocorreu com Questão do Acre e do *Bolivian Syndicate*. Porquanto que como mencionado anteriormente não há incidências dessas expressões nos exemplares desse periódico entre 1893 a 1900 e disponíveis na Hemeroteca Digital.

Porém, os debates acerca da Questão do Acre e até mesmo sobre Galvez obtinham espaços em jornais privados manauaras conforme se constatou ao utilizá-los como elementos de buscas no *Comércio do Amazonas* e em *A Federação*, mas ainda assim, algumas peculiaridades ao compará-los com os periódicos belenenses nos saltam aos olhos. Isto porque, a semelhança do que ocorria nos diários privados de Belém, também nas gazetas de Manaus se utilizavam a expressão “Acre” nas flexões verbais, como substantivos e adjetivos com a finalidade de se externar odor, sabor e credibilidade. De tal modo que ao falar de atos, cheiros e gostos comumente se encontravam nos jornais o “Acre” e suas derivações tanto a qualificar coisa, pessoas, locais e situações, quanto a referendar a confiabilidade de informações, pois face as dificuldade de confirmação de um dado, constantemente recorria-se às palavras “acredita-se” e “acreditava-se”.

Não obstante tais empregos como adereço em notícias oficiais, reclames, folhetins e artigos de fundo, o “Acre” fluía e tomava outras conotações nas páginas manauaras mesmo antes de tornar-se “Questão”, República ou foco do *Bolivian Syndicate*, vez que era também local de origem e retornos de mercadorias, de borracha, de seringais e terras conquistadas ou a conquistar, de pessoas e por consequente, de conflitos cotidianos.

Desta feita, referendam-se perspectivas diferenciadas entre o Acre em letras de folhas paraenses e amazonenses. Traços marcantes desta distinção se percebem no trato as gentes que eram do Acre ou que para lá se encaminhavam, pois nas primeiras estas aparecem quase que fortuitamente, de modo distante e encoberto em queixas sobre más condições das acomodações e de serviços nas embarcações que faziam o trajeto, ou em anúncios de paliativos as mazelas de saúde. Ao passo que nos jornais de Belém nobre e cotidiano era o espaço destinado à cotação da borracha, bem como a anunciar a chegada e o valor de produtos vindos das terras acrianas. Não obstante que nos periódicos amazonenses encontrassem também o preço da goma elástica, tal qual de outras matérias primas advindas do Acre, havia maior enlevo as coisas e aos sujeitos oriundos ou destinados àquela região, assim como se percebia uma conduta diferencial quanto ao acesso e aos usos de terras acreanas.

Neste sentido, continuando nosso cotejamento comparativo entre os periódicos belenenses e manauaras quanto à incidência de nossa temática e suas relações transversais, há de se informar que com a leitura do *Commercio do Amazonas*, dentro de nosso marco temporal foram encontradas 305 ocorrências dos usos da palavra “Acre”, 12 menções a Questão do Acre, 05 alusões ao nome de Galvez, e em nenhuma circunstância o termo “*Bolivian Syndicate*”.

A respeito das aparições do Acre no *Commercio do Amazonas*, de modo similar aos demais periódicos encontramos sua grafia adjetivando, substanciando e em flexões verbais, bem como em nomenclatura de local, rio e adjacências donde se provinham ou se encaminhavam gentes e cargas. Contudo, ao nos restringirmos sobre o emprego quanto à chamada Questão do Acre o conjunto se apresenta bastante variado, indo da reprodução e repercussão de textos doutros jornais, perpassando reprodução de telegramas e cartas parabenizando jornalistas que se posicionavam favoráveis à causa acriana, acrescidos dos conflitos tanto de políticos quanto das elites manauaras que se dividiam entre solidários e contrários ao assunto.

Destaca-se que em alguns exemplares do *Commercio do Amazonas* impressos anteriormente as denúncias de arrendamento do Acre e do Estado Independente do

Acre, já se notava a tônica de acusação feita aos Estados Unidos da América por estarem supostamente participando e apoiando as “ingerências” bolivianas em águas brasileiras, conforme se lia na no texto introdutório do artigo “Os nossos rios”, disposto na primeira página da edição nº 453 de 29 de abril de 1899:

Os nossos rios

Brazil – Bolivia

BRAZIL - E. U. DA AMÉRICA

A propósito da questão do Acre os nossos collegas fluminenses d’*O Paiz* publicaram vibrante artigo sobre à navegação dos nossos rios.

Casualmente, apesar desse escripto referir-se a Bolívia, elle pode também ser applicado aos E. U. da América do Norte que tão brutalmente ferio-nos com o caso da Wilmington.

Eis alguns excerpts desse artigo, que reproduzimos para os innumerados leitores do *Commercio do Amazonas*. [...] ²⁹⁶

Nesta matéria, que mesclava opiniões próprias da equipe do *Commercio do Amazonas* com trechos copiados de artigo d’ *O Paiz*, curiosa é a apresentação em primeiro lugar do embate entre Brasil e Bolívia com letras minúsculas, seguida em grafia maiúscula e num segundo posto do confronto entre os vizinhos do sul e norte. Assim, neste texto se insinuava apoio do governo nortista aos intentos bolivianos posto à abrupta e desautorizada entrada de *Wilmington*²⁹⁷ pelas águas do Amazonas. Evento este que, aos “patriotas” manauaras e noutros tantos jornais brasileiros teria ferido a soberania nacional em momento de tensões quanto ao Acre, muito embora tivesse sido explicado pelo cônsul norte-americano²⁹⁸. A este episódio, outras notas ferinas sobre as relações entre Brasil e Bolívia se seguiram, como a ironia em torno da passagem “de largo”²⁹⁹ do Ministro Paravicini em Manaus para tratar da Questão do Acre.

Com linhas mordazes alimentavam-se ânimos exaltados e a construção textual do embate político interno no próprio Amazonas ante as demandas de relações diplomáticas. Contudo, a Questão do Acre ganha grande enlevo no exemplar de nº 487, datado de 15 de junho de 1899, sendo referenciada em cinco menções na primeira página do *Commercio do Amazonas*. Destas, na inaugural transpunha-se a cópia de nota sobre a seção da Câmara Federal, ocorrida no dia 07 de junho de 1899 em que o Dr. Eneas Martins requeria com “urgência informações sobre a questão do Acre”³⁰⁰ e

²⁹⁶ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 29 abr. 1899, nº 453, p.1.

²⁹⁷ Wilmington, nave militar dos Estados Unidos da América, que nas palavras de seu comandante, Chapmann Todd, estava na Amazônia “on a mission of frienship”, ver a este respeito: TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001, V. 2, p. 298.

²⁹⁸ Ibidem, V. 2, p. 300.

²⁹⁹ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 9 maio 1899, nº 459, p. 2.

³⁰⁰ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun.1899, nº 487, p.1.

relatavam-se as manifestações de apoio e contrárias, resultando a votação do requerimento em indeferimento.

Em passagem seguinte, ainda no exemplar em comento, se tinha notificação de que no dia 07 de junho de 1899 teria ocorrido “longa e importante conferencia sobre a questão do Acre”³⁰¹ entre Olyntho de Magalhães, ministro brasileiro da pasta de Relações Exteriores, com o representante da Bolívia. Todavia, não se faziam maiores apontamentos sobre o teor das tratativas e suas consequências. Já a terceira e a quarta citação da Questão do Acre, apesar de também serem transcrições datadas de 07 de junho de 1899, refutavam a participação do governo norte americano em tratativas como Paravicini quanto ao Acre:

Desmentido do ministro Bryan

Rio 7. – O ministro do exterior acaba de declarar ao presidente da Republica que o sr. Page O’Bryan, ministro dos E. U. desmente q’elle ou qualquer funcionário norte-americano tenham entrado em qualquer accordo com o sr. Paravicini, declarando que à sua legação nunca chegou o menor conhecimento sobre a questão do Acre.

Consta que o ministro O’Bryan apresentará um desmentido official a respeito da intervenção da America do Norte na questão do Acre.³⁰²

Ao passo que a quinta e última alusão fazia eco a negação de trato entre Estados Unidos e Bolívia a respeito do Acre, visto que o ex- ministro da Bolívia, Paravicini, alegava não ter “tomado parte em qualquer accordo com o governo americano na questão do Acre.”³⁰³ [sic]. No entanto, em texto antecedente a estes registros denegatórios de acertos entre Bolívia e Estados Unidos, lia-se em letras negritadas que “o <<Commercio do Amazonas>> vae enviar ao Presidente da Republica as photographias do ministro do accordo Bolívio-Americano e outros documentos da occupação do Acre.”³⁰⁴

Diligente em denunciar o trato entre as nações, a edição nº 487 do *Commercio do Amazonas* circulava em 15 de junho de 1899, um dia após Galvez ter proclamação do Estado Independente do Acre. Mas, devido às dificuldades de comunicação com o Acre, *Commercio do Amazonas* reverberava jornais da capital federal que haviam circulado setes dias antes de sua publicação. Contudo, em pouco tempo o país acriano e sua causa surgiam no *Commercio do Amazonas*, conforme se via na segunda folha da edição de nº 516, publicada em 25 julho de 1899, na qual se afirmava:

³⁰¹ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

³⁰² COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

³⁰³ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

³⁰⁴ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

QUESTÃO DO ACRE

-

Consta-nos que o governo federal resolveu conservar o STATUQUO actual n'esta importante questão.

Amanhã nos occuparemos d'ella com a atenção que ella nos merece.³⁰⁵

Sem informar a fonte, fazendo apenas a chamada para debate posterior, o *Commercio do Amazonas* apresentava a conjectura de que o governo federal brasileiro não reconhecia o Estado Independente do Acre. E em meio ao fornecimento de excertos sobre o Acre, via-se a primeira página do jornal mudança de titulares, posto que entre as duas edições comentadas em lugar de “propriedade de Moreira e Rocha” se lia “R. Santos & Co.”

No exemplar subsequente, de nº 517, datado de 26 de junho de 1899, na primeira página do *Commercio do Amazonas* mais uma vez sob o título Questão do Acre dizia que embora já tivesse admoestado anteriormente, continuava vislumbrando o risco de “esbulho qualificado” de terras nacionais, além de afirmar que não eram alegações infundadas posto que tivesse apresentados vários documentos comprobatórios disto:

QUESTÃO DO ACRE

Todas as predições aqui feitas attinentes ao assumpto que nos serve de epigraphe, estão-se confirmando.

A razão esta ao nosso lado que, primeiro do que ninguem, levantámos a espoliação que se nos pretende fazer, de territórios que não ha contestar serem nacionaes, e que, por motivos que não ousamos classificar, foram cedidos à Bolivia.

Agitando diariamente e durante mezes esta celebre questão, apresentando em cada artigo novos argumentos comprovativos do nosso direito, demonstrámos com exuberância a nossa razão, – que nunca foi seriamente contestada – e provámos ser um esbulho perfeitamente qualificado o pretenso direito da Bolivia.

Não adduzimos apenas argumentos, que, a despeito da sua máxima clareza e verdade, poderiam ser, - como têm sido – sophismados em toda sua amplitude; trouxemos a publico documentos, mandamos daguerreotypal-os, remettemos as respectivas photographias e jornaes a auctoridades.[...] ³⁰⁶

Acrescia ainda neste mesmo texto que, os periódicos do sul se dividiam em manifestações de apoio e outras de crítica à causa e documentação exposta pelo *Commercio do Amazonas*. Dentro os contrários, apontava-se o carioca *Jornal do Commercio*, enquanto que no grupamento dos jornais favoráveis estava a *Imprensa* “órgão de Ruy Barbosa, incontestavelmente a primeira intellectualidade brasileira”³⁰⁷, demonstrando o envolvimento do jurista na contenda antes mesmo do ingresso de ação

³⁰⁵ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 25 jun. 1899, nº 516, p.2

³⁰⁶ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 26 jun. 1899, nº 517, p.1.

³⁰⁷ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 26 jun. 1899, nº 517, p.1.

no Supremo Tribunal Federal para anulação parcial do Tratado de Petrópolis, que pacificou a Questão do Acre entre Brasil e Bolívia.

E quando a questão ressurgiu nas páginas do *Commercio do Amazonas* em 20 de agosto de 1899, apresentava-se nova numeração de edições, mas endereço, número telefônico, caixa de correio, assim como o seu aposto de “órgão especial do commercio” assim como os textos em prol da causa do Acre se mantiveram, visto que naquele dia 20 de agosto de 1899 lia-se na edição de nº 05:

Questão do Acre

O exmo. sr. coronel Governador do Estado do resolveu enviar no alto Acre um aviso de guerra, que transportará uma força estadual afim de manter os direitos de nossa nacionalidade na comarca de Floriano Peixoto, limitrophe com o território contestado.

O sr. Governador aguarda as instruções do governo federal para agir no sentido de fazer respeitar a deliberação do sr. Presidente da Republica.

O acto do sr. Governador, que não podia ser outro, mostra a evidencia o patriotismo com que s. exc. se tem havido na questão da Bolívia, defendendo a nossa soberania sem comprometter os interesses do Amazonas e consequentemente os do Brazil.

Infelizmente a politicagem principia a explorar esta questão, onde não deviam apparecer ódios partidários e muito menos as censuras aos que teem cumprido o seu dever.

Façam o mesmo dando tréguas ao partidarismo.³⁰⁸

O *Commercio do Amazonas* além de informar o deslocamento da belonave com fins de garantir os direitos de brasileiros que habitavam a região fronteira ao litígio, também acrescia louvores à postura “patriótica” do governador Ramalho Júnior que se conduzia em conformidade com determinações do governo federal de modo a preservar os interesses do Amazonas e do Brasil, mas igualmente criticava a “politicagem” e os desafetos políticos que não o apoiavam. Desta feita, demonstrava que o partidarismo a Questão do Acre não era divergente da defesa entusiástica em torno das vontades de Ramalho Júnior.

O arrebatamento a causa acriana motivava felicitações aos jornalistas que a defendiam, feitas pessoalmente ou em formato de cartas e cartões conforme demonstra Coelho Neto no exemplar de nº 08, datado de 24 de agosto de 1899³⁰⁹, que teria recebido congratulações inclusive de Bento Aranha. Apesar de todo este entusiasmo, na edição nº 15, de 1º de setembro de 1899 o *Commercio do Amazonas* publicava que o governo federal não reconhecia o Estado Independente do Acre, além de afirmar que manteria a abstenção e cobrava informações ao poder executivo do Amazonas:

QUESTÃO DO ACRE

³⁰⁸ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 20 ago. 1899, nº 05, p.1.

³⁰⁹ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 24 ago. 1899, nº 08, p.2.

Importante telegramma

O << Diario Official>> de hoje publica o seguinte telegramma do sr. ministro das relações exteriores:

**Governador do Estado do Amazonas – Rio, 25, agosto – Recebi telegramma de hontem, aguardo informação prometteis sobre revolução Acre. Governo federal não reconhece Independencia proclamada. Resolve inteira abstenção.
MINISTRO EXTERIOR.**

Diante deste quadro, novamente a primeira página do *Commercio do Amazonas*, em 10 de setembro de 1899, na edição nº 24, faziam-se críticas a postura do governo brasileiro. Visto que a notícia atestava ter o governo brasileiro entrado em acordo com o da Bolívia, com fito de pacificar o conflito chefiado por Luiz Galvez. Seguiu a nota informando que apesar do Ministro do Exterior do Brasil ter assumido posição impatriótica de abstenção na questão, causava espanto que então se pendesse em prol do fim do levante em terras acrianas. Recordava o *Commercio do Amazonas* que desde o início da contenda se manifestara favorável aos insurretos de Galvez, por considerar como válido o pertencimento do Acre ao Brasil em conformidade com a letra do Acordo de 1867. E argumentava que embora não se pudesse confirmar a veracidade da informação sobre a nova resolução do Ministro do Exterior, qualquer que fosse esta, o jornal mantinha-se favorável ao Acre brasileiro. Concluía-se o artigo afirmando que acatavam a determinação ministerial, se esta fosse para encerrar a revolta de Galvez visando retomar os diálogos sobre o Acre como constitutivo do solo brasileiro. Todavia, se tal empenho apenas restitui-se o controle da região aos bolivianos seria caso de vestir luto pela pátria³¹⁰.

Neste mesmo artigo *Commercio do Amazonas*, na edição nº 24 datada de 10 de setembro de 1899, tinha-se uma das cinco incidências de Galvez nas folhas do *Commercio do Amazonas*. Sendo uma única menção a Galvez posterior àquela data, enquanto todas as demais ocorrências foram em edições anteriores a setembro de 1899. Isto porque a primeira vez que o nome de Galvez surge nas páginas do *Commercio do Amazonas* teria sido um ano antes. Assim, exatamente em 10 de setembro de 1898, na edição de nº 276 lia-se em nota denominada “Nosso Jornal” que “assumiu as funções de chefe do serviço de reportagem do nosso jornal o sr. Luiz Galvez, que por muito tempo moureijou na imprensa fluminense.”³¹¹ Necessário é dizer a respeito da informação de que Galvez teria “moureijado na imprensa fluminense”, não se encontrou

³¹⁰ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 10 set. 1899, nº 24, p.1.

³¹¹ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 10 set. 1898, nº 276, p.1.

nenhuma confirmação para este dado nos jornais cariocas consultados para a escrita da presente Tese. No entanto, tendo em vista que na ocasião desta nota sobre o espanhol no quadro funcional do *Commercio do Amazonas*, se via no cabeçalho que Alberto Moreira e Rocha dos Santos eram os diretores do jornal em comento, sem alusões ao proprietário e considerando que em menos de um ano se lia que era “propriedade de Moreira e Rocha”, nos parece que a trajetória de Galvez na imprensa carioca seja mais um das incógnitas de sua biografia ou explique-se como manifestação de apreço.

Depois desta ocasião, referência seguinte ao espanhol foi feita no nº 397 de 16 de fevereiro de 1899 ao se dizer que “para Belém seguio hontem o nosso activo cooperador Luiz Galvez, que por algum tempo esteve encarregado da gerencia do Commercio do Amazonas.”³¹² Nesta se aludia ao deslocamento de Galvez a capital do Pará, sem esclarecer os motivos da viagem, mas repetindo sua breve participação na direção do periódico em comento. Desta feita, saltando aos olhos que os dois textos enfatizavam os laços de Galvez ao *Commercio do Amazonas*.

Ainda em 12 de novembro de 1899 teve-se outra chamada ao nome de Galvez³¹³, mas em um formato irônico, por ocasião de um texto a respeito de previsões quanto à data do “fim do mundo” e neste sentido era o espanhol indicado como herdeiro de mercadorias.

E em pouco mais de um ano depois, se imprimia que “afim de demonstrarmos aos incrédulos a veracidade da notícia de estar vivo o intemerato patriota Luiz Galvez, publicamos a seguinte carta autographa que elle nos enviou de Madrid.”

Interessante é constatar que tanto por ocasião da publicação de Galvez como sucessor, ou na época da reprodução de sua carta, se lia “propriedade de Joaquim Rocha dos Santos”, ao passo que na publicação da missiva mantinha-se o mesmo dono e acrescentava-se ao cabeçalho que era Gerente Armando Giovannini e Redator Chefe Gaspar Guimarães, o que ao mesmo tempo justificava a manutenção de uma linha com deferência nas breves menções ao espanhol.

E se no *Commercio do Amazonas* havia mais de uma dezena de inserções a Questão do Acre, um quinteto de citações de Galvez, não há nenhuma alusão ao *Bolivian Syndicate*. No entanto, em nossa pesquisa com a expressão “syndicato” foram encontradas 18 vezes sua aplicação, dentre as quais, em 04 surgem um “syndicato” relacionado à exploração de borracha. O que a nosso ver decorre das distintas definições

³¹² COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 16 fev. 1899, nº 397, p.2.

³¹³ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 12 nov. 1899, nº 68, p.1.

da palavra sindicato, acrescido da recordação de que seu uso no período de nossa baliza cronológica antecede a Revolução Russa, desta feita seus significados não eram associados em primeiro plano a agrupamento de trabalhadores em entidade classista, mas principalmente a reunião de investidores em um mesmo empreendimento.

Neste sentido, relativo ao Acre e/ou a borracha, a primeira referência significativa de “syndicato” ocorre em 19 de janeiro de 1899 com a nota sobre um “conto do vigário passado aos ingleses”³¹⁴, por suposta fundação em Londres de companhia para exploração de látex no Amazonas em terras demarcadas no interior, porém jamais trabalhadas, de tal modo que o produto a ser exportado adviria de aquisições de borracha na praça de Manaus. A seguinte alusão é feita na edição de nº 44, em 13 de outubro de 1899, delineando contornos ao empreendimento feito no *Contracto Aramayo*, mas, acrescentando a isto um dado novo que era a tentativa de agentes bolivianos de adquirirem terras de seringais acrianos, conforme se lia:

NO ACRE

Continuam activamente as negociações entabuladas entre os agentes bolivianos e vários proprietários brasileiros para a compra de seringas situados no território contestado do Acre, - diz um colega paraense. [...]

Uma alta influencia commercial na Amazonia, que sabe do negocio, dizia hontem que o intuito da Bolívia, comprando esses seringas é apossar-se de local apropriado a um porto alfandegário, em territorio sem contestação.

Como o nosso repórter perguntasse a esse cavalheiro de onde viriam os capitães para a compra effectuar-se, respondeu o illustre commerciante que uma vez a Bolívia de posse dos seringas, fácilimo ser-lhe-ia hypothecal-es a um syndicato.

Mais uma vez apparece o celebre syndicato, já tantas vezes denunciado.

Veremos o que sahirá do negócio, uma vez que há tido probabilidade de bom êxito para os compradores. [...] ³¹⁵

O termo sindicato associado à borracha e terras na Amazônia brasileira tem espaço também em meados de novembro de 1900 nas páginas do *Commercio do Amazonas*³¹⁶, inserido dentro de uma edição especial, por meio da reprodução de nota publicada a este respeito na *Gazeta de Belém*. Nesta se informava que estaria organizado sindicato anglo-belga com capital já efetivado de trinta do total de cem milhões de francos para aquisição de seringais no Amazonas, tendo como representante Alexandre Haag, identificado como engenheiro. No texto se acrescentava que o sindicato anglo-belga já teriam obtido terras para o estabelecimento de seringais no

³¹⁴ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 19 jan. 1899, nº 377, p.1.

³¹⁵ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 13 out. 1899, nº 44, p.1.

³¹⁶ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, edição especial, sem datação, com publicação provável em 21 ou 22 de novembro de 1899, p.1.

Congo e África Central, nos quais a extração de borracha só seria possível após algum tempo:

É composto por altos capitalistas e tem por fim, conseguindo a aquisição de seringas e terras no alto Amazonas, systematizar não só o fabrico da borracha, como a conservação e cultivo de arvores productoras.

Não pode deixar de ser comprehensível o grande alcance que pode ter tal empreza para o futuro, mórmente se ajuizarmos que o mesmo syndicato já adquiriu vastos terrenos no Congo, África Central, onde estabeleceu, em larga escala, o plantio da seringueira amazônica e do qual só poderá tirar proventos somente daqui a muitos annos.³¹⁷

Desta nota se depreendem dois novos elementos a discussão da exploração de borracha, que eram a constituição de organizações de investidores de distintas nacionalidades em um mesmo empreendimento e sua concatenação com ações em outras partes do mundo. Assim, da leitura se observa que a ideia central do empreendimento seria a aquisição de seringais nativos, mas de modo não apenas a ordenar a cadeia produtiva em terras amazônicas, como também estimular o cultivo e plantio de seringueiras em regiões do globo terrestre onde vigorava o sistema de *chartered company*. Embora não ocorressem maiores discussões acerca deste texto, a expressão sindicato apareceria vinculada a borracha ainda outras vezes no *Commercio do Amazonas*.

No entanto, mais importante de todas as menções ao sindicato é a feita na edição nº 111, de 4 de dezembro de 1900, em que se transcreve carta de José Carvalho sobre os eventos ocorrido no decorrer de 1899 a 1900 no Acre. Naquela, embora existam trechos borrados e já inelegíveis pelos problemas de conservação, José Carvalho³¹⁸ fala sobre o movimento de deposição da autoridade aduaneira boliviana³¹⁹ existente no Acre em 1º

³¹⁷ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, edição especial, sem datação, com publicação provável em 21 ou 22 de novembro de 1899, p.1.

³¹⁸ O movimento liderado por José de Carvalho para deposição de Moisés Santivanez é considerado pelos livros de História do Acre como a Primeira Insurreição contra o governo boliviano na região. José Carvalho, que era advogado e periodista, teria sido encarregado e financiado pelo governo do Amazonas para destituir a aduana boliviana. Assim, em 1º de maio de 1899, José Carvalho em companhia de homens armados exigira a retirada de Moisés Santivanez, representante da autoridade boliviana na região. A este respeito registram os livros de História do Acre que Santivanez não ofereceu resistência, apenas solicitou uma intimação por escrito, tendo feito sua partida do Acre em 03 de maio de 1899. Depois disto, consta que José Carvalho por motivo de doença teria regressado a Manaus ainda em 1899. Ver: SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002. p. 152.

³¹⁹ José Paravicini organizou a administração boliviana no Acre e estabeleceu posto adaneiro em Puerto Alonso (atual Porto Acre) com fins de cobrança de tributos sobre a produção de borracha. Após o retorno de José Paravicini ao Rio de Janeiro para reassumir a função de Ministro das Relações Exteriores da Bolívia na capital federal brasileira, Moisés Santivanez o substituiu no Acre. E assim, José Carvalho acompanhado de homens armados teria solicitado em 1º de maio de 1899 a retirada de

de maio de 1899, além de negar participação do governo amazonense na ação, criticava a “República de Galvez” e de aludia a Alberto Moreira (outrora dono do *Commercio do Amazonas*) como traidor:

O ACRE

Escreve-nos o sr. José Carvalho, acerca deste palpitante assumpto:

“Que esse punhado de moços corajosos que acabam de partir para o Acre, em defesa da integridade e da honra da Pátria, sejam felizes! Que sejam mais venturosos do que fui eu e meus companheiros – os que pagaram com a vida e a coragem de serem os primeiros que correram a lavar, em nome do povo, essa vergonha praticada em nome do nosso governo. Que sejam felizes!

Mas, eu hoje, não venho simplesmente lembrar o dever aos que foram lutar e relembrar o nome dos que lá ficaram vencidos pela morte; quero também restabelecer um ponto histórico desta questão que, por certo não ficará somente na “República Independente” de Galvez e nem na última traição de Alberto Moreira.

No dia 1º de maio de 1899 o governo boliviano foi deposto no Acre.

A historia dessa revolução, desse heroico e vehemente protesto pelos nossos direitos, brevemente publicarei em folheto com todos os documentos que possuo. O sr. Moysés Santivanez, então ministro interino, sucessor de José Paravicini, foi a autoridade deposta e que recebeu do signatário destas linhas a intimação para o abandono do nosso territorio. Essa deposição foi feita exclusivamente pelo povo, sem nenhuma interferencia do governo do Estado. No entanto, o sr. Moysés Santivanez disse no <<Jornal do Commercio>> do Rio, que esta deposição fora feita pelo, então, governo do Amazonas. Faltou lastimavelmente a verdade, e, eu não deixo essa afirmativa passar sem um protesto. Ao governo transacto não cabe essa gloria. Caberá, porventura outra – a “Republica” de Galvez, essa força que custou ao Estado 1.200 contos, que preparou terreno para explorações vergonhosas e que chafurdou essa questão pela maneira porque foram chafurdados todos os negócios desta terra. [...]³²⁰

José Carvalho seguia no seu relato narrando o que se havia feito quando da destituição da autoridade boliviana, inclusive informando que “o material da aduana foi arrolado e entregue a um depositário legal, cujos termos foram assinados pelas autoridades depostas”.³²¹ Entretanto, em virtude dos borrões nas letras fica inviabilizada a leitura do início de parágrafo referente à associação de Galvez ao sindicato, todavia, nos sendo possível apenas ler que “da Epaminondas, subiu o hespanhol Galvez para caixeiro deste syndicato.”³²² Acrescia-se falando da demissão das autoridades do município de Floriano Peixoto e que os novos gestores para aquela localidade teriam seguido em companhia de Galvez, com ordem para processar José Carvalho. Continuava o texto, dizendo que o levante de 1º de maio de 1899 tinha sido feito:

Moisés Santivanez, representante da autoridade boliviana na região. Ao que Santivanez teria apenas solicitado uma intimação por escrito, tendo partido em 03 de maio de 1899. A este respeito ler: SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002. p. 152.

³²⁰ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 4 dez. 1900, nº 111, p.1.

³²¹ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 4 dez. 1900, nº 111, p.1.

³²² COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 4 dez. 1900, nº 111, p.1.

[...] por brasileiros, heroica e desinteressadamente, foi recalcado e hostilizado pelos poderosos da situação para ter lugar a apoteose de Galves. O sr. Moysés Santivanez não poderá mais afirmar, em vista disto, que tenha sido o governo o autor de sua deposição; dessa revolução decente que se não pode comparar com um sindicato immoral.”³²³

E encerra José Carvalho afirmando que ante tais circunstâncias o povo do Acre estava abatido e permitindo nova ocupação do “nosso território”³²⁴. Pelas palavras de Carvalho se percebe mágoa em relação à valoração dos atos feitos naqueles dois anos no Acre, além de acusações formais de patrocínio de Galvez pelo Estado do Amazonas, bem como críticas mordazes a “República de Galvez” incutidas ao explicar os procedimentos feitos pelos revoltosos quando da tomada da aduana boliviana.

Ao considerarmos que alguns jornais retratavam Galvez e suas práticas como abusivas quanto ao patrimônio de brasileiros no Acre, não devemos perder de vista que a repulsa as ações do espanhol reportadas no texto de Carvalho ou eram, ou por certo encontravam, eco entre aqueles que desafetos do Estado Independente do Acre que o interpretavam com ironia. De tal modo que bem calhava o ditado popular de “dois pesos e duas medidas” a situação, posto que, quando se tratava da cobrança de tributação e estabelecimento de autoridade boliviana sobre o que legalmente lhe pertencia o Acre era questão patriótica, contudo, ao se tornar autônomo e sem reconhecimento do governo brasileiro tanto a nova nação quanto o líder do movimento passaram a ser depreciados.

Exemplos deste escárnio podem ser observados em *A Federação*, na sua edição de nº 468 de 18 de outubro de 1899, em que se publicaram parte dos decretos e determinações de Galvez quando da criação do Estado Independente. Segundo constava no jornal, graças à contribuição de uma testemunha dos acontecimentos identificada como Dr. Affonso Pereira, que era médico e então chegara recentemente da região, onde “assistiu no Acre à bambochata da proclamação daquele pedaço do território brasileiro em Republica independente, sob a chefia do aventureiro Luiz Galvez Rodriguez de Arias”³²⁵ se relatava os fatos ali narrados. Prosseguia o periódico dizendo que reproduzia parte do mesmo texto que era também publicado nos jornais *Amazonas Commercial* e *Amazonas*, porquanto fosse uma “nota cômica”³²⁶, posto que dentre outras medidas se acatava provisoriamente a legislação, titulação de terras, língua e

³²³ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 4 dez. 1900, nº 111, p.1.

³²⁴ COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 4 dez. 1900, nº 111, p.1.

³²⁵ No decorrer do ano de 1899 lia-se no cabeçalho de *A Federação* acrescido de seu subtítulo “orgam do partido republicano federal”, sem apresentar o indicativo de ano. No entanto, para título de referencial aqui exposto se inseriu o dado de ser seu sexto ano de rodagem. *A Federação: orgam do partido republicano federal*. Anno VI, nº 468, 18 de outubro de 1899, p.2.

³²⁶ *A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal*. Manaus, 18 out. 1899, nº 468, p.2.

moeda brasileiras como as adotadas no novo país, mas se adotava como sede de alfândega e diário oficial a cidade de Manaus conforme constava nas letras do quinto e sexto decretos:

[...] 5º Declara que alfândega do Acre e outras que venham se estabelecer – se naquele Estado deixarão de arrecadar, durante o ano econômico de 1899 a 1900, os impostos de importação pagos nas alfândegas de Manaus; determina que os direitos de exportação da borracha serão arrecadados provisoriamente pela recebedoria do Amazonas, que reservará em depósito e a disposição do governo aclamado ou eleito do Estado do Acre, o saldo que resultar da cobrança dos mencionados direitos e contem outras disposições aduaneiras; o 6º, finalmente declara consideradas, para todos os efeitos como publicações officiaes as publicações feitas por conta do governo no “Commercio do Amazonas”. [...] ³²⁷

Assim, se por um lado o *Commercio do Amazonas* era apontado como veículo oficial do governo do Estado Independente do Acre, seguiam as troças em *A Federação*. E dentro de *A Federação* na nossa baliza cronológica surgiram 153 incidências para Acre que se assemelhavam as adjetivações, substantivações e flexões verbais. Contudo, ao restringir o universo de ocorrências à expressão Questão do Acre perfazem um total de 11. Ao passo que somente 05 foram as referências a Galvez. Mas igualmente ao *Commercio do Amazonas* não há *Bolivian Syndicate*.

Destas alusões a Galvez, apenas duas antecedem a citação acima, constando nas edições nº 458 de 06 de outubro de 1899 e no exemplar nº 464 de 13 de outubro de 1899. Na edição de nº 458 o tom era mais grave, já que tanto Galvez quanto Utolf eram acusados pelo jornal boliviano *La Libertad* de serem protegido de Paravicini, oportunidade em que se atribuída a criação de falso acordo entre Bolívia e Estados Unidos ³²⁸. Enquanto que *A Federação* em 13 de outubro de 1899 dizia que “celebre Galvez, o caricato chefe do Estado Independente do Acre” ³²⁹ tinha sido conhecido em Manaus enquanto era repórter no *Amazonas Commercial*.

A quarta aparição de Galvez em *A Federação* ocorre em notícia que referendava a chegada a Manaus do delegado boliviano Pedro Kramer, que aguardava na cidade a passagem das forças expedicionárias brasileiras do Acre a fim de destinar-se aquela região e retirar de lá “o aventureiro Luiz Galvez, e também receber do Pará os dinheiros depositados n’esse estabelecimento de credito, pelo ex-plenipotenciario, d. José Paravicini,” ³³⁰

³²⁷ A FEDERAÇÃO: organo do partido republicano federal. Manaus, 18 out. 1899, nº 468, p.2.

³²⁸ A FEDERAÇÃO: organo do partido republicano federal. Manaus, 06 out. 1899, nº 458, p.1.

³²⁹ A FEDERAÇÃO: organo do partido republicano federal. Manaus, 13 out. 1899, nº 464, p.1.

³³⁰ A Federação: organo do partido republicano federal. Anno VI, nº 485, 07 de novembro de 1899, p.1.

Em sua última aparição n' *A Federação*, datada do primeiro dia de dezembro de 1899, Luiz Galvez era novamente associado a Utoff em uma reprodução de texto que teria sido publicado no jornal boliviano *Potosí*, no qual constaria a proposta de ambos ao governo boliviano a respeito da área contestada, que consistiria basicamente em proclamar estado independente, solicitar reconhecimento ao Brasil de sua autonomia para posterior anexação daquele a Bolívia, cabendo sua administração a dupla a quem caberia no ano inicial metade do produzido na região, conforme se destacam nos trechos a seguir compilados:

O ACRE

O Potosí, jornal de grande circulação na republica da Bolívia, publicou a proposta de Galvez e Utoff ao governo boliviano sobre o território contestado, a qual foi transcripta pela Prensa de Buenos-Ayres.

Diz assim o documento: [...]

Art. 3º Uma vez reconhecida a independência do Estado pelo governo do Brazil, se pedirá a anexação á Republica da Bolivia.

Art. 4º Até o momento de ser reconhecia a independência do Estado, este será administrado pelos srs. Galvez e Utoff, acompanhados pelos novos funcionarios nomeados pelo governo da Bolivia. [...]

Art 5º As rendas do Estado serão distribuídas da seguinte forma: 1º anno , os 50% da entrada bruta será entregue aos srs. Galvez e Utoff. [...] ³³¹

Desta feita, *A Federação* diferenciava bastante do *Commercio do Amazonas* no que tange às formas de tratamento que eram dispensados a Luiz Galvez. Neste último, salvo a publicação da missiva assinada por José Carvalho, sempre foi mantido respeito ao mencionar o espanhol. Enquanto que em *A Federação* o nome de Galvez era adjetivado como aventureiro e associado a motivações comerciais, o que também se refletia na forma de trato dispensado a Questão do Acre.

Neste sentido, a Questão do Acre em *A Federação* propiciou tanto o embate entre as forças políticas locais do Amazonas quanto os confrontos destas ante as elites de Belém e as diretrizes do governo federal. Assim era sempre perpassada destas polêmicas, tal qual se pode ver na edição nº 427 de 10 de setembro de 1899, quando já havia sido proclamado o Estado Independente do Acre e sua repercussão em *O Paiz* recaia sobre as divergências entre o chefe do executivo e legislativo amazonense, que teriam sido divulgadas por ardil de Antonio Lemos dono de *A Província do Pará*:

O “Paiz” e seu correspondente no Pará

O correspondente d' *O Paiz* em Belém telegraphou a este importante organ da imprensa fluminense, narrando a seu sabor os últimos acontecimentos havidos no Amazonas, desfigurando os propositadamente. Assim diz-se n'esse telegramma que teve o governo d'este Estado participação nos factos do Acre; que o ilustre Governador e o não menos ilustre Presidente do Congresso receberam manifestações de desagrado por parte da população de

³³¹ A FEDERAÇÃO: organ do partido republicano federal. Manaus, 1º dez. 1899, nº 504, p.1

Manáos; que não há harmonia de vistas entre os chefes do executivo e do legislativo, motivada a divergência pela apresentação de candidato ao encargo de futuro governador. [...]

Por vezes temos aqui condenado a attitude que os progonos da política paraense não pretendido tomar sobre questões que entendem com o Amazonas, arvorando se n'uma espécie de tutores gratuitos e officiosos das nossas cousas. Não perdem elles o ensejo de procurar molestar-nos de indispor-mos com o governo à União, de fazer grassar boatos e versões inverídicas a respeito de ocorrências d'aqui. A' frente dos que assumiram posição tão estranha achasse o sr. Antonio Lemos, chefe dirigente do partido governista no Para, pessoa trefega, adestrada em manejos de politicagem [...]³³²

A relação de ingerência de Antonio Lemos em “negócios amazonenses” e as denúncias feitas pelo periódico (que era organismo do Partido Republicano Federal no Amazonas) denotam quão recente era a construção da aliança entre as oligarquias regionais e nacionais na chamada Política dos Governadores. Demonstrando com isso como os interesses micro repercutiam sobre o macro, o que nos reporta a afirmação de Figueira em análise sobre as forças políticas no Amazonas de que:

[...] os chefes políticos locais determinavam seus grupos internos sem a interferência federal. Para o presidente, o que importava era que os governadores de Estado podiam dar seu apoio ao governo federal, ajudando a eleger deputados federais e senadores favoráveis ao presidente, que em retribuição apoiava os governadores com mais verbas, empregos e favores para seus aliados políticos.

A política dos governadores procurava reproduzir, no plano federal, a rede de compromissos e o clientelismo que já ligava os coronéis (chefes políticos municipais) e os governadores dentro dos Estados.³³³

Nesse sentido, a perspectiva comercial acerca da Questão do Acre se coadunava dentre os debates políticos e refletia as divergências que ocorriam no cerne Partido Republicano Federal do Amazonas. Assim, nas páginas de *A Federação* em que pesasse o então recém-formado pacto de governança entre executivos estaduais e federal, era também possível ler que se transpunham as relações de diplomacia, visto que “ceder” as terras acrianas para a Bolívia implicava em prejuízos financeiros para o Estado do Amazonas, de tal modo entrelaçavam soberania e arrecadação de tributos nas falas de políticos proeminentes do Estado do Amazonas, a exemplo do que ocorre no discurso do governador Ramalho Júnior, publicado na edição nº 701 de 15 de junho de 1900, cujos trechos mais significativos se transcreve a seguir:

[...] Mas o que é a questão internacional não dirime em nada constitue o interesse próprio do Amazonas. A cessão do territorio do Acre á Bolivia importa para nós, antes importou, no findo exercício de 1899, n'um prejuízo de mais de três ou quatro mil réis, com que foi desfalcada nossa receita. A

³³² A FEDERAÇÃO: organ do partido republicano federal. Manaus, 10 set. 1899, nº 427, p.1

³³³ FIGUEIRA, Rickson França. **Imprensa, Política e Poder: A Sucessão Governamental do Amazonas em 1920** / Rickson França Figueira. - Manaus: UFAM, 2011. p. 38

suppor que continue a Alfândega de Puerto Alonso, pode-se ao certo prever que, no presente exercício, teremos desfalque maior ainda de renda, visto a exploração da indústria extractiva, na zona acreana, estar crescendo. É uma perda considerável a unir ás mais que o Estado se acha soffrendo com a alta súbita da moeda papel brasileira e, em ultima analyse, se a União não soffre com a cessão do Acre á Bolivia, o Amazonas com ella padece. [...]

O honrado Presidente da Republica, ao noticiar ao Congresso Nacional o resultado de negociações do Governo seu com os das potencias estrangeiras, consagra um paragrapho á questão do Acre, sem uma só referencia sequer aos exforços por mim desdobrados, afim de servir á União a cujo apello attendi. Claro que não procedi com mira em applausos do Governo da União, mas é de notar que, uma vez feita uma referencia honrosa ao illustre e patriótico governo do Pará, sobre a questão de limites com a Guyana Franceza, agradecendo a este um auxílio pecuniário que não montou a mais de vinte e tantos mil francos, se esquecesse do concurso do Amazonas na questão do Acre, que subiu a 1200 contos. Os louros que cubram a fronte alheia, na phrase de Victor Hugo, não me causam sombra, mas lamento que quanto fiz em prol da União Brasileira fosse tão pouco, que não merecesse uma lembrança sequer do chefe da Republica no documento com que abriu a seção ordinária do Congresso Nacional. Estado que não peza á União, com o qual esta não tem encargos, que nunca lhe mendiga socorros, que está sempre, embora com sacrificios seu, disposto a auxiliar-a nas suas despesas, o Amazonas parece que tinha o direito de não ser, pelo menos esquecido n'aquilo que patriótico realiza. [...]³³⁴

Depreendem-se destes fragmentos das palavras de Ramalho Júnior, extraídos da edição nº 701 d'A *Federação* que o Amazonas além de sofrer prejuízo financeiro pelo que deixava de arrecadar, ainda os sofria em decorrência dos gastos despendidos no apoio a insurreição de 1º de maio de 1899 contra a alfândega de Puerto Alonso. Criticava-se ainda o pouco caso feito pelo presidente Campos Salles aos empenhos do Amazonas e seu governante a atender as demandas da população brasileira que habitava o Acre, demarcando as divergências entre o executivo federal e amazonense. O texto em comento reproduzia parte do pronunciamento do Coronel José de Ramalho Júnior, governador do Amazonas, lido na seção de 10 de junho de 1900 para o “congresso dos representantes” (equivalente ao legislativo estadual), mas dada a extensão e teor sua transcrição ocupou segmentos no decorrer das edições de nº 699 a 706 d'A *Federação*, que foram publicadas entre os dias 13 a 21 de junho de 1900. Por este documento se configuravam as fragilidades de relações entre Amazonas, Pará e a União concernente aos encaminhamentos dados a Questão do Acre.

E em outras 10 menções a Questão do Acre feitas em A *Federação* nosso objeto de estudo era consubstanciado num contexto mais amplo, mas não sendo pontuado pelo *Bolivian Syndicate*, tal qual se pode perceber nas citações ocorridas em momentos de

³³⁴ Diferente do que ocorria ao longo de 1899, a partir dos exemplares de 1900 se traz o indicativo de ano no cabeçalho do jornal, conforme se lia então. A este respeito ver: A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 15 jul. 1900, nº 701, p.2

curta antecedência à insurreição de Galvez, conforme se identifica no exemplar nº 351, de 07 de junho de 1899, no qual a Questão do Acre referenciava as movimentações feitas pelo governo paraense em face da tributação da borracha pela Alfândega de Puerto Alonso, acrescido das repercussões disto em Belém e Manaus, bem como as polêmicas acerca da livre navegação dos rios amazônicos por bolivianos, encerrando ao pedir que se ponderasse e defendessem os direitos à propriedade e trabalho de mais de 20 mil brasileiros que habitavam o Acre³³⁵.

Ainda em dez edições depois, no nº 561, de 18 de junho de 1899, a discussão de livre trânsito nas águas do Acre e Purús às embarcações de todas as nações ressoava novamente a primeira página, quando se questionava decreto de Paravicini que autorizava isto³³⁶, sem fazer-se qualquer nota à criação do Estado Independente do Acre. Igualmente sem tocar na independência acriana, lia-se na edição nº 363, do dia 21 de junho de 1899, repetição de nota publicada no jornal *O Paiz* em que se trazia “previsão” que “a questão do Acre está, pois, para breve solução amigável” e porquanto isso estivesse a se concretizar destacava a importância da atuação de Olyntho de Magalhães na contenda, além de lhe externar congratulações³³⁷. Ao passo que em 27 de junho de 1899 noticiava-se que no dia anterior, em reunião do “Congresso Estadual”, Rocha Santos solicitava que aquela casa pedisse esclarecimentos sobre ofício publicado no *Diario Oficial* do Amazonas, em que o ministro das relações exteriores apresentava modificações das determinações feitas pela administração boliviana no Acre³³⁸. Tendo Rocha Santos repetido o pedido de maiores informações, conforme se via na segunda página de *A Federação* no dia 04 de agosto de 1899³³⁹. E a estas noticias seguiam-se ainda publicações de artigos e cartas em que se maldiziam textos e jornalistas que se posicionavam contrários ao Acre como brasileiro (e amazonense).

Assim, nos momentos de denúncias acerca do Bolivian Syndicate, na eclosão da sublevação de Galvez e por consequência em período antecedente à resolução diplomática da Questão do Acre, os jornais *A Federação*, *Commercio do Amazonas* e o *Diario Oficial* do Amazonas tinham como aspecto comum a compreensão da região litigiosa como brasileira.

³³⁵ A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 07 jun. 1899, nº 351, p.1.

³³⁶ A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 18 jun. 1899, nº 361, p.1.

³³⁷ A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 21 jun. 1899, nº 363, p.1.

³³⁸ A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 27 jun. 1899, nº 392, p.1.

³³⁹ A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 08 ago. 1899, nº 402, p.2.

Desta feita, não obstante que fossem apresentadas divergências sobre a orientação política adotada para condução da Questão do Acre, verificou-se que *A Federação* a abordava sem pontuar o *Bolivian Syndicate*. Ao mesmo tempo em que naquele periódico partidário se externava claramente a compreensão política do executivo amazonense de poder, dever e ter interferido na região em nome dos interesses de arrecadação do Amazonas, bem como dos negócios e trabalhos de brasileiros que estavam em terras acrianas. E a isto se aduzindo, portanto, um caráter de defesa patriótica a causa.

Enquanto que, embora o *Commercio do Amazonas* se destinasse a atender e noticiar as demandas mercantis, os prejuízos da resolução da Questão do Acre mediante a “concessão” das terras à Bolívia não ficavam tão categóricos. Todavia, antes mesmo da polêmica ganhar destaque na imprensa privada, o *Diario Oficial* do Amazonas cuidava de caracterizando os acessos, usos e posses sobre as terras acrianas mediante sua burocratização e oficialização.

Portanto, apesar da assinatura do Tratado de Petrópolis ter ocorrido em 17 de novembro de 1903, tornando oficialmente o Acre brasileiro, percebe-se que para os jornais manauaras a região já era nacionalizada, visto as ações do Estado do Amazonas explícitas na regulamentação das terras de seringais ou implícitas no que Tocantins chamou de “método do tumor de fixação”³⁴⁰ com Galvez e os subsídios aos levantes contrários a autoridade boliviana na região.

Entrementes, a anexação do Acre ao Brasil não atendeu plenamente aos interesses do Estado do Amazonas, visto que a incorporação daquela área levou a formação do Território Federal do Acre³⁴¹, conforme determinado pelo Congresso Nacional mediante o Decreto Legislativo de nº 1,181 (de 25 de fevereiro de 1904). De tal modo, que ao longo da década de 1890 e pelo período em que se arrastou o litígio coube ao Amazonas tentar ordenar e a tributação no Acre, contudo com a anexação deste ao Brasil tanto administração quanto a arrecadação passaram a ser geridas pela Presidência da República.

³⁴⁰ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. v. 2, p. 375.

³⁴¹ PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. **PRESENÇA**: Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia. n. 15, Vol III, 1999, p. 46-52.

No entanto, esta nova condição do Acre não era prevista na Constituição Brasileira vigente em 1904, tendo sido necessária inspiração no texto constitucional norte-americano com fim de se inserir na legislação pátria a figura do ente federativo denominado de “Território”. Acrescido a isto a frustração dos intentos amazonenses resultou em conflito judicial no qual o Estado do Amazonas solicitava ao Supremo Tribunal Federal que anulasse parte do Tratado de Petrópolis³⁴². E não obstante o Amazonas ter contado com Ruy Barbosa³⁴³ como advogado na causa, malograda foi a ação.

Desta feita, após a criação do primeiro Território Federal se estipulou a divisão do Acre em três unidades menores, chamadas de Departamentos do Alto Acre, do Alto Juruá e do Alto Purus o que impulsionou a criação da imprensa oficial em cada um deles. Por conta desta segmentação ficaram as áreas dos atuais municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasiléia e adjacências englobadas na região do Departamento do Alto Acre. Cujá sede era localizada na Vila de Empresa e se situava em seringal homônimo. Entretanto, Empresa foi, ainda em 1904, elevada à categoria de cidade. Passando posteriormente a ter novas denominações, em homenagens ao Presidente Afonso Pena e ao Barão do Rio Branco, já que foi chamada em 1909 de Penápolis e em 1912 de Rio Branco (sua nomenclatura definitiva).

Apenas em 1912, a estrutura administrativa com repartições nos Departamentos do Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purús foi modificada. Isto porque, com o Decreto Executivo nº 9.831 de 23 de outubro de 1912, ocorreu o desmembramento de parte do Alto Juruá levando a criação do Departamento do Alto Tarauacá com sede em Vila Seabra. Ainda de acordo com este decreto, criaram-se os cinco primeiros municípios do Acre: Juruá, Purus, Tarauacá, Rio Branco e Xapuri.

E não obstante que a primeira estrutura administrativa acriana fosse formada por uma tríade departamental, determinou-se que o Acre constituísse uma única Comarca Judiciária, com caráter recursal ante as decisões de juízes departamentais, tendo até 1908 a capital do Amazonas como sede do Tribunal de Apelação. E para cada um dos

³⁴² A este respeito ver: Reis. Arthur Cezar Ferreira. **A questão do Acre**. [s.l.]:Typographia Phenix, 1937.

³⁴³ BARBOSA, Rui. O direito do Amazonas ao Acre setentrional. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. XXXVII, 1910, Tomo V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Rui Barbosa.

três departamentos se estipulou o orçamento anual no valor de duzentos contos de réis, quantia pequena para suprir as necessidades locais.

Diante destas circunstâncias ocorreram seguidas manifestações de protestos – tanto no Congresso Nacional, quanto em âmbito local -, levando em 1908 a formação da Comissão de Obras Federais e a implantação do Tribunal de Apelação do Acre – fixado em Sena Madureira. Contudo, tais paliativos não solucionaram as críticas, ocasionando a eclosão das Revoltas Autonomistas (no Juruá em 1910, do Purus em 1912 e do Alto Acre em 1918). Entretanto as demandas por emancipação política foram atendidas somente em 1962 com a elevação do Acre à categoria de Estado.

Dentro desta conjuntura de formação inicial da administração territorial é que surgiu a imprensa pública para oficializar os atos estatais, porém, esta teve datas distintas de fundação nos três Departamentos acrianos. Outra distinção significativa a respeito da Imprensa Estatal nos anos iniciais de Acre são as formas de preservação dos seus acervos, visto que na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontrava-se disponível até o encerramento da escrita desta tese os Diários Oficiais do Alto Juruá e Alto Purus. Diante disto e observando a metodologia de trabalho assentada no uso das fontes hemerográficas acessíveis em bancos de dados digitais, passemos a análise de como o *Bolivian Syndicate* e a Questão do Acre eram retratados em *O Cruzeiro do Sul* e *O Alto Purus*.

5.4. O *Bolivian Syndicate* em *O Cruzeiro do Sul*

Nos anos iniciais do Acre Territorial metade das terras acrianas estava dentro do Departamento do Alto Juruá, cuja capital era cidade de Cruzeiro do Sul. Esta cidade foi fundada em setembro de 1904 pelo General Gregório Thaumaturgo de Azevedo³⁴⁴ com a finalidade de sediar o referido departamento. Coube também a Cruzeiro do Sul ter

³⁴⁴ O mesmo Thaumaturgo de Azevedo da primeira comissão mista demarcatória composta pelas repúblicas brasileira e boliviana na década de 1890. A este respeito ver VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198181222010000200009&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 30 maio 2012.

sido o centro da resistência aos ataques de “caucheiros”³⁴⁵, além do palco de eclosão da primeira Revolta Autonomista (entre junho a setembro de 1910) de uma série que ocorreram no Acre. O levante em comento reivindicou a emancipação política e administrativa do Juruá, com o intento de criar um Estado em lugar do ente federativo de Território.

Mas, apesar de sua fundação datar de setembro de 1904, o primeiro exemplar do periódico *O Cruzeiro do Sul* circulou somente a partir de 03 de maio de 1906, tendo sido publicado e distribuído a partir de cidade de mesmo nome. Seu subtítulo “Órgão do Departamento do Alto Juruá” o caracterizava como “diário oficial”, com periodicidade oscilante, nos dificultando classifica-lo entre semanário ou quinzenal.

Em seu primeiro número, *O Cruzeiro do Sul* estampava o valor de 30\$000 réis para assinaturas dentro e fora do Departamento, com anúncios e outras publicações a serem “feitos mediante ajuste prévio.” Apresentando como endereço de correspondência “Redação do jornal O Cruzeiro do Sul no Departamento do Alto Juruá”³⁴⁶, sem indicativo de logradouro público, nem caixa postal ou número telefônico, tão pouco os nomes da equipe jornalística e técnica.

Todavia, no primeiro exemplar de *O Cruzeiro do Sul* definia o seu papel de orientador e difusor de “boas novas”. Isto porque, conforme se lia em sua coluna inicial (logo abaixo do expediente) sob o título de “Ao nascer”, ficava caracterizado que sua função, tal qual a da escola e da eletricidade, era ser um dos “marcos inapagáveis” da cidade neofita, de maneira que conjuntamente a estas seriam “como instrumentos inestimáveis de aproximação e de riqueza, de cultura e pacificação, de tolerância e de solidariedade.”[sic]³⁴⁷

Em termos de apresentação, *O Cruzeiro do Sul*, possuía o tamanho médio de quatro laudas, que se distribuíam em uma parcela denominada de “Parte Oficial” na qual se expunham os atos da administração departamental e outro segmento composto por editorial, poemas, “nosso correio”, avisos e anúncios. Merece destaque também o

³⁴⁵ Diz Carlos Alberto Alves de Souza que os caucheiros eram peruanos que “chegaram à região do Juruá a partir de 1896, para extraírem o caucho (um tipo de látex) existente em uma árvore chamada *Castilloa ulei*.” SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, novas abordagens**. Rio Branco. 2006. p. 159.

³⁴⁶ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 03 maio 1906, nº 01, p.1.

³⁴⁷ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 03 maio 1906, nº 01, p.1.

fato de que, diferente dos periódicos de outras regiões brasileiras não havia inicialmente a seção das notas telegráficas, pois no momento de fundação do jornal inexisteriam telégrafos em Cruzeiro do Sul, embora desde 1905 a cidade contasse com Serviço Elétrico conforme atesta o editorial inaugural do periódico.

Os primeiros exemplares careciam de folhetins, contudo, já em 1909 era possível encontrá-los na terceira folha, do número 103, datado de 26 de dezembro daquele ano, em que se lia uma parte de “Forte como a morte” de autoria de Guy de Maupassant – cujas obras tinham fortes críticas sociais. Também naquele ano de 1909 o subtítulo do jornal *O Cruzeiro do Sul* também já havia sido alterado apenas para “Orgam oficial”, tendo ainda como diferenças em relação aos primeiros anos o surgimento de publicações intituladas de “A pedidos” e “Vida Social”. Quanto aos aspectos visuais, desde os exemplares de 1906 até 1909 já se expunham fotografia e os textos estavam repartidos em um número variável de duas a seis colunas.

Concernente ao quantitativo de edições entre o espaço de 1906 a 1909 totalizam cento e três publicações, contudo a coleção exposta na Hemeroteca Digital indica ausência de alguns destes, a exemplo dos números 03 e 102. Dentro da coleção de 103 exemplares, foi realizada pesquisa relativa aos usos das expressões “*Bolivian Syndicate*”, “*Galvez*” e Questão do Acre perfazendo um total de mais de uma dezena de incidentes.

Dentro deste conjunto de ocorrências, o *Bolivian Syndicate* entre 1906 a 1909 contabilizava quatro incidências diretas observadas em artigo denominado “**O TERRITÓRIO DO ACRE - RESUMO HISTÓRICO DA QUESTÃO**”³⁴⁸, cuja publicação foi dividida nas edições dos exemplares de números 34 a 37. Sendo duas destas citações nominais no mesmo exemplar de nº 34 datado de 03 de março de 1907. Enquanto que na edição nº 35, de 10/03/1907 tanto se encontravam duas menções explícitas ao *Bolivian Syndicate*, quanto implícitas ao denominá-lo de “syndicato americano” ou de “syndicato estrangeiro”. E não obstante a inexistência da nossa expressão de busca, *Bolivian Syndicate*, no exemplar nº 36, 17 de março de 1907, constam duas alusões indiretas. Ao passo que, embora a edição de nº 37, de 24 de março

³⁴⁸ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 03 mar. 1907, nº 34, p.2.

de 1907, trouxesse o encerramento da matéria sobre o resumo histórico, nada mais se lia a respeito do *Bolivian Syndicate*.

Interessante foi constatar que a autoria e posição de apresentação deste quarteto de artigos também apresentam significados. Isto porque nas linhas iniciais do texto na edição nº 34 declarava-se tratar de reprodução de publicação divulgada no diário oficial de 14 de novembro de 1906, ou seja, da cópia do discurso e memória oficial que se constituía sobre a Questão do Acre. Ademais, os locais de veiculação destes escritos denotavam a importância das mensagens, pois com o passar dos dias os espaços dentro do jornal nos quais os fragmentos do texto iam sendo expostos também se alteravam.

Assim, na edição de nº 34, de 03 de março de 1907, o *Bolivian Syndicate* aparece na primeira coluna da segunda página, quando se fazia síntese da Questão do Acre dentro de uma perspectiva de incorporação territorial, na qual se justificava o conflito militar e diplomático face ao estabelecimento de arrendamento das terras acreanas. E conjuntamente a isto se fazia menção ao “patriotismo do governo do Dr. RODRIGUES ALVES”, as vantagens lucrativas desta ação e o caráter “benemerito SR. BARÃO DO RIO BRANCO”³⁴⁹.

Naquele exemplar de nº 34, ao mesmo tempo em que se valoravam as autoridades federais envolvidas na resolução da contenda, a Imprensa Oficial aduzia a grandeza dos lucros da nação oriundos do acordo diplomático de pertencimento do Acre ao Brasil. Destacando-se, ao mencionar os ganhos do país com a anexação, a semelhança do que ocorria nos jornais manauaras face à associação da Questão do Acre a rentabilidade que proporcionava.

Prosseguia-se dizendo ainda na edição em comento, que em virtude dos insucessos bolivianos na implantação de alfândegas na região, bem como dos constantes levantes armados de brasileiros habitantes da região tinha se constituído o “Contracto Aramayo-Whitridge”, pelo qual se arrendou o Acre ao *Bolivian Syndicate*. Este por sua vez teria motivado o conflito liderado por Plácido de Castro e as negociações firmadas por Rio Branco, ao que concomitantemente respondeu o governo boliviano com o envio de expedição militar para “submeter os revolucionários e reestabelecer sua autoridade”:

³⁴⁹ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 3 mar.1907, nº 34, p.2.

Em consequência destes sucessos o Governo da Bolívia aprestou uma expedição militar, que viria submeter os revolucionarios e restabelecer a sua autoridade eliminada pela força. A esse tempo já era lei da Bolívia, promulgada em 21 de Dezembro de 1901, o contracto Aramayo-Whitridge, assignado em Londres a 11 de Junho do mesmo anno, que arrendava ao *Bolivian Syndicate* toda aquella região denominada na legislação administrativa interna da Bolívia de << Território de Colonias>>. Forâ a imminencia da execução desse contrato, quando desfeita a esperança de que a Bolívia abrisse mão d'elle, que havia levantado em armas a população acreana e exacerbado ao extremo a opinião em nosso paiz.³⁵⁰

No decorrer do texto apresentado na edição nº 34 de 03 de março de 1907, se expunham ainda os argumentos do corpo diplomático boliviano para a iniciativa de constituição do *Bolivian Syndicate*. E em contrapartida, se acrescia a classificação do empreendimento como sociedades de cartas, semelhantes às existentes nos continentes africano e asiático, levando a advertências acerca dos efeitos prejudiciais aos brasileiros se tal negócio tivesse se efetivado:

Não podia ser mais lesivo aos direitos patrimoniaes dos brasileiros, primeiros occupantes e civilisadores daquella região, esse contrato que os entregava indefesos, por meio de processos violentos e iníquos, ao alvedrio sem contraste dos arrendatários, e que, por outro lado, encerrava uma ameaça à ordem política continental. Era a implantação na America do systema das *chartered companies*, empregado nas terras da Asia e Africa.³⁵¹

Paralelamente, o escrito buscava historiar a feitura do Território Federal do Acre, fundamentando-o em receios de “implantação na America do systema das *chartered companies*” (apesar das terras então pertencerem à outra nação). Curiosamente intentava-se assentar o direito dos brasileiros por terem sido supostamente os primeiros que ali se fixaram e “civilizaram” a região, justificativa eivada de preconceito contra os indígenas residentes no Acre, ignorando-as enquanto primeiros habitantes da área.

Igualmente interessante é a colocação do contrato como instrumento de vontade dos arrendatários, que submeteria os brasileiros residentes a “processos violentos e iníquos”, atribuindo a violência aos “locatários” e escamoteando o significado de opressão do próprio sistema de aviamento vigente na extração do látex acreano. Tratava-se da agressividade de outrem face aos brasileiros. Sendo os nacionais expostos

³⁵⁰ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 03 mar. 1907, nº 34, p.2.

³⁵¹ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 03 mar. 1907, nº 34, p.2.

de modo alternado como vítimas e heróis. Entretanto, ainda de conformidade com o texto, o “Contracto Aramayo-Whitridge” não deveria ser preocupação exclusiva do Brasil, mas de todas as nações americanas, pois representava “ameaça à ordem política continental”.³⁵²

Já na edição nº 35, datada do dia 10 de março de 1907, a continuidade do artigo foi colocada na terceira de quatro laudas, ocupando apenas três colunas. Nestas se expunha o desenvolvimento da questão entre a opinião pública dos países envolvidos, com enlevo para o reconhecimento da titularidade boliviana sobre as terras acrianas, propriedade que por “força maior” se “imolava” em arrendamento ante as dificuldades de controle sobre a região.³⁵³

E muito embora o artigo tivesse sido fragmentando, estendendo-se em exemplares subsequentes (nas edições 36 e 37) o tamanho, local e espaço destinado se alteravam e reduziam a cada novo exemplar de *O Cruzeiro do Sul*. De tal maneira que na edição de nº 36, datada de 07 de março de 1907, não há *Bolivian Syndicate*, mas no prosseguimento de transcrição do artigo – daquela vez exposto a segunda de quatro laudas - surgiam alusões ao “syndicato norte-americano”, posto comentário sobre potencial conflito face ao desentendimento entre Brasil e Bolívia quanto à cessão de terras acrianas. Noutra passagem desta mesma edição nº 36 liam-se as queixas dos representantes bolivianos a respeito de cobrança de tributação ilegal sobre exportações, ao que o governo brasileiro respondia reconhecer a ilicitude, no entanto só tomaria providências mediante anulação da “concessão feita ao syndicato norte-americano”. Na última menção a isto, dizia-se que até mesmo no congresso nacional tinham ocorrido manifestações de parlamentares solicitando melhores esclarecimentos a respeito do arrendamento de terras litigiosas realizados pela Bolívia a “um syndicato norte-americano, a cidadãos de poderosa República”.³⁵⁴

Ao passo que no nº 37 de *O Cruzeiro do Sul*, datado de 24 de março de 1907, o restante do artigo era relegado à metade da terceira página e em meia coluna da quarta folha daquele periódico, no entanto, sem mencionar se quer a expressão “syndicato”.

³⁵² O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 03 mar. 1907, nº 34, p.2.

³⁵³ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 10 mar. 1907, nº 35, p.3.

³⁵⁴ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 7 mar. 1907, nº 36, p.2.

Todavia, para além deste artigo expandido, o *Bolivian Syndicate* ainda era mencionado em outras duas ocasiões posteriores ao nosso marco temporal, em maio de 1912 e março de 1914.

No exemplar de nº 205 de 26 de maio de 1912, a alusão ao *Bolivian Syndicate* advinha na penúltima coluna de um artigo dedicado a reproduzir o pronunciamento de Craveiro Costa em solenidade de homenagens póstumas ao falecimento do Barão do Rio Branco, que tinha sido realizada às 20 horas do dia 19 de maio, no Theatro São João, na cidade de Cruzeiro do Sul. Neste discurso se apontavam os intentos do imperialismo *yankee* e o “gravíssimo” contexto de relações entre Brasil e Bolívia quando da posse de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores:

O ponto central da questão era o arrendamento que Bolívia fizera destas terras acreanas ao Bolivian Syndicate, provocando implicitamente a aliança dos Estados Unidos nas suas pretensões, arrendamento que vinha perturbar a ordem política de todo o continente. A situação era gravíssima. A guerra pairava sobre o Brasil ameaçadoramente. O imperialismo yankee preparava o seu domínio no coração da América amparado por um contrato perigosíssimo. Era situação a resolver. [...] A solução foi dada a questão pelo Tratado de Petrópolis, a obra máxima do grande Brasileiro.[...] ³⁵⁵

Contudo, embora na fala o orador identificasse o *Bolivian Syndicate* como ameaça ao equilíbrio político continental, bem como uma manifestação do imperialismo norteamericano, não se dedicou a maiores análises deste tema. Aliás, há que se recordar que o autor do discurso era Craveiro Costa, que inclusive em seu *Conquista do Deserto Continental* também utilizou poucas linhas para tratar do *Bolivian Syndicate* (conforme se pode notar em leitura feita no capítulo anterior).

Já no nº 331 d’*O Cruzeiro do Sul*, datado de 08 de março de 1914, a inserção do *Bolivian Syndicate* ocorria na primeira página, dentro da reprodução de um Relatório que era “Apresentado pelo Exm. Sr. Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, Prefeito do Departamento do Alto Juruá, ao Exm. Ministro da Justiça e Negócios Interiores”, referente ao último semestre de 1913. Neste documento, a alusão ao *Bolivian Syndicate* é superficial, empregada apenas como ilustração sobre a importância da Lei de Terras e à existência de latifúndios controlados por firma comercial de Belém e Manaus, considerada tão perigosa quanto o Sindicato:

³⁵⁵ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 26 maio 1912, nº 205, p. 3.

Presentemente uma importante firma commercial de Belem e Manaus detem o domínio de mais de 180.000 hectares, proximadamente a metade da superfície do Departamento, possuindo no Tarauacá mais de 50.000 hectares. O rio Juruá em sua parte federal, conta com 50 seringaes, 18 desses núcleos industriaes, os melhores por suas terras, sua situação e sua producção de borracha, pertencem a essa poderosa firma. Pertence-lhe também todo o rio Amonea e quase todo o rio Tejo: dos 13 seringaes existentes neste rio, 9 estão detidos por essa poderosa firma.

Essas consideráveis áreas de terrenos, sob a dependência exclusiva dos donos dessas explorações industriaes, algumas dellas tendo a extensão de certos estados europeus, não podem deixar de constituir um grave perigo e grande mal á região. Um grande perigo, até para o proprio paiz, porque essas casas commerciaes, visando seus interesses, podem transferir seus imensos domínios a syndicatos estrangeiros de nações poderosas, e reviverão a situação que o *Bolivian Syndicate* pretendeu crear no coração da Amazonia, ameaçando a ordem política do continente, situação de que nos livramos o genio de Rio Branco e a bravura de Plácido de Castro. Um grande mal, porque o commercio se restringindo quasi que exclusivamente a essas poucas firmas, o seu domínio fatalmente irá embaraçar a vida civil e administrativa que aqui foi organizada de futuro, impondo o seu poder, quasi que soberano, pela posse e exploração de tão considerável e quão rica extensão de terras.³⁵⁶

Mais uma vez o *Bolivian Syndicate* era apresentado como instrumento de ingerência e ameaça a burocracia instituída na região, que poderia “embaraçar” o andamento administrativo e civil do trato cotidiano local, além de comprometer a “ordem política continental”. Ao mesmo tempo em que fica clara a atribuição de Rio Branco e Plácido de Castro como responsáveis pela resolução do *Bolivian Syndicate* e da Questão do Acre, esquecendo-se ou optando por não citar Galvez. Assim, o documento referendava a construção de uma memória política que se tornava a versão oficializada sobre os heróis da feitura do Acre como brasileiro, assentado na alusão a Rio Branco e Plácido de Castro. Desta feita, compreensível era que num documento oficial de um representante do governo federal no Acre desse a versão nacionalmente aceita da pacificação da Questão do Acre.

Por sua vez, o espanhol Luiz Galvez também contou com apenas quatro passagens dentro de nossa baliza cronológica nas folhas de *O Cruzeiro do Sul*. A primeira das alusões a Galvez ocorre no nº 08, do ano I, datado de 30 de junho de 1906, na primeira página, em parte inferior da quarta coluna, ao inseri-lo dentro de um texto denominado “A Questão do Acre”, com subtítulo “Manifesto dos Revolucionários Acreanos” em

³⁵⁶ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 08 mar.1914, nº 331, p. 1.

que se pontuavam suas primeiras medidas com o lançamento de “alicerces duma capital garrida”, em que lhe era atribuído caráter “probo”:

Luiz Galvez, assim que se proclamou o advento do Estado Independente do Acre, lançou os alicerces duma capital garrida, edificando barracões elegantíssimos, visto escassearem naquellas paragens os materiais de construcção. Quem quer que passou pela capital do novo Estado Brasileiro attestará a salubridade que ali se gosa e a regularidade agradável das ruas que formam a novíssima população, erguida com o desinteressado concurso de brasileiros.

O presidente do novo Estado probo nos seus tentamens, decretou immediatamente a organização administrativa.³⁵⁷

Em seguida, no mesmo artigo publicado na edição de nº 08, do ano I, datado de 30 de junho de 1906, adentrava-se na situação da lancha “Garantia da Amazonia”. Episódio este que foi explorado nas praças de Manaus e Belém. Exemplo disto foi o periódico *O Pará*, que em sua edição nº 632, 13/01/1900 apregoava que o pessoal da embarcação haveria sido “sacrificado” e ocorrido apropriações indébitas³⁵⁸. Por sua vez, tais incidentes foram caracterizados na primeira página da edição de nº 08, n’ *O Cruzeiro do Sul* como um ajuste lícito praticado pelo Estado Independente, sem adentrar no mérito de terem sido feitas vítimas fatais. E no próprio *O Cruzeiro do Sul* se dizia que o incidente da lancha “Garantia da Amazonia” recebeu duras críticas ao ser noticiado na imprensa.³⁵⁹

Já na terceira parte do texto publicado n’ *O Cruzeiro do Sul* em seu nº 08, de 30/06/1906, alegava-se que o chamado “Caso do Riozinho” teria sido motivado por Galvez, ao decretar impedimento para o embarque da borracha com destino ao Amazonas e Pará, resultando na temporária substituição do espanhol pelo Coronel Antonio Braga a frente da presidência do Estado Independente do Acre:

IV. O caso do Riozinho

Constara no Riozinho ao coronel Antonio de Souza Braga, por intermedio de diferentes amigos, que Luiz Galvez havia prohibido o embarque da borracha para o Pará e Manaus. O coronel Braga, lesado no seu commercio e anteendo sombrios desastres, determinou usar de força de que dispunha e prender o presidente Galvez, afim de revogar o decreto alludido. Assim se fez, embarcando-se immediatamente e gomma elastica em deposito. Mais

³⁵⁷ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 30 jun. 1906, nº 08, p. 1.

³⁵⁸ O PARÁ, Belém, 13 jan. 1900, nº 632, p.1.

³⁵⁹ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 30 jun. 1906, nº 08, p. 1.

tarde, effectuando-se uma conferencia entre o coronel Braga e Luiz Galvez, este participou ao novo presidente os motivos da sua deliberação que consistiam no receio que tinha de que os bolivianos, que estavam já de posse de Puerto Alonso, se apropriassem da borracha armazenada, causando um enorme prejuízo aos commerciantes acreanos.

Braga, então, vendo a hombridade cívica de Galvez, reconheceu a sua correção e não hesitou em confiar-lhe de novo a presidência, visto estar convicto da sua honestidade no movimento, apesar das difamações que injustissimamente se teem propalado. [...] ³⁶⁰

Denotando neste exemplar datado do primeiro ano de circulação de *O Cruzeiro do Sul*, que as reminiscências acerca de Galvez se vinculavam ao funcionamento do Estado Independente do Acre e tinham por base caracterizar sua atuação na busca de ordenar a vida pública acreana (com atos que perpassavam a criação de estrutura física e administrativa com elegância e salubridade), bem como em seu caráter “probo”, de “hombridade cívica” e “correção”, embora o espanhol sofresse “difamações” e iniquidade.

Naquele momento, as palavras publicadas no diário oficial do Alto Juruá sobre o Estado Independente do Acre absolviam o espanhol, visto que seus atos, incompreendido a princípio, eram justificáveis por obstem “enorme prejuízo aos commerciantes acreanos”, ainda que isto representasse ingerências nas relações com o Pará e Amazonas. Desta feita, confirmando o exposto nos itens anteriores a respeito da gestão de Galvez, que teria causado comoção e interferências também sobre as praças comerciais de Belém e Manaus. Contudo, no período inaugural daquela gazeta, as particularidades de Galvez – fossem nacionalidade, comando, boemia ou empreendimentos de jogatina – eram toleradas e mesmo romantizadas em face de seu papel para a garantia dos interesses de brasileiros no Acre.

Inserida no contexto em comento, a segunda referência a Galvez surge no exemplar de nº 12, do mesmo primeiro ano de *O Cruzeiro do Sul*, em 29 de julho de 1906, na página dois, entremeada na metade da terceira e da quarta colunas, sob o título de “A Questão do Acre”. Nesta apresentavam-se três cartas endereçadas ao Barão do Rio Branco, assinadas por Fran Paxeco, que as enviara entre os meses de janeiro e fevereiro de 1903 às redações de periódicos do Pará e Rio de Janeiro (sem constar quais seriam estes jornais) para que fossem publicadas. Contudo, nestes textos Galvez somente é citado na carta introdutória. E nesta primeira missiva, Galvez é caracterizado

³⁶⁰ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 30 jun. 1906, nº 08, p. 1.

inicialmente como pessoa interessada no “ganho duns cobres” que teriam motivado a “balburdia acreana”. E Fran Paxeco acrescentava como outra mácula do caráter de Galvez o fato ter obtido sustento com a gerência de jogatina em solo fluminense. Porém, o próprio autor das correspondências dizia que o espanhol com os serviços prestados ao Brasil, acrescido da paixão nutrida pela demanda acriana, havia se redimido:

[...] Luiz Galvez, no Acre, d’onde saiu quase morto, com beribéri, provou que era honrado como os mais honrados, sacrificando-se com alma por uma causa nobilíssima. Os serviços que prestou ao Brasil com esta ousadia resgataram triunfantemente quaesquer outros actos censuráveis, por elle praticados no desespero da labuta pela vida. [...] ³⁶¹

Era o teor messiânico da causa do Acre a purificar Galvez, que não com “hissope”, mas com moléstias de saúde e “honradez” teria se modificado. Assim fazia-se a construção da imagem do defensor do Acre que, purgava sua vida pregressa em meio ao idealismo da causa e as mazelas carnavais. Assim, o romantismo e a necessidade de heróis a questão recente, levaram o autor a estabelecer comparativos entre Galvez e figuras míticas de conduta duvidosa, mas que obtiveram redenção e se desculpavam por aflições passadas em nome da luta pelo sustento próprio.

Ainda em *O Cruzeiro do Sul* surge o nome de Galvez mais uma vez em 28 de janeiro de 1912, no nº 193, na terceira coluna da segunda página, relacionando-o ao apoio obtido do governo do Amazonas para a sua empreitada de independência do Acre. No entanto, novamente, se apresentem ponderações acerca do obscurantismo de sua “personalidade moral” e intromissão na “situação acreana, onde não tinha interesses a defender, ao menos os da nacionalidade ali ameaçada”. De tal modo que, durante a década inicial do século XX Galvez em poucas aparições era figura vinculada tanto à Independência do Acre, quanto a mitificação de seus atos que “aspergiam” seu caráter ³⁶².

No ano seguinte, ressurgue a última menção a Galvez, desta feita na terceira página do jornal, na primeira linha da segunda coluna, do nº. 275, de 21 de agosto de 1913. Galvez era mencionado na transcrição da Conferência Cívico Escolar a respeito de

³⁶¹ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 29 jul. 1906, nº 12, p.2.

³⁶² O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 28 fev. 1912, nº 193, p. 2.

Plácido de Castro proferida em 15 de agosto por Craveiro Costa. Porém, já sem a defesa de sua figura mítica, mas em velada substituição por outros heróis. Isto porque, na referida preleção cívica, cujo tema era Plácido de Castro, dizia Craveiro Costa passar “de largo sobre a aventura de Galvez e demais sucessos secundários”.³⁶³ No texto de Craveiro Costa o espanhol era citado, mas não aprofundado, marcando a substituição de personalidades heroicas, de Galvez por Plácido de Castro. Assim, a conduta de Craveiro Costa caracterizada em seu pronunciamento público e nos escritos de jornais, confirma a análise de Carneiro sobre a atuação daquele na interpretação a respeito da incorporação territorial do Acre ao Brasil, na qual se selecionam passagem e personagens a serem valorados em detrimento de outros em prol da causa autonomista.

Igualmente marcante na transição do primeiro para o segundo decênio do XX a Questão do Acre no jornal do Juruá ficou a distinção em duas modalidades de interpretações tangentes a fronteiras e emancipação. Exponencial da primeira perspectiva, em que se referenciava a lide de fronteiras entre Brasil e Bolívia, são as edições 07 e 08 de *O Cruzeiro do Sul*, datadas de 1906, ou ainda os números 34 e 35, de 1907, quando são arrolados os elementos relativos à disputa territorial entre brasileiros e bolivianos. No entanto, com o passar do tempo, conforme ilustra o exemplar posterior a nossa baliza cronológica os números 105 (de 09 de janeiro de 1910) a Questão do Acre passou a designar os embates travados com a Revolta Autonomista.

Observa-se que conforme verificado com as leituras do periódico em comento, a partir de 1910, tanto Galvez, quanto a Questão do Acre ganham novos significados aos que se acresciam outros papéis. E Galvez passa de figura criticável, romântica e heroicizada ao silenciamento. E é dentro deste contexto que a Questão do Acre deixava a acepção de pertencimento ao Brasil e adquiria contornos de autodeterminação política e administrativa.

Então, ao recordarmos que a Questão do Acre teve onze aparições³⁶⁴ podemos ter a percepção quanto as diferentes facetas da Questão do Acre ao compararmos as quatro ocorrências datadas de 1906 e a e a dupla de 1910. Isto porque alusões em *O Cruzeiro*

³⁶³ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 21 ago. 1913, nº 275, p. 3.

³⁶⁴ Sendo três delas dentro das edições de nº 34 e 35 de 1907 ao referenciar o processo de anexação do Acre ao Brasil, nas quais se faziam menção direta ao Bolivian Syndicate. Ao passo que no mesmo ano de 1907 se encontra a quarta incidência no exemplar de nº 46 daquele. Tendo havido quatro menções a Questão do Acre nas publicações d'O Cruzeiro do Sul de 1906, em 1910 também foram encontradas mais duas citações e a restante em 1916.

do Sul feitas a Questão do Acre nas edições de nº 07 (24/06/1906), nº 08 (30/06/1906), nº 09 (07/07/1906) e nº 10 (15/07/1906), apresentavam-na como título de matéria exposta em quatro partes na primeira página de cada um daqueles exemplares. Assim, em 1906 a Questão do Acre remetia ao “Manifesto dos Revolucionários Acreanos” e se apresentava o desenrolar do movimento de constituição do Estado Independente do Acre em passagens sobre “a história da Revolução”, “a organização do Estado”³⁶⁵, “os primeiros incidentes”, o notório “caso do Riozinho”³⁶⁶, “a comissão boliviana”, “a visita do Jutahy”³⁶⁷, “os interesses da Amazônia” e “os fins da Revolução”³⁶⁸.

Enquanto que no exemplar da edição de nº 105, de 09 de janeiro de 1910, não obstante “A Questão do Acre” fosse novamente título de matéria de capa, abordava-se a representação do povo do Alto Juruá que solicitava autonomia para o território do Acre.³⁶⁹ E por sua vez, no nº 118, de 10 de abril de 1910, estava a segunda página d’ *O Cruzeiro do Sul* referências ao debate feito na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro quanto ao manifesto de autonomia política para o Acre³⁷⁰.

Após a primeira década do século XX, a questão do Acre consolida-se em seu aspecto de emancipação política nas páginas d’ *O Cruzeiro do Sul*, conforme se lia na única ocorrência posterior a nossa baliza cronológica. Isto porque apesar da Questão do Acre constar no nº 483 de 18 de junho de 1916, sua conotação não era relativa à vinculação territorial, uma vez que no texto se inferia ao longo dos anos terem ocorrido várias sessões do legislativo federal com debates acerca da região e comentavam-se “as sucessivas reorganizações” [sic] feitas no intuito de “melhorar as condições do mecanismo judiciário e da administração pública”³⁷¹.

Assim, a transição da primeira para segunda década do XX no jornal *O Cruzeiro do Sul* nos suscita a ideia de que, seria desserviço à causa dar espaço a discussões em

³⁶⁵ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 24 de jun. 1906, nº 07, p.1.

³⁶⁶ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 30 jun. 1906, nº 08, p.1.

³⁶⁷ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 07 jul. 1906, nº 09, p.1.

³⁶⁸ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 15 jul. 1906, nº 10, p.1.

³⁶⁹ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 09 jan. 1910, nº 105, p.1.

³⁷⁰ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 10 abr. 1910, nº 118, p.1.

³⁷¹ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul* 18 jun. 1916, nº 483, p.2.

torno de heróis ou figuras que caracterizassem a necessidade de intervenção externa para a resolução de problemas do Acre. E tendo em mente isto, nos parece que a abordagem da anexação do Acre ao Brasil foi então relacionada a heróis locais, ou ao menos que habitaram a região, com fito de substituírem o estrangeiro e denotar a maturidade dos que viviam em terras acrianas para condução de seus destinos.

Desta feita se torna compreensível que no Departamento do Alto Juruá - onde eclodiram oposições armada aos caucheiros e a condição de Território Federal do Acre - os jornais não mais relacionassem Galvez com as denúncias em torno da criação do *Bolivian Syndicate*. Ademais, o próprio *Bolivian Syndicate* foi mencionado diretamente naquela gazeta dentro do nosso espaço temporal poucas vezes, em março de 1907, nas edições nº 34 a 35³⁷². E depois resurge fora de nossa baliza, na edição nº 205, datado de 26 de maio de 1912³⁷³ e no nº. 331, de 08 de março de 1914³⁷⁴.

Logo, observou-se na Imprensa Oficial do Alto Juruá que mesmo após a resolução da contenda fronteiriça, o *Bolivian Syndicate* e Galvez foram utilizados na elaboração de memórias sobre o fazer-se brasileiro da região, embora essas menções tenham sido breves e sem aprofundamentos. Contando com maior quantidade de alusões, constatou-se que os usos a figura de Galvez se transformaram no decorrer da primeira e segunda década do século XX, ao sabor das conveniências em torno da construção de heróis para as novas terras brasileiras. Ao passo que a Questão do Acre, em quantitativo maior de incidências se comparado ao espanhol, apresentou representações variadas perpassando a ligação da região ao Brasil e sua emancipação política. Entretanto, o *Bolivian Syndicate* foi referenciado de modo breve, em geral atrelado ao contexto histórico ou a ameaça de intervenção de investidores exteriores ao Acre (fossem internacionais ou nacionais associados de casas comerciais belenenses e manauaras). Desta feita, após estas apreciações adentremos nas caracterizações do *Bolivian Syndicate*, de seu denunciante e da Questão do Acre no diário oficial de Departamento do Alto Purus.

³⁷² O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul 03 mar. 1907, nº 34, p.2.

³⁷³ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 26 maio 1912. nº 205, Quanto à paginação, observa-se que devido às condições da folha não é possível identificá-la, mas se deduz ser a segunda.

³⁷⁴ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 08 mar.1914 , nº 331, p. 1.

5.5. O Bolivian Syndicate em O Alto Purús

O Departamento do Alto Purus tinha como capital a cidade de Sena Madureira, criada em 25 de setembro de 1904, pelo primeiro prefeito, General Siqueira de Menezes, com fins de ali estabelecer a sede daquela unidade administrativa. Porém em seus anos iniciais as estruturas departamentais funcionavam em condições mais precárias se comparadas ao Alto Juruá, o que afetava nas condições de sobrevivência de seus habitantes e por consequência, na execução de seu papel como unidade administrativa. Exemplos disto são Correios e Estação Central de Telégrafos, bem como as Delegacias Federais do Tesouro e da Agricultura ali instaladas somente em 1908. Enquanto que o Hospital e o Serviço de Iluminação Elétrica em Sena Madureira surgiram apenas no ano de 1914, distintamente da capital do Alto Juruá que possuía luz elétrica quando da circulação do primeiro exemplar em 1906 do jornal *O Cruzeiro do Sul*.³⁷⁵

Outra distinção intradepartamental percebe-se ao comparar a imprensa, posto que a do Purus em relação ao Juruá se constituiu tardiamente, conforme demonstra o número inaugural d'*O Alto Purús* que foi datado de 24 de fevereiro de 1908, ao passo que o primeiro exemplar de *O Cruzeiro do Sul* circulou em 1906. Entretanto, ambos os periódicos tinham como característica comum o fato de serem órgãos estatais dos seus Departamentos, desta feita, suas funções eram oficial e tornar público os atos da administração departamental. Diante disto, era perfeitamente compreensível ler-se em *O Alto Purús* como subtítulo “Orgam Oficial” e na linha inferior com o escrito “Prefeitura do Departamento do Alto Purus”, de modo a identificar e reforçar seu papel e seu expediente. Mas, distingue-se na apresentação gráfica em *O Alto Purús* que, a partir do seu segundo ano de circulação, ou seja, a partir de 1909, antecedendo seu título e subtítulo aparecia à impressão do brasão da República.

Novamente nos reportando as similitudes entre *O Cruzeiro do Sul* e *O Alto Purús* se percebe que as sedes da Imprensa Oficial eram estabelecidas nas respectivas capitais departamentais. Igualmente ao que ocorria com *O Cruzeiro do Sul*, verificou-se que *O Alto Purus* tinha seu endereço de atendimento e gráfica para remessa de materiais a “Redacção do O Alto Purús”, sem caixa postal ou telefone, tão pouco nome de rua,

³⁷⁵ A este respeito ver: SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre:** novos temas, novas abordagens. Rio Branco. 2006.

bairro ou número do prédio, mas presumia que a cidade fosse Sena Madureira. E tal qual *O Cruzeiro do Sul*, o valor de assinatura anual de *O Alto Purús* era de 30\$000 réis dentro e fora do espaço departamental.

Contudo, as distinções entre ambos periódicos se apresentavam no “Expediente”, posto que em *O Alto Purús* enquadrava-se como jornal dominical, cujo preço para publicações particulares e de anúncios era de 300 réis cada linha em tamanho de fonte oito. Em *O Alto Purús*, tais divulgações (fossem das colaborações, notícias e a pedidos) deveriam ser submetidas ao prévio entendimento com Sr. Alvaro Leitão e Dr. Samuel Barreira. Muito embora não se expusessem nomes do corpo de redação e técnico, identificavam-se desta forma os redatores chefes, ou seja, mediante o artifício da anuência preliminar à edição de textos. Ao estudarmos *O Cruzeiro do Sul* observa-se que fora determinado em seu primeiro exemplar que o valor de assinatura idêntico ao que anos mais tarde seria adotado pelo *O Alto Purús*. No entanto, ambos diferiram quanto ao custo de anúncios e outras publicações, posto que no diário oficial do Departamento do Alto Juruá estas ocorreriam “mediante ajuste prévio.”³⁷⁶

Todavia, mais distintivo em relação a *O Cruzeiro do Sul* era o editorial de apresentação de *O Alto Purús*, pois não se posicionava como marco referencial na construção da cidade, até porque a “urbe” tinha começado a ser erguida bem antes de sua circulação. Entretanto, *O Alto Purús* se identificava como “elemento de progresso e ordem”, nos remetendo ao lema positivista gravado na bandeira da república brasileira e de uma das linhas de pensamento que permeavam a formação das Forças Armadas do Brasil. Ademais, o jornal enfatizava sua função de arauto da ordem pública, que se instituída em suas linhas iniciais grafadas na primeira coluna de sua página inaugural, do exemplar de nº 01, no qual se podia ler:

Como organ official dos poderes públicos neste Departamento, O Alto Purús enceta hoje sua publicação e se manterá dentro dos limites que lhes são destinados, podendo apenas tratar, aparte os assumptos officiaes, dos de interesse geraes da Republica e com especialidade dos que affectam á grandeza e prosperidade do Territorio do Acre e deste Departamento.

É assim que O Alto Purús se apresentando como mais um elemento de progresso e de ordem, excluirá em absoluto de suas columnas quaesquer publicações. [...] ³⁷⁷

³⁷⁶ O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. *Cruzeiro do Sul*, 03 maio 1906, nº 01, p.1.

³⁷⁷ O ALTO PURÚS, Organ Official. Sena Madureira, 24 fev. 1908, nº 01, p. 1.

Dentro do acervo d' *O Alto Purus*, constante na Hemeroteca Digital, referente ao período de 1908 a 1918, foram identificadas ocorrências de nossas expressões de busca apenas em períodos posteriores a nossa baliza cronológica. Destas incidências, somente 04 referências ao *Bolivian Syndicate* em um único texto datado de 1912, 06 citações a Galvez feitas entre 1914 a 1916, e 04 alusões a Questão do Acre em exemplares publicados durante os anos de 1913, 1914, 1916 e 1918. Muito embora os dados existentes sejam para além de nosso marco temporal, fez-se a opção de apresentá-los a fim de fazer comparativos com a Imprensa Oficial do Departamento do Alto Juruá.

Então, as três únicas citações ao *Bolivian Syndicate* n' *O Alto Purús* aconteceram na terceira de quatro folhas da edição de nº 194, de 14 de abril de 1912, em que se reproduzia artigo publicado no periódico fluminense *Jornal do Commercio*, cuja temática e título eram um só, a saber: “Barão do Rio Branco”. Na introdução, que antecedia a publicação de trechos do artigo do jornal da capital federal, a equipe de *O Alto Purús* dizia que iria “começar pela parte que mais de perto interessa a este território, qual seja a incorporação do Acre ao Brasil.” Daí seguia *O Alto Purús* abordando de modo breve os feitos de Galvez, Plácido até chegar ao *Bolivian Syndicate* para justificar a formulação do Tratado de Petrópolis, o que talvez por tratar-se da reprodução de um escrito publicado em outra gazeta explica-se a alusão à participação tanto do espanhol, quanto do gaúcho e do diplomata a anexação do Acre. E dentro deste contexto, o arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate* foi colocado como um ardil do Ministro Paravicini, que visava obter apoio anglo-americano e doutras nações para a retirada dos brasileiros fixados na região:

O Ministro Paravicine, convertido em delegado especial do governo de La Paz abriu os portos de Aquiry e do Purús á navegação de todas as nações e arrendou escandalosamente ao Bolivian Syndicate o território do Acre. Para offerta a concurrencia do Brasil, o Governo boliviano entregava assim o Acre a um syndicato anglo-americano, suppondo que a protecção das grandes potenciais que esse syndicato podesse arranjar iria deslocar os brasileiros e impedir que o Governo do Rio de Janeiro corresse em auxílio dos seus nacionaes, combatendo por sua liberdade e pela conservação de propriedades, que haviam sósinhos descoberto e valorizado. [sic]³⁷⁸

³⁷⁸ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 14 abr. 1912, p.3.

Segue o artigo valorizando a perseverança do Barão do Rio Branco, que apesar da existência do empreendimento não teria desanimado da causa acriana. Enfatizava ainda a capacidade de persuasão do ministro, visto que conseguira convencer os investidores do *Bolivian Syndicate* a desistirem do negócio e a cobrar indenização junto ao governo boliviano:

Para outro qualquer, aquella estréa era para desorientar. Para elle só deu animação e coragem. Tratou logo de afastar o *Bolivian Syndicate* e com sua habilidade incomparável, sua intuição do *metier* conseguiu, de facto, que os capitalistas interessados não levassem a questão para o terreno diplomático, esperando confiantes na honestidade do Governo brasileiro.

O *Bolivian Syndicate* desistio de explorar a concessão, em virtude das razões apresentadas pelo Brasil e tratou de pedir indemnisação ao Governo de La Paz.³⁷⁹

Assim, salvo o caráter de ameaça face as potenciais ajudas internacionais a serem obtidas por seus acionistas, era o *Bolivian Syndicate* abordado apenas como contrato de arrendamento das terras acrianas. E atribuí-a-se a ruptura daquele contrato como “habilidade incomparável” do Barão, sem apontar o pagamento de compensação feito por este em nome do Brasil aos investidores do *Bolivian Syndicate*, porquanto a indenização a ser cobrada teria cabido ao governo boliviano. Porém, esta afirmação era improcedente, conforme nos recorda Moniz Bandeira, posto que feita a pacificação do Acre e a intervenção militar brasileira na região, a Bolívia não tinha condições de dar tal reparação:

[...] O distrato, com que o Bolivian Syndicate ou, como era também conhecido, American Syndicate, renunciou à concessão do Acre, foi assinado em 26 de fevereiro de 1903 e August Belmont mandou diretamente a Rothschild toda a documentação.

Esse distrato apresentou sem dúvida alguma aspectos moralmente indefensáveis e o ex-chanceler Olinto de Magalhães criticou-o, por considerar que o Brasil comprara por mais de £ 100.000 uma concessão praticamente caduca, quando o Bolivian Syndicate, àquela altura, já não mais tinha condições de organizar-se no Acre até 6 de março de 1903, limite fixado no acordo firmado por Felix Aramayo com Frederick W. Withridge.³⁸⁰

³⁷⁹ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 14 abr. 1912, p.3.

³⁸⁰ Luiz Moniz Bandeira sustenta a versão de que o Brasil pagou indeniza aos acionistas do Bolivian Syndicate para que desistissem do arrendamento das terras acrianas. A este respeito ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e “A Questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000200007&lng=en&nrm=i>. Acesso em: 03 abr. 2013. p.160.

Há de se rememorar que para além da indenização ao *Bolivian Syndicate*, em função dos termos do Tratado de Petrópolis ficava determinado que o Brasil pagasse dois milhões de libras à Bolívia pelo território do Acre. Assim, pode-se crer que *O Alto Purús* reproduzia o discurso oficial acerca da incorporação acriana sem discutir suas implicações.

Entretanto, se deste modo acatava-se a versão estatal sobre o arrendamento, por outro lado a reverberação acerca de Galvez era distinta, sobretudo do trato dado em *O Cruzeiro do Sul* ao espanhol. Isto porque, concernente às seis aparições de Galvez n' *O Alto Purús*, a primeira ocorre no exemplar de nº 305, em 09 de agosto de 1914, em meio a texto homenageando Plácido de Castro. Naquela ocasião, dizia o artigo que se buscava fazer justiça a Galvez, que fora o fundador do Estado Independente do Acre, ao passo que Plácido era o “restaurador”.³⁸¹ E curiosamente, naquele exemplar não havia mais o brasão da república imprenso antes do cabeçalho, bem como tinha sido suprimido artigo masculino que antecedia o departamento e que dava nome ao jornal, em lugar de “Orgam Oficial” lia-se “Orgam dos interesses geraes do Departamento”, abaixo disto se via “Director Passos Galvão” e assim foi até a última menção ao espanhol.³⁸²

Ainda sobre Galvez, na edição nº 306, de agosto de 1914, se fazia menção elogiosa ao artigo publicado no jornal Porto Acre a respeito do espanhol. No entanto não se reproduzia o referido texto³⁸³. Por sua vez no nº 309, de 26 de agosto de 1914, se expunham duas menções a Galvez, sendo uma delas em esclarecimentos sobre os incidentes da lancha *Garantia da Amazonia*³⁸⁴ e outra em trechos do artigo exaltado na edição nº 306. Enquanto que na edição de nº 312 de 13 de setembro de 1914 se reportava o contato entre Galvez e o Vice Cônsul do Brasil, que tinha passado pelo Acre a bordo do Aviso Jutahy, durante os tempos do Estado Independente³⁸⁵. Por fim, o derradeiro uso do nome de Galvez ocorre no exemplar nº 378, de 09 de janeiro de 1916, em que foi caracterizado nas palavras de Soares Bulcão como a pessoa que “vivificou-

³⁸¹ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 09 ago. 1914, nº 305, p.2.

³⁸² Outro dado interessante sobre o Alto Purús é que os exemplares disponíveis na Hemeroteca Nacional datados de 1913 têm todos indicados como Anno I do jornal. Contudo, nas edições de 1914, observa-se a indicação de Anno VII, que seguiria em conformidade com a contagem inicial feita desde sua fundação.

³⁸³ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 13 ago. 1914, nº 306, p. 2.

³⁸⁴ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 26 ago. 1914, nº 309, p. 1-2.

³⁸⁵ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 13 set. 1914, nº 312, p. 1.

me as aspirações” acerca da “jornada de reivindicação”³⁸⁶ em torno da autonomia do Acre.

Desta feita, o *Alto Purús* buscava louvar Galvez, sem se reportar as incertezas de seu passado antecedente ao Acre, além de tentar justificar potenciais máculas a memória de sua atuação durante a presidência do Estado Independente do Acre, lhe assegurando o posto como figura heroica no processo de feitura do Acre autônomo e brasileiro. De tal maneira, que as inserções de Galvez em o *Alto Purús* distinguiam-se do era lido em *O Cruzeiro do Sul* a respeito do espanhol como aventureiro romântico, cujo passado controverso havia sido “purificado” pelo empenho a causa acriana. Tão pouco se via no *O Alto Purús* a redução de importância de Galvez em favor de Plácido ou Rio Branco.

Dentro deste contexto, observou-se a existência de quatro menções a Questão do Acre. Em sua primeira aparição no *Alto Purús*, na edição de nº 23, datada de 26 de outubro de 1913, lia-se na primeira página daquele jornal sobre o óbito do advogado Gumercindo Bessa e citando dentro de sua biografia que teria atuado na “celebre Questão do Acre”³⁸⁷. Todavia, naquele texto não havia maiores detalhes sobre as ações desempenhadas pelo citado jurista. Na segunda referência, vista no exemplar de nº 309, de 26 de agosto de 1914, se trazia texto relativo aos incidentes da lancha Garantia da Amazonia, sob o título do artigo “Galvez e o ‘Aviso Liberdade’ ”, no qual ao se abordar o episódio de apropriação sobre a embarcação expunham carta assinada pelo espanhol solicitando que fossem feitas embaixadas aos principais jornais cariocas a fim de angariar apoio a Questão do Acre³⁸⁸.

Já a terceira alusão feita no *Alto Purús* nº 388, de 19 de março de 1916, associava a Questão do Acre a lide movida pelo Estado do Amazonas no Supremo Tribunal Federal em face da União quanto às terras acrianas. O texto em comento baseava-se uma nota acerca de telegrama publicado no periódico manauara *Correio da Manhã*, no qual se apontava a potencial solução do conflito de interesses e se acenava com a perspectiva de emancipação política para o Acre, porquanto lá estivesse escrito que:

[...] o chefe da Nação está empenhado em resolver este anno a questão do Acre, pagando a União ao Amazonas uma avultada indemnisação, que servirá para solver toda a dívida interna e externa.

³⁸⁶ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 09 jan. 1916, nº 378, p. 1.

³⁸⁷ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 26 out. 1913, nº 23, p.1.

³⁸⁸ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 26 ago. 1914, nº 309, p.1.

O Acre passará, então, a pertencer definitivamente á União que, em breve prazo, lhe concederá completa autonomia, constituindo um novo Estado da Federação.³⁸⁹

Por sua vez, na última das incidências da Questão do Acre no Alto Purús, durante o período relativo à segunda década do século XX, novamente despontava a emancipação política, a arrecadação tributária e o direito a cadeiras no Congresso Nacional, Isto porque, se tratava na edição de nº 55, de 1º de janeiro de 1918, em trecho da quinta de oito páginas, de duas notas referente à emancipação do Acre, sendo que em uma delas isto era posto como Questão do Acre. Nela, se lia manifestação do deputado fluminense Maurício de Lacerda de que levaria a discussão sobre isso ao legislativo federal:

O deputado Maurício de Lacerda e a autonomia do Acre

RIO, 4 de dezembro³⁹⁰ - (Serviço especial de O ALTO PURÚS). – O deputado Maurício de Lacerda concedeu uma entrevista á “A Lanterna” sobre a autonomia do Território do Acre. O deputado fluminense disse que o Acre precisa de sua liberdade, nada justifica a dependência dos seus 140.000 kilometros quadrados, ricos em madeiras, borracha, etc., e cuja renda pesa consideravelmente na balança geral da receita da União, disse mais que o Acre carece ter a sua independência política, creando os seus districtos eleitoraes e enviando os seus representantes ao Congresso Nacional.

O deputado Maurício de Lacerda vai levantar a questão do Acre na Camara.³⁹¹

Entretanto, na mesma página, sem denominar de Questão do Acre, outra anotação dizia que em 23 de novembro de 1917 tinha ocorrido na Câmara, em encontro da Comissão de Constituição e Justiça, a leitura de parecer contrário ao projeto (de autoria do senador Francisco Sá) que propunha a concessão de autonomia ao Acre. Em meio a esta conjuntura de tributação sem representação política eram as terras acrianas novamente pauta do Congresso Nacional. E desta feita, a Questão do Acre tinha sido associada naquele período, em metade de suas incidências no *Alto Purús* a incorporação territorial, enquanto a outra parte versava acerca da autodeterminação política e administrativa acriana na federação brasileira. Demonstrada também a distinção de abordagens feitas pelo *Alto Purús* e *O Cruzeiro do Sul* sobre a Questão do Acre, nos resta então seguir as ponderações finais sobre o presente trabalho.

³⁸⁹ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 19 mar. 1916, nº 388, p.3.

³⁹⁰ Pela data da publicação do diário oficial, pressupõe-se que a entrevista do deputado tenha sido divulgada em 04 de dezembro de 1917.

³⁹¹ O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 1º jan. 1918, nº 55, p.5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cavalão dado não se olham os dentes é o título de minha pesquisa com vistas à obtenção do título de Doutora em História. Sua realização parte de conjecturas sobre a possibilidade de contestar as versões sacralizadas na historiografia sobre a Questão do Acre, tendo como foco a análise do Bolivian Syndicate a partir do confronto de informações obtidas em fontes hemerográficas, sobre o qual eu apresento agora algumas considerações.

Do título da tese há de se considerar que é provérbio, de origem muito antiga, com inúmeras redações diferentes em várias línguas, mas mal analisado e mal interpretado tanto por bolivianos e quanto por brasileiros. Dele fizeram uso, inclusive didático, para forjar uma interpretação dado como verdadeira, mas a pesquisa por mim empreendida logrou êxito em desmistificar as leituras ingênuas ou maliciosas do provérbio. O resultado obtido é o de que a expressão é utilizada alegoricamente em nada contribui para o esclarecimento sobre as negociações que conduziram a anexação mediante compra de um faixa de terra boliviana ao Brasil, e que hoje se denomina Estado do Acre.

Assim, no primeiro capítulo ao apresentar o contexto histórico das disputas fronteiriças acerca daquelas terras esclareci o emprego do ditado, debruçando-me nas origens e repercussões dos boatos em torno da existência de um “corcel” como elemento de permuta territorial, demonstrando que o enfrentamento pelas terras do Acre também se fez em argumentos controversos em jornais e vez por outra neles ressurgiu.

Da importância do exame dos jornais impressos - *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *O Correio Parense*, *Folha do Norte*, *O Pará*, *A Província do Pará*, *A Federação*, *Commercio do Amazonas*, *Diario Official do Amazonas*, *O Cruzeiro do Sul*, *O Alto Purús* e *The New York Times*, que circularam entre 1890 a 1909 - permitiu contrapor novas perspectivas ante as consagrada acerca do *Bolivian Syndicate* nos livros didáticos e nas tradições historiográficas acrianas.

Da desconstrução dos discursos na segunda parte da Tese, derrubou-se o mito da ineficácia de se estabelecer diálogos com as formas de apresentação do *Bolivian Syndicate* em fontes hemerográficas ante o analfabetismo de boa parte da população

brasileira, sobretudo da região norte, na virada do século XX ao XXI; também se agregou dados acerca do lugar de produção, bem como de suas equipes de trabalho e dos públicos para os quais eram destinados os periódicos estudados que, conforme demonstrado no decorrer das investigações, ainda são campos pouco explorado nos jornais nortistas.

Da carreira jornalística e da vida pública, igualmente importante nesta segunda etapa, foi relacioná-las, denotando a influência das gazetas na política e corroborando a elaboração do perfil romântico dos atos de Galvez como periodista e líder de levante de autonomia do Acre. Ao mesmo tempo em que, neste trecho do segundo capítulo expus novas informações caracterizando inconsistências da historiografia acriana quanto à trajetória de Galvez, que por repetição dos escritos de Tocantins tenha afirmado que em 1897 o espanhol tivesse saído da capital federal rumo à região norte a fim de atuar como jornalista e posteriormente desempenhado a liderança do Estado Independente do Acre. No entanto, minhas pesquisas nos exemplares do *Jornal do Brasil*, revelaram que Galvez já habitava no Rio de Janeiro desde 1893, exercendo diferentes funções que perpassavam secretariar clubes desportivos, gerenciamento e propriedade de empresas de entretenimento, em confrontação com dados expostos nos diários nortistas (tal qual o *Commercio do Amazonas*) que o apresentavam como jornalista que havia trabalhado como mouro na imprensa fluminense.

De maior relevância é a discussão da historiografia acriana travada no decorrer do terceiro capítulo, porquanto eu tenha debatido o *Bolivian Syndicate* ali manifestado, tanto nos exemplares didáticos quanto em clássicos. E assim, a partir da análise dos três livros escolares produzidos por professores do curso de História da Universidade Federal do Acre, no decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000, pude constatar a predileção e sacralização de passagens dos escritos de Tocantins, marcadas por escolhas de usos e desusos daquilo, que a nosso ver, eram por estes autores considerados correlatos às suas visões políticas, bem como concepções e produções historiográficas em desfavor da análise do contexto geopolítico da região e do Brasil na passagem do século XIX ao XX, acrescido da inexistência de discussões sobre ele constituir ou não ameaça de *chartered company* na região, do mesmo modo que passam ao largo do conflito de interesses entre o governo do Amazonas e a União concernente ao Acre.

Igualmente fazendo pensar da necessidade da revisão da interpretação sobre o *Bolivian Syndicate*, de suas modalidades de interpretação nos manuais didáticos empregados nas escolas de ensino fundamental e médio acrianas, bem como nas aulas de história regional e do Brasil ministradas nas graduações de licenciatura e bacharelado em História da Universidade Federal do Acre. Porquanto ao não fazê-lo se incorra no risco da reprodução destes textos como verdades absolutas pelos estudantes, mantendo desconexa das conjunturas nacionais e internacionais a incorporação do Acre como parte do Brasil.

Da construção da memória oficial relativa à emancipação do Acre verifiquei as demarcadas preferências de abordagem mais rápida ou aprofundada sobre o *Bolivian Syndicate* em função da construção de memórias oficiais relativas à emancipação política do Acre dentro do contexto federativo do Brasil. Onde se entende que, Rio Branco consagrou o *Bolivian Syndicate* sobre a perspectiva de uma *chartered company*. Argumento que não foi esquadrihado em Craveiro Costa, visto esse ter se dedicado a substituir Galvez por Plácido de Castro na faceta heroicizada da “Questão Acreana”. Mas, assunto retomado e desenvolvido em Tocantins, ao dedicar extensa análise sobre o *Bolivian Syndicate* e sua classificação enquanto *chartered company*. Tendo em Allegretti o *Bolivian Syndicate* se tornado elemento constitutivo de conjuntura mais ampla, sem embasar-se apenas em Tocantins, mas coadunando-se a ele ao relacionar os interesses de seringalistas no Acre com os do estado do Amazonas em face das diretrizes dos governos brasileiro e boliviano. Perpassando-se ainda a análise do *Bolivian Syndicate* por obras mais recentes, encerra-se a discussão agregando-se as assertivas de Carneiro que desqualificam a designação do *Bolivian Syndicate* como *chartered company*, tendo como referencial os escritos de Félix Aramayo sobre a manutenção da soberania boliviana, visto ato revisional do contrato que limitou o empreendimento a administração fiscal.

Do reconhecimento da emancipação da região hoje denominada Estado do Acre no quarto capítulo, para além das modalidades de exposição do Acre, da Questão do Acre e do *Bolivian Syndicate* nos periódicos paraenses, são as demonstrações de reconhecimento daquela região como pertencente ao Brasil antes mesmo da virada do século. Nos relatos sobre os trabalhos das comissões de demarcação do extremo oeste, enquadravam o Acre em colunas destinadas a abordar assuntos do vizinho estado do Amazonas, dando a entender a compreensão de um como extensão do outro. Todavia,

com a proclamação do Estado Independente do Acre e suas consequências à praça comercial de Belém, algumas jornais daquela localidade repetiram o discurso oficial do governo federal, de que a área de litígio pertencia à Bolívia. Desta feita, indicando-se com as leituras a dissonância dos periódicos belenenses, manauaras e acrianos quanto ao *Bolivian Syndicate*.

Dos interesses corporativos e políticos da imprensa realçam-se os contrastes nos dois capítulos finais a partir da extensão e significado do último, posto se reunir os periódicos que defendiam o Acre como brasileiro, antes, durante e depois do *Bolivian Syndicate*. Visto que as interpretações do Acre e do *Bolivian Syndicate* em face da arrecadação tributária e busca de representação política são algumas vezes dissimuladas sobre os discursos de nacionalismo, patriotismo, respeito à propriedade privada e garantia de posse, ao passo que em outras são aclaradas em falas oficiais reproduzidas em jornais como *A Federação* e *O Cruzeiro do Sul*. Neste sentido, me possibilita afirmar que dentre tais segmentos da imprensa, tanto *Bolivian Syndicate*, quanto a Questão do Acre e Luiz Galvez tiveram retratações ao sabor dos embates políticos da época, corroborando as construções e cultivos de memórias referendados em versões adaptáveis às concepções de poder.

Tocante a pertinência distintiva das fontes historiográficas e jornalísticas a partir de *No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos jornais* de Walnice Galvão, inspiração deste trabalho, identifiquei também, ainda que em outro contexto e tema, a elaboração de textos jornalísticos concatenados ao resguardo de memórias inseridas no alvorecer da implantação das instituições políticas e de poder da dita República Velha. Não obstante que sua leitura tenha sido influência essencial para a elaboração da tese, conquanto às observações a respeito da imprensa no final do século XIX relativas ao formato dos jornais e a disposição dos conteúdos, ao considerar temática, metodologia e resultados suas distinções (temporais, espaciais e tecnológicas), que não apenas nos separam, mas introduzem novos elementos ao trato com as fontes hemerográficas. Assim, se Galvão prioriza a reunião do *corpus*, aqui me orientei pela discussão historiográfica dada ao tema, ou seja, ao *Bolivian Syndicate* nova forma de exploração.

Por fim, a importância desta tese é o seu caráter propositivo de diálogos novos acerca do tema central da pesquisa sobre a qual apresentei acima minhas considerações finais, tendo o mérito de orientar uma eficaz revisão em várias passagens de obras sobre

História do Acre, tendo por consequência, a demanda de reinterpretá-lo também dentro da História do Brasil. E embora não seja pretensão desta tese exaurir o tema, pretende-se estimular novas incursões nas questões aqui levantadas, abrindo campo para trabalhos vindouros, porquanto, potencializaram-se novos rumos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca M. **As dimensões do fazer-se da Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre (1975-2001)**. 2002, 171 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**, 827p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002.

ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia de (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANDRADE, José H. Fischel de; Limoeiro, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão acriana e o Tratado de Petrópolis (1903). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v 46, n.1, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2013.

ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. **Flibusteiros, não. Brasileiros**: uma visão interna da “Questão do Acre”. 2002. 132 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

ARAMAYO, Félix Avelino. **La Cuestión del Acre La Legación de Bolivia en Londres**. Londres: Wertheimer, Lea y Cía. 1903.

ARAÚJO, Whillely. Mainardi não comparece a audiência - Colunista da revista Veja alega preocupação com sua integridade física. Justiça pode julgá-lo à revelia”. **Página 20**. Rio Branco, nov. 2006. Disponível em: pagina20.uol.com.br/28092006/p_0928092006.htm. Acesso em: 08 jan. 2014.

ATTUCH, Leonardo. “Quanto vale o Acre: Em nova provocação, Evo Morales diz que o Estado foi comprado da Bolívia por um cavalo e prova que desconhece até a própria história”. **ISTO É dinheiro**. São Paulo, n. 452, 2006. Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br/noticias/5014_QUANTO+VALE+O+ACRE>. Acesso em: 08 jan. 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e “A “Questão do Acre”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2013.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. (Org.) **Mídia e memória**. A produção dos sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

------. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

------. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Rui. O direito do Amazonas ao Acre setentrional. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. XXXVII, 1910, Tomo V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Rui Barbosa.

BARROS, José D’Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: **Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU**. v.25, n.2, jul./dez. 2012. p. 407-429. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>> Acesso em: 04 mar. 2013.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a estado – um outro olhar**. USP: FFLCH, Departamento de História, Programa de Pós Graduação em História Social. São Paulo, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: ____ **História e Ciências Sociais**. 2. ed. Portugal: Presença, Brasil: Martins Fontes, [s.d.].

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural, 1985.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: ____ PAULA, Eurípides Simões de (org.). **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. 2.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco, 2014. 456 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Convênio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de. **Irineu Marinho: imprensa e cidade**. São Paulo: Globo, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1986.

CHIAVENATO, Júlio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979. QUEIRÓZ, Silvânia. História e Historiografia: revisando a obra “Genocídio Americano: a guerra do Paraguai”, J. J. Chiavenato. In: ____ **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar**: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. 2006.116 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2006.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Rev. Bras. Polit. Int.**, Brasília, v 41, n. 2, dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2013.

COSTA, Carlos A. Franco. **Racionalidade e exploração madeireira na Amazônia brasileira**, 389 p. Tese de Doutorado. Programa Multidisciplinar “El Medio Ambiente Natural y Humano em las Ciencias Sociales” - Universidade de Salamanca, Espanha. Departamento de Sociologia, 2004.

CRAVEIRO COSTA, João. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2.ed., 1974.

COUTO, Mia. Entrevista. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/mia-couto>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**: história e imprensa, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Acesso em: 3 set. 2013. p. 259

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

_____. **A margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre**: um caso sensacional. Brasília, Thesaurus, 2012.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil). 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História* – novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DA SILVA FERNANDES, Roberto Mauro. **Uma breve historia do relacionamento entre Brasil e Bolívia e de seu vínculo com Corumbá/MS (uma cidade fronteiriça)**: dos projetos geopolíticos às interações de fronteira. En Contribuciones a las Ciencias Sociales, abril 2013. Disponível em: <[www. eumed.net/rev/cccss/24/projetos-geopoliticos-brasil-bolivia.html](http://www.eumed.net/rev/cccss/24/projetos-geopoliticos-brasil-bolivia.html)> Acesso em: 01 jan. 2014.

DEL PRIORE, Mary. **O castelo de papel**: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'EU. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. Rio de Janeiro: Planeta, 2010.

FARIA E SOUZA, João Baptista; SOUZA, Monteiro de; BAHIA, Alcides. **A imprensa no Amazonas**, 1851-1908. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

FARIAS, William Gaia. Republicanos versus democratas: conflitos políticos no alvorecer republicano paraense. **OPSIS**, [S.I], v. 9, n. 13, p. 15-34, jun. 2010. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<http://revista,ufg.BR/index.php/Opsis/article/view/10117/6812>> Acesso em 26 jun. 2014.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netilia Silva dos Anjos. Entre jornais e um repórter: a imprensa de Belém nas décadas de 1910 e 1920. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 34. 2011, Recife. São Paulo: INTERCOM, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1283-1.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

_____. Comunicação e História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. **Revista Brasileira de História da Mídia**, V. 01, p. 33-40, 2012.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Disponível em: <<http://www.redealcar.com.br/>>. 2005. Acesso em 08 jun. 2014.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **“A Questão do Acre”**. Manaus: Phenix, 1937.

FIGUEIRA, Rickson França. **Imprensa, Política e Poder: A Sucessão Governamental do Amazonas em 1920** / Rickson França Figueira. - Manaus: UFAM, 2011. p. 38

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Nacional, 1989.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a guerra de canudos nos jornais**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

GARAY VERA, Cristián. **El Acre y los asuntos del Pacífico**: Bolivia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909. *Historia* (Santiago), Santiago, v. 41, n. 2, dic. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717- GARAY VERA, Cristián. **El Acre y los asuntos del Pacífico**: Bolivia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909. *Historia* (Santiago), Santiago, v. 41, n. 2, dic. 2008>. Acesso em: 03 abr. 2013.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na “era dos impérios: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2005. (Tese em Doutorado em História Econômica).

GIAVARA, Eduardo. Os Annales e a História Ambiental: das ruas de Paris à História Nova. In: **Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU**. v.24, n.2, jul./dez. 2011.

GREGORIO, Vitor marcos. O progresso um vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova Econ**. Belo Horizonte, v. 19, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jun. de 2014.

JORNAL HOJE. “Evo diz que o Acre foi trocado por um cavalo - O Tratado de Petrópolis, no qual o Barão do Rio Branco garantiu o Estado do Acre, para o Brasil, foi assinado há 103 anos.” 12 de maio de 2006. Disponível em: <g1.globo.com/jornalhoje/0,,MRP1151983-16022,00.html>. Acesso em: 08 jan. 2014.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no Ciclo da Borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. In: **Revista Estudos Amazônicos**. v.8, n. 02, 2012.

KHOURY, Yara Maria Aun; et. al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1980.

LACERDA, Franciane Gama, **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)** – Tese de Pós-Graduação em História Social. USP. 2006.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. O Historiador e o computador. In.: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (O Barão do Rio Branco)**: biografia pessoal e história política. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LIMA E ALVES, Flávia. **O Tratado de Petrópolis**: interiorização do conflito de fronteiras. UNILEGIS: UFMS: Brasília, 2004.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Plácido de Castro**: um caudilho contra o imperialismo. São Paulo: Civilização brasileira, 1973.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. A Aliança não Escrita. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2013.

LOBO, Narciso Júlio Freire. Entre as décadas de 1920-1930: três momentos da imprensa no Amazonas com Redempção, Equador e A Selva. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/material%20congresso%202002/2002%20gt%20E>>

[studios%20sobre%20Jornalismo%20Eduardo%20Medtisch.htm](#)>, Acesso em: 01 ago. 2014.

LOPES, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. 116 p.

MACHADO, Altino. **Evo Morales amarelou**: em 12 de maio de 2006. Disponível em: <www.altinomachado.com.br/2006/05/evo-morales-amarelou.html> Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **O coice do Diogo Mainardi**. Disponível em: <www.altinomachado.com.br/2006/05/o-coice-de-diogo-mainardi.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

_____. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880 /1920. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil**: desafios para uma História Ambiental. In: *Nômadias*. Nº 22, abril 2005, p. 26-35. Universidad Central, Bogotá – Colombia. Disponível em: <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=105116726003>>. Acesso em: 04 out. 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: AnnaBlume/Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MENDONÇA, Dante. Devolvam o cavalo. **Paraná On line – Paranaense como você**. Disponível em: <www.prana-online.com.br/colunistas/67/35960/?postagem=DEVOLVAM-O-CAVALO>. Acesso em: jan. 2014.

MONTEIRO, Antonio Tavares. **O processo de anexação do Acre ao Brasil sob a ótica do Direito dos Tratados e do paradigma do realismo político das Relações Internacionais**. UFSC, CCJ, Curso de Pós-Graduação em Direito. Programa de Mestrado – MINTER UFSC/UFAC – MINTER em Direito. Florianópolis, maio de 2008.

MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana G. M. de. Palavras, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 **apud** BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MOURA, Daniella de Almeida; FARIAS, William Gaia. **Invenção Republicana do Pará: entre datas, ruas e festas**. Revista Estudos Amazônicos, v. 4, n. 02, 2009. p. 95-112.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em Perspectiva: corpo e alma do Brasil**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

MUÑOZ, Luciano Rosa. A política externa de Rio Branco. **Caderno de Relações Internacionais**, v.2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13549/13549.PDF>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

NARO, Nancy P. S. **A formação dos Estados Unidos**. São Paulo. Ed. UNICAMP, 1987.

NEVES, Marcos Vinicius. **O Acre por um cavalo branco**. Disponível em:<www.altinomachado.com.br/2006/05/o-acre-por-um-cavalo-branco.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

NOLASCO, Edriana Aparecida. Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa. In: **Caderno de Pesquisa do CDHIS/UFU**. v.25, n.2, jul./dez. 2012. p 487-503. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/search/titles?searchPage=4>> Acesso em: 03 abr. 2013.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 24, n.68, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2013.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56,

2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2013.

PERLIN, John. **A história das florestas**: a importância da madeira no desenvolvimento das civilizações. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Oralidade e letramento na Província do Amazonas (1850-1889). In: **Fronteiras do tempo**: Revista de Estudos Amazônicos, nº 4, 2013, p. 139-162.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. **PRESENÇA**: Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia. n. 15, Vol III, 1999, p. 46-52.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades**: os impasses da cidadania no Brasil 1870-1902. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

QUEIRÓZ, Silvânia. História e Historiografia: revisando a obra “Genocídio Americano: a guerra do Paraguai”, J. J. Chiavenato. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo**, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307797502_ARQUIVO_Historiaeh

istoriografiarevisandoaobraGenocidioamericanoaguerradoParaguai,deJJChiavenato.pdf
>, Acesso em: 20 jan. 2014.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 3. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SALES, Germana Maria Araújo Folhetins: uma prática de leitura no século XIX.In: Entrelaces, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras-Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará**. V. 1, N. 1, agos. 2007.

SALLES, Vicente Juarimbu. **Bento Aranha**: história de um jornalista revolucionário. Brasília: micro-edição do autor.1994. 48p.

SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. **Publicidade belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912**. 2010. 268 f. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp151335.pdf>.> Acessado em: 01 ago. 2014.

SCHILLING, Voltaire. **EUA x América Latina**: as etapas da dominação. Porto Alegre: L&PM, 1991.

SENADO FEDERAL. **O Tratado de Petrópolis e o Congresso Nacional**. Brasília, 2003.

SILVA, Francisco Bento. **Acre, a Sibéria tropical**: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA, 2013. p. 208-209.

SILVEIRA, Paulo de Castro. **Craveiro Costa**. Maceió: Sergasa, 1983.

SINGER, Paul. A Borracha na Economia Brasileira da primeira república. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris [et.al.]. **Brasil republicano, estruturas de poder e economia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.314-336. (História geral da civilização brasileira; t.3.; v.8).

_____. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris [et.al.]. **Brasil republicano, estruturas de poder e economia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 378-428. (História geral da civilização brasileira; t.3.; v.8).

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

_____. **História do Acre**: primeiro grau. Rio Branco: M.M. Paim, 1992.

SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. In: Tempo Histórico, volume 14 • 2º semestre de 2010 • p. 106-133.

SOUZA, Letícia Paula de. Os mercados municipais e a intendência. In: **Revista Outros Tempos**. – Pesquisa em foco, publicação da UEMA. Dossiê: IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, * A 11 de outubro de 2007.

SOUZA, Márcio. **Galvez Imperador do Acre**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994

STOKES, Charles Eugene, JÚNIOR, **Acre Revolutions, 1899-1903**: a study of brazilian expansionism. Tulane University, Ph.D., 1974.

TELES, Luciano Everton Costa. **A Vida Operária em Manaus**: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus: [s.n.], 2008, 159p.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v. 548p.

VELOSO, Maria do Socorro F. **A ferro e fogo**: conflitos no primeiro século da imprensa paraense. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1503-1.pdf>>. [2011]. Acesso em: 10 mai. 2014.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 2, ago. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 mai. 2012.

WILLIAMS, Raymond; B. JANNUZZI, Ricardo (Tradução); CRUZ, Heloisa de Faria (Revisão técnica). A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. **Projeto História**: História e Imprensa, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2202/1308>> Acesso em: 3 set. 2013.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 4, dez. 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

XAVIER, Lúcia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira**: entre o contraste e a integração. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. 2006.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 07 jun. 1899, nº 351, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 18 jun. 1899, nº 361, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 21 jun. 1899, nº 363, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 27 jun. 1899, nº 392, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 08 ago.1899, nº 402, p.2.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 10 set. 1899, nº 427, p.1

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 06 out. 1899, nº 458, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 13 out. 1899, nº 464, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 18 out. 1899, nº 468, p.2.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Anno VI, nº 485, 07 de novembro de 1899, p.1.

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano federal. Manaus, 1º dez. 1899, nº 504, p.1

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 8 abr. 1899, nº 7.000, p.2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 18 de Abril de 1899, nº 7010,

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 13 maio 1899, nº 7035.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 23 maio 1899, nº 7045.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 3 jun. 1899, nº. 7056, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 04 jun. 1899.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 6 out. 1899, nº 7179, p.1

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 10 set. 1898, nº 278, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 29 abr. 1899, nº 453, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 9 maio 1899, nº 459, p. 2.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 10 set. 1898, nº 276, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 19 jan. 1899, nº 377, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 16 fev. 1899, nº 397, p.2.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 15 jun. 1899, nº 487, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 25 jun. 1899, nº 516, p.2

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 26 jun. 1899, nº 517, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 20 ago. 1899, nº 05, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 24 ago. 1899, nº 08, p.2.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 10 set. 1899, nº 24, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 13 out. 1899, nº 44, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 12 nov. 1899, nº 68, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, edição especial, sem datação, com publicação provável em 21 ou 22 de novembro de 1899, p.1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 4 dez. 1900, nº 111, p.1.

CORREIO PARAENSE, Belém, 17 mar. 1893, nº 260, p. 3.
 CORREIO PARAENSE, Belém, 18 mar. 1893, nº 261, p. 3.
 CORREIO PARAENSE, Belém, 07 dez. 1893, nº 471. p. 2.
 CORREIO PARAENSE, Belém, 12 dez. 1893, nº 474. p. 2
 CORREIO PARAENSE, Belém, 14 dez. 1893, nº 476. p. 2
 CORREIO PARAENSE, Belém, 31 dez. 1893, nº 489. p. 2
 CORREIO PARAENSE, Belém, 29 abril 1894, nº 580.

DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 nov.1893, nº 01, p.3.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 nov. 1893, nº 01, p.5.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 17 nov. 1893, nº 02, p. 1.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 01 abr. 1894, nº 107, p. 1-2.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 01 ago.1894, nº 202, p. 3.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 08 nov. 1898, nº 1425, p. 3.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 28 jan. 1899, nº 1493, p. 4.
 DIARIO OFFICIAL do Amazonas, Manaus, 15 abr. 1899, nº 1553, p. 1.

FOLHA DO NORTE, Belém, de 06 de jan. 1896, nº 06, p. 3.
 FOLHA DO NORTE, Belém, edição 29 maio1896, nº 150, p. 01.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 30 set.1896, nº 274, p. 2.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 15 nov.1896, nº 320, p. 2.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 11 dez. 1896, nº 346, p. 1.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 19 fev. 1897, nº 415, p. 2.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 20 fev. 1897, nº 416, p. 2.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 27 fev.1897, nº 423, p. 3.
 FOLHA DO NORTE, Belém, 14 jun. 1903, nº 2707, p.3 e p.4.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 18 out. 1892, nº 291, p.2.
 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 14 jun. 1893, nº 165, p. 2
 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05 out. 1895, nº 278, p. 4
 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 11 jul. 1902, nº 192, Edição da Manhã, p. 3.

O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 24 fev. 1908, nº 01, p. 1.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 14 abr. 1912, p.3.

O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 26 out. 1913, nº 23, p.1.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 09 ago. 1914, nº 305, p.2.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 13 ago. 1914, nº 306, p. 2.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 26 ago. 1914, nº 309, p. 1-2.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 13 set. 1914, nº 312, p. 1.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 09 jan. 1916, nº 378, p. 1.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 19 mar. 1916, nº 388, p.3.
 O ALTO PURÚS, Orgam Oficial. Sena Madureira, 1º jan. 1918, nº 55, p.5.

O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 03 maio 1906, nº 01, p.1.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 24 de jun. 1906, nº 07, p.1. O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 30 jun. 1906, nº 08, p. 1.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 29 jul. 1906, nº 12, p.2.
 O CR O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 26 maio 1912, nº 205, p. 3.
 UZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 30 jun. 1906, nº 08, p.1.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 07 jul. 1906, nº 09, p.1.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 15 jul. 1906, nº 10, p.1. O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul 03 mar. 1907, nº 34, p.2.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 10 mar. 1907, nº 35, p.3.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 7 mar. 1907, nº 36, p.2
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 09 jan. 1910, nº 105, p.1.
 O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 10 abr. 1910, nº 118, p.1.

O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 28 fev. 1912, nº 193, p. 2.

O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 26 maio 1912. nº 205, Quanto à paginação, observa-se que devido às condições da folha não é possível identificá-la, mas se deduz ser a segunda.

O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 21 ago. 1913, nº 275, p. 3.

O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 08 mar.1914 , nº 331, p. 1.

O CRUZEIRO DO SUL, órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul 18 jun. 1916, nº 483, p.2.

O PAIZ, Rio de Janeiro,14 out. 1900, nº 5851, p. 1.

O PARÁ, Belém, 18 fev. 1897, nº 67, p. 1.

O PARÁ, Belém, 12 dez. 1897, nº. 01, p.1.

O PARÁ, Belém, 22 mar.1899, nº 394, p. 2.

O PARÁ, Belém, 25 ago. 1899, nº 519, p.1

O PARÁ, Belém, 29 ago. 1899, nº 522, p. 1.

O PARÁ, Belém, 31 ago. 1899, nº 524, p. 2.

O PARÁ, Belém, 08 set.1899, nº 531, p. 1.

O PARÁ, Belém, 18 set.1899, nº 539, p.1.

O PARÁ, Belém, 18 out. 1896(9?), nº 565, p. 1

O PARÁ, Belém, 21 out. 1899, nº 568, p. 1.

O PARÁ, Belém, 13 jan. 1900, nº 632, p.1.

O PARÁ, Belém, 26 mar. 1900, nº 691, p. 2.

THE NEW YORK TIMES. June 15, 1902. (sem identificação de página, secção ou coluna)